

Prospecto de Distribuição Pública de Notas Promissórias Comerciais de Emissão da



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

CNPJ/MF n.º 76.484.013/0001-45
Rua Engenheiros Rebouças, 1376
Curitiba - PR - 80215-900

74 NOTAS PROMISSÓRIAS COMERCIAIS

R\$74.000.000,00

Classificação de Risco Moody's para a Emissão:	Escala Global de Moeda Local: Prime-2
	Escala Nacional para o Brasil: Br-1

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (a "Emissora", a "Sanepar" ou a "Companhia") está ofertando 74 (setenta e quatro) Notas Promissórias Comerciais, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de subscrição, e valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em série única, perfazendo o valor total de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais) (as "Notas Promissórias", a "Distribuição" e a "Emissão").

As Notas Promissórias serão registradas para negociação no Sistema de Notas Promissórias - NOTA, administrado pela Andima - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, por meio do qual será prestado o serviço de custódia das mesmas.

A Distribuição foi aprovada conforme deliberações dos acionistas da Emissora reunidos na 79ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2001, e ratificada pelos acionistas reunidos na 80ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04 de junho de 2001, cujas atas foram publicadas no Jornal Gazeta do Povo, Jornal Gazeta Mercantil e no Diário Oficial do Estado do Paraná, respectivamente, em 05 e 07 de junho de 2001.

A Distribuição foi aprovada e registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") sob o n.º CVM/SER/RNP/2001/020 em 29 de junho de 2001.

"O registro da presente distribuição de valores mobiliários na CVM objetiva somente garantir o acesso às informações prestadas, não implicando, por parte da CVM, garantia da veracidade daquelas informações nem julgamento quanto à qualidade da Companhia Emissora ou sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

"Este prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela Emissora visando o atendimento dos padrões mínimos de informação estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, das instituições participantes e/ou dos títulos e valores mobiliários objeto da Distribuição."

Coordenador



Coordenadores Contratados

PACTUAL

Deutsche Bank 

A data deste Prospecto é 29 de junho de 2001.

ÁREA DE ATUAÇÃO DA SANEPAR



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO
•	Termos e Condições da Distribuição (Informações Relativas ao Anexo I da Instrução CVM n.º 134/90)..... 7
•	Definições.....14
•	Sumário do Prospecto17
	A Emissora.....17
	Informações Cadastrais da Emissora19
	Dados Financeiros Seleccionados20
•	Fatores de Risco21
•	Destinação dos Recursos29
2.	INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA
•	Capitalização.....31
•	Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos35
•	Informações Financeiras Seleccionadas36
•	Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e Resultados Operacionais.....37
•	Visão Geral do Setor de Saneamento Básico no Brasil49
•	Informações sobre a Emissora.....55
•	Atividades da Emissora57
•	Administração92
•	Descrição do Capital Social e dos Dividendos100
•	Principais Acionistas102
•	Operações com Partes Relacionadas.....105
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA
•	Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1999..... 107
•	Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2000.....158
•	Informações Trimestrais – ITR da Emissora de 31 de março de 2000209
•	Informações Trimestrais – ITR da Emissora de 31 de março de 2001239
4.	ANEXOS
•	Estatuto Social da Emissora.....273
•	Ata da 79ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2001285
•	Ata da 3ª/2001 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 04 de junho de 2001.....289
•	Ata da 80ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2001.....292
•	Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2000295
•	Súmula de Classificação de Risco da Emissão fornecida pela Moody's América Latina Ltda.361

1.**INTRODUÇÃO**

- Termos e Condições da Distribuição (Informações Relativas ao Anexo I da Instrução CVM n.º 134/90)
- Definições
- Sumário do Prospecto
 - A Emissora
 - Informações Cadastrais da Emissora
 - Dados Financeiros Seleccionados
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos

**TERMOS E CONDIÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO
(INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ANEXO I DA INSTRUÇÃO CVM n.º 134/90)**

1. Razão Social e Endereço da Emissora

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

CNPJ/MF n.º 76.484.013/0001-45

Rua Engenheiros Rebouças, 1376

Curitiba, Paraná

2. Aprovação da Emissão

A Emissão foi aprovada conforme deliberações dos acionistas da Emissora reunidos na 79ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2001, e ratificada pelos acionistas reunidos na 80ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04 de junho de 2001.

3. Registro da Distribuição na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

N.º CVM/SRE/RNP/2001/020

Data: 29 de junho de 2001

4. Ramo de Atividade

A Emissora desenvolve atividades ligadas ao setor de saneamento básico, dentre as quais a captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos, e também promove a (i) realização de estudos e elaboração de projetos e orçamentos de obras relativas a novas instalações de água e esgotos sanitários; (ii) execução das obras mencionadas no item anterior; (iii) exploração direta, ou por intermédio de subsidiárias regionais ou locais, de serviços de água e esgoto; (iv) prestação de serviços de assistência técnica e/ou administrativa, relativamente a serviços de água e esgotos, a municípios, entidades autárquicas, e/ou a empresas locais das quais a Companhia não participe ou participe minoritariamente; (v) exploração de serviços públicos e sistemas privados de remoção e destinação final de resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; e (vi) exploração de serviços públicos e sistemas privados de drenagem urbana.

5. Limites da Emissão (arts. 3º e 4º da Resolução CVM n.º 134/90)

5.1 Patrimônio Líquido em 31 de março de 2001: R\$1.172.790 mil (acima do limite de 10 milhões de BTNFs).

5.2 Índice de Endividamento

	Valor (R\$ mil, exceto %)
Valor do Passivo Circulante	287.856
Valor do Exigível a Longo Prazo	1.010.257
Valor da Presente Emissão	74.000
Passivo Total Após a Emissão (A)	1.372.113
Patrimônio Líquido (B)	1.172.790
(A)/(B)	1,17

6. Composição do Capital Social em 31 de março de 2001

Espécie e classe das ações	Capital subscrito e integralizado	
	Quantidade	Valor (R\$)
Ordinárias	289.836.870	389.342.813,14
Preferenciais	41.428.876	55.652.116,06
Total	331.265.746	444.994.929,20

7. Relação dos Principais Acionistas

Acionista	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais
Estado do Paraná	173.902.122	60,00	0	0
Dominó Holdings S.A.	115.106.273	39,71	0	0
Total	289.008.395	99,71	0	0

8. Dados Econômicos e Financeiros da Emissora

Valores em 31 de março de 2001	(em R\$ mil)
Receita Líquida	185.587
Lucro Operacional	59.435
Lucro Líquido	40.828
Exigível Total	1.298.113
Patrimônio Líquido	1.172.790
Capital Social	444.995
Índices	
Lucro Líquido/Receita Líquida	22%

9. Características Básicas da Distribuição

	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Montante (R\$)
Notas Promissórias Comerciais	74	1.000.000,00	74.000.000,00
Custo de Colocação e Garantia de Colocação (0,28% sobre o valor da emissão)			207.200,00
Custo de Registro da Emissão na CVM			74.000,00
		Custo máximo da distribuição:	281.200,00
		Montante líquido para a Emissora ⁽¹⁾ :	73.718.800,00

⁽¹⁾ Desse montante será deduzido o valor do deságio a ser aplicado quando da colocação.

10. Demonstrativo do Custo de Distribuição

10.1 Remuneração:

- a) Comissão de Colocação: 0,08% (oito centésimos por cento) calculados sobre o valor nominal das Notas Promissórias efetivamente colocadas junto ao público;
- b) Comissão de Garantia Firme: 0,20% (vinte centésimos por cento) calculados sobre o valor nominal das Notas Promissórias, pela prestação de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Promissórias.

10.2 Custos decorrentes do registro da Distribuição na CVM: 0,1% (um décimo por cento) do valor da Emissão, limitado a 100.000 UFIR's, equivalente a R\$74.000,00 (setenta e quatro mil reais) referente à taxa de registro cobrada pela CVM.

10.3 Outras despesas estimadas em R\$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), relativos a despesas com assessoria jurídica, publicações, impressões e demais despesas necessárias à conclusão da Distribuição.

10.4 Custo Unitário do Lançamento:

Valor Nominal Unitário (R\$)	Custo Unitário por Nota Promissória (R\$)	Montante Líquido ⁽¹⁾ (R\$)
1.000.000,00	3.800,00	996.200,00

⁽¹⁾ Desse montante será deduzido o valor do deságio a ser aplicado quando da colocação.

11. Condições e Prazo de Subscrição e Integralização

11.1 A distribuição pública será realizada na forma e nas condições a seguir mencionadas:

11.1.1 A distribuição das Notas Promissórias somente terá início após a data da concessão do registro pela CVM e da publicação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme o artigo 26 da Instrução CVM n.º 134/90.

11.1.2 As Notas Promissórias serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. O Preço de Subscrição das Notas Promissórias será calculado mediante aplicação de deságio sobre seu Valor Nominal Unitário.

11.1.3 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Notas Promissórias.

12. Contrato de Subscrição e Colocação das Notas Promissórias

12.1 O Banco ABN AMRO Real S.A. (o “Coordenador”) firmou com a Emissora o Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Notas Promissórias, da Primeira Emissão Pública de Notas Promissórias da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, em Regime de Garantia Firme, em 4 de junho de 2001, para reger a forma de distribuição das Notas Promissórias (“Contrato de Colocação”).

12.2 A colocação das Notas Promissórias será realizada em até 3 (três) dias úteis após a data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição das Notas Promissórias.

12.3 Outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários poderão participar da distribuição mediante adesão aos termos do Contrato de Colocação, por meio da assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Notas Promissórias, da Primeira Emissão Pública de Notas Promissórias da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, em Regime de Garantia Firme, cuja minuta será submetida à apreciação da CVM. A adesão aos termos do Contrato de Colocação deverá ser realizada antes da concessão do registro pela CVM.

12.4 Quantidade de Notas Promissórias a ser colocada pelo Coordenador e pelos Coordenadores Contratados, respectivamente:

	Quantidade
<i>Coordenador:</i>	
Banco ABN AMRO Real S.A.	52 Notas Promissórias
<i>Coordenadores Contratados:</i>	
Banco Pactual S.A.	15 Notas Promissórias
Deutsche Bank S.A.	7 Notas Promissórias

13. Negociação

As Notas Promissórias serão registradas para negociação junto ao Sistema de Notas Promissórias (“NOTA”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação de Títulos (“CETIP”).

14. Características da Emissão

14.1 Número de Séries

A Emissão será efetuada em série única.

14.2 Data de Emissão

A Data de Emissão de cada uma das Notas Promissórias será a sua data de subscrição.

14.3 Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão

As Notas Promissórias terão Valor Nominal Unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo, na Data de Emissão, o montante total de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais).

14.4 Quantidade de Notas Promissórias

Serão emitidas 74 (setenta e quatro) Notas Promissórias.

14.5 Prazo e Vencimento

As Notas Promissórias terão prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Emissão. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação total das Notas Promissórias que ainda se encontrarem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário.

14.6 Forma

As Notas Promissórias serão da forma nominativa.

14.7 Garantia

Não será constituída qualquer garantia relativamente à presente Emissão.

14.8 Remuneração

As Notas Promissórias serão colocadas no mercado com um deságio sobre o seu Valor Nominal Unitário.

14.9 Amortização

O pagamento relativo ao Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias será realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

14.10 Procedimento de Colocação

As Notas Promissórias serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição conforme o disposto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80. Dessa forma, não serão admitidas reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, sendo que serão atendidos, preferencialmente, os clientes do Coordenador que desejarem efetuar a subscrição e/ou a aquisição das Notas Promissórias.

14.11 Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP.

14.12 Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos adquirentes das Notas Promissórias, deverão ser veiculados na forma de avisos, no Jornal Gazeta do Povo, Jornal Gazeta Mercantil e no Diário Oficial do Estado do Paraná.

14.13 Resgate Antecipado

A Emissora poderá promover o resgate antecipado das Notas Promissórias mediante concordância formal e expressa dos respectivos titulares, e observadas as disposições legais.

15. Banco Mandatário e Custodiante

Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, à Rua Boa Vista, 176, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.

16. Destinação dos Recursos

Os recursos captados com a colocação das Notas Promissórias serão destinados, depois do pagamento das despesas relacionadas com o processo de emissão e distribuição das Notas Promissórias, para (i) complemento parcial dos recursos próprios destinados ao nosso programa de investimentos, (ii) pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos, bem como (iii) para outras obrigações inerentes ao curso normal dos nossos negócios.

17. Relacionamento da Emissora com o Coordenador da Distribuição

A Emissora possui convênio de prestação de serviços firmado com o Coordenador, em 04 de setembro de 2000, com prazo de vigência indeterminado, cujo objeto é o recebimento de contas de água, esgoto e serviços. O valor médio de recebimentos efetuados pelo Coordenador é de R\$750.000,00/mês (setecentos e cinquenta mil reais por mês).

18. Informações Complementares

18.1 Para verificar a adequação das distribuições de valores mobiliários às regras que tratam da emissão de valores mobiliários representativos de dívida por sociedades controladas direta ou indiretamente por estados e municípios, a CVM tem por prática enviar ofício ao Banco Central do Brasil (“BACEN”). No que se refere à presente Emissão de Notas Promissórias, a CVM enviou ao BACEN, em 18 de junho de 2001, o OFÍCIO/CVM/SER/GER-2/Nº678/2001 (“Ofício CVM”). Em atendimento ao Ofício CVM, o BACEN manifestou-se favoravelmente à realização da presente Emissão, confirmando que não identificou condição que infrinja as disposições da Resolução nº 78, de 01 de julho de 1998, do Senado Federal, nos termos do seu Ofício DEDIP/GABIN-2001/220, datado de 25 de junho de 2001.

18.2 No que diz respeito ao cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (“Lei de Responsabilidade Fiscal”), a Companhia obteve, em 11 de junho de 2001, junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, declaração atestando que não recebe de seu acionista controlador, o Estado do Paraná, quaisquer recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, nesse último caso, recursos financeiros provenientes de aumento de participação acionária. Nos termos da norma referida, ficou afastada a caracterização da Companhia como Empresa Estatal Dependente. Neste sentido, em 25 de junho de 2001, manifestou-se o Ministério da Fazenda, através da sua Secretaria do Tesouro Nacional, reiterando que, de acordo com entendimentos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, não cabe o pronunciamento do Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

18.3 Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Emissão poderão ser obtidas junto ao Coordenador, situado na Av. Paulista, 1374 – 3º andar, São Paulo, SP, ou junto à CVM situada na Rua Formosa, 367 – 20º andar, São Paulo, SP ou na Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar, Rio de Janeiro, RJ.

18.4 A Companhia encontra-se registrada como companhia aberta junto à CVM desde 10 de março de 2000, sob o número 01862-7, estando em dia com as obrigações decorrentes desse registro.

18.5 Não existem, a critério da Emissora, outras informações consideradas relevantes para a avaliação do investimento, sobre a Emissão ou sobre a Emissora, que não sejam de conhecimento público ou não estejam descritas no corpo deste Prospecto.

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos elencados abaixo devem ter o significado a eles atribuído, salvo referência diversa no Prospecto.

Acionista Controlador	Estado do Paraná
Acordo de Acionistas.....	Acordo celebrado entre o Estado do Paraná e Dominó Holdings S.A., em 04 de setembro de 1998
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto
ANA.....	Agência Nacional de Águas
BACEN.....	Banco Central do Brasil
Banco Mandatário e Custodiante.....	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Boa Vista, 176, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04
Banestado.....	Banco Banestado S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD.....	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF.....	Caixa Econômica Federal
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Companhia	Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
Contrato de Adesão.....	Instrumento Particular de Contrato de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Notas Promissórias, da Primeira Emissão Pública de Notas Promissórias da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, em Regime de Garantia Firme, a ser firmado entre o Coordenador e outras instituições financeiras para participação na distribuição pública das Notas Promissórias
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Notas Promissórias, da Primeira Emissão Pública de Notas Promissórias da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, em Regime de Garantia Firme, firmado entre a Emissora e o Coordenador em 4 de junho de 2001

Contratos de Concessão	Contratos de concessão firmados entre a Emissora e os municípios concedentes, para prestação dos serviços de saneamento básico
Coordenador	Banco ABN AMRO Real S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1374, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.066.408/0001-15
Constituição Estadual.....	Constituição do Estado do Paraná
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CMN	Conselho Monetário Nacional
DAE	Departamento de Água e Esgotos do Estado do Paraná
Data de Emissão	Para cada Nota Promissória, a data da sua subscrição
Data de Vencimento.....	Para cada Nota Promissória, 360 (trezentos e sessenta) dias após a data da sua subscrição
Dominó Holdings S.A.	Companhia formada pelas empresas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Companhia Paranaense de Energia – COPEL, Opportunity Daleth S.A. e por Vivendi Environnement
Emissão.....	Emissão de 74 (setenta e quatro) Notas Promissórias Comerciais da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando o montante de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), em regime de garantia firme de colocação
Emissora.....	Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
Ernst & Young.....	Ernst & Young Auditores Independentes S/C, auditores independentes da Emissora
Estatuto Social.....	Estatuto Social da Companhia
ETAs.....	Estações de tratamento de água
ETEs	Estações de tratamento de esgoto
FGTS.....	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAP.....	Instituto Ambiental do Paraná
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
JBIC	<i>Japan Bank for International Cooperation</i> , instituição de fomento do governo do Japão
Lei de Concessões.....	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações posteriores
Lei de Licitações.....	Lei n.º 8.666, de 21 de março de 1993, e suas alterações posteriores
Lei de Responsabilidade Fiscal.....	Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000

Lei das Sociedades por Ações ou Lei

n.º 6.404/76 Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores

Lei n.º 6.388/82..... Lei n.º 6.388, de 17 de dezembro de 1982, e suas alterações posteriores, que concedeu à Emissora a concessão do serviço de saneamento básico pelo prazo de 30 (trinta) anos no Município de Curitiba

Lei n.º 9.433/97..... Lei Federal n.º 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e suas alterações posteriores, que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos

Lei n.º 11.963/97..... Lei Estadual n.º 11.963, de 19 de dezembro de 1997, e suas alterações posteriores, que autorizou o Estado do Paraná a vender participação acionária na Emissora

Lei n.º 12.726/99..... Lei Estadual n.º 12.726, de 26 de novembro de 1999, e suas alterações posteriores, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos

Lei n.º 9.984/00..... Lei Federal n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, e suas alterações posteriores, que criou a ANA

NOTA Sistema de Notas Promissórias

Notas Promissórias Valores mobiliários objeto da presente Emissão

PASEP..... Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PLANASA Plano Nacional de Saneamento

Plano Plurianual de Investimentos Plano Plurianual de Investimentos da Companhia para o período compreendido entre os anos de 2001 e 2004

Preço de Subscrição das Notas

Promissórias R\$843.450,00 (Oitocentos e quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais), definido mediante aplicação de deságio sobre seu Valor Nominal Unitário

Projeto de Lei do Setor de Saneamento

Básico..... Projeto de Lei n.º 4.147/01, enviado ao Congresso Nacional em 20 de fevereiro de 2001, que trata das diretrizes nacionais para a prestação do serviço público de saneamento básico

Sócio Estratégico Dominó Holdings S.A.

SOMA..... Sociedade Operadora do Mercado de Ativos

SUDERHSA..... Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

TJLP..... Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo BACEN

TR..... Taxa Referencial, divulgada pelo BACEN

SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações e demonstrações financeiras constantes do presente Prospecto.

A Emissora

Somos uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná, e temos como principal atividade a operação de sistemas públicos de água e esgotos no Estado do Paraná. Prestamos serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água, e coleta, tratamento e disposição final de esgotos para consumidores residenciais, comerciais, industriais e públicos.

Em 2000, faturamos aproximadamente R\$679,754 milhões. Nos três primeiros meses de 2001, o nosso faturamento totalizou aproximadamente R\$192,677 milhões enquanto que, no mesmo período do ano de 2000, faturamos aproximadamente R\$168,656 milhões, ou seja um crescimento de 14,24% em relação ao ano anterior.

Há 38 anos operamos sistemas de água e esgotos em 342 (85,7%) dos 399 municípios do Estado do Paraná, inclusive no Município de Curitiba.

Fomos criados em 1963 pela Lei Estadual n.º 4.684, de 23 de janeiro de 1963, ocorrendo a nossa conseqüente constituição em 30 de dezembro de 1963. Desde então, concentramos nossas atividades em estudos, projetos, obras e financiamentos através do Fundo de Água e Esgoto – FAE.

Quando de nossa constituição, a produção, adução e distribuição de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos era operada pelas companhias de economia mista ou serviços autônomos de água e esgoto municipais, mediante nossa assistência técnica.

Com a incorporação do Departamento de Água e Esgoto, em janeiro de 1972, tivemos nosso objeto social totalmente modificado, sendo certo que então passamos a explorar os serviços dos sistemas de água e esgotos de Curitiba e de mais outros 15 municípios do Estado do Paraná. No mesmo ano, aderimos ao PLANASA. Na época, atendíamos a pouco mais de 500 mil habitantes com o sistema de abastecimento de água, e o número de habitantes atendidos pelos serviços de esgoto sanitário não superava 300 mil.

Em 1995, demos início aos estudos de transformação institucional para descentralizar nossas atividades e operar com Unidades de Negócio, sendo a respectiva operação efetivada em janeiro de 1998.

Em 8 de junho de 1998, o Estado do Paraná alienou 39,71% das ações ordinárias nominativas que detinha a um sócio privado, o nosso Sócio Estratégico, buscando desta forma aumentar as nossas potencialidades. Esta aquisição foi efetuada pela Dominó Holdings S.A. e, desde então, nós vimos reforçando a estratégia de conduzir os nossos negócios com flexibilidade organizacional para responder de maneira ágil e eficiente às novas exigências do mercado e às mudanças conjunturais.

No ano de 2000, fornecemos água para cerca de 7,58 milhões de pessoas, o equivalente a 98,78% da população urbana do Estado do Paraná, através de cerca de 1.913.973 ligações de água conectadas e aproximadamente 33 mil km de redes de distribuição. No mesmo ano, coletamos esgotos por meio de 675.865 ligações de esgoto e cerca de 11 mil km de redes coletoras, atendendo aproximadamente 3,11 milhões de pessoas, equivalente a 40,45% de nossos consumidores de água.

Ainda no decorrer do ano de 2000, promovemos o nosso registro na CVM como companhia aberta. Hoje, temos ações preferenciais negociadas no mercado de balcão organizado administrado pela SOMA.

Fomos a primeira empresa de saneamento básico no Brasil a conquistar a certificação internacional ISO 14001, referente ao sistema de gestão ambiental implantado no Município de Foz do Iguaçu. Ainda, possuímos a certificação ISO 9002 para a unidade de produção de água tratada do Município de Campo Largo, situado na Região Metropolitana de Curitiba. Esta foi a primeira certificação ISO 9002 para um processo de tratamento de água na América Latina.

Atualmente, possuímos uma estratégia de negócios integrada, que contempla os aspectos mercadológico, político-institucional e econômico-financeiro, que consiste em (i) manter nossos clientes atuais, (ii) expandir nossa base de atuação, através da obtenção de novas concessões municipais; (iii) iniciar as atividades de coleta e tratamento de resíduos sólidos; e (iv) implantar e ampliar os sistemas de produção e distribuição de água e coleta, tratamento e disposição final de esgotos.

A nossa tarefa institucional é exercer continuamente nossa identidade sanitária, alicerçada em indiscutível compromisso com a qualidade de vida da população, através da operação de concessões públicas de serviços de saneamento básico.

Informações Cadastrais da Emissora

Identificação.....	Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.484.013/0001-45.
Sede.....	Rua Engenheiros Rebouças, 1376, Curitiba, Paraná.
Diretor de Relações com Investidores.....	Alberto Zocco Júnior. O telefone do Diretor de Relações com Investidores é (41) 330-3636, o fax é (41) 333-8834 e o e-mail é zoccojr@sanepar.com.br .
Acionista Controlador	A Companhia é controlada pelo Estado do Paraná.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	A Companhia iniciou a negociação de suas ações em 16 de março de 2000 no mercado de balcão organizado administrado pela SOMA, conforme decorre da Seção “INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS”.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S/C.
Jornais nos quais Divulga Informações.....	Jornal Gazeta do Povo, Jornal Gazeta Mercantil e Diário Oficial do Estado do Paraná.

Dados Financeiros Seleccionados

Nossos dados financeiros seleccionados estão em conformidade com as informações trazidas em nossas Demonstrações Financeiras incluídas neste Prospecto e devem, portanto, ser lidas em conjunto com as mesmas. As Demonstrações Financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1998, 1999 e 2000 foram auditadas pela Ernst & Young. As Demonstrações Financeiras para os períodos encerrados em 31 de março de 2000 e 31 de março de 2001 foram objeto de revisão especial também pela Ernst & Young. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contábeis previstos pela legislação societária, bem como por regulamentações e determinações da CVM.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos encerrados em 31 de março de	
	2000	1999	1998	2001	2000
	(em R\$ mil)				
ATIVO					
Circulante	211.501	186.243	151.743	222.169	212.887
Realizável a Longo Prazo	45.125	33.799	31.123	39.778	25.951
Permanente	2.158.722	2.007.263	1.868.023	2.208.956	2.021.138
TOTAL DO ATIVO	2.415.348	2.227.305	2.050.889	2.470.903	2.259.976
PASSIVO					
Circulante	284.377	196.325	150.670	287.856	205.777
Exigível a Longo Prazo	1.022.207	1.030.270	972.683	1.010.257	1.017.516
Patrimônio Líquido	1.108.764	1.000.710	927.536	1.172.790	1.036.683
TOTAL DO PASSIVO	2.415.348	2.227.305	2.050.889	2.470.903	2.259.976
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receitas Operacionais.....	679.754	595.374	530.382	192.677	168.656
Deduções das Receitas Operacionais	(25.186)	(21.600)	(14.055)	(7.090)	(6.231)
Receita Operacional Líquida	654.568	573.774	516.327	185.587	162.425
Custos dos Produtos e Serviços	(217.666)	(199.738)	(189.145)	(55.947)	(51.975)
Resultado Bruto	436.902	374.036	327.182	129.640	110.450
Receitas (Despesas) Operacionais	(364.600)	(342.046)	(304.175)	(70.205)	(62.392)
Resultado Operacional.....	72.302	31.990	23.007	59.435	48.058
Resultado Não Operacional.....	(1.291)	(1.912)	(1.386)	286	(148)
Lucro Antes do Impostos	71.011	30.078	21.621	59.721	47.910
IR e CSL	1.169	(939)	(1.431)	(18.893)	(15.334)
Lucro Antes da Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	72.180	29.139	20.190	40.828	32.576
Programa Participação nos Resultados.....	(11.318)	-	-	-	-
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio para o Patrimônio Líquido.....	75.616	30.078	21.621	-	-
Lucro Líquido do Exercício	136.478	59.217	41.811	40.828	32.576

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente e com base em suas próprias situações financeiras e seus objetivos de investimento todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir.

Riscos Relativos à Economia Brasileira

Efeitos das Taxas de Inflação Elevadas e da Política Anti-Inflacionária do Governo Federal

A elevada inflação brasileira, juntamente com medidas do governo destinadas a combatê-la, geraram, no passado, efeitos adversos sobre a economia do País. O Plano Real, implementado pelo governo em 1994, resultou na redução sustentada do nível de inflação no Brasil até o final de 2000. Todavia, devido à crise nos mercados internacionais, o governo foi obrigado a promover, no início de 1999, uma mudança na política cambial vigente desde a introdução do Plano Real, o que acarretou uma forte desvalorização da moeda brasileira, bem como em novas incertezas em relação à manutenção das baixas taxas de inflação verificadas desde a adoção do Plano Real. Se a inflação brasileira voltar a aumentar, nossos negócios, condição financeira e o resultado de nossas operações, principalmente no que se refere a nossas taxas de crescimento futuro, poderão ser afetados de maneira negativa, sobretudo se os aumentos nos custos não puderem ser repassados aos nossos consumidores, através das tarifas cobradas.

Concomitantemente, em havendo uma possível elevação das taxas de inflação, a política macroeconômica anti-inflacionária do Governo Federal poderá, eventualmente, resultar em uma desaceleração do nível de atividade econômica. Isto, por sua vez, poderia gerar o aumento do desemprego e do nível de inadimplência. No caso deste cenário recessivo vir a se concretizar, os nossos negócios, nossa condição financeira e o resultado de nossas operações poderão também ser afetados adversamente.

Efeitos da Instabilidade da Taxa de Câmbio

Nos últimos anos a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações freqüentes em relação ao dólar norte-americano. Novas desvalorizações da moeda nacional poderão afetar os nossos resultados econômicos, tendo em vista que uma parte do nosso endividamento tem seu valor denominado em ou vinculado à variação do dólar norte-americano e, ainda, parte dos produtos químicos utilizados nos processos de tratamento de água e de esgotos sanitários têm seu preço vinculado ao dólar norte-americano, por se tratar de produtos comercializados mundialmente, ao passo que a nossa receita é denominada em reais. Em 31 de março de 2001, a nossa dívida total consolidada, sujeita a variação segundo cotação de moeda estrangeira, era de aproximadamente R\$91.670.000,00, que representava aproximadamente 11,1% do total de nosso endividamento (ver Seção “CAPITALIZAÇÃO”).

Efeitos da Exposição à Variação de Taxas de Juros e Variações Monetárias

Nosso endividamento está sujeito, em parte, às variações monetárias uma vez que está atrelado a índices de atualização monetária, principalmente à TR. Em 31 de março de 2001 o nosso endividamento sujeito às variações monetárias representava 88,9% do nosso endividamento total. Em ocorrendo a elevação desses índices, o serviço da dívida incidente sobre os nossos financiamentos poderá aumentar. Neste caso, o resultado de nossas operações poderá ser afetado adversamente, como resultado de maiores despesas financeiras relacionadas ao custo da nossa dívida (ver Seção “CAPITALIZAÇÃO”).

Efeitos da Escassez de Energia Elétrica

O Brasil enfrenta, atualmente, uma acentuada crise no setor de energia elétrica, sobretudo nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. O reduzido volume de investimentos nesse setor e o crescimento da demanda de energia ao longo dos últimos anos, aliado ao problema da escassez de recursos hídricos, culminou em um problema de grande escala, cujo resultado imediato traduz-se em racionamento e, eventualmente, corte de energia elétrica. Neste sentido, o Governo Federal determinou, por meio da Medida Provisória n.º 2.148-1, de 22 de maio de 2001, a redução em 20% do consumo médio mensal de energia elétrica para os meses de junho, julho e agosto do corrente ano quando comparados aos mesmos meses do ano passado. Todavia, cumpre esclarecer que tal medida já vem sendo questionada judicialmente.

Ainda que em princípio este racionamento não abranja a Região Sul, na qual estamos situados, não há como garantir que o problema não vá se estender para esta região. A energia elétrica constitui um dos nossos principais insumos, sem o qual não nos é possível distribuir a água para nossos consumidores finais, bem como tratar a água e os esgotos sanitários. Qualquer racionamento de energia elétrica que nos seja imposto poderá afetar adversamente nossas principais atividades e, portanto, impactar negativamente nossas operações e condição financeira.

Paralelamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para combater a crise energética poderão resultar em uma desaceleração da atividade econômica. Isto, por sua vez, poderá gerar um aumento do desemprego e do nível de inadimplência. Em se concretizando esse cenário recessivo, nossos negócios, condição financeira, e o resultado de nossas operações poderão também ser adversamente afetados.

Riscos Relativos ao Setor de Saneamento Básico

Nova Regulamentação do Setor de Saneamento Básico

Encontra-se em discussão no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Setor de Saneamento Básico, o qual estabelece diretrizes para a prestação de serviços de saneamento básico e que tem sido objeto de inúmeras emendas, e objeto de ampla discussão, por parte da União, dos Estados e dos Municípios. Mencionado Projeto de

Lei do Setor de Saneamento Básico, se e quando aprovado, implicará a redefinição do poder concedente do serviço de saneamento básico além da introdução, no ordenamento jurídico brasileiro, de uma regulamentação nacional para este setor, a qual inexistente atualmente.

A nova regulação pode submeter as nossas atividades ao controle de órgãos regulatórios, credenciados junto à ANA, podendo afetar a sua relação jurídica com os diversos titulares do serviço de saneamento básico, bem como a definição dos critérios para estipulação de tarifas.

Por se tratar de proposta recente, não é possível precisar em que medida nossas atividades serão afetadas pelas disposições do referido Projeto de Lei do Setor de Saneamento Básico. Caso venhamos, em função da nova disciplina legal, a perder quaisquer de nossas concessões, ou não estejamos aptos a obter novas concessões ou licenças para a operação de serviços de saneamento básico no Estado do Paraná ou, ainda, caso não consigamos adequar tempestivamente as nossas atividades às exigências e metas impostas pela nova legislação, poderemos ter reduzida nossa área de atuação bem como nossa capacidade de competição com outros prestadores destes serviços, o que poderá impactar adversamente a geração de nossas receitas.

Fundo de Universalização dos Serviços de Saneamento Básico

O Projeto de Lei do Setor de Saneamento Básico prevê também a criação de fundos de universalização destinados a subsidiar ações de saneamento básico. O poder concedente deverá prever nas normas legais, regulamentares e contratuais, a destinação de percentual incidente sobre o faturamento bruto da prestadora do serviço. Caso aprovado o mencionado Projeto de Lei do Setor de Saneamento Básico, e respeitados os termos e prazos dos contratos de concessão vigentes, os novos contratos de concessão poderão prever a incidência de um percentual sobre o faturamento bruto da prestadora de serviço (referente à localidade dada em concessão). Isso também poderá afetar as nossas operações.

Cobrança pela Utilização de Recursos Hídricos

A possibilidade de cobrança, pelo Poder Público, pela utilização de recursos hídricos tem sido amplamente discutida no cenário político nacional.

Tanto a Lei Federal n.º 9.433/97 como a Lei Estadual n.º 12.726/99 definem que a água é dotada de valor econômico e estabelecem como um dos instrumentos, da política de recursos hídricos, respectivamente nos níveis federal e estadual, a cobrança pelo uso de recursos hídricos. No caso específico do Estado do Paraná, a regulamentação dessa cobrança deverá ocorrer por meio de decreto estadual. Tal decreto encontra-se em discussão e acreditamos que esteja concluído e, até mesmo editado, ainda este ano.

Todavia, não existem ainda critérios legais definidos para o cálculo dos valores a serem cobrados, de forma que não é possível definir quais os impactos da eventual cobrança nas nossas atividades. A implementação da cobrança pela

utilização dos recursos hídricos certamente acarretará um aumento dos nossos custos de produção, podendo, ainda, reduzir nossas margens de lucro se estes custos não puderem ser repassados aos nossos consumidores.

Escassez de Água

A manutenção dos níveis de água necessários ao atendimento da demanda das regiões por nós atendidas depende de fatores alheios ao nosso controle, dentre os quais os níveis pluviométricos.

Em que pese a variação do nível pluviométrico ter se mantido dentro de uma normalidade, em havendo uma longa escassez, não há como assegurar que nos será possível, de imediato, encontrar fontes alternativas de água para suprir as regiões que atendemos. Desta forma, caso os índices pluviométricos se encontrem baixos, ou ocorram outros fatores que possam prejudicar a adequada manutenção dos níveis de água necessários, a nossa capacidade de atender à demanda poderá ser comprometida, acarretando um menor abastecimento das regiões atendidas e a conseqüente redução de nossas receitas.

Poluição Acidental ou Outros Acidentes de Grande Porte

As nossas principais atividades dependem da captação de água em diversas fontes para tratamento e subseqüente distribuição à população atendida. Qualquer poluição acidental de grande porte nas fontes de água por nós utilizadas, que leve a perdas de mananciais, pode elevar os nossos custos em decorrência do tratamento adicional dessas águas ou até mesmo da inviabilidade de uso das mesmas. Essa intensificação no tratamento desses recursos hídricos ou a eventual perda dos mesmos, pode nos ensejar despesas adicionais e imprevistas, o que poderia afetar negativamente a nossa condição econômico-financeira.

Riscos Relativos à Companhia

Interesses Conflitantes

O Estado do Paraná é o nosso acionista controlador. Dessa forma, nós estivemos, e continuaremos a estar, sujeitos a ações políticas, econômicas e/ou sociais do Governo Federal na busca de seus objetivos. Da mesma forma, por sermos uma prestadora de serviço público essencial poderemos, em determinados momentos, ter nossas atividades direcionadas pelo Estado do Paraná, para o atendimento de necessidades sociais, em detrimento de políticas eficientes voltadas para a obtenção de resultados financeiros. Portanto, não existem garantias de que a sucessão de diferentes governos não nos causará instabilidade, ou tampouco que a interferência do mesmo nas nossas atividades estará sempre alinhada com nossos interesses e objetivos prioritários. Esse possível conflito de interesses entre nós e o Estado do Paraná pode, em certos casos, afetar adversamente o nosso desempenho e, em conseqüência, a capacidade de saldar as nossas dívidas.

Nosso Regime Jurídico Especial

Nós somos uma sociedade de economia mista e, portanto, não estamos sujeitos à falência, ainda que nossos bens sejam penhoráveis e sujeitos à execução, e que nossa controladora seja responsável, subsidiariamente, pelas nossas obrigações. Todavia, os nossos ativos essenciais para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, que devem ser revertidos para o poder concedente municipal ao final do termo dos Contratos de Concessão, mediante o pagamento do valor não amortizado de tais ativos, não estão sujeitos à penhora e à execução judicial. O Congresso Nacional está atualmente debatendo um projeto de lei que revoga o artigo 242 da Lei das Sociedades por Ações, excluindo o acionista controlador da sociedade de economia mista da responsabilidade subsidiária perante os credores.

Assim, em havendo inadimplemento, de nossa parte, das obrigações contraídas sob esta Emissão, nem todos os nossos bens poderão ser objeto de execução. Ademais, caso o projeto de alteração do artigo 242 da Lei das Sociedades por Ações venha a ser aprovado, o nosso acionista controlador poderá não mais responder subsidiariamente pelo pagamento das Notas Promissórias.

Regras de Contingenciamento de Crédito do Setor Público

Por sermos uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná, nós nos enquadrados no conceito de “entidade do setor público para os fins das regras de contingenciamento de crédito do setor público”, editadas pelo CMN e pelo BACEN.

Por força dessas regras, a contratação de operações de crédito por entidades do setor público, com instituições financeiras, fica condicionada a limites e condições estipuladas em resoluções do BACEN e do CMN, que devem ser observados pelas sociedades de economia mista quando da busca por recursos junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Caso seja necessário, como alternativa financeira, captar recursos junto a tais instituições para o financiamento de nossas atividades e cumprimento de nossas obrigações, as regras de contingenciamento ao crédito e os resultados financeiros do nosso Acionista Controlador poderão dificultar a obtenção desses recursos, prejudicando assim o desenvolvimento de nossas atividades e o cumprimento das obrigações por nós assumidas, impactando adversamente, destarte, os nossos resultados e a nossa situação financeira.

Validade das Concessões de Serviço Público por Nós Detidas e a Elevada Concorrência

A prestação dos serviços públicos de água e esgoto depende de concessões específicas do poder concedente. A quase totalidade das nossas concessões formais são outorgadas pelo Município responsável pela prestação de tais serviços.

De modo geral, os Contratos de Concessão são celebrados pelo prazo de 30 (trinta) anos. Todavia, em função de certas prerrogativas constitucionais que lhe são conferidas, em existindo relevante interesse de ordem pública, o poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de Concessão antes de seu vencimento, cabendo-lhe indenizar a concessionária pela rescisão conforme previsão contratual. Na grande maioria das áreas que atendemos, formalizamos um Contrato de Concessão com o poder concedente, sendo que o primeiro desses contratos vence em 2002.

Temos 342 concessões, sendo 327 com contratos firmados e 15 com contratos por formalizar. Destes últimos, 14 referem-se a desmembramentos de municípios por nós operados, e um possui lei específica autorizando nossa operação. Dos 342 municípios por nós atendidos, 99 dos contratos de concessão já estão renovados, e 243 vencerão ao longo dos próximos anos.

Ademais, desde 1963 prestamos serviços de abastecimento e distribuição de água e coleta de esgotos ao Município de Curitiba, ainda que não detenhamos um Contrato de Concessão formal para tanto. A perda da capacidade ou das concessões para operação dos serviços de saneamento básico das regiões do Estado do Paraná, seja em razão da rescisão dos Contratos de Concessão existentes ou da não-renovação dos contratos a vencer, seja em razão da entrada de novos concorrentes, poderá impactar adversamente os nossos resultados operacionais (ver Seção “VISÃO GERAL DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL”).

Tarifas e seus Efeitos sobre os Nossos Resultados Operacionais

A cobrança adequada pelos serviços que prestamos, através das tarifas cobradas, reflete diretamente em nossos resultados financeiros. Ainda que detenhamos a possibilidade de interação na definição das nossas tarifas mediante discussão e apresentação de planilhas de custos, praticamos hoje uma tarifa uniforme em todo o Estado, sendo eventuais reajustes submetidos para aprovação prévia pelo governo estadual.

A eventual impossibilidade de mantermos tarifas adequadas, compatíveis com nossos custos, certamente prejudicará tanto o desenvolvimento das nossas atividades quanto o cumprimento de nossos compromissos financeiros, dentre eles o pagamento das Notas Promissórias objeto da presente Emissão.

Inadimplência por parte do Setor Público

Em 31 de março de 2001, o saldo total de contas a receber do setor público representava, aproximadamente, 7,7% da nossa receita líquida do período compreendido entre abril de 2000 e março de 2001.

Consoante a legislação vigente, nós temos implementado uma série de medidas destinadas à redução da inadimplência do setor público. Ainda assim, a despeito dessas iniciativas e quaisquer outras que venhamos a implementar, é possível que o nível de inadimplemento do setor público não se reduza a patamares razoáveis, de modo que a recuperação de nossa integral expressão financeira fique comprometida.

Custos Decorrentes do Cumprimento das Normas Ambientais

As atividades por nós exercidas estão sujeitas à legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Essa legislação estabelece, por exemplo, a necessidade de observar determinados padrões de potabilidade para a água oferecida ao público, assim como a obrigação de licenciar a localização, instalação e operação de empreendimentos e atividades do setor de saneamento básico.

A inobservância desses dispositivos legais pode resultar, além da obrigação de reparar os eventuais danos ambientais causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa. A Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe que as pessoas físicas (dentre as quais incluem-se os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções), estão sujeitas a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade, e as pessoas jurídicas serão passíveis de multas, penas restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade. Administrativamente, as sanções compreendem desde imposições de advertências e multas até a suspensão parcial ou total de atividades, incluindo ainda a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou a suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o Poder Público.

Não há como garantir que os custos em que incorremos, e que visam a observância da legislação ambiental aplicável, ou mesmo que eventuais ações ajuizadas contra nós em decorrência da falta de cumprimento dessa legislação, não irão implicar efeitos adversos sobre as nossas atividades, condição financeira e resultados operacionais.

Riscos Relativos à Oferta

Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro

Atualmente, o mercado secundário existente no Brasil para negociação de notas promissórias apresenta baixa liquidez, não restando, portanto, nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Notas Promissórias que permita aos seus subscritores a alienação das mesmas caso decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os titulares das Notas Promissórias podem ter dificuldade em realizar seu desinvestimento.

Informações Acerca de Nosso Futuro

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas de nosso futuro e que refletem nossa opinião em relação a desenvolvimentos futuros que envolvem, como qualquer atividade econômica, riscos e incertezas. Embora nós acreditemos que as informações acerca das perspectivas do nosso futuro sejam baseadas em

convicções e expectativas razoáveis, não podemos garantir que o desempenho futuro será consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão variar sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção e em outras seções deste Prospecto. As expressões “acreditamos que”, “esperamos que” e “antecipamos que”, e outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas de nosso futuro. Os potenciais investidores são advertidos a examinar, com toda a cautela e diligência, as informações sobre nosso futuro e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. Nós não assumimos qualquer obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação constante do presente Prospecto, ressalvadas as atualizações exigidas nos termos da Instrução CVM n.º 202/93, acerca das perspectivas do nosso futuro.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos captados com a colocação das Notas Promissórias serão destinados, depois do pagamento das despesas relacionadas com o processo de emissão e distribuição das Notas Promissórias, para (i) complemento parcial dos recursos próprios destinados ao nosso programa de investimentos; (ii) pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos, bem como (iii) para outras obrigações inerentes ao curso normal dos nossos negócios.

2.**INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA**

- Capitalização
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Informações Financeiras Seleccionadas
- Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e Resultados Operacionais
- Visão Geral do Setor de Saneamento Básico no Brasil
- Informações sobre a Companhia
- Atividades da Companhia
- Administração
- Descrição do Capital Social e dos Dividendos
- Principais Acionistas
- Operações com Partes Relacionadas

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir exibe o nosso endividamento consolidado e nossa capitalização total (i) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 1998, 1999 e 2000; (ii) nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2000 e 2001; e (iii) conforme valores ajustados para descrever o efeito *pro forma* da Emissão e venda das Notas Promissórias.

	<u>31.12.2000⁽³⁾</u>	<u>31.12.1999⁽³⁾</u>	<u>31.12.1998⁽³⁾</u>	<u>31.03.2000⁽³⁾</u>	<u>31.03.2001⁽³⁾</u>	<u>31.03.2001⁽³⁾</u> <u>(Ajustado)</u>
Disponibilidades	24.624	16.816	11.047	38.062	11.170	11.170
Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo	79.859	67.698	48.507	67.451	88.839	162.839
Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo	736.425	728.425	641.963	721.727	731.359	731.359
Empréstimos e Financiamentos Total ⁽¹⁾	816.284	796.123	690.470	789.178	820.198	894.198
Patrimônio líquido	1.108.764	1.000.710	927.536	1.036.683	1.172.790	1.172.790
Capitalização total⁽²⁾	1.925.048	1.796.833	1.618.006	1.825.861	1.992.988	2.066.988

(1) Soma dos Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazos.

(2) Soma de Empréstimos e Financiamentos Total e Patrimônio Líquido, sem considerar as Disponibilidades.

(3) Ajustado para refletir a aplicação dos recursos obtidos com a presente Emissão, no valor de R\$74.000.000,00.

Notas sobre a Estrutura de Capitalização

Grande parte de nossos empreendimentos são financiados através de empréstimos e/ou financiamentos obtidos junto à União Federal e ao Estado do Paraná, através de seus agente financeiros - o Banestado, CEF e Banco do Brasil S.A. Em sua maioria, os respectivos contratos são celebrados em moeda nacional, sendo 80% dos contratos com taxa de juros pré-fixada.

- (i) Em março de 1994, firmamos com o Banco do Brasil S.A., este na qualidade de agente financeiro da União, contrato particular de confissão de dívida, no valor de CR\$97.163.369.329,77, decorrente de financiamento originalmente obtido junto à Caixa Econômica Federal e cujos direitos creditórios foram cedidos à União Federal. Nos termos daquele instrumento de confissão de dívida, o saldo devedor deverá ser pago em 240 prestações mensais e consecutivas, cujo vencimento final ocorrerá em março de 2014. Ainda, o débito deverá ser monetariamente corrigido pela TR, incidindo juros remuneratórios à taxa nominal de 7,504% ao ano, equivalente à taxa efetiva de 7,770% ao ano. Em garantia, autorizamos a União Federal, através do Banco do Brasil, a compensar quaisquer quantias decorrentes de inadimplência contratual que perdure por prazo superior a 10 dias, com recursos provenientes de receitas próprias e das quotas a que se referem os artigos 155, 157 e 159, incisos I “A” e II, da Constituição Federal. No caso da falta de cumprimento de qualquer das obrigações por nós assumidas, não só neste contrato, mas como em qualquer outro que tenhamos firmado ou venhamos a firmar com a União Federal, ou da ocorrência de quaisquer dos casos de antecipação

legal de vencimento contratual, poderá a União Federal considerar vencida a totalidade dos contratos existentes, exigindo, conseqüentemente, o pagamento do saldo total da dívida. O saldo devedor em 31 de março de 2001 era de R\$303.203.040,00.

- (ii) Entre 1990 e 1998, firmamos diversos contratos de financiamento e repasse com a CEF, destinados à execução de obras e serviços na modalidade de desenvolvimento institucional através do programa Pró-Saneamento. Estes financiamentos, totalizando em 31 de março de 2001 R\$255.310.283,77, apresentam taxas de juros variadas (taxas efetivas de 12,69%, 8,30%, 6,70% e 5,12% ao ano), assim como prazos de amortização diversos, variando de 60 a 300 meses. Não obstante, o pagamento final do último contrato está previsto para novembro de 2019. Todos estes contratos são garantidos parte pela arrecadação das tarifas dos serviços de água e esgoto e parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, no montante de R\$145.185.000,00, na forma de penhor industrial.
- (iii) Entre 1990 e 1995, firmamos 26 contratos de empréstimo com o Banestado, este na qualidade de agente financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, visando a transferência de recursos oriundos de um contrato principal firmado entre o Estado do Paraná e o BIRD, para a execução dos nossos programas de investimentos, mais especificamente o financiamento de projetos de ampliação da Rede Coletora de Esgotamento Sanitário e de Sistemas de Abastecimento de Água em diversas localidades por nós atendidas. A taxa efetiva dos referidos empréstimos é de 10,67% ao ano, variando os respectivos prazos de amortização de 120 a 180 meses, e o saldo devedor, em 31 de março de 2001, era de R\$76.553.348,69.
- (iv) Em 27 de abril de 1993, firmamos contrato de repasse de empréstimo externo com o Estado do Paraná, no valor total de US\$61,250 milhões, visando a transferência de recursos do contrato principal firmado entre o Estado do Paraná e o BIRD em dezembro de 1992, para abertura de linha de crédito de financiamento destinado à execução do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - Bacia do Alto Iguaçu ("Prosam"), com taxa de juros de 0,5% ao ano acima do custo dos saques qualificados no semestre anterior ao do período de incidência, a ser amortizado em 20 parcelas semestrais de US\$3.062.500,00 com início em fevereiro de 1998 e término em agosto de 2007. O saldo devedor em 31 de março de 2001 era de R\$91.699.860,00.
- (v) Em 27 de agosto de 1980, firmamos o contrato de concessão para exploração dos serviços públicos dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário na Cidade de Maringá. Com isso, assumimos os débitos da Prefeitura referentes aos financiamentos por ela obtidos para a execução das obras de água e esgoto através dos projetos CURA – Jardim Alvorada I e complemento do Alvorada II. O saldo devedor em 31 de março de 2001 representava R\$470.387,20, e a respectiva taxa de juros efetiva é de 6,17% ao ano.

- (vi) Entre 1997 e 2000, firmamos 07 contratos de empréstimos com o Banestado, este na qualidade de agente financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, para a execução dos projetos dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitários em diversas localidades por nós atendidas. O saldo devedor em 31 de março de 2001, correspondia a R\$62.544.493,52, variando as respectivas taxas de juros efetivas entre 8,30% e 10,62%, ao ano. O último contrato tem vencimento previsto para fevereiro de 2008.
- (vii) Entre 1996 e 2001, firmamos 64 contratos de subconcessão com empresas executoras de obras que atuam como agentes financiadores dos respectivos projetos (sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversas localidades do Estado do Paraná). Este programa é denominado “Parcerias”. A taxa de juros efetiva dos referidos contratos é de 6% a 8% ao ano, acrescidos da correção monetária pela variação da TJLP, divulgada pelo BACEN. O saldo devedor deste programa em 31 de março de 2001 era de R\$30.447.521,98.
- (viii) Em 30 de janeiro de 1996, firmamos Termo de Reconhecimento de Débito com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, com a interveniência do Estado do Paraná, no valor de R\$40.223.630,22. Tal débito decorre do fornecimento de energia elétrica para o período compreendido entre os meses de dezembro de 1993 e abril de 1994, inclusive, e entre junho de 1994 e novembro de 1994, inclusive. O pagamento do valor devido vem sendo efetivado em 60 parcelas mensais e sucessivas, cujo vencimento final ocorrerá em 31 de maio de 2001. O valor do débito é corrigido anualmente mediante a aplicação da variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – Coluna 2 da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros correspondentes a uma taxa efetiva de 6,86% ao ano. O saldo devedor em 31 de março de 2001 era de R\$3.262.496,55.

A tabela abaixo indica sumariamente os principais contratos de financiamento ou de parceria que celebramos, bem como as respectivas situações em 31 de março de 2001:

Credor	Taxa Juros Anual		Contratos Assinados	Condições		Saldo Devedor (em R\$ milhares)
	Nominal	Efetiva		Correção Monetária	Data Final	
Banco do Brasil.....	7,50%	7,77%	01	TR	03/2014	303.203
CEF	12,00%	12,69%	08	TR	11/2019	99.020
	8,00%	8,30%	19			81.792
	6,50%	6,70%	11			72.796
	5,00%	5,12%	<u>01</u>			<u>1.702</u>
			39			255.310
Banestado (FDU-BIRD).....	10,18%	10,60%	26	TR	06/2009	76.553
Banestado (Prosam-BIRD).....	(1)	(1)	01	US\$	08/2007	91.670
Prefeitura Municipal de Maringá	6,00%	6,17%	01	TR	03/2014	470

Credor	Taxa Juros Anual		Contratos Assinados	Condições		Saldo Devedor (em R\$ milhares)
	Nominal	Efetiva		Correção Monetária	Data Final	
Banestado (FDU-BID)....	8,00%	8,30%	04	TR	02/2008	46.652
	10,14%	10,62%	<u>02</u>			<u>15.892</u>
			06			62.544
Parcerias	7,72%	8,00%	03	TJLP	06/2005	399
	7,76%	7,50%	04			14.319
	6,78%	7,00%	07			2.525
	5,84%	6,00%	<u>22</u>			<u>13.205</u>
			36			30.448
COPEL	6,65%	6,86%	01	IGPDI-FGV	05/2001	3.262

(1) Juros de 0,5% ao ano acima do custo dos empréstimos qualificados "qualified borrowings", cotados no semestre precedente, semestralmente vencidos, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Comissão de Compromisso de 0,75% ao ano cobrada sobre o montante não desembolsado, contada a partir de 60 dias após a data da assinatura do Contrato de Empréstimo com o BIRD, semestralmente vencidos em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Comissão de Repasse de 0,2% ao ano calculada sobre o saldo devedor nas moedas de origem do Contrato de Empréstimo com o BIRD, exigível nas mesmas datas de pagamento dos juros e no vencimento ou liquidação do contrato.

Cumprir neste ponto esclarecer que o Estado do Paraná e o *The Overseas Economic Cooperation Fund, Japan* - antiga denominação social do JBIC, firmaram em 8 de janeiro de 1998 contrato de financiamento visando a implementação do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - *Paranásan*. Dos ¥23.686.000.000,00 disponibilizados pelo JBIC para o projeto, aproximadamente 92% serão destinados para obras de Saneamento e o restante para o projeto denominado Sistema de Disposição de Resíduos Agrotóxicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Até 31 de março de 2001, já haviam sido repassados aproximadamente ¥4.627.000.000,00, correspondentes a aproximadamente R\$76.336.000,00. Cumprir destacar que os recursos são repassados, e contabilizados, no Patrimônio Líquido, na conta Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital. Atuamos nesta relação como agência executora, responsável pela implementação do projeto. Exercemos, assim, atividades de supervisão, gerenciamento, acompanhamento e controle da execução desse projeto, sendo o Estado do Paraná o tomador do financiamento. Mantemos junto ao Estado do Paraná uma relação de agência executora do projeto e beneficiária dos recursos, os quais são utilizados como fonte de recursos para ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. (ver Seção "OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS").

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Ações

O nosso registro como companhia aberta junto à CVM ocorreu em 10 de março de 2000 e, desde o dia 16 daquele mês, nossas ações preferenciais passaram a ser negociadas no mercado eletrônico de ativos, pela SOMA, sob o código 1SAN PN.

A tabela a seguir mostra a evolução da cotação média de nossos papéis nos últimos doze meses:

Mês	Quantidade de Ações Negociadas	Volume Financeiro (em R\$)	Preço Médio por Lote (em R\$)
junho de 2000	755.876	1.355.029,35	17,93
julho de 2000	606.146	1070.728,10	17,66
agosto de 2000	1.517.509	2.844.296,93	18,74
setembro de 2000	484.107	1.007.868,95	20,82
outubro de 2000	1.388.242	2.619.070,55	18,87
novembro de 2000	471.827	864.202,80	18,32
dezembro de 2000	1.271.213	2.436.347,93	19,17
janeiro de 2001	585.198	1.285.080,46	21,96
fevereiro de 2001	547.359	1.209.411,45	22,10
março de 2001	470.500	1.024.842,40	21,78
abril de 2001	743.998	1.543.756,05	20,75
maio de 2001	8.160.238	20.078.404,50	24,61
total global	17.002.213	37.339.039,47	21,96

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Nossas informações financeiras selecionadas estão em conformidade com nossas Demonstrações Financeiras (e com as notas explicativas respectivas) incluídas neste Prospecto e devem, portanto, ser lidas em conjunto com as mesmas. As Demonstrações Financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1998, 1999 e 2000 foram auditadas pela Ernst & Young, e as Demonstrações Financeiras para os períodos encerrados em 31 de março de 2000 e 31 de março de 2001 foram objeto de revisão especial pela Ernst & Young. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contábeis previstos pela legislação societária, regulamentações e determinações da CVM.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos encerrados em 31 de março de	
	2000	1999	1998	2001	2000
	(em R\$ mil)				
ATIVO					
Circulante.....	211.501	186.243	151.743	222.169	212.887
Realizável a Longo Prazo.....	45.125	33.799	31.123	39.778	25.951
Permanente.....	2.158.722	2.007.263	1.868.023	2.208.956	2.021.138
TOTAL DO ATIVO	2.415.348	2.227.305	2.050.889	2.470.903	2.259.976
PASSIVO					
Circulante.....	284.377	196.325	150.670	287.856	205.777
Exigível a Longo Prazo.....	1.022.207	1.030.270	972.683	1.010.257	1.017.516
Patrimônio Líquido.....	1.108.764	1.000.710	927.536	1.172.790	1.036.683
TOTAL DO PASSIVO.....	2.415.348	2.227.305	2.050.889	2.470.903	2.259.976
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receitas Operacionais.....	679.754	595.374	530.382	192.677	168.656
Deduções das Receitas Operacionais.....	(25.186)	(21.600)	(14.055)	(7.090)	(6.231)
Receita Operacional Líquida.....	654.568	573.774	516.327	185.587	162.425
Custos dos Produtos e Serviços.....	(217.666)	(199.738)	(189.145)	(55.947)	(51.975)
Resultado Bruto	436.902	374.036	327.182	129.640	110.450
Receitas (Despesas) Operacionais.....	(364.600)	(342.046)	(304.175)	(70.205)	(62.392)
Resultado Operacional	72.302	31.990	23.007	59.435	48.058
Resultado Não Operacional	(1.291)	(1.912)	(1.386)	286	(148)
Lucro Antes do Impostos.....	71.011	30.078	21.621	59.721	47.910
IR e CSL.....	1.169	(939)	(1.431)	(18.893)	(15.334)
Lucro Antes da Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio.....	72.180	29.139	20.190	40.828	32.576
Programa Participação nos Resultados	(11.318)	-	-	-	-
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio para o Patrimônio Líquido	75.616	30.078	21.621	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	136.478	59.217	41.811	40.828	32.576

ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS OPERACIONAIS

As informações a seguir devem ser analisadas em conjunto com nossos demonstrativos financeiros apresentados neste prospecto e apurados para os anos findos em 31 de dezembro de 1998, 1999 e 2000 e respectivas notas explicativas, bem como para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2000 e 2001.

Resultados relativos ao primeiro trimestre de 2001, comparado ao mesmo período de 2000.

Contas de Resultado

- *Receita Bruta.* As nossas receitas cresceram de R\$168,6 milhões, no primeiro trimestre de 2000, para R\$192,6 milhões, em 31 de março de 2001 (variação de 14,24%). Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pela correção das tarifas e pela ampliação dos serviços de esgoto, conforme abaixo descrito:

Água - As receitas de água cresceram 13,65% no exercício, resultado da correção tarifária média de 10,9% (referente ao reajuste tarifário de novembro de 2000) aplicada integralmente a partir de janeiro de 2001, e da elevação do volume faturado em 0,5% (de 104,1 milhões de m³ no primeiro trimestre de 2000 para 104,6 milhões de m³ no primeiro trimestre de 2001). O número de ligações de água realizada no período também se elevou de 1.867 mil, em 2000, para 1.927 mil, em 2001, perfazendo uma variação entre os períodos de 3,22%.

Esgoto - Neste segmento, o crescimento de nossas receitas foi mais significativo comparando os períodos, alcançando 19,89%. Essa elevação é justificada pelo crescimento do número de ligações de 614,6 mil, em 31 de março de 2000, para 683,5 mil, em 31 de março de 2001 (11,21%), assim como do volume faturado (de 43,1 milhões de m³ no primeiro trimestre de 2000, para 45,9 milhões de m³ no primeiro trimestre de 2001). O reajuste médio da tarifa de esgoto no período foi igual ao reajuste médio aplicado à tarifa de água.

- *Receita Operacional Líquida.* A nossa receita operacional líquida somou R\$185,5 milhões no primeiro trimestre de 2001, correspondendo a um aumento de 14% em relação aos R\$162,4 milhões relativos a 2000. Essa variação revela direta correlação com a elevação do faturamento bruto.

- *Custo dos Produtos e Serviços Prestados.* O custo dos produtos e serviços prestados somaram R\$55,9 milhões e R\$51,9 milhões em 2001 e 2000, respectivamente. A elevação dos custos em apenas 7,7%, no período, decorre basicamente da correção dos preços de insumos e dos serviços que contratamos.

A composição dos custos dos produtos e serviços prestados pode ser resumida por sistemas e tipos de produtos e serviços, ou seja :

	1ºtrim/2001	1ºtrim/2000
	(em R\$ milhões)	
1- Água	46,2	43,5
1.2 Produção (captação, adução, tratamento)	26,9	24,8
1.2 Distribuição (reservação, redes e ramais)	19,3	18,7
2- Esgoto	9,7	8,5
2-1 Coleta (ramais, redes, emissários)	6,2	5,8
2-2 tratamento	3,5	2,7
Custo dos Serviços Prestados	55,9	52,0

ou por tipificação dos custos, como abaixo descrito:

	1º trim/2001	%	1º trim/2000	%
	(em R\$ milhões, exceto %)			
Pessoal	11,8	21,1	12,2	23,5
Depreciação e amortização	13,4	24,0	12,2	23,5
Energia Elétrica + Serviços de Terceiros.	20,0	35,8	18,0	34,6
Materiais e Insumos	6,0	10,7	5,1	9,8
Despesas Gerais	4,7	8,4	4,6	8,6
Total	55,9	100	52,1	100

- *Lucro Bruto.* A elevação da nossa lucratividade em 17,39%, de R\$110,4 milhões ocorrido no primeiro trimestre de 2000, para R\$129,6 milhões em 2001, continua sendo ocasionada basicamente pela diluição dos nossos custos fixos atrelados à maturação dos investimentos e ampliação dos processos de captação, tratamento e distribuição de água, assim como de coleta e tratamento de esgotos.
- *Despesas Administrativas e Comerciais.* As nossas despesas comerciais e administrativas mantiveram-se, no primeiro trimestre de 2001, no mesmo patamar verificado em igual período de 2000 (R\$42,9 milhões e R\$42,1 milhões, respectivamente). A evolução dos patamares das despesas comerciais em 23,48%, no período, foram influenciadas pela necessidade de realização de um provisionamento mais adequado para perdas prováveis na realização de nossas contas a receber, conforme descrito no item “contas a receber”.
- *Despesas Financeiras.* As despesas financeiras tiveram uma variação de 29%, passando de 22,2 milhões, em 2000, para 28,7 milhões, em 2001. No início do trimestre, nós tínhamos apenas 10,24% do

nosso endividamento oneroso vinculado a moeda estrangeira (R\$83,6 milhões em dezembro de 2000). Porém, dada a forte variação das moedas estrangeiras neste primeiro trimestre, essa variação foi a principal razão da elevação dos custos, se comparada a igual trimestre de 2000.

- *Lucro Operacional.* Conforme já mencionamos, a melhora do nosso desempenho operacional, cujo lucro operacional saltou de R\$48,1 milhões, em 2000, para R\$59,44 milhões em 2001, decorre basicamente da diluição dos custos fixos, atrelados à maturação dos investimentos, na ampliação dos serviços prestados.
- *Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda.* O nosso lucro, antes da contribuição social e do imposto de renda, teve alta de 24,6% passando de R\$47,9 milhões, em 2000, para R\$59,7 milhões, em 2001, seguindo nossos resultados operacionais.
- *Lucro Líquido.* O crescimento do nosso lucro líquido, de R\$32,5 milhões no primeiro trimestre de 2000, para R\$40,8 milhões no primeiro trimestre de 2001, decorre da conjugação dos fatores operacionais já descritos, e do esforço corporativo contínuo para aumentar a eficiência operacional e melhorar a gestão dos nossos negócios.

Contas do Balanço Patrimonial

Ativo Circulante

- *Contas a Receber.* Os valores a receber evoluíram 26,30%, do 1º trimestre de 2000, para o mesmo período de 2001 (de R\$146,8 milhões para R\$185,4 milhões, respectivamente), acompanhando a evolução das receitas. Destes valores, 56,7% se referem a contas vencidas (50,1% em 2000).

Do total de R\$105,1 milhões em contas vencidas, em 2001, R\$29,9 milhões (28,45%) são considerados créditos de curso normal pois são atrasos não superiores a 60 dias. Do restante, R\$75,2 milhões são considerados de curso anormal. Do saldo vencido, 49,0% referem-se ao setor público, com forte predominância dos municípios (73%). O provisionamento para perdas, no valor de R\$26,2 milhões, representa 34,84% dos valores contabilizados neste sub-grupo considerado de curso anormal.

A inadimplência do setor privado representa parcela menor desses créditos. Porém, também apresentou significativa elevação de 30,12% entre 2000 e 2001 (passando de R\$40,5 milhões para R\$52,7 milhões).

Ativo Permanente

- *Imobilizado.* A elevação de 9,4% do ativo imobilizado líquido, de R\$2.015 milhões no 1º trimestre de 2000, para R\$2.204 milhões no 1º trimestre de 2001, reflete o elevado nível de investimentos realizados no período, em montante aproximado de R\$255,5 milhões.

Passivo Circulante

- *Fornecedores.* Houve uma redução no saldo de R\$38,6 milhões, observado ao final do 1º trimestre de 2000 para R\$26,7 milhões ao final do primeiro trimestre de 2001.
- *Empréstimos e Financiamentos.* A variação entre o primeiro trimestre de 2000 e o primeiro trimestre de 2001, de 31,75% (R\$67,4 milhões e R\$88,8 milhões, respectivamente) registra, apenas, as variações do nosso volume e cronograma de pagamentos.
- *Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.* O nosso melhor resultado, no exercício de 2000, gerou uma elevação da remuneração dos nossos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio) e a respectiva provisão de pagamento, que deve ocorrer no exercício de 2001.

Exigível a Longo Prazo

- *Financiamentos.* O nosso financiamento oneroso elevou-se apenas em 1,33% entre o primeiro trimestre de 2000 e o primeiro trimestre de 2001 (passando de R\$721,7 milhões para R\$731,3 milhões), ficando abaixo dos níveis observados das taxas de juros e variações monetárias e cambiais da economia, demonstrando que temos utilizado nossa geração operacional de caixa e de recursos de nossos acionistas (adiantamentos para futuro aumento de capital) para prosseguirmos no nosso programa de investimentos sem elevarmos, até o momento, nosso endividamento oneroso.
- *Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.* As nossas obrigações fiscais referentes a imposto de renda e contribuição social resultam, basicamente, de lucros inflacionários, saldo credor de correção monetária de anos anteriores e do saldo de reservas de reavaliação a realizar.

Patrimônio Líquido

A elevação do nosso Patrimônio Líquido reflete a incorporação da parte não distribuída do lucro do exercício de 2000, bem como de doações e subvenções para investimentos, aportes de recursos com créditos, para futuro aumento de capital. Essa elevação montou R\$76,3 milhões se compararmos 31 de março de 2001 e 31 de março de 2000.

Resultados relativos ao exercício de 2000, comparado ao exercício de 1999

Contas de Resultado

- *Receita Bruta.* Nossa receita é proveniente da captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto bem como da prestação de serviços (instalações, religações, relocações, etc.) em menor escala. As nossas receitas brutas cresceram 14,18%, passando de R\$595,3 milhões em 1999 para R\$679,7 milhões em 2000, crescimento este influenciado principalmente pela ampliação dos serviços de esgoto, conforme abaixo descrito:

Água - As receitas de água cresceram 13,4% no exercício, resultado da correção tarifária média em 3% aplicada a partir de março de 2000 e 10% aplicada a partir de dezembro de 1999 (relativa ao reajuste tarifário de novembro de 1999) além da elevação do volume faturado em 2,12% (de 398,1 milhões de m³ em 1999 para 406,6 milhões de m³ em 2000). O número de ligações de água também cresceu de 1.846 mil em 1999 para 1.914 mil em 2000, perfazendo um crescimento de 3,6%.

Esgoto - Neste segmento o crescimento de receitas foi mais significativo durante o período, alcançando 23,3%. Esta elevação pode ser justificada pelo crescimento do número de ligações de 600,2 mil em 1999 para 675,9 mil em 2000 (12,6%), assim como do volume faturado de 156,8 milhões de m³ em 1999 para 175 milhões de m³ em 2000 (11,60%). O reajuste médio da tarifa de esgoto no período foi igual ao da água.

- *Deduções da Receita.* As deduções da receita bruta correspondem aos impostos e encargos sobre o faturamento, tais como COFINS e PASEP. Estas deduções mantiveram sua proporcionalidade em relação à receita.
- *Receita Operacional Líquida.* A receita operacional líquida somou R\$654,6 milhões em 2000, correspondendo a um aumento de 14,11% em relação aos R\$573,7 milhões relativos a 1999. Esta variação revela direta correlação com a elevação do faturamento bruto.
- *Custo dos Produtos e Serviços Prestados.* Os custos dos produtos e serviços prestados somaram R\$199,7 milhões e R\$217,6 milhões em 1999 e 2000, respectivamente. O acréscimo de 8,9% decorre basicamente da elevação de nossos patamares operacionais (maior volume produzido de água e coletado e tratado de esgoto).

Os principais itens componentes de custos que contribuíram para o acréscimo foram os reajustes de energia elétrica (15,43%), combustíveis (35,32%), produtos químicos (16,65%), e tubos e conexões (11,84%).

A composição dos custos dos serviços prestados pode ser resumida por sistemas, como a seguir demonstrado:

	2000	1999
	(em R\$ mil)	
1- Água	181.233	170.770
1.1 Produção (captação, adução, tratamento)	103.169	92.687
1.2 Distribuição (reservação, redes e ramais)	78.064	78.083
2- Esgoto	36.433	28.968
2.1 Coleta (ramais, redes, emissários)	24.031	19.688
2.2 Tratamento	12.402	9.280
Custo dos Serviços Prestados	217.666	199.738

ou por tipificação dos custos, como abaixo descrito:

	2000	%	1999	%
	(em R\$ mil, exceto %)			
Pessoal	48.197	22,1	49.288	24,7
Depreciação	50.901	23,4	45.890	23,0
Energia Elétrica + Serviços de Terceiros.	79.057	36,3	70.176	35,1
Materiais e Insumos	21.981	10,1	19.172	9,6
Despesas Gerais	17.530	8,1	15.212	7,6
Total	217.666	100	199.738	100

- *Lucro Bruto.* A elevação do lucro bruto em 16,82%, dos R\$374,0 milhões apurados em 1999 para R\$436,9 milhões em 2000, foi ligeiramente superior ao crescimento das nossas receitas, basicamente pela diluição de custos fixos atrelados aos processos de captação, tratamento e distribuição de água assim como de coleta e tratamento de esgotos.
- *Despesas Administrativas e Comerciais.* As despesas administrativas e comerciais se mantiveram em 2000 no mesmo patamar verificado em 1999 (R\$123,9 milhões e R\$125,2 milhões, respectivamente). O aumento das despesas comerciais em 26,34% no exercício (de R\$42,9 milhões em 1999 para R\$54,2 milhões em 2000), foi influenciado pela necessidade de um maior provisionamento de perdas prováveis nas nossas contas a receber (PDD), conforme descrito no item “contas a receber”.
- *Despesas de Provisão.* Optamos por provisionar R\$20.479 mil referente a um questionamento judicial de diferencial de multa de ofício incidente sobre o parcelamento da COFINS, relativo ao período de julho de 1992 a setembro de 1996.
- *Despesas Financeiras.* A redução das despesas financeiras de R\$153,3 milhões em 1999 para R\$100,2 milhões foi resultado da redução da variação monetária e cambial no período de 2000.

- *Lucro Operacional.* A melhora no nosso desempenho operacional, cujo lucro operacional, após juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, aumentou de R\$31.990 mil em 1999 para R\$72.302 mil em 2000, não decorre de um único fator, mas da conjugação de vários fatores, tais como a maturação de investimentos com o respectivo crescimento das receitas, o controle de custos e despesas e até mesmo do melhor ambiente econômico presenciado em 2000 em relação a 1999.
- *Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda.* O lucro antes da contribuição social e do imposto de renda teve uma expressiva alta de 136,7%, passando de R\$30 milhões em 1999 para R\$71 milhões em 2000, seguindo nossos resultados operacionais.
- *Contribuição Social e Imposto de Renda.* A redução da alíquota da contribuição social de 12% para 9%, ocorrida em fevereiro de 2000, bem como a constituição e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, foram as razões pelas quais o imposto de renda e a contribuição social se mantiveram em um patamar reduzido, com uma provisão de R\$939 mil em 1999 para um crédito de R\$1.169 mil em 2000.
- *Programa de Participação nos Resultados.* Aprovamos um plano de participação nos resultados em setembro de 2000, que passou a vigorar a partir do exercício de 2000. A distribuição de R\$11,3 milhões decorre da aplicação dos critérios estabelecidos para o exercício, que serão pagos no decorrer do ano de 2001.
- *Lucro Líquido.* O expressivo crescimento do nosso lucro líquido, de R\$59,2 milhões em 1999 para R\$136,4 milhões em 2000, decorre da conjugação dos fatores operacionais já descritos, ampliados pela constituição e utilização de créditos fiscais.

Contas do Balanço Patrimonial

Ativo Circulante

- *Contas a Receber.* Os valores a receber evoluíram 16,8% de 1999 para 2000 (R\$145,1 milhões e R\$169,5, respectivamente), acompanhando a evolução das receitas e, destes valores, 54% se referem a contas vencidas (49% em 1999).

Do total de contas vencidas (R\$92,3 milhões em 2000), R\$27,5 milhões (29,8%) são considerados créditos de curso normal, por se tratar de atrasos não superiores a 60 dias. Dos restantes R\$64,8 milhões, considerados de curso anormal, 61,0% referem-se ao setor público, com forte predominância dos municípios (52%). Nosso provisionamento para perda, no valor de R\$23 milhões, representa 35,5% dos valores contabilizados neste sub-grupo considerado de curso anormal.

A inadimplência do setor privado representa parcela menor destes créditos, porém também apresentou significativa elevação de 28,0% de 1999 para 2000 (de R\$36,5 milhões para R\$46,7 milhões, respectivamente).

Ativo Permanente

- *Imobilizado.* A elevação do ativo imobilizado líquido de R\$2.001 milhões para R\$2.154 milhões (7,65%) de 1999 para 2000, respectivamente, reflete o elevado nível de investimento realizado no exercício, no montante de R\$217 milhões. Deste total, 43% foram investidos na ampliação dos sistemas de esgoto e 57% na ampliação dos sistemas de água.

Passivo Circulante

- *Fornecedores.* A ampliação dos valores a pagar junto a fornecedores e empreiteiros de R\$30,8 milhões em 1999 para R\$43,2 milhões em 2000, numa variação de 40,2%, é reflexo da elevação do patamar de investimento realizado no exercício, bem como do cronograma de realização desses investimentos.
- *Empréstimos e Financiamentos.* Não mantínhamos, em dezembro de 1999 e em dezembro de 2000, empréstimos de curto prazo, sendo contabilizada nesta conta apenas parcelas vencíveis a curto prazo de financiamentos de longo prazo. A elevação de R\$67,7 milhões em 1999 para R\$79,8 milhões em 2000 registram apenas as variações do volume e do cronograma de pagamento nos nossos financiamentos.
- *Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.* A provisão para pagamentos de juros sobre capital próprio e dividendos saltou de R\$28 milhões em 1999 para R\$72,1 milhões em 2000, dada nossa expressiva elevação da lucratividade no exercício de 2000.

Exigível a Longo Prazo

- *Financiamentos.* A geração de recursos através da nossa atividade operacional aliada aos adiantamentos para aumento de capital por parte dos acionistas nos permitiram realizar investimentos de R\$217 milhões no exercício de 2000 sem elevar nosso endividamento de longo prazo, que cresceu apenas 1,1% no exercício (de R\$728,4 milhões em 1999 para R\$736,4 milhões em 2000).
- *Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.* As obrigações fiscais de imposto de renda e de contribuição social diferidos referem-se basicamente a montantes de lucros inflacionários, saldo credor de correção monetária de anos anteriores e do saldo de reserva de reavaliação a realizar.

Patrimônio Líquido.

- A elevação do patrimônio líquido reflete a incorporação da parte não distribuída do lucro do exercício de 2000, assim como doações e subvenções para investimentos e aporte de recursos como créditos para futuro aumento de capital, que se elevou de R\$73,7 milhões em dezembro de 1999 para R\$118,1 milhões em dezembro de 2000.

Estes recursos estão sendo aportados pelo Estado do Paraná, nosso sócio majoritário, para financiar nossos investimentos no projeto Paranásan, desenvolvido em conjunto com o governo do Japão.

Resultados relativos ao exercício de 1999, comparado ao exercício de 1998

Contas de Resultado

- *Receita Bruta.* Nossas receitas cresceram de R\$530,3 milhões em 1998 para R\$595,3 milhões em 1999, representando um acréscimo de 12,2%, crescimento este influenciado pela ampliação dos serviços de esgoto, conforme abaixo descrito:

Água - As receitas de água cresceram 10,8% no exercício de 1999, resultado da correção tarifária de 4,5% ocorrida em novembro de 1998 e de 10% ocorrida no mês de novembro de 1999, além da elevação do volume faturado em 4,6% (de 380,6 milhões de m³ em 1998 para 398,1 milhões de m³ em 1999). O número de ligações de água também cresceu de 1,78 milhões em 1998 para 1,85 milhões em 1999, perfazendo um crescimento de 3,7%.

Esgoto - Neste segmento o crescimento de receitas foi mais significativo durante o período, alcançando 19,8%. Esta elevação pode ser justificada pelo crescimento do número de ligações de 496,8 mil em 1998 para 600,2 mil em 1999 (20,8%), bem como do volume faturado de 136,3 milhões de m³ em 1998 para 156,8 milhões de m³ em 1999 (15%). O reajuste médio da tarifa de esgoto no período foi igual ao da água.

- *Deduções da Receita.* As deduções da receita bruta correspondem aos impostos e encargos sobre o faturamento, tais como COFINS e PASEP. O PASEP manteve a sua alíquota, sendo que a do COFINS passou de 2% para 3% em março de 1999.
- *Receita Operacional Líquida.* A receita operacional líquida somou R\$573,7 milhões relativos a 1999, correspondendo a um aumento de 11,1% em relação aos R\$516,3 milhões relativos a 1998. Esta variação revela direta correlação com as deduções presentes na receita.

- *Custo dos Produtos e Serviços Prestados.* O custo dos produtos e serviços prestados somaram R\$189,1 milhões e R\$199,7 milhões em 1998 e 1999, respectivamente. O aumento de 5,6% decorre basicamente do maior volume físico de nossas operações. A tabela abaixo, de evolução de custos, comprova que os itens que tem correlação direta com o nível de operações, tais como energia elétrica e insumos, foram os responsáveis pela elevação dos custos.

A composição dos custos dos produtos e serviços prestados pode ser resumida por sistemas, como a seguir demonstrado:

	1999	1998
	(em R\$ mil)	
1- Água	170.770	165.136
1.1 Produção (captação, adução, tratamento)	92.686	85.228
1.2 Distribuição (reservação, redes e ramais)	78.084	79.908
2- Esgoto	28.968	24.009
2.1 Coleta (ramais, redes, emissários)	19.688	17.134
2.2 Tratamento	9.280	6.875
Custo dos Serviços Prestados	199.738	189.145

A composição dos custos dos produtos e serviços prestados também pode ser descrita pelo tipo de custo:

	1999	%	1998	%
	(em R\$ mil, exceto %)			
Pessoal	49.288	24,7	54.442	28,8
Depreciação	45.890	23,0	43.853	23,2
Energia Elétrica + Serviços de Terceiros	70.176	35,1	60.821	32,2
Materiais e Insumos	19.172	9,6	16.605	8,8
Despesas Gerais	15.212	7,6	13.424	7,0
Total	199.738	100	189.145	100

- *Lucro Bruto.* O aumento do lucro bruto em 14,3% de R\$327,1 milhões em 1998 para R\$374,0 milhões em 1999, foi ligeiramente superior ao crescimento de nossas receitas, devido basicamente à diluição de nossos custos fixos.
- *Despesas Administrativas.* O total das despesas administrativas e comerciais, em 1999, tiveram um aumento de 4,4% em relação ao ano de 1998 (R\$125,2 milhões e R\$119,9 milhões, respectivamente), principalmente pela constituição de provisões contingenciais trabalhistas e cíveis.
- *Despesas Financeiras.* O aumento de 22,2% das despesas financeira, de R\$125,5 milhões em 1998 para R\$153,3 milhões em 1999, foi resultado do aumento das variações monetárias e dos juros internos ao longo de 1999, além de expressiva variação cambial ocorrida em janeiro de 1999.

- *Lucro Operacional.* Apresentamos um acréscimo de 38,9% em nosso lucro operacional após juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos de R\$23 milhões em 1998 para R\$31,9 milhões em 1999, principalmente devido ao crescimento de nossa receita líquida (11,1%) e de nossos custos em patamares inferiores, os quais cresceram apenas 5,6%.
- *Contribuição Social e Imposto de Renda.* A redução de R\$1.431 mil em 1998 para R\$939 mil em 1999 deveu-se principalmente a uma maior utilização do saldo de créditos temporários diferidos.
- *Lucro Líquido.* O forte crescimento de nosso lucro líquido, de R\$41,8 milhões em 1998 para R\$59,2 milhões em 1999, decorre da conjugação dos fatores operacionais já descritos.

Contas do Balanço Patrimonial

Ativo Circulante

- *Contas a Receber.* Os valores a receber evoluíram 19,5% de 1998 para 1999 (R\$122,8 milhões e R\$146,8 milhões, respectivamente), acompanhando a evolução de nossas receitas. Destes valores, 49% referem-se a contas vencidas (45,1% em 1998).

Do total de contas vencidas (R\$71,3 milhões em 1999), R\$24,1 milhões (33,8%) são considerados créditos de curso normal, por tratarem-se de atrasos não superiores a 60 dias. Dos restantes R\$47,2 milhões, considerados de curso anormal, 61,7% referem-se ao setor público, com forte predominância dos municípios (83%). Nosso provisionamento para perdas, no valor de R\$13,6 milhões, representa 28,8% dos valores contabilizados neste sub-grupo considerado de curso anormal.

A inadimplência do setor privado representa parcela menor destes créditos, porém também apresentou significativa elevação de 28,1% de 1998 para 1999 (de R\$28,5 milhões para R\$36,5 milhões, respectivamente).

Ativo Permanente

- *Imobilizado.* A elevação do ativo imobilizado líquido de R\$1.861 milhões para R\$2.001 milhões (7,5%) de 1998 para 1999, reflete o elevado nível de investimento realizado no exercício, no montante de R\$200 milhões. Deste total, 58% foram investidos na ampliação do sistema de esgoto e 42% na ampliação do sistema de água.

Passivo Circulante

- *Fornecedores.* Houve uma pequena redução nesta conta, de R\$34,8 milhões em 1998 para R\$30,8 milhões em 1999.
- *Empréstimos e Financiamentos.* Não mantínhamos, em dezembro de 1998 e em dezembro de 1999, empréstimos de curto prazo, sendo contabilizada nesta conta apenas parcelas vencíveis a curto prazo de financiamentos de longo prazo. A elevação de R\$48,5 milhões em 1998 para R\$67,7 milhões em 1999 registra apenas as variações do volume e do cronograma de pagamento de nossos financiamentos.
- *Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.* A provisão para pagamentos de juros sobre capital próprio e dividendos passou de R\$20,2 milhões em 1998 para R\$28 milhões em 1999, devido ao aumento e conseqüente distribuição do resultado do exercício.

Exigível a Longo Prazo

- *Financiamentos.* A geração de recursos através de nossa atividade operacional, aliada aos adiantamentos para aumento de capital por parte dos acionistas, nos permitiram realizar investimentos de R\$200 milhões no exercício de 1999, sem contudo elevar nosso endividamento de longo prazo na mesma proporção, 13,5% no exercício (passando de R\$641,9 milhões em 1998 para R\$728,4 milhões em 1999).

É conveniente ressaltar que 9,9% de nossos investimentos no ano de 1999 fazem parte do Projeto *Paranásan*, no qual 65% dos investimentos são financiados pelo Governo Japonês, mas cuja entrada na Sanepar dá-se através da conta Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, do acionista Estado do Paraná, que assume os compromissos futuros com o Governo Japonês.

- *Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.* As obrigações fiscais de imposto de renda e de contribuição social diferidos referem-se basicamente a montantes de lucros inflacionários, saldo credor de correção monetária de anos anteriores e do saldo de reserva de reavaliação a realizar.

Patrimônio Líquido

- A elevação do patrimônio líquido reflete a incorporação da parte não distribuída do lucro do exercício de 1999, bem como de doações e subvenções para investimentos, e de aporte de recursos como créditos para futuro aumento de capital, que se elevou de R\$52,8 milhões em dezembro de 1998 para R\$73,7 milhões em dezembro de 1999.

VISÃO GERAL DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

Introdução

As atividades de saneamento básico compreendem a captação, a produção, a adução, o tratamento e a distribuição de água, bem como a coleta, tratamento e disposição final dos esgotos. Tais atividades são consideradas serviços públicos, estando sujeitas, portanto, a um regime jurídico de direito público.

No Brasil, os serviços de saneamento básico são prestados por uma grande variedade de empresas, em sua grande maioria estatais controladas pelos Estados ou mesmo pelos Municípios, mediante delegação ou concessão de serviço público.

Os serviços de saneamento básico estão diretamente ligados a questões de saúde pública e de meio ambiente. O crescimento da capacidade de fornecimento de água potável à população, bem como dos volumes de esgotos tratados e coletados, influi em indicadores de saúde pública, como a mortalidade infantil e o controle de doenças infecto-contagiosas. A manutenção dos níveis de produção de água potável necessários ao atendimento da população depende diretamente da utilização racional dos recursos hídricos. Por fim, a coleta, tratamento e disposição final de esgotos visa reduzir ou eliminar a quantidade de poluentes e contaminantes do meio ambiente, conceito hoje traduzido pelo termo “saneamento ambiental”.

Tendo em vista o elevado interesse público no desempenho das atividades de saneamento básico, tais atividades estão sujeitas a uma extensa legislação e regulamentação federal, estadual e municipal.

Regime Jurídico do Saneamento Básico

Aspectos Gerais

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, compete à União Federal, aos Estados e aos Municípios promover em comum a melhoria das condições de saneamento básico, bem como legislar de forma concorrente sobre a defesa dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.

O artigo 175 da Constituição Federal outorga ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos, inclusive serviços de saneamento básico.

A Constituição Federal determina, ainda, que os Estados podem criar, por meio de Lei Complementar, regiões metropolitanas no território de seus Estados, constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, com o objeto de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

As concessões de serviços de saneamento básico são formalizadas, normalmente, através de contratos de concessão firmados entre o Governo Estadual ou Municipal, conforme o caso, e um concessionário ao qual é outorgada a prestação de serviços em um determinado município ou região. A Lei de Concessões determina que a outorga de concessão para prestação de serviço público ou uso de bem público seja precedida de processo de licitação pública. Em geral, as concessões outorgadas sem licitação, após a promulgação da Constituição Federal, foram extintas. O artigo 24 da Lei de Licitações estabelece, no entanto, que é dispensada a licitação pública no caso, entre outros, de serviços a serem prestados por órgão ou entidade que integre a administração pública e que tenha sido criado para este fim específico em data anterior à vigência da respectiva lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. Com base neste dispositivo e em doutrina e jurisprudência largamente majoritárias, os Poderes Concedentes nos outorgaram concessões com dispensa de licitação pública. Não tivemos nenhuma de nossas concessões canceladas ou revogadas após a promulgação da Constituição Federal ou da Lei de Concessões. As exigências da Lei de Concessões e da Lei Estadual de Concessões regerão, entretanto, a outorga a nós de novas concessões.

Não há, atualmente, uma lei geral regulamentando ou dando diretrizes básicas para os serviços de saneamento básico no Brasil. Diversos projetos de lei foram apresentados no Congresso, sendo que o último deles, de n.º 4.147, formulado pelo Governo Federal depois de ampla discussão com os Estados, os Municípios e a sociedade, foi encaminhado pelo Poder Executivo para análise em regime de urgência constitucional, sendo atualmente objeto de debate pelos representantes do setor (ver nesta Seção “Nova Regulamentação do Setor de Saneamento Básico”).

Uso dos Recursos Hídricos

Foi com o Código de Águas, de 1934, que a gestão da água no Brasil recebeu seus primeiros contornos jurídicos. A partir da criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, em 1994, estabeleceu-se uma política federal para os recursos hídricos e viabilizou-se a nova Lei n.º 9.433/97.

Posteriormente, a Lei n.º 9.984/00 instituiu a Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem como objetivo implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, sendo parte integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, previsto na Lei n.º 9.433/97.

O Estado do Paraná, a exemplo de outros estados brasileiros, estimulado e orientado pela lei federal, formulou a sua legislação de Recursos Hídricos através da Lei n.º 12.726/99.

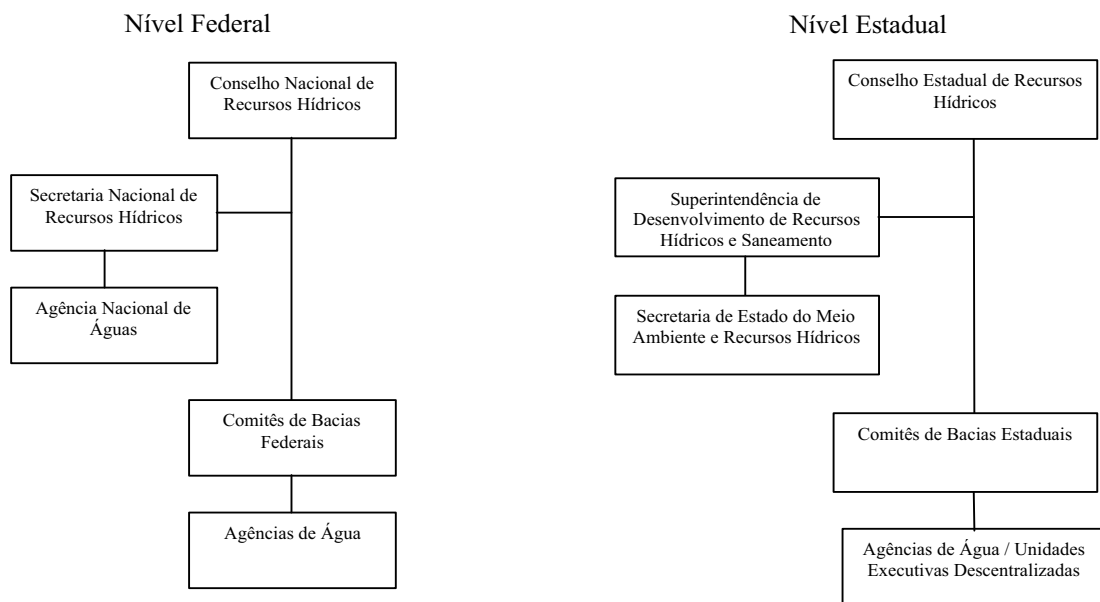
Quatro princípios da lei federal, e também da lei estadual, são responsáveis pela alteração de padrão nessa nova fase: a gestão por bacia; a unicidade da outorga; a exigência de um plano de gestão e o instrumento de cobrança.

A partir de uma rápida análise desses princípios, pode-se depreender que a gestão por bacia reconhece que o uso da água é múltiplo; a unicidade da outorga permite uma melhor definição e garantia de direitos de uso da água; o plano de gestão introduz os elementos de disponibilidade e demanda de recursos no tempo; e, por fim, a cobrança determina diretamente um preço para a água. Aliás, as características da nova lei estão estritamente associadas a uma visão econômica da água na medida em que a própria lei reconhece, explicitamente, que a água tem um valor econômico e o instrumento de cobrança almeja a racionalização do seu uso. A transformação desse valor em um preço, isto é, na cobrança, será um desafio, um problema a ser equacionado e que, sem dúvida, deverá ter um impacto significativo no setor de saneamento básico.

No caso específico paranaense, visando a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, a Lei n.º 12.726/99 criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SERH que, entre outros, tem o objetivo de coordenar a gestão integrada das águas e é estruturado da seguinte forma:

- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH como órgão deliberativo e normativo central do Sistema;
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, como órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema;
- Comitês de Bacia Hidrográfica, como órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de bacia hidrográfica do estado; e
- Agências de Água, como Unidades Executivas Descentralizadas - UED.

O Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos encontra-se estruturado da seguinte forma:



Destaque deve ser dado às Agências de Água, as quais têm como atribuições, entre outras, propor ao Comitê de Bacia Hidrográfica o Plano de Bacia Hidrográfica; o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos; os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos; o plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos; o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

A legislação estadual prevê que, além dos consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas, as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, legalmente constituídas, poderão ser equiparadas às Agências de Água, às quais poderá ser delegado, por ato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o exercício das funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas. O parágrafo único do artigo 37 da Lei n.º 12.726/99 estabelece que a proposta de criação de consórcios ou associação intermunicipal de bacia hidrográfica ou de associação regional, local ou setorial de usuários de recursos hídricos, dar-se-á mediante iniciativa de usuários de recursos hídricos, submetida à aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Somos, atualmente, responsáveis pela operação e manutenção de cerca de 623 localidades/sistemas de infraestrutura de água e esgoto em 342 sedes municipais e 281 distritos, tendo nos tornado o principal usuário de recursos hídricos do Paraná, não só sob o aspecto da exploração para fins do abastecimento público de água, como também para fins da diluição do efluente de esgotos das ETEs.

Essa situação nos confere um importante papel junto aos usuários de recursos hídricos, no processo de implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esse nosso papel terá que ser exercido através da participação de todas as nossas Unidades, segundo o âmbito de sua atuação, de maneira articulada e em consonância com as orientações da Dimensão Estratégica.

Nova Regulamentação do Setor de Saneamento Básico

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Setor de Saneamento Básico. Conforme prevê esse Projeto, a prestação dos serviços de saneamento básico passará a ser organizada com base em bacias hidrográficas e de acordo com a estrutura da rede urbana, sendo que a titularidade desses serviços caberá: (i) aos Municípios, nos serviços de interesse local (atividades que compõem os serviços de saneamento básico e respectiva infra-estrutura destinadas exclusivamente ao atendimento do próprio Município); (ii) ao Distrito Federal, em sua área geográfica; ou (iii) aos Estados, nos serviços de interesse comum (pelo menos uma das atividades que compõem os serviços de saneamento básico e respectiva infra-estrutura voltadas ao atendimento de dois ou mais Municípios, integrantes ou não de região metropolitana). Nos termos do que estabelece esse projeto de lei, incumbirá à ANA a coordenação nacional das atividades de regulação dos serviços de saneamento básico.

Existe a possibilidade de que agências reguladoras, estaduais e municipais, sejam criadas, conforme previsto no Projeto de Lei do Setor de Saneamento Básico. Em princípio, essas agências seriam credenciadas junto à ANA, tendo a competência de regular e fiscalizar a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico.

Regime Jurídico da Emissora

Na qualidade de concessionários de serviço público, estamos adstritos à observância da Lei de Concessões, que regulamenta a outorga de concessões pelo Poder Público, bem como às leis municipais que regulamentam, em suas jurisdições, a prestação do serviço de saneamento básico. Na condição de sociedade de economia mista, quando contratamos serviços e obras, estamos sujeitos à Lei de Licitações.

Para a contratação como concessionária, pelos municípios concedentes, tem-se entendido que, como empresa estatal (sociedade de economia mista), não se faz necessário o procedimento licitatório, podendo a mesma ser contratada diretamente (art. 24, VIII da Lei de Licitações).

Prestamos serviços de abastecimento e distribuição de água e coleta de esgotos em 342 municípios do Estado do Paraná, sendo que na grande maioria os municípios concedentes têm lei autorizadora da nossa contratação, pelo prazo de trinta anos. Em muitos municípios, além da existência de legislação autorizadora da concessão, foram firmados contratos de concessão, quase todos estabelecendo o prazo da concessão em 30 (trinta) anos.

Em relação ao município de Curitiba, capital do Estado do Paraná, a Lei n.º 6.388/82 autorizou o Poder Executivo a nos conceder, com exclusividade, pelo prazo de 30 (trinta) anos, a operação e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta e remoção de esgotos sanitários.

A despeito da inexistência de contrato de concessão, existem convênios firmados com o Município de Curitiba, objetivando a cooperação recíproca na ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamentos sanitários. Esses convênios foram firmados levando em consideração a existência da Lei n.º 6.388/82, que autorizou o Município de Curitiba a formalizar a concessão à Companhia.

É de se ressaltar, também, que os serviços por nós prestados à Região Metropolitana de Curitiba, ou seja, serviços públicos abrangentes de mais de um município, são considerados, na forma do que dispõe a doutrina calcada na Constituição Federal (e na forma do estabelecido no Projeto de Lei de Saneamento Básico) como tendo sua titularidade afeta aos Estados-membros e não aos municípios.

Realmente, os serviços de água e esgoto, em regiões metropolitanas, tipificam serviço de saneamento básico de interesse comum e não de interesse local. Seu planejamento, execução e operação devem ser realizados

através de uma ação unificada, exigindo conexões e interferências entre os diferentes municípios, ultrapassando seus limites institucionais e exigindo ação unificada e planejada a nível metropolitano.

Assim, tornando-se o Estado do Paraná titular dos serviços de saneamento básico de interesse comum das regiões metropolitanas, exerceremos tais serviços não como concessionária, mas sim como a delegada legalmente competente.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

Histórico

Fomos criados em 1963 pela Lei Estadual n.º 4.684, de 23 de janeiro de 1963, ocorrendo a conseqüente constituição em 30 de dezembro de 1963. Desde então, concentramos nossas atividades em estudos, projetos, obras e financiamentos através do Fundo de Água e Esgoto – FAE.

Quando de nossa constituição, a produção, adução e distribuição de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos era operada pela companhias de economia mista ou serviços autônomos de água e esgoto municipais, mediante nossa assistência técnica.

Com a incorporação do Departamento de Água e Esgoto, em janeiro de 1972, tivemos nosso objeto social totalmente modificado, sendo certo que então passamos a explorar os serviços dos sistemas de água e esgotos de Curitiba e de mais outros 15 municípios do Estado do Paraná. No mesmo ano, aderimos ao Plano Nacional de Saneamento, o PLANASA. Na época, atendíamos a pouco mais de 500 mil habitantes com o sistema de abastecimento de água, e o número de habitantes atendidos pelos serviços de esgoto sanitário não superava 300 mil.

Em 1995, demos início aos estudos de transformação institucional para descentralizar nossas atividades e operar com Unidades de Negócio, tendo sido concluída a respectiva operação em janeiro de 1998.

Em 8 de junho de 1998, o Estado do Paraná alienou 39,71% das ações ordinárias nominativas que detinha a um sócio privado, o nosso Sócio Estratégico, buscando desta forma aumentar nossas potencialidades. Esta aquisição foi efetuada pela Dominó Holdings S.A. e, desde então, nós vimos reforçando a estratégia de conduzir os nossos negócios com flexibilidade organizacional para responder de maneira ágil e eficiente às novas exigências do mercado e às mudanças conjunturais.

Uma vez realizada a alienação das ações, foi celebrado um Acordo de Acionistas, que prevê a participação do Sócio Estratégico na gestão de negócios e na busca de novas tecnologias nas áreas de construção e operação de sistemas de saneamento básico.

Com o objetivo de ampliar o mercado de atuação e procurando conciliar nossos interesses com o do Estado do Paraná de industrializar o Estado, ofertamos a clientes industriais de grande porte produtos diferenciados, tais como: tratamento de efluentes industriais, fornecimento de água industrial (que apresenta características diversas de água para consumo humano) e operação e manutenção de ETAs e de efluentes industriais de propriedade particular. Um produto que possui grande potencial comercial é a “água de reuso”, que consiste

no tratamento dos efluentes finais de ETEs. Estamos iniciando os estudos e temos como meta ofertar tal produto aos clientes industriais dentro de dois anos.

No decorrer do ano de 2000, promovemos o nosso registro na CVM como companhia aberta. Hoje nossas ações preferenciais são negociadas no mercado de balcão organizado administrado pela SOMA e tem representado por expressivo, em muitas vezes o maior, volume de negociações neste mercado.

Fomos a primeira empresa de saneamento básico a conquistar a certificação internacional ISO 14001 referente ao sistema de gestão ambiental implantado no Município de Foz do Iguaçu. Ainda, possuímos a certificação ISO 9002 para a unidade de produção de água tratada do Município de Campo Largo, situado na Região Metropolitana de Curitiba.

Desenvolvemos, ainda, um programa de uso racional de água, implementando o sistema de tarifas horosazonais com medição de consumo a distância, o que vem contribuindo de maneira expressiva para o equilíbrio entre oferta e consumo.

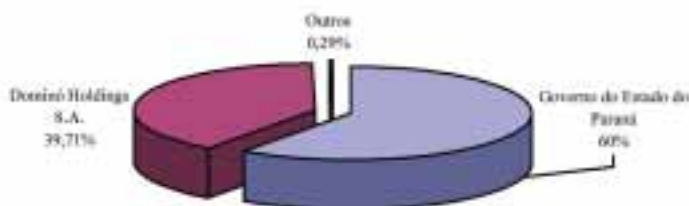
Organização Societária Atual

O Estado do Paraná foi autorizado pela Lei n.º 11.963/97 a vender até 40% do nosso capital votante com o intuito de expandir nossa capacidade competitiva. Em 08 de junho de 1998 foi liquidada a venda. (ver Seção “PRINCIPAIS ACIONISTAS”).

Somos atualmente controlados pelo Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno que detém 60% do nosso capital votante. A Dominó Holdings S.A., por sua vez, detém 39,71% do nosso capital votante.

Não possuímos sociedades controladas.

O gráfico abaixo representa a composição acionária referente ao nosso capital votante atual:



ATIVIDADES DA EMISSORA

Informações Gerais

Somos uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná, que tem como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgotos nos municípios concedentes no Estado do Paraná, e que visa a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. No ano de 2000, registramos uma receita líquida de R\$655 milhões, lucro líquido de R\$136 milhões, ativos totais no valor de R\$2.415 milhões e patrimônio líquido de R\$1.109 milhões.

Operamos sistemas de água em 342 , e de esgotos em 140, dos 399 municípios do Estado do Paraná, inclusive no Município de Curitiba. Prestamos serviços de água para um grande número de consumidores residenciais, comerciais, industriais e públicos. Em 2000, fornecemos água para cerca de 7,58 milhões de habitantes (aproximadamente 98,8% da população urbana do Estado do Paraná), através de 1.913.973 de ligações de água conectadas a aproximadamente 33,2 mil km de redes de distribuição. Exceto no que tange aos municípios de Curitiba, cuja população é de aproximadamente 1,7 milhões de habitantes, possuímos contratos de concessão assinados com todos os outros 341 municípios onde desempenhamos nossas atividades. Tais contratos têm duração, em média, de 30 (trinta) anos. Ainda no ano de 2000 atendemos, aproximadamente, 3,11 milhões de habitantes, cerca de 40,4% da população uniforme do Estado do Paraná, através de 675.865 ligações de esgoto e 10,9 mil km de dutos coletores.

Em 31 de março de 2001, 60,0% das ações ordinárias com direito a voto de nossa emissão eram detidas pelo Estado do Paraná. Na qualidade de Companhia controlada pelo Estado do Paraná, somos, em certos aspectos, parte integrante da estrutura política e governamental deste Estado. Nossa estratégia, bem como nossas principais decisões, são formuladas de forma conjunta com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (a “Secretaria”), como parte do planejamento estratégico global do Estado. Apenas no que tange aos recursos destinados ao programa *Paranásan*, o orçamento de investimentos está sujeito à aprovação por parte do poder legislativo do Estado, sendo aprovado juntamente com o orçamento do Estado do Paraná como um todo. Nossas demonstrações financeiras e contas estão sujeitas a revisão pelo Tribunal de Contas do Estado, como qualquer outra conta pública do Estado.

No curso normal de nossas atividades temos que realizar, freqüentemente, desapropriações, objetivando a obtenção de terras para a construção de nossas facilidades. Por vezes, estas desapropriações têm repercussões legais, conforme descrito nesta Seção em “Pendências Judiciais”.

Histórico

A partir da emancipação política do Estado do Paraná, em 1853, grandes transformações ocorreram, sobretudo no que diz respeito à implantação de uma infra-estrutura mínima e compatível com o recém adquirido grau de Província desta região. O próprio governo fez algumas exigências para a homologação do processo de emancipação, algumas das quais relativas ao serviço de água. A partir deste momento, foi elaborado o primeiro grande plano de reformulação urbana de Curitiba, iniciando-se a longa trajetória do que é hoje o Saneamento Básico do Paraná.

Com o aumento da demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotos, o Governo Federal criou, em 1924, a Diretoria do Serviço de Água e Esgotos, com o objetivo de gerenciar a política pública. Diante do significativo crescimento da população da região, o Presidente do Estado considerou necessária uma reformulação administrativa e criou, em 29 de fevereiro 1928, o DAE, que mais tarde, em 1949, passou a ser uma autarquia com a finalidade de prestar serviços de água e esgotos para vários municípios da região.

No início da década de 40 foram realizados os planos de interiorização do DAE, e o saneamento básico estendeu-se para vários municípios do Estado do Paraná. Já na década de 50, o Brasil viveu uma nova era (os chamados “anos dourados”), e com o surto do progresso surgiram os problemas decorrentes da grande demanda de infra-estrutura, com reflexos inclusive no Paraná.

Diante do crescimento da demanda de saneamento básico foi constituída, através da Lei Estadual n.º 4.684, datada de 23 de janeiro de 1963, uma sociedade por ações, denominada Companhia de Água e Esgotos do Paraná, a AGEPAR, com o objetivo de acelerar as obras de saneamento básico. Com a criação da AGEPAR foi também criado, por meio do Decreto n.º 13.577, o Fundo de Águas e Esgotos, visando garantir os recursos necessários ao saneamento básico.

Em 1963, face à crise em que o país se encontrava, foi elaborado um plano de saneamento destinado a beneficiar 60 cidades do Estado, com o objetivo de obter financiamentos e doações, que acabaram resultando na doação de equipamentos para execução de redes de esgotos no valor de US\$130 mil. Todavia, era intenção do Governo do Estado promover, futuramente, a transferência dos serviços de água e esgotos sob sua jurisdição às administrações municipais, associadas ou não à AGEPAR.

Em 30 de dezembro de 1963, foi finalmente lavrada a escritura pública de constituição da AGEPAR. Por uma série de razões técnicas a AGEPAR, por meio da Lei n.º 4.878, datada de 19 de junho de 1964, teve sua denominação alterada para Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Fomos criados com a finalidade de realizar estudos, elaborar projetos e orçamentos de obras relativas a novas instalações e ampliar as instalações de água e esgotos sanitários, bem como executar as obras mencionadas e prestar assistência técnica, administrativa e financeira relativas a serviços de saneamento básico nos municípios do Estado do Paraná.

No primeiro ano de atividade, passamos por dificuldades e nossos estudos e projetos só foram realizados graças à ajuda de parcelas do Fundo de Água e de Esgotos. Ainda assim, a despeito das dificuldades, concluímos projetos de água em vários municípios.

A partir de janeiro de 1972, quando incorporamos o DAE, o nosso objeto social foi totalmente modificado e passamos a explorar os serviços dos sistemas de água e esgotos de Curitiba e de mais outros 15 municípios do Estado do Paraná. No mesmo ano, aderimos ao Plano Nacional de Saneamento, o PLANASA, que era um programa patrocinado pelo Governo Federal que financiava investimentos de capital e auxiliava no desenvolvimento de companhias estaduais de água e esgotos, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Na época, atendíamos a pouco mais de 500 mil habitantes com o sistema de abastecimento de água, e o número de habitantes atendidos pelos serviços de esgoto sanitário não superava 300 mil.

Com a adoção de um planejamento adequado, voltado para a problemática do saneamento básico, conseguimos mudar esse panorama. Atualmente, nosso sistema de abastecimento de água atende 623 localidades, sendo 342 sedes municipais e 281 distritos, beneficiando uma população de 7,5 milhões de habitantes, representando 98,8% da população urbana do Estado do Paraná. Os serviços de esgoto sanitário são prestados em 142 centros urbanos, beneficiando uma população de 3,1 milhões de habitantes, representando 40,5% da população urbana do Estado do Paraná.

A partir da sanção da Lei n.º 8.987/95, conhecida como a Lei das Concessões, temos nos preparado com um modelo de gestão adequado para operar em um cenário mais competitivo, com a participação da iniciativa privada nos serviços públicos. Visamos, também, a abertura de novos mercados, como, por exemplo, o de resíduos sólidos, drenagem urbana e operação de sistemas, fora dos limites territoriais do Estado do Paraná.

A Lei n.º 11.963/97 autorizou o Estado do Paraná a alienar parte das ações ordinárias nominativas a um sócio privado, buscando aumentar a nossa potencialidade. Esta aquisição foi efetuada pela Dominó Holdings S.A., companhia formada pelas empresas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Companhia Paranaense de Energia – COPEL, Opportunity Daleth S.A. e por Vivendi Environnement. Realizada a alienação das ações, foi celebrado um acordo de acionistas, que prevê a participação do Sócio Estratégico na gestão de negócios e na busca de novas tecnologias nas áreas de construção e operação de sistemas.

Em 01 de março de 2000, nos tornamos uma empresa de capital aberto, com registro para negociar valores mobiliários na SOMA. Recebemos prêmio de destaque em 2000, concedido pela SOMA, por conta do desempenho das nossas ações no mercado, bem como pelo atendimento prestado aos associados da SOMA.

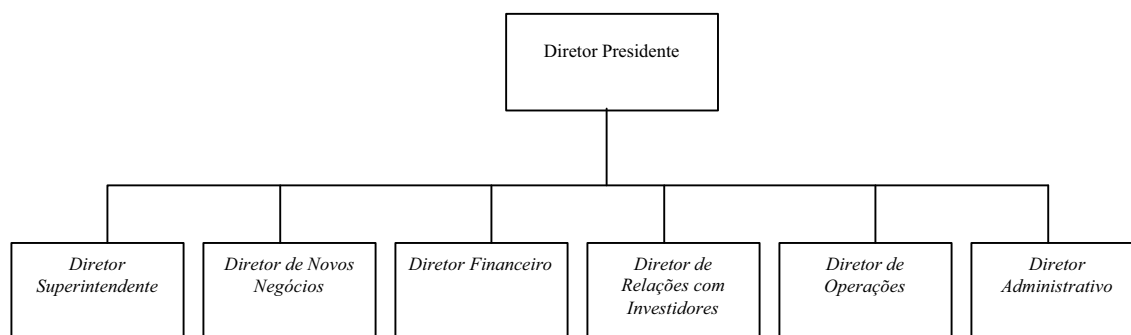
Fomos a primeira empresa de saneamento a conquistar a certificação internacional ISO 14001, referente ao sistema de gestão ambiental implantado no Município de Foz do Iguaçu. Ainda, possuímos a certificação ISO

9002 para a unidade de produção de água tratada do Município de Campo Largo, situado na Região Metropolitana de Curitiba.

Desenvolvemos, também, um programa de uso racional de água, implementando o sistema de tarifas horosazonais com medição de consumo a distância, o que vem contribuindo grandemente para o equilíbrio entre oferta e consumo.

Descrição da Estrutura Institucional

Atualmente, nosso organograma institucional apresenta 7 (sete) diretores assim designados: Diretor Presidente, Diretor Superintendente, Diretor de Novos Negócios, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Operações e um Diretor Administrativo, que conjuntamente são designados de Diretoria Executiva:



O *Diretor Presidente* tem por atribuições (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; (ii) propor matérias ao Conselho de Administração; (iii) coordenar as atividades de auditoria interna; (iv) acompanhar a programação executiva e a avaliação final dos resultados; (v) desenvolver e acompanhar as atividades do nosso serviço jurídico; (vi) desenvolver e coordenar a política de comunicação social; (vii) nos representar perante o poder concedente e empresas afins; (viii) nos representar perante outras empresas congêneres do setor de saneamento para o estabelecimento de políticas conjuntas; (ix) nos representar em juízo, ativa e passivamente; e (x) apresentar o relatório anual de nossos negócios ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária.

O *Diretor Superintendente* tem por atribuições (i) planejar a expansão dos nossos serviços de saneamento e coordenar a elaboração do nosso plano diretor de saneamento; (ii) acompanhar a aplicação de metas estabelecidas, promovendo suas constantes atualizações, tudo em conjunto com o Diretor de Operações; (iii) desenvolver sistemas de organização e métodos; (iv) propor metas e instrumentos normativos e decisórios que definam nossas políticas de planejamento do setor de saneamento; (v) estudar e promover a introdução de nossas novas tecnologias e serviços; (vi) planejar e coordenar a aquisição de equipamentos, materiais e

serviços de mão de obra para os planos de expansão, em conjunto com o Diretor de Operações; (vii) desenvolver estudos de mercado; (viii) planejar e coordenar as atividades de comercialização dos serviços; (ix) substituir o Diretor Presidente em suas ausências; (x) coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações a contratação de empresa de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para nós.

O *Diretor Financeiro* tem por atribuições (i) planejar, coordenar e orientar nossas atividades econômico-financeiras; (ii) estudar e propor diretrizes e normas para a execução de nossa política econômico-financeira; (iii) promover o acompanhamento de nosso orçamento, de acordo com os planos e programas estabelecidos; (iv) gerir a captação das receitas operacionais e captar as receitas extra operacionais; (v) promover a captação de recursos externos para nós, quando necessários; (vi) administrar a aplicação dos recursos financeiros; (vii) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros, quanto às formalidades legais administrativas, orçamentárias e contratuais, interagindo com os demais órgãos da empresa e partes envolvidas; (viii) promover o registro contábil das operações realizadas por nós; (ix) administrar nossa política acionária em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores; (x) empreender, em conjunto com o Diretor Administrativo, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de pensão por nós patrocinados; e (xi) elaborar, em conjunto com o Diretor de Operações e o Diretor Administrativo, nosso Orçamento Anual e nosso Orçamento do Plano de Negócios.

O *Diretor de Relações com Investidores* tem por atribuições (i) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre os acionistas, Bolsas de Valores e CVM; (ii) estudar e propor diretrizes e normas para as Relações com o Mercado; e (iii) promover a valorização de nossas ações no mercado financeiro, através da permanente divulgação de informações ao mercado financeiro, pertinentes a nossas operações.

O *Diretor de Operações*, tem por atribuições (i) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção, projetos, implantação e modernização do sistema de saneamento; (ii) promover a orientação normativa a nossos órgãos em sua área de atuação; (iii) programar, coordenar e controlar as atividades referentes a execução dos projetos e do orçamento de investimentos; (iv) propor a especificação técnica dos equipamentos, materiais e serviço de mão de obra para o plano de expansão; (v) elaborar e gerenciar os contratos, promover a instalação e/ou aceitação dos projetos referentes a planta necessária à prestação do serviço de saneamento; (vi) orientar e acompanhar a implementação de normas, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas por nossos órgãos; (vii) propor à Diretoria Executiva a celebração de contratos de parceria com outras empresas de saneamento; (viii) realizar análise do mercado visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes; (ix) acompanhar as atividades da área de operações no que se refere à sua participação no programa de expansão; (x) operar e manter o serviço de saneamento, comercializando os serviços e suas facilidades, administrando o faturamento; (xi) planejar e coordenar em conjunto com o Diretor Superintendente, a aquisição de equipamentos, materiais e serviços de mão de obra para os planos de expansão; (xii) executar em conjunto com o Diretor Superintendente, nosso Plano Diretor de Saneamento; (xiii) efetuar a aquisição de materiais correntes destinados a atender a nossas

necessidades, no que for aplicável; (xiv) proceder ao recebimento, armazenamento e à distribuição de materiais e efetuar o controle de estoque; e (xv) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro e com o Diretor Administrativo, nosso Plano de Organização, nosso Orçamento Anual e nosso Plano de Negócios.

O *Diretor Administrativo*, tem por atribuições (i) coordenar o desenvolvimento de estudos de caráter organizacional, prestando assessoramento específico para a solução de problemas administrativos a todas as áreas da empresa; (ii) administrar os serviços de transporte da empresa, buscando dar atendimento às necessidades de locomoção de pessoal, equipamentos e cargas em geral; (iii) planejar, coordenar e orientar o apoio administrativo referente à administração, manutenção e conservação de prédios; (iv) planejar, coordenar e executar as atividades relativas a administração de pessoal; (v) promover e estimular a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de nossos recursos humanos; (vi) administrar as atividades relativas à assistência médica, odontológica e social dos empregados e seus dependentes, bem como atender às obrigações inerentes à segurança do trabalho; (vii) empreender, em conjunto com o Diretor Financeiro, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de pensão patrocinados por nós; e (viii) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro e com o Diretor de Operações, nosso Plano de Organização, nosso Orçamento Anual e nosso Plano de Negócios.

O *Diretor de Novos Negócios*, tem por atribuições (i) prospectar e desenvolver novos negócios; (ii) coordenar, dirigir e gerenciar estudos em projetos estratégicos e parcerias em empreendimentos não relacionados diretamente ao nosso objeto principal; e (iii) gerir os contratos de concessão.

Descrição das Atividades da Emissora

O modelo de gestão que estamos implementando aplica o conceito de Gestão de Valor, pelo qual todos os nossos empregados colaboram na realização de nossas atividades institucionais e os resultados são priorizados por todos. Neste sentido, valemo-nos de um modelo organizacional moderno e bidimensional (estratégico e operacional) para a consecução destas atividades. Através da gestão estratégica, buscamos cumprir os fins para os quais fomos criados, de acordo com os parâmetros estabelecidos tanto pelo Governo do Estado do Paraná quanto internamente. A gestão operacional, por sua vez, nos possibilita executar as ações necessárias para tanto.

Nossa operação é conduzida por unidades administradas (“Unidades de Negócio”), sendo que cada uma destas unidades responde por uma parcela de nosso patrimônio. Estas Unidades de Negócio orientam-se e desempenham suas atividades com base em nossos planos operacional e de marketing, maximizando recursos ao passo que qualidade e preservação ambiental são respeitados. Possuímos um sistema de controle que acompanha este gerenciamento, permitindo assim correções, conforme necessário.

Cada Unidade de Negócio possui objetivos de caráter permanente, os quais estão direcionados necessariamente para a satisfação de nossos clientes ou para a nossa rentabilidade. Isto porque entendemos que uma vez atendidas estas duas prerrogativas, nossos demais objetivos corporativos serão satisfeitos também. Além dos objetivos, cada Unidade de Negócio pode ter também metas corporativas e metas específicas. As Unidades de Negócio então instituem suas metas e indicadores para cada objetivo ou meta formulada, os quais servirão para medir o desempenho daquela Unidade de Negócio ao longo do tempo.

Contamos com quatro categorias de Unidades de Receita (Receita Isolada, Receita Agrupada, Receita Regional e Receita Gestão Particionada), as quais são divididas por regiões, compondo um total de 38 unidades de receita. Similarmente, temos 06 categorias de Unidades de Serviços, perfazendo outras 54 Unidades, totalizando 92 Unidades de Negócios.

Nossas políticas corporativas conjugam a flexibilidade, a abrangência, a coordenação e a ética. Essas políticas estão divididas em 11 áreas, que englobam desde preocupações com o meio ambiente até a promoção de ambientes favoráveis para o desenvolvimento dos relacionamentos que buscamos ter com nossos clientes, os poderes concedentes, a comunidade e também nossos funcionários.

Utilizando-nos destas diretrizes administrativas buscamos fortalecer nossa imagem, conquistar novos mercados e agregar valor ao nosso negócio, quer seja pelos resultados que obtemos quer seja pelas preservações ou melhoras ambientais que procuramos propiciar à comunidade enquanto desempenhamos nosso papel-chave no setor de saneamento do Estado do Paraná.

Produção e Adução de Água

A tabela a seguir resume as características de cada um dos principais reservatórios e represas que utilizamos para o abastecimento do Estado do Paraná:

Sistema Produtor	Capacidade Manancial (m ³ /s)	Capacidade de Produção da Estação (m ³ /s)	Média de Produção em 2000 (m ³ /s)	Rios
Alto Iguaçu	3,5	3,3	3,5	Iguaçu
Alto Iguaçu	3,0	0,9	1,1	Iraí
Passaúna	2,5	2,0	1,7	Passaúna
Karst	NA	0,2	0,2	Poços
Renault	NA	0,1	0,1	Poços
Total	9,0	6,5	6,6	

Distribuição de Água

Em 2000, nós faturamos o equivalente a 406.575.311 de m³ de água potável, sendo que esse número foi de aproximadamente 398.123.610 de m³ em 1999.

Abaixo, segue quadro descritivo das características da nossa rede de distribuição:

	Para o período findo em 31 de dezembro		Para o período findo em 31 de março	
	1998	1999	2000	2001
Linhas de distribuição (em km):				
Água	30.430	31.826	33.284	33.464
Ligações (em unidades)				
Água	1.780.666	1.846.609	1.913.973	1.927.195
Volume Faturado (em m³)				
Água	380.671.274	398.123.610	406.575.311	104.654.975
Total de Perdas de Água (%)	40,02	38,19	37,24	35,30
Total de Perdas de faturamento ou em				
Relação ao volume faturado (%)	29,19	28,18	26,64	25,70

As redes de distribuição de água, em mais de 98% dos casos, são feitas em ferro fundido ou PVC, sendo uma pequena porcentagem constituída de outros materiais, como aço ou polietileno de alta densidade (“PEAD”).

Os ramais de abastecimento dos imóveis são, em sua maioria, de PEAD, sendo os mais antigos, em pequenas porcentagens, de aço galvanizado ou PVC. As adutoras de grande diâmetro são, majoritariamente, de aço ou ferro fundido.

Todo o sistema é pressurizado e conta com reservatórios para regularizar a distribuição em períodos de consumo elevado. Nós possuímos, ainda, Planos Emergenciais de Racionalização de Abastecimento por Áreas Pré-Programadas, para períodos de estiagem prolongada.

Nós possuímos, aproximadamente, 33,4 mil km de dutos e tubulações de distribuição de água no Estado do Paraná, e consideramos adequado o estado de conservação dessas tubulações e adutoras de água. Devido à idade e a fatores externos, tais como tráfego de veículos, aumento da população, mudanças no zoneamento urbano e desenvolvimento industrial e comercial, o estado de conservação dos dutos e adutoras de água na região metropolitana de Curitiba tende a se deteriorar mais rápido do que nas outras regiões do Estado. Para combater os efeitos da deterioração, nós mantemos um programa contínuo de manutenção das tubulações e adutoras de água.

As tubulações que requerem manutenção são limpas e, quando necessário, revestidas internamente. Em caso de vazamentos ou rupturas nas redes e ligações de água, nós somos informados por telefone pela própria população através de um número de discagem gratuita que mantemos.

Nós estimamos que a vasta maioria das 121.000 ligações de água planejadas para 2001 e 2002 sejam executadas por empresas contratadas. Cada consumidor é responsável pela cobertura de parte dos custos de ligação com a nossa rede de distribuição. A nossa política de venda de ligações de água estabelece o

pagamento de R\$110,49 por ligação, estando incluída nesta cobrança os custos de mão-de-obra relacionados, o hidrômetro e as demais peças necessárias.

Programa de Redução de Perdas

Desde 1998, nós vimos consolidando a nossa política de controle de perdas. Nosso foco principal é reduzir custos e controlar desperdícios em todas as fases da atividade, atuando sobre as causas em suas origens e eliminando seus efeitos de forma sistemática e sincronizada, dentro de limites economicamente viáveis.

Os projetos de pesquisa aplicada de maior significado nesta área são: (i) Projeto de Desenvolvimento Tecnológico da Gestão do Parque de Hidrômetros, que visa orientar a política de aquisição de hidrômetros, por meio do desenvolvimento de fornecedores para a realidade do perfil dos nossos consumidores, além de apropriar os custos da tecnologia disponível mundialmente a bases economicamente viáveis; (ii) Projeto de Desenvolvimento Tecnológico de Tubulações Plásticas, que objetiva a melhoria do material empregado por meio de parceria com fornecedor, determinando melhores especificações e testes de recebimento; e (iii) Projeto de Desenvolvimento Tecnológico de Conexões em redes de distribuição, que consiste também no estímulo a fornecedores, a fim de obter conexões em ferro em diâmetros pequenos.

Paralelamente, várias ações são aplicadas a partir de diretrizes operacionais nos sistemas de abastecimento. Temos desenvolvido trabalhos para a redução das perdas não-físicas, representadas pelos erros de medição nos hidrômetros, pela falha de cadastro, pelo roubo de água ou em decorrência de outras formas de perdas, através de atividades focadas na questão do aperfeiçoamento da medição, da troca e da manutenção de hidrômetros, de forma a diminuir a idade média de medição domiciliar do sistema e adequar os hidrômetros ao perfil de consumo dos grandes clientes, no combate às fraudes e ligações clandestinas.

Para as perdas físicas, predominantemente perdas em redes de distribuição de água resultantes de vazamentos nas tubulações, foi aprimorada a técnica de pesquisa de vazamentos, por meio da atualização das equipes próprias tanto no tocante ao treinamento, como nas ferramentas em uso, tendo sido adquiridos equipamentos de detecção de vazamentos não visíveis, tecnologicamente atualizados.

Como suporte às ações operacionais, estamos buscando a otimização do sistema de informações operacionais, com o recurso do Sistema de Informações Geográficas (geoprocessamento). Cada Unidade de Operação está sendo habilitada para manter o cadastramento técnico em meio digital, vindo associar a bancos de dados alfanuméricos existentes outros bancos relativos a clientes e ao sistema de manutenção de redes. A revisão de procedimentos operacionais também é objeto de atenção, para o que utilizamos do sistema normativo, com base nas ferramentas da qualidade.

As reduções na perda de água nos ajudaram a atender uma demanda crescente, em particular nos grandes municípios do Estado, especialmente no Sistema da Cidade de Curitiba e região metropolitana, além de melhorar os nossos resultados, com manutenção ou até redução dos volumes de produção necessários.

Coleta, Tratamento, Lançamento de Esgotos e Disposição Final de Resíduos

Nós somos responsáveis pela coleta e tratamento de esgotos, bem como pelo lançamento e disposição final adequados, respectivamente, dos efluentes e resíduos resultantes de seu tratamento.

Coleta de Esgotos

Em 31 de março de 2001, coletávamos 40,26% de todo o esgoto produzido no Estado do Paraná, atingindo cerca de 683.541 ligações de esgoto e atendendo 996.480 economias¹ em nossa área de atuação.

Somos responsáveis pela operação e manutenção de aproximadamente 11.130 mil km de redes de coleta de esgoto, das quais aproximadamente 3.300 mil km estão localizadas na Região Metropolitana de Curitiba. Abaixo segue quadro demonstrativo da evolução do sistema.

	Para o período findo em 31 de dezembro		Para o período findo em 31 de março	
	1998	1999	2000	2001
Linhas de coleta (em km):				
Esgoto	8.478	9.871	10.949	11.130
Ligações (em unidades):				
Esgoto	496.851	600.226	675.865	683.541
Volume Faturado (em m³ faturados):				
Coleta de Esgoto	136.392.873	156.832.373	175.077.729	45.964.246

Nosso sistema de esgoto é composto por redes constituídas em diferentes épocas, com materiais tais como tubos cerâmicos e, mais recentemente, tubulações de PVC. Linhas de esgotos com mais de 0,5 metro de diâmetro são construídas, principalmente, de concreto. O nosso sistema de esgoto é geralmente projetado para operar por gravidade, embora sejam necessárias estações de bombeamento em certas partes do sistema para assegurar o fluxo contínuo de esgotos. Quando tais estações são necessárias, o sistema é composto de tubos de ferro fundido.

O esgoto industrial que coletamos pode variar significativamente quanto à sua composição e concentração de contaminantes.

¹ Economia é, por exemplo, uma unidade em um prédio caracterizada como unidade autônoma residencial ou comercial, para efeito de cobrança.

Nós entendemos que o estado atual de conservação de nossas redes de esgoto é, em geral, adequado. Devido ao maior volume de esgotos coletados, ao crescimento da população e ao desenvolvimento comercial e industrial, o estado de conservação das redes de esgotos na Região Metropolitana de Curitiba tende a se deteriorar mais rapidamente do que as demais áreas do Estado do Paraná. Visando combater os efeitos da deterioração, nós mantemos um programa dinâmico e contínuo de manutenção das redes de esgoto, visando solucionar rompimentos e obstruções decorrentes da sobrecarga do sistema.

Tratamento de Esgotos e Lançamento de Efluentes

Até março de 2001, nós estávamos operando esgotos em 140 municípios do Estado do Paraná, beneficiando mais de 3,11 milhões de habitantes com sistema de coleta de esgoto. Aproximadamente 90% do esgoto por nós coletado era tratado em nossas estações de tratamento, sendo os efluentes finais despejados nos cursos d'água. O esgoto não tratado teve também como destino os cursos d'água. Nós operamos 250 estações de tratamento.

Embora o fluxo e a composição do esgoto que chega na estação de tratamento variem, mais de 99% de seu teor, em média, é líquido. O tratamento de esgotos que oferecemos consiste essencialmente em processos de separação física e em processos biológicos naturais para decompor a matéria orgânica e reduzir o teor de componentes nocivos. Esse tratamento visa atender aos padrões ambientais de lançamento de esgotos em cursos de água, conforme Resolução n.º 20, de 18 de junho de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Nós utilizamos, como tratamento secundário dos esgotos, processos aeróbios e anaeróbios, nos quais a ação natural das bactérias é empregada para decompor a matéria orgânica contida nos esgotos. Quando requerido, o tratamento secundário pode ser incrementado por sistemas de tratamento terciários para remoção de nutrientes (como nitrogênio, fósforo e organismos patógenos).

O tratamento secundário por lodos ativados consiste de uma fase preliminar, na qual processa-se o gradeamento e a desarenação, seguida de uma fase primária, onde os sólidos são sedimentados em decantação primária, e de uma fase secundária, que consiste de aeração e decantação secundária. Os lodos resultantes do tratamento são adensados por gravidade ou flotação, desidratados, sendo posteriormente dispostos em leitos de secagem. Parte do lodo do decantador secundário é recirculado, visando a manutenção das bactérias responsáveis pelo processo (lodos ativados).

As 250 estações de tratamento secundário por nós controladas têm capacidade para tratar, aproximadamente, 153,5 milhões de m³ de esgoto por ano.

Além dos lodos ativados, utilizamos também reatores anaeróbios, tais como: lagoas facultativas em série, lagoas anaeróbias seguidas de facultativas e lagoas aeradas.

Nossas unidades de tratamento de esgotos têm condições de atender a população para a qual se destina. Para o Estado do Paraná, há intenção de que em 5 anos possamos captar 60% dos esgotos gerados nas áreas urbanas do estado e destes tratar 100%.

Dos subprodutos gerados pelo tratamento de esgotos, o lodo de esgoto é que gera mais interesse, devido às quantidades produzidas e aos custos de disposição. Como alternativa para disposição adequada do lodo de esgoto, optamos pela Reciclagem Agrícola, que é reconhecidamente a opção mais recomendável, sob os pontos de vista ambiental e econômico. Paralelamente, estamos investindo em projetos de compostagem para aproveitamento do lodo de esgoto. Atualmente, 30% do lodo por nós tratado recebe esta destinação, sendo o restante disposto em leitos de secagem.

Plano Plurianual de Investimentos

O nosso Plano Plurianual de Investimentos para o período 2001-2004 estabelece um volume total de R\$1,028 bilhões.

Segue, abaixo, quadro demonstrando, de forma geral, nossas expectativas de investimentos, para o período de 2001 a 2004.

	2001	2002	2003	2004	Total 2001-2004	
					Valor	%
Água	109.987	160.479	118.082	53.751	442.299	43,03
Esgoto	121.638	181.105	140.452	94.337	537.533	52,30
Outros	7.054	12.900	14.000	14.000	47.954	4,67
Total anual	238.679	354.484	272.534	162.088	1.027.786	100,00

O nosso programa de investimento visa melhorar e expandir nosso sistema de água e esgotos, bem como aumentar e proteger fontes de água, tudo isso com o fim de atender à crescente demanda de serviços de água e esgoto no Estado do Paraná.

Nossas Estratégias

Melhoria na Qualidade dos Serviços

É parte da nossa estratégia de longo prazo a realização de investimentos e a implementação de melhorias em nossos sistemas de adução e distribuição com o objetivo de reduzir a frequência e a duração das interrupções de abastecimento e fornecimento de água, bem como a manutenção da qualidade dos serviços prestados aos

consumidores. Tais medidas incluem a automação das ETAs, bem como o aperfeiçoamento dos programas gerais de manutenção, por meio da implementação de medidas dentro do Plano de Redução de Perdas.

Em resumo, a expectativa é de que tais medidas facilitem o pronto reconhecimento e localização de vazamentos, proporcionando maior rapidez às unidades de manutenção na identificação e reparo de rompimentos nas tubulações, causadores de interrupções dos serviços.

Redução de Perdas Não-Físicas

Nós estamos tomando providências a fim de reduzir as perdas não-físicas, fato que deverá resultar em aumento da receita de vendas e dos lucros. Para combater as perdas não-físicas, implementamos um programa visando o aperfeiçoamento da medição, a troca e a manutenção de hidrômetros, o combate às fraudes e ligações clandestinas.

Investimento e Aperfeiçoamento de Instalações de Produção e Adução de Água

Com a finalidade de atender a crescente demanda de água e, cumulativamente, reduzir os nossos custos operacionais, investimos aproximadamente R\$123 milhões em 2000 nos sistemas de produção, adução e distribuição de água. Em 2001, planejamos investir aproximadamente R\$110 milhões no aperfeiçoamento e expansão de capacidade de produção e adução de água.

Sobre os nossos sistemas de produção e adução, ver nesta Seção “Descrição das Atividades da Companhia. Produção e Adução de Água”.

Investimento e Aperfeiçoamento das Redes Coletoras de Esgotos

Como parte de um esforço para elevar o índice de coleta de esgotos em nossa área de atuação, pretendemos investir no aperfeiçoamento da rede de coleta. No ano de 2000, foram investidos em sistemas de esgotamento sanitário aproximadamente R\$94 milhões. Em 2001, pretendemos investir em redes coletoras de esgoto cerca de R\$122 milhões.

Interesse por Futuras Concessões e Outras Oportunidades

A nossa política futura com relação à obtenção de novas concessões, bem como a eventuais aquisições de outras empresas do setor, guarda estreita relação com o resultado final do processo legislativo de aprovação da nova Lei do Setor de Saneamento Básico. Entendemos que o processo de concessão para novos projetos de saneamento básico será, provavelmente, muito disputado.

Principais Mercados e Consumidores

Os nossos consumidores, para efeito de faturamento, podem ser subdivididos em quatro categorias distintas: (i) residenciais; (ii) comerciais (prestadores de serviços, centros comerciais, universidades e hospitais, bem como qualquer outra atividade incluída na classificação de comércio estabelecida pelo IBGE); (iii) industriais (atividades de manufatura e processamento, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE); e (iv) públicos (órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, autarquias e fundações vinculadas aos poderes públicos).

A participação no nosso faturamento, no ano de 2000, relativa a cada uma das categorias acima elencadas, está descrita na tabela abaixo:

Categoria de Consumidores	Participação no Faturamento da Companhia em 2000
Residencial	74 %
Comercial	15 %
Industrial	4%
Público	7%

A tabela abaixo fornece dados sobre os volumes físicos da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto para os períodos indicados a respeito de cada categoria de consumidores:

	Para o período findo em 31 de dezembro				Para o período findo em 31 de março	
	1997	1998	1999	2000	2000	2001
<i>(milhares de m³)</i>						
Água						
Residencial.....	303.362	315.055	330.473	338.396	87.155	87.831
Comercial.....	34.781	35.461	36.549	36.807	9.452	9.292
Industrial.....	10.266	9.766	10.208	10.740	2.634	2.755
Público.....	19.765	20.389	20.893	20.632	4.894	4.777
Total.....	368.174	380.671	398.123	406.575	104.137	104.655
Esgoto						
Residencial.....	97.903	107.474	124.775	140.051	34.589	37.071
Comercial.....	18.323	19.244	21.021	22.486	5.609	5.776
Industrial.....	1.956	1.780	2.297	3.185	704	857
Público.....	7.310	7.895	8.739	9.355	2.224	2.260
Total.....	125.492	136.393	156.832	175.077	43.126	45.964

O consumo total de água dos consumidores por nós atendidos foi crescente durante os três últimos anos, passando de 368,164 milhões de metros cúbicos de água em 1997 para 406,575 milhões de metros cúbicos de água em 2000, representando um aumento de 10,4% em comparação ao volume de 1997.

Dentre nossos principais consumidores individuais destacam-se:

Consumidor	Valor aproximado mensal (R\$)
Companhia Cervejaria Brahma	179.000,00
Volkswagen do Brasil Ltda. – Audi	167.000,00
Renault do Brasil Automóveis S.A,	97.000,00
SPAIPA do Brasil (Coca-Cola)	80.000,00
Peróxidos do Brasil	70.000,00

A tabela abaixo fornece dados sobre a receita bruta proveniente da prestação dos diversos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, para os períodos indicados:

Serviço	Para o período findo em 31 de dezembro (R\$ mil)				Para o período findo em 31 de março (R\$ mil)	
	1997	1998	1999	2000	2000	2001
Água	343.583	381.698	422.890	479.618	120.556	137.012
Esgoto.....	96.932	112.864	135.241	166.836	40.087	48.061
Serviços Diversos.....	42.610	35.820	37.243	33.300	8.013	7.604
Total	483.125	530.382	595.374	679.754	168.656	192.677

Tarifas Praticadas

Na qualidade de concessionária de serviço público, as tarifas que cobramos pela prestação dos nossos serviços são consideradas “preços públicos”, estando atualmente sujeitas à regulamentação Estadual.

Nossa política tarifária está embasada na Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978, no Decreto n.º 82.587, de 6 de novembro de 1978, e no Decreto Estadual n.º 3.926, de 17 de outubro de 1988, dispondo o segundo que a estrutura tarifária deverá representar a distribuição de tarifas por faixas de consumo, com vistas à obtenção de uma tarifa média que possibilite o equilíbrio econômico-financeiro das companhias estaduais de saneamento básico, considerando como um todo as diferentes regiões do Estado.

Nós nos baseamos, para definir as nossas tarifas, nos preceitos do regime “serviço pelo custo”.

Referido Decreto Estadual n.º 3.926/88 determina que os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário por nós prestados deverão ser remunerados sob a forma de tarifa, reajustável periodicamente, de modo que atenda, no mínimo, aos custos de operação e de manutenção, às quotas de depreciação, provisão para devedores e amortizações de despesas e a remuneração do investimento reconhecido.

A nossa estrutura tarifária apresenta preços crescentes do m³ faturado para valores crescentes do consumo (Tabela em Blocos Progressivos). Em outras palavras, a água consumida é mais cara para quem consome mais. Nossa política tarifária é a mesma para todo o Estado, ressalvadas as especificidades abaixo descritas. Adicionalmente, a tarifa de esgoto é sempre equivalente a 80% da tarifa de água praticada.

Aplicamos, além da tarifação normal, outras diferentes formas de tarifas visando a otimização de recursos e a universalização do atendimento. Nesse sentido, praticamos três tarifas diferenciadas, a Tarifa Social, a Tarifa Sazonal e a Tarifa Horosazonal.

Hoje, aproximadamente 15.000 moradias estão cadastradas e usufruindo da Tarifa Social, que equivale a apenas 37% da faixa residencial normal de água. Tal benefício é concedido por um período máximo de 12 meses, após o qual o cliente deverá se recadastrar para continuar a usufruir do benefício.

Para a concessão do benefício o cliente deve observar os seguintes critérios e normas:

- Efetuar seu cadastramento junto a nós, informando o número da matrícula constante em sua conta. O cadastramento pode ser realizado nas áreas de atendimento ao cliente ou em campo por nosso empregado.
- Possuir um histórico de consumo dos últimos 5 (cinco) meses não superior a 10m^3 mensais.
- Não possuir débitos junto a nós no ato do cadastramento.
- Possuir renda familiar igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos, cuja comprovação deve ser feita através de carteira de trabalho (CTPS), recibo de salário ou carnê de seguridade social.
- Comprovar que reside em imóvel com área construída igual ou inferior a 60m^2 , utilizado para fins exclusivamente residenciais.
- Quando tratar-se de ligações novas de água e esgoto que preencherem os requisitos de renda familiar e área do imóvel, estas podem ser cadastradas como categoria de baixa renda, por não apresentarem histórico de consumo.
- O benefício é concedido pelo prazo de 12 (doze) meses. Vencido este período o cliente deve nos procurar para efetuar o recadastramento para um novo período.

O cliente perderá definitivamente o benefício quando:

- No período de 12 (doze) meses ultrapassar, em qualquer mês, os 10m^3 de consumo.
- Não efetuar o pagamento da conta de água, esgoto e serviços até a data de vencimento nela destacada, sendo desta forma considerado inadimplente.
- Após 12 meses de cadastro, não comparecer junto a nós para recadastramento.
- Omitir informações que não permitam a concessão do benefício e que podem ser comprovadas posteriormente.

A Tarifa Sazonal vem sendo aplicada nas áreas litorâneas. O sistema está implantado nos sistemas Matinhos, Pontal do Sul e Guaratuba. Os usuários do sistema pagam uma tarifa mais elevada (20%) na alta estação - identificada como sendo os meses de dezembro à março - e mais baixa (20%) do que a tarifa normal na baixa estação - identificada como sendo os meses de abril à novembro. O acréscimo e a redução se aplicam para os valores de tarifa de consumo superiores a 10m^3 , portanto, a tarifa mínima não se altera. Esta forma de

tarifação busca o equilíbrio econômico-financeiro do litoral, região em que os sistemas são dimensionados para atender a população de alta temporada e permanecem ociosos durante os demais meses do ano.

Nas Tarifas Horosazonais, durante o período diurno as tarifas são majoradas e, no noturno, o preço é reduzido. Assim, é possível inibir o consumo em horários de ponta e incentivá-lo em períodos de menor demanda, no caso, à noite. Estimula-se, ainda, o uso da capacidade ociosa e retarda-se investimentos no sistema.

A Companhia Cervejaria Brahma, que possui fábrica na Cidade de Curitiba, foi nosso primeiro cliente a firmar contratos de demanda com tarifas diferenciadas conforme o horário de consumo. Nesta modalidade, o cliente tem uma tarifa industrial reduzida para consumo das 21hs às 7hs, horário em que a demanda por água na região Metropolitana de Curitiba é bastante reduzida, e uma tarifa industrial mais elevada nos demais horários, de modo a direcionar o consumo dos grandes clientes ao período de maior ociosidade do sistema.

Além dos critérios de cobrança de tarifas diferenciadas, temos também a tarifa mínima. A cobrança da tarifa mínima justifica-se pela necessidade de disponibilização do produto - a água - durante as 24 horas do dia, quer o consumo venha ou não a ocorrer, gerando custos para nós. É uma cobrança comum a todos os setores de serviços, como luz, telefonia, taxi (bandeirada mínima), ônibus (independe do trajeto) etc. O volume de água disponibilizado como demanda mínima, de 10m³ por mês, deve-se à recomendação sanitária de um volume mínimo de água que garanta as condições de higiene e saúde de uma família. A tarifa mínima por nós praticada atualmente é R\$10,25, correspondendo ao consumo de até 10m³, e representando 18% da nossa receita direta mensal.

A tabela a seguir demonstra as tarifas normais de água por faixas e categorias de consumo por nós praticadas nos últimos anos.

Categoria de Consumo Consumidor	R\$/m ³				
	1997	1998	1999	2000	2001 ⁽¹⁾
Residencial					
Residencial Básico					
0-10m ³ ⁽²⁾	7,21	7,86	8,21	9,26	10,25
11-30 m ³	1,08	1,18	1,23	1,42	1,55
acima de 30 m ³	1,79	1,93	2,02	2,33	2,65
acima de 50 m ³	2,23				
Não-Residencial					
Comercial, Industrial e Público					
0-10 m ³	12,97	14,14	14,78	16,67	18,50
acima de 10 m ³	1,41	1,54	1,61	1,86	2,10

⁽¹⁾ Até 31 de março de 2001.

⁽²⁾ Entre 0 e 10m³, a Companhia cobra uma tarifa única, qualquer seja o volume consumido dentro desta faixa.

Política de Cobrança

Possuímos um sistema de emissão de contas bastante ágil, no qual os agentes/funcionários responsáveis pela medição de consumo (leitura dos hidrômetros) no ato da leitura já emitem a conta e a entregam ao consumidor, reduzindo desta forma o tempo entre consumo e recebimento das contas, bem como eliminando os custos de remessa das contas ao consumidor.

Nosso Regulamento de Prestação de Serviços estabelece as bases de nossa política de cobrança. A tomada de qualquer atitude, que não a remessa de simples comunicação notificando ao cliente a existência de débitos em aberto, pressupõe um atraso para pagamento de no mínimo 30 dias.

Enfrentamos a inadimplência tanto no setor privado quanto no setor público, subdividindo-se este último nas esferas federal, estadual e municipal.

Dentro do setor privado, as ações de cobrança estão classificadas em ações preventivas e reativas, conforme elas ocorrem em relação ao fato gerador da inadimplência, apresentando a seguinte ordem:

Sorteio de Prêmios por Pontualidade

O real objetivo desta inovação ainda a ser implantada é estimular os clientes a efetuarem os pagamentos de suas contas em dia, visando aumentar a adimplência e como consequência reduzir os custos adicionais com o processamento, geração dos reavisos de débito e remessa dos mesmos aos clientes.

Entrega dos Reavisos

Os reavisos são remetidos aos clientes após 15 dias do vencimento da última conta não paga, sendo, portando, entregues aos clientes durante a execução da leitura do consumo do próximo mês.

Suspensão do Abastecimento Através de Fita Adesiva

Este dispositivo interrompe o abastecimento de água do cliente inadimplente e ocorre a partir do 31º dia após o vencimento da conta. Este procedimento permite que o próprio cliente restabeleça a normalidade no seu abastecimento de água, após realizar o pagamento dos débitos existentes.

Em alguns poucos municípios, todos de pequena expressão perante nosso faturamento, a suspensão do abastecimento está proibida, seja por força de decisão judicial ou por lei municipal. Nestes municípios, nós temos instalado um dispositivo denominado de “limitador de vazão”. Mencionado dispositivo restringe o abastecimento de água ao mínimo indispensável para o asseio pessoal e preparação de alimentos.

Fiscalização da Suspensão por Fita Adesiva e Suspensão do Abastecimento Através de Instrumento Vedante

Este procedimento ocorre a partir do 36º dia após o vencimento da última conta, sendo aplicado apenas àqueles cliente que sofreram a suspensão do abastecimento através de fita adesiva e ainda não efetuaram o pagamento de suas contas.

Aviso Prévio de Supressão de Ligação

A partir do 45º dia após o vencimento da última conta não paga, persistindo o não pagamento dos débitos, ocorre a entrega de comunicado ao cliente solicitando a regularização dos mesmos em no máximo 15 dias, para evitar a supressão da ligação de água do imóvel.

Supressão da Ligação de Água

Ocorre a partir do 60º dia do vencimento e não pagamento da conta. Não havendo qualquer manifestação do cliente para a regularização da dívida, a matrícula (código de identificação do consumidor em nosso cadastro) é automaticamente cancelada, deixando de ser emitida conta/fatura mensal.

Empresas de Cobrança

Transcorridos 90º dias do vencimento e não havendo a regularização, podemos encaminhar a dívida para que empresas especializadas em cobrança busquem a recuperação dos débitos mediante contratos de riscos (a remuneração de tais empresas depende do grau de sucesso que alcançarem nas ações de cobrança efetuadas).

Cobrança Judicial

A cobrança judicial dos débitos ocorre como a última alternativa disponível, tendo em vista o alto custo do processo judicial e a morosidade na conclusão dos mesmos, assim como na obtenção de resultados.

Cancelamento dos Débitos Incobráveis

Aplicadas todas as sanções e recursos disponíveis para a cobrança dos valores não pagos e, uma vez considerados os mesmos como incobráveis, é solicitado o respectivo lançamento na conta de Provisão para Devedores Duvidosos.

O Setor Público

Dentro do setor público, todas as ações de cobrança são realizadas mediante encontro de contas entre as companhias, prefeituras, governos estaduais e Governo Federal. O Governo Federal paga mediante política de

negociação permanente e encontro de contas periódicos. As prefeituras municipais, na grande maioria, vêm saldando os seus compromissos conosco neste ano de 2001 em virtude da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em virtude da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, acreditamos que grande parte das prefeituras municipais passará a saldar seus compromissos conosco.

Inadimplência

Em 31 de dezembro de 2000, o saldo total de contas a receber do setor privado representava aproximadamente 5,58% da receita líquida do período anual respectivo, enquanto o saldo de contas a receber do setor público representava aproximadamente 5,32% daquela mesma receita.

Concorrência

Não enfrentamos concorrência significativa em municípios nos quais prestamos serviços de água e esgotos, tendo em vista que temos concessões exclusivas nestes municípios.

Nós não atendemos 57 municípios no Estado do Paraná que operam seus próprios sistemas de água e esgotos e que possuem coletivamente uma população de aproximadamente 740.968 habitantes, equivalentes a 7,75% da população do Estado do Paraná

Especificamente, com relação aos serviços de distribuição de água há, ainda, o fornecimento emergencial de água por meio de caminhões-pipa, bem como a perfuração de poços artesianos que representam concorrência para nós.

Caso um concorrente habilite-se a operar os serviços de um município por nós servido, isto apenas aconteceria após a retirada de nossa concessão pelo poder concedente (encampação) e o pagamento da devida indenização, no valor de nosso ativo imobilizado não amortizado, com pagamento à vista, na forma do Contrato de Concessão no município.

Apesar de não enfrentarmos, atualmente, concorrentes em nossa área de atuação, podemos vir a enfrentar de forma mais acirrada nos próximos anos a potencial concorrência de grupos nacionais e internacionais, em vista do novo marco regulatório do setor a ser definido nos próximos anos, mais especialmente com relação aos projetos de lei sob discussão no Congresso Nacional. O rumo que pode tomar o Projeto de Lei do Setor de Saneamento Básico no Congresso até a sua aprovação final, assim como fatores políticos específicos de cada Município, são elementos que influirão em uma maior ou menor importância neste tipo de concorrente potencial.

Certificações

Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001

Nós fomos a primeira empresa de saneamento básico, dentre as existentes nas Américas, a conquistar a certificação internacional ISO 14001 para um sistema de água e esgoto. O certificado foi concedido pela ABS Quality Evaluations Inc. e é reconhecido na América Latina pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, no Canadá e Estados Unidos, pela ANSI-RAB, e na Comunidade Européia, pela RvA. Nós acreditamos que a adoção desse sistema de gestão ambiental, implantado no município de Foz do Iguaçu, além de possibilitar um aumento de produtividade aliada à conservação ambiental e o conseqüente aumento de lucratividade, faz com que passemos a ser reconhecidos no âmbito internacional, facilitando, dentre outros, a obtenção de financiamentos internacionais, desde que respeitados os limites legais. Também, a adoção deste modelo propicia a tomada de ações preventivas relativamente a passivos ambientais e a melhoria de nossa imagem perante a sociedade.

Nós obtivemos o Certificado ISO 14001 em 1999, sendo que a ABS Quality Evaluations Inc. mantém auditorias anuais de monitoramento, onde são verificados o atendimento aos requisitos da norma e as evidências de melhoria contínua do sistema de gestão ambiental. Se estes itens forem confirmados, o certificado é mantido. Devemos nos submeter a uma nova auditoria de renovação do certificado ISO 14001 em novembro de 2001, já que cada certificado emitido tem validade de três anos.

Certificado de Qualidade ISO 9002

Nós acreditamos que a adoção de sistemas internos de gestão de qualidade possibilitaram, além da obtenção de ganhos de qualidade e produtividade refletidos no aumento da nossa lucratividade, a obtenção do Certificado de Qualidade ISO 9002 (versão 1994), o primeiro da América Latina para um sistema de produção de águas, para a unidade de produção de água tratada no município de Campo Largo, situado na Região Metropolitana de Curitiba, onde estão englobados também o laboratório de análise de água de Curitiba, laboratório de produtos químicos de Curitiba, almoxarifado central de produtos químicos e coordenação da qualidade. O certificado tem reconhecimento mundial, acreditado pelo INMETRO (Brasil) e ANSI-RAB (Estados Unidos).

Nós obtivemos Certificado ISO 9002 em 1997, sendo que a ABS Quality Evaluations Inc. mantém auditorias anuais de monitoramento, onde são verificados o atendimento aos requisitos da norma. Se esses requisitos forem confirmados, o certificado é mantido. O certificado ISO 9002 foi submetido a uma auditoria de renovação do certificado em agosto de 2000, onde não foram detectadas não-conformidades, sendo então concedida a renovação por mais três anos.

Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS)

Temos sido agraciados, desde 1997, com o Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS (antigo Prêmio ABES de Qualidade), promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Os sistemas que conquistaram o referido prêmio, são:

- 1997 - Sistema de Cornélio Procopio
- 1998 - Sistemas de União da Vitória e Campo Mourão
- 1999 - Sistemas de Gurapuava (Nível 1 – 250 pontos) e Paranavaí (Nível 1 – 250 pontos)
- 2000 - Sistemas de Apucarana (Nível 1 – 250 pontos) e Paranavaí (Nível 2 – 500 pontos)

O PNQS é o mais importante prêmio no setor de saneamento no Brasil e tem como base os critérios do Prêmio Nacional de Qualidade. Acreditamos que essas seguidas premiações fortalecem nossa credibilidade técnica no setor.

Relacionamento com Clientes

Procuramos nos destacar sempre pelo bom atendimento e relacionamento com os nossos clientes, sendo que desde 1982 operamos com um serviço de atendimento por telefone que permite aos nossos clientes pedir informações, solicitar serviços de qualquer espécie e fazer reclamações sobre inconsistências na conta de água, esgoto e serviços. Fomos pioneiros na América Latina neste método de atendimento, que dispensa a presença física dos clientes nos escritórios de atendimento personalizado e que está espalhado em todo o Estado do Paraná. Todos os serviços prestados aos nossos clientes possuem prazo definido e nas vezes em que este prazo não é cumprido, entramos em contato com o cliente a fim de informar os motivos e renegociar o prazo.

Possuímos lojas de Atendimento Personalizado em todas as cidades do Estado do Paraná, das quais 75% estão interligadas on-line, permitindo um atendimento imediato através do acesso à nossa base de dados em Curitiba.

Na busca de melhorias constantes, também implantamos a Agência Virtual, que possibilita a nossos clientes acessar, através da Internet, os nossos principais serviços e informações, podendo inclusive gerar documentos tais como a segunda via da conta no seu próprio local de trabalho.

Outro serviço no qual fomos pioneira na América Latina diz respeito à leitura, à emissão e à entrega simultânea da conta por meio de microcomputadores portáteis. Estes equipamentos aliados ao preparo dos nossos agentes comerciais disponibilizam o consumo, valores e outros dados relevantes para que o cliente confira no ato se os dados estão corretos. Com este processo, praticamente eliminamos os erros de faturamento.

A Pesquisa de satisfação dos nossos clientes é realizada em todo o Estado do Paraná uma vez ao ano, sendo que o resultado da última pesquisa nos apresentou como uma das melhores empresas de saneamento do Brasil.

Fornecedores

Na observância da legislação federal pertinente, nossa política de contratações observa as normas e diretrizes impostas pela Lei de Licitações. Neste sentido, são realizadas periodicamente licitações objetivando a aquisição de bens e serviços necessários.

A tabela abaixo demonstra nossos principais fornecedores:

Razão Social	Valor Faturado entre janeiro e março de 2001
Companhia Paranaense de Energia – COPEL	12.775.757,83
Indústrias Químicas Cubatão Ltda.	750.613,25
Bombas Esco S/A	52.903,60
Schlumberger Industrias Ltda.	502.370,89
PQI Industria Química Ltda.	835.892,12
Ericsson Ent. Syst. do Brasil S/A	829.260,01
C. O. Mueller Com. Mot. Bomb. Ltda.	112.287,88
Collet e Sons S/A - Eng. Com. Ind.	118.876,79
Lao Industrial Ltda.	852.719,65
Tigre S/A Tubos e Conexões	1.217.915,85

Contratos Relevantes

Dentre os principais contratos por nós celebrados destacam-se os abaixo relacionados:

Contratos de Concessão

Os direitos à exploração de serviços relativos à distribuição de água e coleta de esgotos no território de diversos municípios do Estado do Paraná nos foram outorgados por meio de Contratos de Concessão de serviço público firmados com os municípios.

O prazo dos Contratos de Concessão é, geralmente, de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de assinatura.

De acordo com os Contratos de Concessão, nós assumimos toda a responsabilidade pelo fornecimento de serviços de água e esgotos do município, podendo cobrar as tarifas pelos nossos serviços sem autorização prévia do município.

Nos termos de quase todos os Contratos de Concessão, somos isentos do pagamento dos tributos municipais, tendo assegurada servidão pública para acesso a propriedades municipais para instalação de canalizações e adutoras de água e dutos de esgoto.

Ao término da concessão, ou em caso de sua extinção por qualquer motivo, mediante a transferência ao poder concedente municipal dos ativos que compõem o sistema de água e esgoto, o poder concedente municipal deverá nos indenizar previamente pelo valor dos ativos não depreciados.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Somos uma das maiores consumidoras de energia elétrica do Estado do Paraná, sendo esta essencial para a manutenção das nossas operações. Celebramos contratos de fornecimento de energia elétrica com a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, entre outras, no qual esta se compromete a nos fornecer energia elétrica para a atividade de serviços públicos de saneamento básico.

O consumo operacional de energia elétrica necessário para a prestação de saneamento a Região Metropolitana de Curitiba responde por 31% do nosso consumo de energia, que é de 12.051.855 kw/h, sendo que o valor médio total de nossas contas mensais de energia elétrica para a Região Metropolitana de Curitiba é de aproximadamente R\$1.030.036,19 milhões de reais.

Até o presente momento, não sofremos nenhuma suspensão ou interrupção significativa em nosso fornecimento de energia elétrica.

Contratos com Clientes

Possuímos contratos firmados com diversas indústrias instaladas no Estado do Paraná. Tais contratos têm por objetivo a prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários em volumes e condições pré-ajustadas. Neste passo, nossos principais clientes são a Renault do Brasil Automóveis S.A., a Volkswagen do Brasil Ltda. e a Companhia Cervejaria Brahma, esta última tendo celebrado dois contratos conosco, referindo-se cada um a uma diferente unidade industrial da contratante. Adicionalmente, em que pese a inexistência de contratos formais, mantemos relação semelhante àquela regulada pelos contratos acima mencionados com a Coca-Cola (SPAIPA do Brasil S.A.) e com a Peróxidos do Brasil Ltda.

Contratos para Execução de Obras e de Prestação de Serviços

Nós observamos, para as contratações relativas à execução de obras e à prestação de serviços por terceiros, o regime estabelecido pela Lei de Licitações. Dentre tais contratos para execução de obras e de fornecimento, merecem destaque os seguintes:

- (i) Em 19 de outubro de 1998, firmamos contrato com o consórcio formado pelas empresas Engevix Engenharia S/C Ltda., Chuo Kaihatsu Co. Ltd. ETC, Black & Veatch International BVI, Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda., Esteio Engenharia e Aeronivelamentos S.A. e RDR Consultores Associados S/C Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de consultoria/gerenciamento de projetos quanto ao Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - *Paranásan* descrito na Seção “CAPITALIZAÇÃO. Notas sobre a Estrutura de Capitalização”. O valor total dos serviços é R\$19.273.126,95.
- (ii) Em 31 de agosto de 1999, firmamos contrato com o consórcio formado pelas empresas Multiservice Engenharia Ltda., Concremat Engenharia e Tecnologia S.A., Yachiyo Engineering Co Ltd e Ecosol Projetos de Engenharia, Saneamento e Meio Ambiente SC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de consultoria/fiscalização de obras quanto ao Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - *Paranásan* descrito na Seção “CAPITALIZAÇÃO. Notas sobre a Estrutura de Capitalização”. O valor total dos serviços é R\$15.607.407,72.
- (iii) Em 8 de março de 2000, firmamos contrato com o consórcio formado pelas empresas OTV – Ominium de Traitements et de Valorisation e Itajui engenharia de Obras Ltda., tendo por objeto a realização de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Curitiba, com fornecimento total de materiais, serviços e equipamentos – Lote 3.2. O valor total do contrato é R\$28.132.331,62. Estas obras integram o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná – *Paranásan* descrito na Seção “CAPITALIZAÇÃO. Notas sobre a Estrutura de Capitalização”.
- (iv) Em 8 de março de 2000, firmamos contrato com o consórcio formado pelas empresas Construtora Queiroz Galvão S.A. e Construtora Passarelli Ltda., tendo por objeto a realização de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Curitiba, com fornecimento total de materiais, serviços e equipamentos - Lote 3.1. O valor total do contrato é R\$37.395.111,00. Estas obras integram o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná – *Paranásan* descrito na Seção “CAPITALIZAÇÃO. Notas sobre a Estrutura de Capitalização”.
- (v) Em 8 de agosto de 2000, firmamos contrato com o consórcio formado pelas empresas LFM Engenharia de Obras Ltda., DM Construtora de Obras Ltda. e SEF - Saneamento e Engenharia Ferroviária Ltda. tendo por objeto a realização de obras de ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários da Região Metropolitana de Curitiba, com fornecimento total de materiais, serviços e equipamentos - Lote 5.1. O valor total do contrato é R\$64.463.711,55. Estas obras integram o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - *Paranásan* descrito na Seção “CAPITALIZAÇÃO. Notas sobre a Estrutura de Capitalização”.

- (vi) Em 8 de agosto de 2000, firmamos contrato com o consórcio formado pelas empresas LFM Engenharia de Obras Ltda., DM Construtora de Obras Ltda. e SEF - Saneamento e Engenharia Ferroviária Ltda. tendo por objeto a realização de obras de ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários da Região Metropolitana de Curitiba, com fornecimento total de materiais, serviços e equipamentos - Lote 5.2. O valor total do contrato é R\$61.145.575,56. Estas obras integram o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - *Paranásan* descrito na Seção “CAPITALIZAÇÃO. Notas sobre a Estrutura de Capitalização”.
- (vii) Em 12 de março de 2001, firmamos contrato com a Gea - Engenharia e Empreendimentos Ltda. tendo por objeto a execução das obras de ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários de Foz do Iguaçu (ETE 3 Lagoas), com fornecimento total de materiais, serviços e mercadorias e equipamentos. O preço total dos serviços contratados é R\$1.979.000,00.
- (viii) Em 26 de março de 2001, firmamos contrato com a Edeme - Construções Cíveis e Planejamento Ltda. tendo por objeto a prestação dos serviços de manutenção de redes, ramais e ligações de água e esgoto, ampliação de redes de água e esgoto e recuperação de calçada de acordo com a tecnologia e metodologia SGM - Sistema Geral de Manutenção, no âmbito da coordenação Corte Branco e Tarumã/Pinhais, sem o fornecimento de materiais. O preço total dos serviços é de R\$4.297.386,00.
- (ix) Em 16 de abril de 2001, firmamos contrato com a Mesa Eletrotécnica Ltda. tendo por objeto a execução das obras de instalações elétricas no Sistema de Abastecimento de Água de Foz do Iguaçu, com fornecimento total de materiais, serviços e equipamentos, e cujo preço total dos serviços é R\$919.354,66.
- (x) Em 06 de fevereiro de 2001, firmamos contrato com o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR tendo por objeto a execução, no período de 12 meses, dos serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de processamento de dados. O preço total dos serviços é R\$1.412.905,66.
- (xi) Em 16 de abril de 2001, firmamos contrato com a Computer Associates do Brasil Ltda. tendo por objeto a locação e manutenção dos softwares CA-SPOOL, CA-VIEW e CA-DELIVER pelo prazo de 48 meses. O preço total da locação é R\$584.716,32.
- (xii) Em 27 de abril de 2001, firmamos contrato com a Ericsson Enterprise Systems do Brasil S.A. tendo por objeto a prestação de serviços de assistência e suporte técnico pelo prazo de 12 meses e cujo preço total dos serviços é R\$955.188,00.
- (xiii) O contrato de prestação de serviços CPS 073/99 com a empresa Mercado Planejamento e Administração de Planos Urbanos Ltda., datado de 17 de dezembro de 1999, visa a prestação de serviços de mão de obra e locação de veículos em todo nosso âmbito.

- (xiv) Em 09 de maio de 2001, firmamos contrato com a SOFHAR Informática e Eletrônica Ltda. tendo por objeto o Fornecimento de Softwares e Prestação de Serviços, sendo que o preço total dos serviços é R\$3.218.059,72.
- (xv) Em 12 de março de 2001, firmamos contrato com a GEA Engenharia e Empreendimentos Ltda. tendo por objeto a execução das obras de ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários de Foz do Iguaçu (ETE 3 Lagoas), com fornecimento total de material e equipamentos e cujo preço total dos serviços é R\$1.979.000,00.
- (xvi) Em 01 de junho de 1999, firmamos contrato com a Metropolitana Vigilância Comercial e Industrial Ltda. tendo por objeto serviços de vigilância eletrônica em Curitiba e Região Metropolitana, com o preço total de R\$273.692,54.
- (xvii) Em 17 de abril de 2000, firmamos contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Terceirizados S/C Ltda. tendo por objeto a realização de serviços de limpeza e conservação em nossos imóveis e com o preço total de R\$200.397,48.

Contratos Financeiros

Os principais contratos financeiros por nós celebrados estão descritos na Seção “CAPITALIZAÇÃO”.

Contratos de Sub-Concessão (Parcerias)

A descrição dos contratos de sub-concessão encontra-se na Seção “CAPITALIZAÇÃO”. Inobstante, os principais contratos por nós celebrados com sub-concessionárias são:.

Cidade	Objeto	Prazo Final
Arapongas	Esgotos Sanitários	2001
Araucária	Abastecimento de Água	2005
Astorga	Esgotos Sanitários	2004
Campo Mourão	Esgotos Sanitários	2002
Capanema	Esgotos Sanitários	2002
Cascavel	Esgotos Sanitários	2002
Cascavel	Abastecimento de Água	2002
Castro	Esgotos Sanitários	2002
Cianorte	Esgotos Sanitários	2005
Clevelândia	Esgotos Sanitários	2002
Cornélio Procopio	Esgotos Sanitários	2003
Dois Vizinhos	Esgotos Sanitários	2003
Foz do Iguaçu	Esgotos Sanitários	2005
Guarapuava	Esgotos Sanitários	2005
Irati	Esgotos Sanitários	2005
Jandaia do Sul	Esgotos Sanitários	2002
Loanda	Esgotos Sanitários	2004

Cidade	Objeto	Prazo Final
Londrina	Esgotos Sanitários	2003
Maringá	Esgotos Sanitários	2005
Matinhos	Abastecimento de Água	2002
Medianeira	Esgotos Sanitários	2004
Pato Branco	Esgotos Sanitários	2004
Ponta Grossa	Esgotos Sanitários	2003
Prudentópolis	Esgotos Sanitários	2004
Rebouças	Esgotos Sanitários	2004
São José dos Pinhais	Abastecimento de Água	2002
Telêmaco Borba	Esgotos Sanitários	2004
Toledo	Esgotos Sanitários	2004
União da Vitória	Esgotos Sanitários	2003
União da Vitória	Abastecimento de Água	2002

Seguros

Atualmente não somos parte em nenhum contrato relevante de Seguro.

Aspectos Ambientais

Nossas atividades, nas áreas de planejamento e implantação de projetos de sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, bem como lançamento de efluentes e disposição final de resíduos, estão sujeitas a um conjunto de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais relativas à proteção do meio ambiente.

No Estado do Paraná, a proteção do meio ambiente foi disciplinada pela Lei Estadual n.º 7.109, de 17 de janeiro de 1979, que estabelece, entre outros, a proibição do lançamento ou liberação de poluentes no meio ambiente.

Em particular, a construção e operação de ETAs e de ETEs, bem como o lançamento de efluentes e a disposição final de resíduos decorrentes do tratamento de esgotos, devem obedecer a padrões ambientais fixados na legislação em vigor.

A não-observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa. Conforme o disposto na Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para as pessoas físicas (incluindo, entre outros, no exercício de suas funções, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas), poderão ser aplicadas penas restritivas de direitos e privativas de liberdade e, para as pessoas jurídicas, as penas poderão ser de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade. Administrativamente, as sanções podem variar desde imposições de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o

cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento dos empreendimentos que utilizem recursos ambientais e que sejam considerados efetiva ou potencialmente poluidores, notadamente as ETEs, dependem de prévio licenciamento ambiental. O processo de licenciamento constitui-se de três etapas, nas quais o órgão ambiental competente licencia (i) a localização; (ii) a instalação e/ou ampliação; e (iii) a operação do empreendimento.

Quando os empreendimentos que forem submetidos ao processo de licenciamento ambiental, por seu porte, natureza e peculiaridade, puderem acarretar impactos ambientais significativos, o processo de licenciamento ambiental dependerá da aprovação, pelas autoridades competentes, de estudos de impacto ambiental desenvolvidos por profissionais de diferentes especialidades.

Autuações Administrativas de Cunho Ambiental

Em algumas ocasiões, fomos autuados por órgãos de controle e fiscalização ambiental, incluindo o IAP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, sob a alegação de que teríamos descumprido a legislação ambiental no que se refere ao lançamento de efluentes e à realização de obras em áreas protegidas. Dessas autuações, aquelas que ainda estão em fase recursal ou aguardando decisão, estabelecem a imposição de sanções administrativas, incluindo advertências e multas que, no total, chegam ao valor de R\$454.000,00.

Ações Judiciais Envolvendo Questões Ambientais

Somos réus em nove ações civis públicas ambientais ajuizadas pelo Ministério Público em diferentes localidades do Estado do Paraná, no período de 1992 a 2000, em que se alega a ocorrência de poluição de recursos hídricos e outras formas de degradação ambiental. Essas ações civis públicas têm como pedido, conforme o caso, o pagamento de indenização, cujo montante deverá ser fixado quando da conclusão da respectiva perícia, a realização de obras de saneamento básico ou a paralisação de determinadas atividades locais. Naquilo em que entendemos haver pertinência nas alegações do Ministério Público, estão sendo tomadas providências para regularizar a situação.

Somos réus, juntamente com mais dois de nossos gerentes, em ação penal proposta em 12 de julho de 1999 pelo Ministério Público, em curso na 2ª Vara Criminal de Londrina. Nessa ação, o Ministério Público alega a prática de crime ambiental, caracterizado pelo lançamento de esgoto sem tratamento em um córrego local. Atualmente, esse processo está ainda em fase de instrução.

Em 20 de agosto de 2000, dois de nossos diretores e um de nossos funcionários foram indiciados em inquérito penal que tem por objetivo investigar a possível prática de crime ambiental em razão do transbordo de rede coletora nossa de esgoto, no Município de Itambé, com a contaminação de solo e córrego local. Não é possível prever se esse inquérito resultará ou não na propositura de uma ação penal contra as pessoas que foram indiciadas.

Termos de Compromisso Ambiental

Com o objetivo de regularizar as situações de desconformidade observadas em determinados empreendimentos em relação ao cumprimento da legislação ambiental, especialmente no que se refere a questões de licenciamento ambiental e à adequação de padrões de qualidade de efluentes, em 30 de março de 1999, celebramos com o IAP 343 Termos de Compromisso. Esses Termos de Compromisso estabelecem os prazos e condições para regularização ambiental dos empreendimentos a que dizem respeito e têm prazo de três anos a partir da data de sua celebração, sendo prorrogáveis por mais três anos. O não cumprimento, por nós, das obrigações estabelecidas nesses Termos de Compromisso, sujeitar-nos-á ao pagamento de multas impostas pelo IAP.

Medidas de Controle Ambiental da Companhia

Mantemos em nossa estrutura unidades organizacionais responsáveis pelo desenvolvimento de estudos, procedimentos, programas e ações ambientais destinadas à proteção, recuperação e conservação dos recursos ambientais, de acordo com as normas e padrões estabelecidos conforme a legislação ambiental vigente.

Com o apoio do IAP, estamos adequando a qualidade do efluente de nossas estações de tratamento à legislação vigente. Ademais, recentemente demos início ao nosso Planejamento Ambiental Estratégico, visando ao desenvolvimento sustentável de nossas atividades.

Nosso comprometimento com a questão ambiental tornou-se evidente quando decidimos desenvolver e implantar um Sistema de Gestão Ambiental, no sistema de Foz de Iguaçu. O resultado de tal projeto foi a obtenção da certificação ISO 14001, em 1999, para a unidade de Foz do Iguaçu, conforme descrito nesta Seção em “Certificações. Certificado de Qualidade ISO 14001”.

Fundo Azul

Incentivamos a recuperação da qualidade dos mananciais, através do Fundo Rotativo de Meio Ambiente – o Fundo Azul, que financia projetos em diversas regiões do Estado do Paraná, dos quais participam organizações governamentais, entidades científicas de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais e a sociedade organizada.

Educação Ambiental

Disseminamos informações sobre o meio ambiente, saúde pública e saneamento básico, contribuindo para a conscientização e adoção de atitudes ambientalmente responsáveis, especialmente quanto à conservação e uso racional da água. O Programa de Educação Ambiental já atendeu a mais de 500 mil pessoas em todo o Estado do Paraná, entre funcionários, professores, alunos, lideranças comunitárias e população em geral. Além de palestras e exposições temáticas, em todo o Estado, um acervo histórico e tecnológico preserva a memória do saneamento básico no Estado do Paraná, por meio de objetos, documentos, fotos e equipamentos do início do Século XX.

Informações Sobre Marcas e Patentes

Nós mantemos o controle dos nossos registros junto ao INPI através do acompanhamento periódico dos pedidos de registro de marcas e patentes, e tomada de providências visando a atualização da situação de tais pedidos.

Em 1972 requeremos o registro da nossa principal marca “Sanepar” em sua versão figurativa, e em 1979 em sua versão nominativa, cada uma das quais relacionada ao nosso logo e denominação comercial, respectivamente. O registro de ambas as marcas nos foi concedido em 1976 e 1980, respectivamente, e vêm desde então sendo prorrogados, de acordo com a lei aplicável, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Adicionalmente, possuímos registrada junto ao INPI a patente de um “divisor radial divergente de vazão de líquidos”, tendo tal pedido sido concedido em 17 de junho de 1998. De acordo com informações obtidas no site do INPI, esta patente permanece válida.

Nomes de Domínio

Atualmente, nós possuímos os domínios www.sanepar.com.br e www.sanebr.com.br, que correspondem ao endereço de acesso à nossa página na Internet. Esses domínios estão registrados junto ao site www.registro.br, ligado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, entidade atualmente responsável pelo registro de domínios brasileiros na Internet.

Quadro de Empregados e Política de Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2000, empregávamos 3.778 empregados, com a realização de cerca de 90 desligamentos no decorrer daquele ano, representando uma redução de aproximadamente 2,3% do nosso quadro de empregados. Conseqüentemente, os custos decorrentes do pagamento de nossos funcionários em

comparação com a receita líquida passaram de 24,9% em 1999 para 22,7% em 2000, sendo R\$154.387 mil para pagamentos de empregados e demais encargos trabalhistas.

A tabela abaixo fornece dados relativos aos custos incorridos por nós durante 1995 a 2000 com nossos próprios empregados e com mão-de-obra terceirizada.

Mão-de-Obra	1995	1996	1997	1998	1999	2000
	(em R\$ mil)					
Própria	137.118	147.211	149.549	157.759	148.347	154.387
Terceirizada	14.449	17.376	21.879	25.598	23.514	17.378

Por sua vez, a tabela abaixo fornece dados relativos aos custos e despesas com pessoal em comparação com a receita.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Despesas com pessoal e benefícios/ receita	42%	42%	36%	31%	30%	25%	23%
Benefícios/receita	4%	6%	6%	5%	5%	4%	4%

Os nossos empregados são representados principalmente por 17 sindicatos, sendo 5 majoritários e 12 representando classes diferenciadas. Embora nem todos os empregados sejam afiliados aos sindicatos, todos gozam dos benefícios previstos nos instrumentos coletivos devido ao disposto na legislação trabalhista.

A data-base da categoria é março, ocasião em que novas condições de trabalho entram em vigor, de acordo com as negociações ocorridas entre os sindicatos e nós. Em março de 2001, nós e os sindicatos negociamos um acordo coletivo, que, entre outros direitos, concedeu um reajuste salarial de 4,2%.

O acordo coletivo de trabalho vigente não prevê qualquer espécie de estabilidade especial aos nossos empregados. Atualmente, há um total de 774 empregados que gozam de estabilidade prevista em lei, tais como os representantes e membros eleitos de sindicato, bem como os integrantes da Comissão para Prevenção de Acidentes (CIPA).

Contamos com um número importante de dirigentes sindicais, demonstrando uma efetiva representação sindical na empresa, na proporção de um representante para cada 222,23 empregados, cabendo-lhes a negociação de salários, questões e reclamações trabalhistas, dentre outros assuntos.

Na nossa avaliação a relação trabalhista interna é satisfatória. Nos últimos 10 anos, não ocorreram greves. Os serviços por nós prestados são considerados essenciais, por esta razão, nossos empregados, em caso de paralisação, são obrigados a manter níveis mínimos de atividades para garantir tais serviços à população.

Implementamos no ano de 2000, um plano de participação nos resultados, envolvendo todos os empregados, e tendo como meta desenvolver uma cultura de qualidade de forma a consolidar ainda mais a nossa posição como referência para o setor de saneamento básico no Brasil. Referente aos resultados alcançados no ano de 2000, pagaremos em 2001 aproximadamente R\$11.318.000,00 para os empregados a título de participação nos resultados.

Tal plano foi fundamentado no comprometimento de metas individuais, setoriais e corporativas. Com isto, buscamos obter o engajamento dos colaboradores na superação das metas estabelecidas, sinalizando uma nova forma de relacionamento com nosso quadro funcional.

No ano 2000, os critérios para a distribuição dos resultados aos colaboradores efetivos partiram da premissa que, até a obtenção de um lucro líquido de 12% sobre as receitas líquidas, ajustado por alguns componentes do resultado não compartilhado, nenhum valor adicional será distribuído a título de participação nos resultados. A partir deste limite, foi aprovado como base para distribuição, 40% do lucro líquido excedente, limitado a duas vezes e meia remunerações.

Objetivando a aferição do desempenho e conseqüente divisão do montante a ser distribuído, foram estabelecidas regras de performance globais, setoriais e individuais, determinadas e medidas em função do resultado de 2000, resumidas a seguir:

- a) Esforço Global – É o critério que reflete o nosso desempenho global, representando 10% (dez por cento) do total a ser distribuído, que é dividido igualmente entre todos os empregados;
- b) Esforço Setorial – É o resultado do cumprimento de metas estabelecidas para cada uma de nossas Unidades de Negócios, representando 80% (oitenta por cento) do total a distribuir; e
- c) Esforço Individual – Este critério está vinculado a uma avaliação anual a que são submetidos todos os colaboradores, com exceção daqueles que exercem funções de chefia ou correlatas, como gerentes, assistentes e assessores, correspondendo a 10% (dez por cento) do total a distribuir.

Pendências Judiciais

Ações Cíveis

Existem diversas ações de natureza cível ajuizadas contra nós e, nesse sentido, possuímos provisionamento de créditos para o pagamento de contingências decorrentes de eventuais ações cíveis julgadas desfavoravelmente a nós, no valor de, aproximadamente, R\$11.000.000,00. Neste sentido, cumpre frisar que os valores efetivamente discutidos em cada processo poderão sofrer alterações em função do resultado das causas. A

produção de provas no curso do processo, ou em liquidação de sentença, poderá modificar a atual expectativa por nós apresentada, seja a título de redução ou majoração dos valores informados. Ademais, é de se notar que, caso o valor indicado como prognóstico desfavorável para o resultado das demandas seja efetivamente devido, o seu desembolso deverá ocorrer paulatinamente, e não de uma só vez, dentro de um lapso razoável de tempo.

Parte significativa dessas ações civis têm como objeto pedidos de indenizações baseados em responsabilidade civil (reparação de danos), além de existirem, aproximadamente, 25 (vinte e cinco) ações civis públicas (sendo 9 de ações ambientais) e 19 (dezenove) mandados de segurança, dentre outros procedimentos judiciais, todos encontrando-se em fases processuais distintas. É sabido que as teses e os montantes envolvidos em ações civis públicas e mandados de segurança podem alcançar altas somas em dinheiro, bem como influenciar na forma de cobrança dos nossos créditos, pelo que não podemos garantir que eventuais sentenças futuras não afetarão adversamente a nossa condição financeira.

Ademais, em função do desenvolvimento de nossas atividades, somos autora em um número expressivo de ações de desapropriação (direta e indireta) e constituição de servidão administrativa. À presente, existem em torno 586 processos em andamento que podem, no futuro, implicar o pagamento de indenizações substanciais.

Ações Fiscais

As ações judiciais promovidas contra nós aqui referenciadas em data de 31 de março de 2001, referem-se, principalmente, a execuções fiscais propostas pela União Federal, para a exigência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, entendida como devida nos anos-base de 1991 e 1992. A exigência dessa contribuição também está sendo questionada através de ação declaratória por nós proposta. Os valores objeto dessas execuções fiscais estão contingenciados em nosso balanço patrimonial (R\$47.309.000,00) ou depositados judicialmente (R\$1.017.014,00).

Por intermédio de ação judicial por nós promovida, questionamos a exigência do diferencial de 55% entre os 20% de multa espontânea e os 75% de multa pretendidos pela Receita Federal, em decorrência de multa moratória imposta em parcelamento de débito da COFINS. O valor da diferença da multa questionada judicialmente, e que não foi recolhida, está contingenciada em nosso balanço patrimonial (R\$12.791.000,00).

Em outra ação não relacionada com a ação acima, questionamos a cobrança da COFINS incidente sobre o fornecimento de água potável por entendermos que a água seria analogicamente considerada como mineral e, portanto, imune a esse tributo. Os valores da COFINS que não foram pagos, foram parcialmente depositados em juízo (R\$4.472.339,75) e parcialmente parcelados (R\$33.434.000,00). Os valores parcelados estão sendo pagos mensalmente.

Somos réus em execuções fiscais visando a cobrança de Imposto sobre Lucro Líquido – ILL incidente sobre o lucro líquido disponível para distribuição aos sócios ou acionistas (R\$246.947,00), IR Fonte referente ao pagamento de verbas salariais a que fomos condenados em ação reclamatória trabalhista (R\$27.684,00), e contribuição previdenciária entendida como devida sobre pagamento relativo ao benefício de auxílio-creche (R\$23.478,00). Ainda não foram proferidas decisões definitivas nos desobrigando de seu recolhimento e, assim, tais valores encontram-se depositados judicialmente e contabilizados em nossos balanços patrimoniais.

Ainda, foram lavrados autos de infração contra nós por prefeituras municipais para a exigência do Imposto Sobre Serviço - ISS incidente sobre operações de controle e tratamento de efluentes, sendo que os mais expressivos foram lavrados pela Prefeitura Municipal de Maringá. Após a apresentação de contestações administrativas, a maioria dos autos de infração foram julgados procedentes, razão pela qual aguardamos o ajuizamento das competentes execuções fiscais para discussão judicial dos débitos. Porém, os valores cobrados não estão contingenciados ou depositados judicialmente (aproximadamente R\$6.300.000,00) .

Por fim, possuímos parcelamentos referentes à Contribuição Social sobre Lucro - CSL dos anos-base de 1994 a 1997 (R\$9.986.320,00), multa moratória relativa ao ano de 1997 (R\$851.624,00) e ao ICMS de períodos diversos (R\$ 381.655,00). Os parcelamentos estão sendo pagos normalmente.

Nossos administradores acreditam que a contingência de, aproximadamente, R\$60.100.000,00, objeto de provisão contábil e/ou depósitos judiciais demonstrados em nossos balanços patrimoniais, é suficiente para fazer face às ações fiscais mais relevantes.

ADMINISTRAÇÃO

Nós somos administrados por um Conselho de Administração, formado atualmente por 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, e por 7 (sete) diretores.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas e têm mandato com duração de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração devem ser necessariamente nossos acionistas e residentes no País. As obrigações do Conselho de Administração incluem, dentre outras, a definição da orientação geral dos nossos negócios, a eleição e destituição dos diretores e a supervisão da administração. O Conselho de Administração é formado atualmente pelos seguintes membros efetivos e seus respectivos suplentes:

Nome	Cargo	Prazo do Mandato
Ingo Henrique Hübert	Presidente	até 17/09/2001
Ferdinando Schauenburg	Suplente	até 17/09/2001
Ricardo Coutinho de Senna	Vice Presidente	até 17/09/2001
Renato Torres de Faria	Suplente	até 17/09/2001
Miguel Salomão	Conselheiro	até 17/09/2001
Antoninho Caron	Suplente	até 17/09/2001
José Antônio Andreguetto	Conselheiro	até 17/09/2001
Francisca Juçara Ribeiro do Valle	Suplente	até 17/09/2001
Armando Martinho Bardou Raggio	Conselheiro	até 17/09/2001
Arnaldo Agenor Bertone	Suplente	até 17/09/2001
Rodrigo Bhering Andrade	Conselheiro	até 17/09/2001
Paulo Roberto Welzel	Suplente	até 17/09/2001
Hamilton Aparecido Gimenes	Conselheiro	até 27/04/2002
José Vaslanv de Oliveira	Suplente	até 27/04/2002
Carlos Afonso Teixeira de Freitas	Conselheiro	até 17/09/2001
Lauro Klas Junior	Suplente	até 17/09/2001
José Carlos Irago Garcia	Conselheiro	até 17/09/2001
Jean Marie D'Aspe	Suplente	até 17/09/2001

Diretoria

Os diretores são responsáveis pela execução das decisões do Conselho de Administração e pela nossa administração direta. Cada diretor tem seus poderes delimitados pelo nosso Estatuto Social e pelo nosso Conselho de Administração.

Os diretores, acionistas ou não, devem ser residentes no país, e têm mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. A nossa Diretoria era, em 31 de março de 2001, composta por um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente (estando vago para o momento), um Diretor de Operações, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro, um Diretor de Novos Negócios e um Diretor de Relações com Investidores.

O quadro abaixo elenca os nossos atuais Diretores:

Nome	Cargo	Prazo do Mandato
Carlos Afonso Teixeira de Freitas	Diretor Presidente	até 26/10/2001
Jean Marie d'Aspe	Diretor de Operações	até 08/06/2002
Luiz Carlos dos Santos Bueno Filho	Diretor Administrativo	até 26/10/2001
Ricardo Del Guerra Perpetuo	Diretor Financeiro	até 08/06/2002
Lauro Klas Junior	Diretor de Novos Negócios	até 26/10/2001
Alberto Zocco Júnior	Diretor de Relações com Investidores	até 26/10/2001

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão previsto na Lei das Sociedades por Ações tendo como obrigações, dentre outras, a de fiscalizar os administradores e opinar sobre o relatório anual da administração. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos em Assembléia Geral e tem mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. O Conselho Fiscal deverá ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 31 de março de 2001, o nosso Conselho Fiscal era composto por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

O quadro abaixo elenca a atual composição do nosso Conselho Fiscal:

Nome	Cargo	Prazo do Mandato
Juraci Barbosa Sobrinho	membro	até 26/04/2002
Luiz Fernandes Galdino	Suplente	até 26/04/2002
Celso Ferreira Almeida	membro	até 26/04/2002
Reinaldo Demeterco de Quadros Souza	suplente	até 26/04/2002
Hermínio Paiva de Castro	membro	até 26/04/2002
Otaviano Fabbri Ferraz	suplente	até 26/04/2002

Nome	Cargo	Prazo do Mandato
Luiz Otávio Nunes West	membro	até 26/04/2002
Adalgiso Fragoso de Faria	suplente	até 26/04/2002
Jorge Michel Lepeltier	membro	até 26/04/2002
Maurílio Leopoldo Schmitt	suplente	até 26/04/2002

Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos nossos membros do Conselho de Administração e Diretores

Consta abaixo breve resumo do currículo dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria:

Ingo Henrique Hübert

Nascido em 17 de abril de 1948, formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 1970, realizando cursos de Pós-graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade de Stuttgart, Alemanha, graduando-se em Administração de Empresas em Fontaineblau, França. Realizou Curso de Extensão em Desenvolvimento Econômico Político e Social na Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América. Antes de se tornar nosso Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Hübert exerceu o cargo de Vice-Presidente da Telecomunicações do Paraná S.A. – TELEPAR entre 1976 e 1979, foi Diretor de Recursos Humanos da mesma companhia entre 1984 e 1985, Diretor do Grupo Empresarial Tupi entre 1985 e 1988, Diretor da Indústria Cerâmica Paraná S.A. – INCEPA entre 1988 e 1991, e Diretor Geral da Indústrias de Bombas Centrífugas Ltda. – ABS entre 1991 e 1995. Ainda, é Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia – COPEL desde 1995 e Secretário Executivo do Conselho de Administração da mesma companhia desde 1999. Foi Diretor Presidente entre 1979 e 1983 e exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 21 de fevereiro de 2001.

Ricardo Coutinho de Senna

Nascido em 4 de março de 1948, formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1973. Antes de se tornar nosso Vice-Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Senna foi Auxiliar Técnico das Empresas Seta Construtora S.A. entre 1971 e 1972 e da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio entre 1972 e 1973, onde também exerceu o cargo de Engenheiro de Orçamentos entre 1973 e 1974. O Sr. Senna foi Diretor Administrativo-Financeiro da M. Roscoe do Paraná S.A. Construções Industriais entre 1974 e 1976, e Gerente Financeiro da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio entre 1976 e 1977, onde também exerceu o cargo de Gerente de Orçamento entre 1977 e 1981. Após, o Sr. Senna exerceu o cargo de Chefe de Departamento de Orçamento da Construtora Andrade Gutierrez S.A. entre 1981 e 1982, onde exerce o cargo de Superintendente de Concessões desde 1993. Além de ser Vice-Presidente de nosso Conselho de Administração, o Sr. Senna também participa dos Conselhos de Administrações das seguintes empresas onde a Construtora Andrade Gutierrez S.A. tem participação acionária: Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. – AUTOBAN, Concessionária

Presidente Dutra S.A., Concessionária de Rodovias Integradas S.A. – RODONORTE, Concessionária Via Lagos, Concessionária Ponte Rio Niterói S.A., Barcas S.A., e Dominó Holdings S.A. O Sr. Senna ocupa o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 18 de setembro de 1998.

Carlos Afonso Teixeira de Freitas

Nascido em 4 de novembro de 1943, formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 1969, e em Engenharia Sanitária pela Universidade de São Paulo, no ano de 1970. Antes de se tornar nosso membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente, o Sr. Freitas foi Coordenador Geral da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC entre 1988 e 1989, foi Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, Seção Paraná entre 1981 e 1983 e entre 1989 e 1993. Em nossos quadros, o Sr. Freitas ocupou o cargo de Engenheiro de Projetos durante o ano de 1970, de Chefe da Divisão de Produção entre 1971 e 1973, de Superintendente de Operações entre 1973 e 1975, de Coordenador Operacional entre 1975 e 1979, de Diretor de Operações durante o ano de 1979, de Diretor Técnico entre 1979 e 1983, de Gerente de Desenvolvimento Técnico entre 1985 e 1987 e de Superintendente Administrativo entre 1987 e 1988 e entre 1989 e 1990. O Sr. Freitas ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 02 de janeiro de 1995 e o cargo de Membro do Conselho de Administração desde 19 de janeiro de 1995.

Miguel Salomão

Nascido em 02 de dezembro de 1938, formou-se em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná no ano de 1960 e em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná – FESP, no ano de 1972. cursou Pós Graduação em Economia Internacional, graduando-se na FIP/USP no ano de 1974. Antes de exercer o cargo de Conselheiro da Companhia, o Sr. Salomão foi Funcionário de Carreira do Banco do Brasil S.A. entre 1961 e 1967, Funcionário do Banco Central do Brasil S.A. entre 1967 e 1990, Delegado do Banco Central do Brasil S.A. para os Estados do Paraná e Santa Catarina entre 1981 e 1990, e Consultor de Política Monetária do Fundo Monetário Internacional entre 1991 e 1994. O Sr. Salomão foi Secretário de Estado da Fazenda do Paraná entre 1995 e 1997 e Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná desde 1997. O Sr. Salomão ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração desde 18 de setembro de 1998.

José Antônio Andreguetto

Nascido em 06 de julho de 1959, formou-se em Ciências Econômicas. O Sr. Andreguetto é funcionário do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, atual Instituto Ambiental do Paraná – ITCF/IAP desde 1997, e foi Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP entre 1995 e 2000. O Sr. Andreguetto é Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná desde novembro de 2000. O Sr. Andreguetto é Membro do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA, bem como Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA desde novembro de 2000, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente – ABEMA Sul, Representante do Paraná na ABEMA desde 1999, Presidente do IAP desde 1995, Presidente do Conselho de Administração da Superintendência de

Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA desde novembro de 2000, Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA desde novembro de 2000, Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense – COLIT desde novembro de 2000. O Sr. Andreghetto ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração desde 21 de fevereiro de 2001.

Armando Martinho Bardou Raggio

Nascido em 14 de setembro de 1949, formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 1976. Antes de exercer o cargo de Conselheiro da Companhia, o Sr. Raggio já exerceu os cargos de Diretor de Saúde do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Curitiba entre 1979 e 1983, foi Diretor Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha (atual Instituto de Saúde do Paraná) – Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Social do Paraná entre 1983 e 1987, foi Assessor da Vice-Reitoria da Universidade Federal do Paraná – Projeto Centro de Articulação Docência-Serviço durante o ano de 1987, foi Gerente Geral de Assistência Integral a Saúde – Companhia Siderúrgica Nacional durante o ano de 1988, foi Assistente de Direção do Centro de Apoio ao Desenvolvimento das Ações Integradas de Saúde – Secretaria de Saúde de São Paulo durante o ano de 1989, foi Assistente de Direção da Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa – Secretaria da Saúde de São Paulo durante o ano de 1990, foi Professor Auxiliar de Ensino da Fundação Universidade Regional de Blumenau durante o ano de 1991, foi Vice-Presidente da Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde – APASEMS entre 1992 e 1993, e foi Presidente da APASEMS durante o ano de 1993. O Sr. Raggio ainda foi Secretário Municipal de Saúde de Curitiba entre 1992 e 1994, foi Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba entre 1992 e 1994, foi Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS durante o ano de 1993, vindo a ocupar o cargo de Presidente do mesmo órgão durante o ano de 1994. O Sr. Raggio tornou-se Secretário Estadual da Saúde do Paraná durante o ano de 1995 vindo a se tornar o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde durante o ano de 1996. O Sr. Raggio ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração desde 18 de setembro de 1998.

Rodrigo Bhering de Andrade

Nascido em 08 de agosto de 1958, formou-se em Direito pela Universidade de Brasília, no ano de 1983, vindo a cursar Mestrado em Direito pela Universidade de Yale School, no ano de 1985. Antes de se tornar Membro do Conselho de Administração, o Sr. Andrade foi Advogado Sênior do Pinheiro Neto Advogados Associados entre 1985 e 1990, foi Vice-Presidente do Grupo de Incorporações e Fusões para a América Latina da JP Morgan entre 1990 e 1995, foi Executivo de Investimentos da GP Investimentos entre 1995 e 1997, foi membro dos Conselhos de Administrações das seguintes empresas entre 1995 e 1997: Fratelli Vida, J. Macedo Alimentos, Super Mar Supermercados e Ferrovia Centro Atlântica. Atualmente, é diretor e membro do Conselho de Administração da empresa Santos Brasil S.A. O Sr. Andrade ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração desde 18 de setembro de 1998.

Hamilton Aparecido Gimenes

Nascido em 27 de novembro de 1961, formou-se em Pedagogia pelo Centro Técnico – Educacional Superior do Oeste Paranaense, no ano de 1994. O Sr. Gimenes já é empregado desde 1983. O Sr. Gimenes ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração desde 28 de abril de 1999.

José Carlos Irago Garcia

Nascido em 23 de fevereiro de 1937, formou-se Perito Mercantil pela Escola de Comércio de Vigo, Espanha, no ano de 1956, e em Administração de empresas, Instituto de Empresa da London Business School, no ano de 1981. Antes de se tornar Membro de nosso Conselho de Administração, o Sr. Garcia foi Diretor da Indústria de Pré-Fabricados de Concreto – INDUCRET na Venezuela entre 1960 e 1968. Foi também Diretor da Indústria Panificada de La Vivenda – INPLAUCA na Venezuela entre 1960 e 1968, Delegado no Brasil para a América do Sul da Oficina Técnica de Empresas de Ingenieria – OTI entre 1968 e 1979, Diretor Geral da Técnica de Depuración S.A. – TEDESA entre 1980 e 1993, Diretor do Centro Regional do Grupo General de Águas, da CIE. GÉNÉRALES DES EAUX – VIVENDI na Espanha entre 1993 e 1998, Diretor Único da TEDESA entre 1993 e 1998, Membro do Conselho Diretor de Águas Torrelavega - Espanha entre 1993 e 1998, e Diretor Administrativo da Cia. de Águas de Puerto de La Cruz, Espanha, entre 1993 e 1998. Atualmente, é Delegado no Brasil de Proactiva Medio Ambiente – Grupo Vivendi – FCC desde janeiro de 1999, Diretor Geral da Empresa Geral de Serviços – EGS – Grupo Vivendi (desde janeiro de 1999), e Membro da Diretoria da Dominó Holdings S.A. (desde janeiro de 1999). O Sr. Garcia ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração desde 21 de fevereiro de 2000.

Jean-Marie d’Aspe

Nascido em 10 de março de 1949, formou-se em Engenharia Civil pela Ecole Nationale Superieure des Mines, no ano de 1972. Antes de se tornar Diretor de Operações da Companhia, o Sr. d’Aspe foi Engenheiro de Obras da Soletanche Enterprise na França, Solperse – Irã entre 1974 e 1980, foi Engenheiro Gerente de Saneamento na Compagnie Generale des Eaux na França entre 1980 e 1998, Responsável do Setor Caen na França entre 1980 e 1981, Diretor Técnico da Sté Martiniquaise des Eaux nas Antilhas Francesas entre 1981 e 1983, Chefe do Setor Nice na França entre 1983 e 1989 da Compagnie Generale des Eaux, foi Diretor de Saneamento da Cidade de Toulouse na França entre 1990 e 1993, e foi Diretor Regional Região Sul da França entre 1993 e 1998. O Sr. d’Aspe é nosso Diretor de Operações desde 09 de junho de 1999.

Luiz Carlos dos Santos Bueno Filho

Nascido em 11 de março de 1955, formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Mogi das Cruzes no ano de 1979, e fez Pós-Graduação em Engenharia Mecânica *Latu Sensu* na Ecole Nationale Superior D’Arts et Metiers – ENSAM – Paris du Ministère de L’Education Nationale, entre 1982 e 1983. Antes de se tornar nosso Diretor Administrativo, o Sr. Bueno Filho realizou estágio no Setor de Engenharia de Produtos na Sperry New Holland durante o ano de 1978, no setor de Conservação Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes – COSIM, durante o ano de 1979, no Laboratoire Central D’Hydraulique du France, em Merignac para capacitação em tecnologia em modelos reduzidos com ampliação no canteiro de obras em Bordeaux

durante o ano de 1981, realizou na Spie Batignolles, para formação sobre técnicas hidráulicas, em Paris, durante o ano de 1982, na Dgremont Traitment Des Eaux – Paris para capacitação em todos os campos de tratamento de água, ação sobre água residuais, água potável e construção mecânica, oficinas de caldeiraria e autômatos, atividades nas ETAs e ETEs; assistência eletro-mecânica nas obras, entre 1982 e 1983, na Planta de Águas em Aruba, Antilhas Holandesas durante o ano de 1984. Foi Responsável pelos setores de conservação mecânica, conservação elétrica, setor de caldeira e supervisão do setor de produção da Sadia Joaçaba S.A. entre 1980 e 1981, Engenheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná entre 1983 e 1985, e Consultor Técnico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná entre 1985 e 1994. Já conosco, o Sr. Bueno Filho foi Engenheiro Mecânico entre 1981 e 1983, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento entre 1995 e 1997, Diretor entre 1997 e 1998, e Diretor Institucional durante o ano de 1998. O Sr. Bueno Filho ocupa o cargo de Diretor Administrativo desde 27 de outubro de 1998.

Ricardo Del Guerra Perpetuo

Nascido em 09 de dezembro de 1962, formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie de São Paulo no ano de 1985, e fez Pós-Graduação em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1988. Antes de ocupar o cargo de nosso Diretor Financeiro, o Sr. Perpetuo foi Gerente de mesa de aplicações do Banco Cidade entre 1985 e 1988, Gerente de mesa de aplicações do Banco de Boston entre 1989 e 1990, Diretor Financeiro da Civilcorp Eng. Constr. e Inc. Ltda. entre 1990 e 1996, e Diretor Financeiro da Método Engenharia S.A. entre 1996 e 1999, onde conduziu processo de “private-equity” em 1998. Foi membro do Conselho de Administração da Método Engenharia S.A e representante desta nas empresas BMT – Bechtel Método Telecom e TSM - Tyshmann Speyer Método. É autor do livro “Manual de Operações Financeiras em Vigor no Mercado” (1987) e colaborador nos livros “Leasing, uma abordagem prática” (1997) e “Negociação Financeira Aplicada a Vendas e Compras” (2000). Foi articulista do jornal O Estado de São Paulo, tendo a coluna “Cálculos Financeiros” (1987 e 1988). Ministrou cursos abertos de matemática financeira em São Paulo, Campinas e Salvador para bancos e empresas e foi professor da cadeira de matemática financeira nos cursos de pós-graduação em Administração de Empresas da FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo. O Sr. Perpetuo ocupa o cargo de Diretor Financeiro desde 09 de junho de 1999.

Lauro Klas Júnior

Nascido em 04 de outubro de 1948, formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 1972, fez Curso de Extensão Universitária sobre Águas Residuárias e Lagoas de Estabilização na Universidade Federal do Paraná, no ano de 1972, Curso de Técnicas de Previsão de Decisões Gerenciais na Fundação João Pinheiro, no ano de 1979, e Curso de Aperfeiçoamento Gerencial APG – AMANA KEY (MBA Executivo) em São Paulo, no ano de 1997. Antes de ocupar o cargo de Diretor de Novos Negócios, o Sr. Klas exerceu os seguintes cargos em nossos quadros: Engenheiro Chefe da Divisão Oeste do Departamento do Interior entre 1973 e 1974, Chefe do Sistema Curitiba, da Gerência Regional Sul entre 1976 e 1979, Superintendente Metropolitano entre 1979 e 1981, Superintendente Regional Sul entre 1981 e 1983, Gerente de Projetos Norte entre 1983 e 1987, Gerente de Obras Sul entre 1987 e 1988, Superintendente

Metropolitano entre 1988 e 1991, Gerente de Projetos da Região Metropolitana entre 1991 e 1992, Superintendente de Estudos e Projetos entre 1992 e 1995, Superintendente de Planejamento Técnico entre 1995 e 1996, Diretor Técnico entre 1996 e 1997, Diretor entre 1997 e 1998, Diretor de Tecnologia durante o ano de 1998. O Sr. Klas ocupa o cargo de Diretor de Novos Negócios da Companhia desde 27 de outubro de 1998.

Alberto Zocco Júnior

Nascido em 29 de março de 1948, formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná no ano de 1972, e fez Especialização em Construções Hidráulicas naquela mesma Universidade, no ano de 1972. Antes de ocupar o cargo de Diretor de relações com Investidores, o Sr. Zocco foi Secretário Geral da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/ PARANÁ entre 1989 e 1993, é Coordenador de Desenvolvimento Operacional da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE desde 1995, Diretor do Instituto de Engenharia do Estado do Paraná – IEP entre 1995 e 1998, Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/NACIONAL entre 1995 e 1998, é Membro do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água desde 1998. Atualmente é Membro da Coordenadoria de Defesa Civil do Paraná desde 1995. Já conosco o Sr. Zocco exerceu os seguintes cargos: Engenheiro de Operações entre 1972 e 1973, Chefe da Divisão Nordeste entre 1974 e 1975, Superintendente Regional Norte entre 1975 e 1983, Chefe da Divisão de Expansão/SRS entre 1983 e 1987, Superintendentes de Suprimentos entre 1987 e 1988, Gerente de Desenvolvimento Operacional entre 1988 e 1991, Engenheiro de Desenvolvimento Operacional entre 1992 e 1994, Diretor de Operações entre 1995 e 1997, Diretor entre 1997 e 1998, Diretor de Negócios durante o ano de 1998, e Diretor de Relações com os Investidores entre 1998 e 2000. O Sr. Zocco ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores desde 21 de fevereiro de 2000.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DOS DIVIDENDOS

Capital Social

O nosso Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$444.994.929,20 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais e vinte centavos) dividido em 331.265.746 (trezentos e trinta e um milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, setecentas e quarenta e seis) ações, sendo 289.836.870 (duzentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentas e setenta) ações ordinárias e 41.428.876 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais, todas escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de março de 2001, a posição acionária de cada um de nossos acionistas era a seguinte:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	% de ações Ordinárias	% de ações Preferenciais	% Total
Estado do Paraná	173.902.122	-	173.902.122	60,00	-	52,49
Dominó Holdings S.A.	115.106.273	-	115.106.273	39,71	-	34,75
Outros	828.475	41.428.876	42.257.351	0,29	100	12,76
Total	289.836.870	41.428.876	331.265.746	100	100	100,00

Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais dos acionistas. As ações preferenciais, sem direito a voto, conferem aos seus titulares o direito de prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, além de garantirem aos seus portadores dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos pagos às nossas ações ordinárias.

Dividendo Obrigatório

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas das sociedades por ações têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, uma parcela dos lucros auferidos. O estatuto social de uma sociedade por ações pode estabelecer o dividendo como sendo um percentual do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou dos acionistas controladores.

No nosso caso específico, o dividendo obrigatório foi fixado numa quantia equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de cada exercício social.

Pagamento dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Pagaremos os dividendos referentes às suas ações à pessoa que, na data do ato da declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

Os dividendos das ações em custódia bancária ou em depósito são por nós pagos à instituição financeira depositária, que é responsável pela sua entrega aos titulares das ações depositadas. O dividendo deve ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data da Assembléia Geral que os declarou.

Nos últimos anos, temos realizado distribuições de nossos proventos na forma de juros sobre capital próprio e dividendos.

Histórico dos Pagamentos dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Desde 1998, realizamos 3 (três) distribuições de proventos, sendo todas a título de juros sobre capital próprio, conforme demonstra a tabela a seguir:

Natureza	Assembléia Geral Ordinária	Exercício	Data do Pagamento	Valor (em R\$)
Juros sobre Capital Próprio	28 de abril de 1999	1998	16 de junho de 1999	21.620.964,90
Juros sobre Capital Próprio	25 de abril de 2000	1999	21 de junho de 2000	30.077.913,19
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	27 de abril de 2001	2000	A pagar conforme legislação vigente	76.561.844,38

Política de Pagamento de Dividendos para os Próximos Exercícios

Conforme nosso Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no artigo 202 e seus parágrafos da Lei n.º 6.404/76.

Adicionalmente, em conformidade com nosso Acordo de Acionistas, as partes se comprometem a deliberar sobre a distribuição, como dividendo adicional e/ou juros sobre o capital próprio, de no mínimo mais de 25% do lucro líquido. Temos utilizado-nos da faculdade de contabilizar os juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, até os montantes máximos permitidos pela legislação em vigor.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

O Estado do Paraná

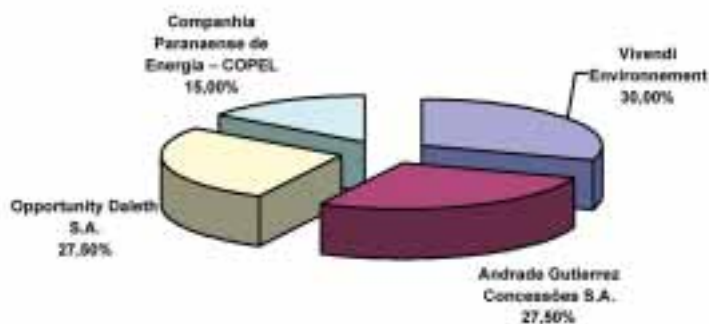
De acordo com o disposto na Lei n.º 11.963/97, o Estado do Paraná deverá manter, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de nosso capital votante.

Dominó Holdings S.A.

A Dominó Holdings S.A. é uma sociedade por ações constituída com o objetivo de administrar a participação societária de diversos grupos em nós.

Em 31 de dezembro de 2000 a composição acionária da Dominó Holdings era a seguinte:

Acionista	Ações Ordinárias	Total de ações	% de ações ordinárias	% total
Vivendi Environnement	74.934.211	74.934.211	30,00	30,00
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	68.689.693	68.689.693	27,50	27,50
Opportunity Daleth S.A.	68.689.693	68.689.693	27,50	27,50
Companhia Paranaense de Energia – COPEL	37.467.106	37.467.106	15,00	15,00
Total	249.780.703	249.780.703	100,00	100,00



Acordo de Acionistas

Os nossos acionistas principais, o Estado do Paraná e a Dominó Holdings S.A., celebraram um Acordo de Acionistas, em 04 de setembro de 1998, que governa assuntos relativos às suas participações na Companhia, bem como estabelece regras de condutas, tanto para as partes quanto para seus representantes nos nossos órgãos de administração.

Nos termos do Acordo de Acionistas, deverão o Estado do Paraná e a Dominó Holdings S.A. votar em bloco nas Assembléias Gerais quando a deliberação versar sobre:

- qualquer alteração em nosso Estatuto Social no tocante ao objeto social, emissão de novas ações com direito a voto, criação de novas espécies ou classes de ações ou alteração dos direitos das ações já existentes, competência, composição e funcionamento de nossos órgãos e apuração de resultados (incluindo a formação de reservas, a fixação e distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio);
- emissão de debêntures conversíveis em ações com direito a voto, e de bônus de subscrição de ações com direito a voto, criação de partes beneficiárias, resgate e amortização de nossas ações;
- fusão, cisão, incorporação, dissolução ou liquidação;
- distribuição de dividendo em percentual diverso do dividendo obrigatório previsto em nosso Estatuto Social ou em nosso Acordo de Acionistas; e
- remuneração dos membros dos nossos Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Para tanto, deverão o Estado do Paraná e a Dominó Holdings S.A. se reunir previamente à Assembléia Geral e deliberar sobre qualquer dos assuntos referidos acima. Havendo consenso, as partes votarão em bloco. Todavia, caso as partes não cheguem a um consenso, deverão votar na Assembléia Geral no sentido de desaprová-la a proposta. Tal disposição não é aplicável à eleição de membros do nosso Conselho de Administração.

Quando da eleição dos membros do Conselho de Administração em Assembléia Geral, o nosso Acionista Controlador apontará cinco representantes (e suplentes), e a Dominó Holdings S.A. apontará três representantes (e suplentes). O membro restante (e suplente) deverá ser apontado por nossos empregados. Não poderão as partes destituir Conselheiro, titular ou suplente, apontado pela outra parte para o Conselho de Administração.

Nas Assembléias Gerais que deliberarem sobre o Estatuto Social, o Estado do Paraná e a Dominó Holdings S.A. deverão votar no sentido de que a nossa administração seja composta por sete diretores, a saber: Diretor-Presidente, Diretor de Novos Negócios, Diretor Superintendente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com os Investidores, Diretor de Operações e Diretor Administrativo, a serem eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um mandato de três anos.

O Diretor-Presidente, o Diretor de Novos Negócios, o Diretor de Relações com os Investidores e o Diretor Administrativo deverão ser eleitos, pelo nosso Conselho de Administração, dentre os nomes indicados pelo Estado do Paraná. O Diretor Superintendente, o Diretor de Operações e o Diretor Financeiro deverão ser eleitos, pelo Conselho de Administração, dentre os nomes apresentados pela Dominó Holdings S.A.

O Estado do Paraná e a Dominó Holdings S.A. deverão votar, nas nossas Assembléias Gerais que deliberarem sobre a distribuição de dividendo anual obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, nos termos de nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações. Além do dividendo anual obrigatório, as partes deverão deliberar pela distribuição, a título de dividendo adicional e/ou juros sobre o capital próprio, de, no mínimo, vinte e cinco por cento do lucro líquido do exercício.

Na hipótese de cessão, pelo Estado do Paraná, de suas ações ou direitos de subscrição, deverá ser previamente assegurado à Dominó Holdings S.A. que o adquirente submeter-se-á aos termos do Acordo de Acionistas em tela, devendo o novo acionista subscrevê-lo no ato da transferência das ações para o seu nome. Adicionalmente, caso o Estado do Paraná resolva efetuar a venda de sua participação acionária, a Dominó Holdings S.A. poderá participar no processo, se assim o desejar, em igualdade de condições com terceiros.

Na hipótese da Dominó Holdings S.A. passar a deter menos de vinte por cento de nossas ações ordinárias, o presente Acordo de Acionistas ficará rescindido de pleno direito. Ademais, a Dominó Holdings S.A. somente poderá efetuar a cessão das ações da Companhia de sua propriedade à sua controladora, controlada, ou à qualquer sociedade coligada, se a cessionária (i) manifestar expressamente, e por escrito, sua adesão incondicional aos termos do Acordo de Acionistas, e (ii) mantiver a qualidade de controladora, controlada ou de coligada, conforme o caso, da Dominó Holdings S.A.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações que realizamos com nosso Acionista Controlador são, em sua maior parte, relativas ao fornecimento de água e coleta de esgotos, diretamente, ou às instituições de administração indireta por ele controladas. O valor de tais serviços no ano de 2000 atingiu o montante de R\$15,875 milhões. Em que pese o acima exposto, as operações com nosso Acionista Controlador são realizadas normalmente, praticando-se preço de mercado, sem que seja considerado qualquer benefício ou privilégio ao último.

Em função do caráter social inerente às nossas atividades, que constituem serviço essencial à população a quem se destinam, conforme pode ser observado na Seção “CAPITALIZAÇÃO” o Estado do Paraná por vezes age como nosso financiador, seja através da concessão de empréstimos ou financiamentos lastreados em recursos próprios, seja através do repasse de recursos obtidos junto a instituições financeiras/instituições de crédito internacionais - mais especificamente o JBIC e o BIRD.

No caso do JBIC, somos a agência executora do Financiamento, no valor total de ¥23.686.000.000,00, e o Estado do Paraná é o tomador do empréstimo, visando a implementação do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - *Paranásan*, descrito na Seção “CAPITALIZAÇÃO”.

Mantemos em nosso quadro alguns empregados que, em que pese integrarem nossa folha de pagamento, atualmente encontram-se cedidos ao nosso Acionista Controlador. Estes empregados são cedidos com ônus para a empresa mediante ressarcimento, sendo que mensalmente seus custos são repassados aos órgãos para os quais os mesmos encontram-se cedidos, através de encontro de contas e/ou faturas.

Além dos empregados cedidos ao Acionista Controlador, existem alguns cedidos a outros órgãos da administração pública (prefeituras), com as quais também são feitos encontro de contas

Administradores

Os Diretores Carlos Afonso Teixeira de Freitas e Ricardo Del Guerra Perpétuo detém, respectivamente, 47.261 ações preferenciais e 20.000 ações preferenciais.

Coordenador

Possuímos convênio de prestação de serviços firmado com o Coordenador, em 04 de setembro de 2000, com prazo de vigência indeterminado, cujo objeto é o recebimento de contas de água, esgoto e serviços. O valor médio de recebimentos efetuados pelo Coordenador é de R\$750.000,00/mês (setecentos e cinquenta mil reais por mês).

3.**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA**

- Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP- da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1999
- Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2000
- Informações Trimestrais – ITR da Emissora de 31 de março de 2000
- Informações Trimestrais – ITR da Emissora de 31 de março de 2001

- Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1999

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999 Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376				REBOUÇAS	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
80215-900		CURITIBA			PR
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
041	330-3636	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
041	333-8834	-	-		
15 - E-MAIL					
administ@sanepar.pr.gov.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
ALBERTO ZOCCO JUNIOR				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376			REBOUÇAS	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
80215-900	CURITIBA			PR
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
041	330-3636	330-3014	330-3024	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
041	333-8834	-	-	
16 - E-MAIL				
zoccojr@sanepar.pr.gov.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	01/01/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo	01/01/1997	31/12/1997
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.C.		00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
WANDERLEY CARLOS STRINGHINI		094.070.659-87

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/1999	2 31/12/1998	3 31/12/1997
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	289.836.870	289.836.870	289.836.870
2 - Preferenciais	41.428.876	37.510.231	37.510.231
3 - Total	331.265.746	327.347.101	327.347.101
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE AÇIONÁRIO
Estatual
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1990300 - Serv.de Água, Saneamento e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
CAPTACAO,TRAT.E DISTR.DE AGUA E COLETA E TRAT.DE ESGOTO
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1-ÍTEM	2 - EVENTO	3-APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5-INÍCIO PGTO.	6-TIPO AÇÃO	7-VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	PROPOSTA		Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0916307349
02	PROPOSTA		Juros Sobre Capital Próprio		PN	0,0916307349
03	PROPOSTA		Juros Sobre Capital Próprio		PNA	0,0211444909

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
29/03/2000	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999 Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/1999	4 - 31/12/1998	5 - 31/12/1997
1	Ativo Total	2.227.305	2.050.889	1.843.023
1.01	Ativo Circulante	186.243	151.743	114.665
1.01.01	Disponibilidades	16.816	11.047	7.773
1.01.01.01	Caixa e Bancos	5.429	4.302	5.013
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	11.387	6.745	2.760
1.01.02	Créditos	159.850	133.443	98.841
1.01.02.01	Contas a Receber de Usuários	145.128	121.464	84.936
1.01.02.02	Prov p/Perdas na Realização dos Créditos	(13.663)	(12.461)	(3.829)
1.01.02.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	8.570	10.997	9.738
1.01.02.04	Depósitos Judiciais	14.921	7.464	2.821
1.01.02.05	Outros	4.894	5.979	5.175
1.01.03	Estoques	9.131	7.045	7.899
1.01.04	Outros	446	208	152
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.799	31.123	15.949
1.02.01	Créditos Diversos	33.799	31.123	15.949
1.02.01.01	Contas a Receber de Usuários	1.683	1.406	14.560
1.02.01.02	Imposto de Renda Diferido	22.810	20.692	0
1.02.01.03	Contribuição Social Diferida	7.381	7.275	0
1.02.01.04	Outros	1.925	1.750	1.389
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	2.007.263	1.868.023	1.712.409
1.03.01	Investimentos	605	605	602
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	605	605	602
1.03.02	Imobilizado	2.001.404	1.861.024	1.704.261
1.03.03	Diferido	5.254	6.394	7.546

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/1999	4 - 31/12/1998	5 - 31/12/1997
2	Passivo Total	2.227.305	2.050.889	1.843.023
2.01	Passivo Circulante	196.325	150.670	173.508
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	67.698	48.507	29.315
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	30.867	13.714	28.804
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.864	23.556	13.497
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	100	100
2.01.06	Provisões	30.778	16.327	57.820
2.01.06.01	Imposto de Renda	0	0	6.460
2.01.06.02	Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	37.799
2.01.06.03	Provisões Trabalhistas	8.620	8.877	9.001
2.01.06.04	Para Contingências	22.158	7.450	4.560
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	37.118	48.466	43.972
2.01.08.01	Prestadores de Serviços	0	20.966	20.291
2.01.08.02	Títulos a Pagar	1.328	1.250	1.218
2.01.08.03	Remuneração sobre o Capital Próprio	28.017	20.174	12.454
2.01.08.04	Salários e Encargos Sociais a Pagar	5.725	5.141	5.235
2.01.08.05	Depósitos e Retenções Contratuais	710	76	4.059
2.01.08.06	Convênios e Despr./ Aquisição de Imóveis	1.338	859	715
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.030.270	972.683	698.791
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	728.425	641.963	525.642
2.02.01.01	Financiamentos Internos	654.705	595.244	488.901
2.02.01.02	Financiamento Externos	73.720	46.719	36.741
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	247.335	255.503	93.450
2.02.03.01	Imposto de Renda Diferido	179.031	191.091	93.450
2.02.03.02	Contribuição Social Diferida	24.453	25.341	0
2.02.03.03	Contingência para Contribuição Social	43.851	39.071	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	54.510	75.217	79.699
2.02.05.01	Fornecedores	4.806	426	851
2.02.05.02	Prestadores de Serviços	0	13.647	22.845
2.02.05.03	Títulos a Pagar	5.314	6.146	7.205
2.02.05.04	Impostos, Taxas e Contribuições	44.390	54.998	48.798
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.000.710	927.536	970.724
2.05.01	Capital Social Realizado	444.995	438.412	438.412
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	444.995	438.412	438.412
2.05.02	Reservas de Capital	134.482	97.030	55.877
2.05.02.01	Doações e Subvenções para Investimentos	60.783	44.172	27.759

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/1999	4 - 31/12/1998	5 - 31/12/1997
2.05.02.02	Créditos para Aumento de Capital	73.699	52.858	28.118
2.05.03	Reservas de Reavaliação	204.796	212.229	327.959
2.05.03.01	Ativos Próprios	204.796	212.229	327.959
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	216.437	179.865	148.476
2.05.04.01	Legal	14.479	11.519	9.428
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	109.008	111.837	114.834
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	92.950	56.509	24.214
2.05.04.07.01	Para Investimentos	92.950	56.509	24.214
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-01/01/1999 a 31/12/1999	4-01/01/1998 a 31/12/1998	5-01/01/1997 a 31/12/1997
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	595.374	530.382	483.125
3.02	Deduções da Receita Bruta	(21.600)	(14.055)	(12.803)
3.02.01	COFINS	(17.668)	(10.608)	(9.663)
3.02.02	PASEP	(3.932)	(3.447)	(3.140)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	573.774	516.327	470.322
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(199.738)	(189.145)	(186.306)
3.05	Resultado Bruto	374.036	327.182	284.016
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(342.046)	(304.175)	(269.829)
3.06.01	Com Vendas	(42.979)	(44.936)	(35.660)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(125.256)	(119.925)	(107.494)
3.06.03	Financeiras	(175.683)	(140.408)	(127.213)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	7.709	6.774	1.758
3.06.03.01.01	Ganhos Financeiros	5.894	4.852	1.473
3.06.03.01.02	Variações Monetárias Ativas	1.815	1.922	285
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(183.392)	(147.182)	(128.971)
3.06.03.02.01	Juros sobre Financiamentos	(82.214)	(78.420)	(65.069)
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	(71.100)	(47.141)	(51.259)
3.06.03.02.03	Juros sobre o Capital Próprio	(30.078)	(21.621)	(12.643)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.872	1.094	538
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	31.990	23.007	14.187
3.08	Resultado Não Operacional	(1.912)	(1.386)	(1.544)
3.08.01	Receitas	1.414	615	4.055
3.08.02	Despesas	(3.326)	(2.001)	(5.599)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	30.078	21.621	12.643
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(939)	(1.431)	(2.857)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	30.078	21.621	12.643
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	59.217	41.811	22.429
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	331.265.746	327.347.101	327.347.101
	LUCRO POR AÇÃO	0,17876	0,12773	0,06852
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-01/01/1999 a 31/12/1999	4-01/01/1998 a 31/12/1998	5-01/01/1997 a 31/12/1997
4.01	Origens	339.840	391.054	269.144
4.01.01	Das Operações	206.989	145.044	129.609
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	59.217	41.811	22.429
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	147.772	103.233	107.180
4.01.01.02.01	Depreciações e Amortizações	57.150	55.111	55.623
4.01.01.02.02	Custo das Baixas do Ativo Permanente	3.326	2.211	2.247
4.01.01.02.03	Variações Monetárias de Longo Prazo	87.296	45.911	49.310
4.01.02	Dos Acionistas	27.424	24.740	17.672
4.01.02.01	Adiantamento para Aumento de Capital	27.424	24.740	17.672
4.01.03	De Terceiros	105.427	221.270	121.863
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	88.816	127.303	47.966
4.01.03.02	Incentivos Fiscais	1.191	421	623
4.01.03.03	Doações e Subvenções para Investimentos	15.420	15.992	6.439
4.01.03.04	Parcelamento de Tributos	0	6.865	15.677
4.01.03.05	Aumento de Prov. p/ Impostos Diferidos	0	18.464	0
4.01.03.06	Transf. do Circulante p/o Exigível L.P.	0	39.071	51.158
4.01.03.07	Transf. Contas Rec.Usuários p/Circulante	0	13.154	0
4.02	Aplicações	350.995	331.138	200.280
4.02.01	No Imobilizado	199.716	212.932	147.466
4.02.02	Imposto de Renda e C.Social Diferidos	2.224	27.967	0
4.02.03	Aumento do Realiz.Longo Prazo e Invest.	452	365	1.047
4.02.04	Realização de Tributos Diferidos	12.948	0	0
4.02.05	Em Dividendos (Juros sobre o Capital)	30.078	21.621	12.643
4.02.06	Transf. Financiam.de L.P. p/o Circulante	71.816	56.111	27.106
4.02.07	Transf. Obrigações de L.P. p/ Circulante	33.761	12.142	12.018
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(11.155)	59.916	68.864
4.04	Variação do Ativo Circulante	34.500	37.078	24.550
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	151.743	114.665	90.115
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	186.243	151.743	114.665
4.05	Variação do Passivo Circulante	45.655	(22.838)	(44.314)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	150.670	173.508	217.822
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	196.325	150.670	173.508

Serviço Público Federal
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras
 Representação Espontânea

Serviço Público Federal
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras
 Representação Espontânea

1 - Código CVM	2 - Denominação Social	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

05.01 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 01/01/1999 a 31/12/1999 (Reais Mil)							
1 - Código	2 - Descrição	3 - Capital Social	4 - Reservas de Capital	5 - Reservas de Reavaliação	6 - Reservas de Lucro	7 - Lucros/Prejuízos Acumulados	8 - Total Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	438.412	97.030	212.229	179.865	0	927.536
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	6.583	(6.583)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(11.094)	(2.829)	13.923	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	59.217	59.217
5.07	Destinações	0	0	0	39.401	(69.479)	(30.078)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	2.960	(2.960)	0
5.07.02	Retenção de Lucros	0	0	0	36.441	(36.441)	0
5.07.03	Dividendos Propostos (Juros s/o Capital)	0	0	0	0	(30.078)	(30.078)
5.08	Outros	0	44.035	3.661	0	(3.661)	44.035
5.08.01	Subvenções para Investimentos	0	15.420	0	0	0	15.420
5.08.02	Adiantament. p/Futuro Aumento de Capital	0	27.424	0	0	0	27.424
5.08.03	Incentivos Fiscais - FINOR/FINAM	0	1.191	0	0	0	1.191
5.08.04	Realiz.de Tributos s/ Res.de Reavaliação	0	0	3.661	0	(3.661)	0
5.09	Saldo Final	444.995	134.482	204.796	216.437	0	1.000.710

Divulgação Externa

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/1999

Serviço Público Federal

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM	2 - Denominação Social	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998 (Reais Mil)

1 - Código	2 - Descrição	3 - Capital Social	4 - Reservas de Capital	5 - Reservas de Reavaliação	6 - Reservas de Lucro	7 - Lucros/Prejuízos Acumulados	8 - Total Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	438.412	55.877	327.959	148.476	0	970.724
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(11.199)	(2.997)	14.196	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	41.811	41.811
5.07	Destinações	0	0	0	34.386	(56.007)	(21.621)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	2.091	(2.091)	0
5.07.02	Retenção de Lucros	0	0	0	32.295	(32.295)	0
5.07.03	Dividendos Propostos (Juros s/o Capital)	0	0	0	0	(21.621)	(21.621)
5.08	Outros	0	41.153	(104.531)	0	0	(63.378)
5.08.01	Subvenções para Investimentos	0	15.992	0	0	0	15.992
5.08.02	Adiantament. p/Futuro Aumento de Capital	0	24.740	0	0	0	24.740
5.08.03	Incentivos Fiscais - FINOR	0	421	0	0	0	421
5.08.04	Impostos Diferidos s/ Res.de Reavaliação	0	0	(104.531)	0	0	(104.531)
5.09	Saldo Final	438.412	97.030	212.229	179.865	0	927.536

Serviço Público Federal
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 Empresa Comercial, Industrial e Outras
 Representação Espontânea

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/1999

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1997 A 31/12/1997 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	438.412	31.143	339.380	127.269	0	936.204
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(11.421)	(4.128)	15.549	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	22.429	22.429
5.07	Destinações	0	0	0	25.335	(37.978)	(12.643)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	1.121	(1.121)	0
5.07.02	Retenção de Lucros	0	0	0	24.214	(24.214)	0
5.07.03	Dividendos Propostos (Juros s/o Capital)	0	0	0	0	(12.643)	(12.643)
5.08	Outros	0	24.734	0	0	0	24.734
5.08.01	Subvenções para Investimentos	0	6.439	0	0	0	6.439
5.08.02	Adiantament. p/Futuro Aumento de Capital	0	17.672	0	0	0	17.672
5.08.03	Incentivos Fiscais FINOR	0	623	0	0	0	623
5.09	Saldo Final	438.412	55.877	327.959	148.476	0	970.724

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**, levantados em 31 de dezembro de 1999 e 1998, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**, em 31 de dezembro de 1999 e 1998, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.
4. A Companhia está divulgando, de forma complementar, as demonstrações de fluxo de caixa e do valor adicionado, com o propósito de permitir análises adicionais às demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações, apesar de não requeridas pela legislação societária, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Curitiba, 04 de fevereiro de 2000.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.C.
CRC-2-SP-015199/O-6 "S" PR

Wanderley Carlos Stringhini
Contador CRC - SC 6614 T-1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

PREZADOS ACIONISTAS

As empresas estatais brasileiras, de uma maneira geral, vivem um momento decisivo na sua história. É um desafio amplo e instigante que se lhes apresenta, onde a sua sobrevivência passa pela identificação de novas alternativas de financiamento para suas estruturas de operação e atuação no mercado, além da busca da eficiência sobre os recursos e ativos disponibilizados.

No transcorrer de 1999, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, evoluiu nesta direção, com base na estratégia de gestão compartilhada, implantada a partir de 1995, e com o ingresso e a contribuição do sócio estratégico na administração da empresa a partir de 1998.

O relatório anual da administração e demonstrações contábeis, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, que a administração da SANEPAR traz a público, em conformidade com as disposições legais e estatutárias correspondentes ao exercício de 1999, refletem perfeitamente a capacidade e os esforços da empresa de se manter vitoriosa à frente desse desafio.

Alguns fatos demonstram essa afirmação: os lucros e as taxas de crescimento continuam sendo destaques.

LUCRO

O lucro gerado no período foi de R\$ 59,2 milhões, o que representou um crescimento de 41,6% sobre os resultados do exercício de 1998, que foram de R\$ 41,8 milhões, apesar do ônus decorrente da variação cambial e das elevadas taxas de juros em 1999.

A geração desses resultados assegura à empresa as condições econômico/financeiras para sustentação de um ambicioso programa de investimentos, propiciando condições adequadas ao atendimento da demanda futura.

QUALIDADE

Pelo terceiro ano consecutivo, conquistou-se o Prêmio Nacional ABES de Qualidade, manteve-se a certificação ISO 9002 e obteve-se a certificação ISO 14001, o que representa um novo e decisivo passo no desenvolvimento da política ambiental da Companhia, que tem papel dos mais relevantes no esforço de inserir o Estado do Paraná entre os que melhor administram no país as questões relativas ao meio ambiente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TECNOLOGIA

A introdução de novos modelos tecnológicos e de gestão no manejo dos recursos hídricos têm consagrado a política de criação de valores aos acionistas e de vantagens para os clientes, sem que a empresa perca a sua sensibilidade social. Houve, de fato, o trabalho de equipe comprometido com a qualidade e competitividade, resguardo da responsabilidade pública, defesa da saúde e promoção da qualidade de vida da comunidade que é representada por uma população de 7,4 milhões de pessoas no atendimento com água, e de 2,8 milhões de pessoas, com serviços de esgotamento sanitário, em 342 dos 399 municípios paranaenses.

BENCHMARK

Também atesta o vigor deste desempenho, a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que colocou a SANEPAR na 21ª posição entre os serviços industriais de utilidade pública do Brasil, 81ª empresa do ranking nacional, e como a terceira maior empresa paranaense. Outras fontes, como o relatório Balanço Anual da Gazeta Mercantil, apresentam a Companhia como a 4ª do país no setor de saneamento básico. Todos estes indicadores credenciam a empresa para galgar estágios ainda mais elevados nos seus posicionamentos de mercado.

RENTABILIDADE E PATRIMÔNIO

	1995	1996	1997	1998	1999
Rentabilidade (LL/PL)	(5,5)	(2,7)	2,3	4,2	6,1
Patrimônio Líquido Médio – R\$ mil (PL)	870.902	932.377	964.803	986.188	964.123
Lucro Líquido – R\$ mil (LL)	(48.142)	(25.816)	22.429	41.811	59.217

COMPANHIA ABERTA

AÇÕES

Ainda no decorrer do ano 2000, a SANEPAR promoverá seu registro como Companhia Aberta, podendo negociar suas ações na Bolsa de Valores. É mais um decisivo passo na história da empresa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Trata-se, fundamentalmente, da participação em mercado mais dinâmico e competitivo. Submetendo-se permanentemente ao interesse coletivo, a SANEPAR está criando, com rara eficiência, as condições para um futuro melhor de todos os paranaenses.

Resultados em R\$ milhões	1995	1996	1997	1998	1999
Receita Operacional Bruta	318	405	483	530	595
Custos e Despesas	230	252	288	313	332
EBITDA	88	153	195	217	263
Despesas	47	51	54	49	50
Despesas Financeiras	103	126	116	125	153
Imposto de Renda e Contr. Social	-	6	8	14	16
Realização/Reversão de Impostos	(14)	(5)	(5)	(13)	(15)
Resultado Líquido	(48)	(25)	22	42	59

MERCADO

Operadora de serviços de saneamento e meio ambiente há 37 anos, a SANEPAR atua no Estado do Paraná, que responde por 7% do PIB brasileiro, e com uma área geográfica de 199.554 km².

Possui concessões em 342 dos 399 municípios paranaenses, atendendo 619 localidades, onde residem 7,4 milhões de pessoas que recebem fornecimento de água e 2,8 milhões de pessoas que recebem serviços de esgotamento sanitário.

Motivada pelas elevadas inversões de empresas internacionais que se instalaram no Paraná nos últimos anos e que alavancaram US\$ 18 bilhões em novos investimentos, e também pelas mudanças no perfil do mercado consumidor que se tornou mais exigente, a empresa procurou atingir níveis de desempenho de classe mundial.

Evolução dos Serviços

ÁGUA	1998	1999	CRESCIMENTO	VAR. %
Ligações de Água	1.780.666	1.846.609	65.943	3,7
Rede de Água (km)	30.430	31.396	1.396	4,6
Volume de Água (fat. m ³)	380.671.274	398.123.610	17.452.336	4,6
ESGOTO				
Ligações de Esgoto	496.851	600.226	103.375	20,8
Rede de Esgoto (km)	8.478	9.876	1.398	16,5
Volume de Esgoto (fat. m ³)	136.392.873	156.832.373	20.439.500	15,0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CRESCIMENTO SUSTENTADO

O nível de investimentos manteve-se elevado nos últimos dois anos. Foram mais de R\$ 200 milhões anuais, cumprindo-se os contratos de concessão e de crescimento da demanda.

A base de crescimento futuro da empresa está focada também num elevado potencial de atendimento ao mercado. A médio prazo, uma atuação mais forte na elevação do número de concessões no Paraná permitirá o acréscimo de mais 2 milhões de novos clientes, o que equívale a um crescimento de 27% em relação ao atendimento atual. Esse ritmo de investimentos corresponde, na verdade, à resposta da empresa ao acelerado crescimento da demanda e da concorrência no setor de saneamento brasileiro.

Ainda com os novos estudos dos eixos nacionais e internacionais de integração e desenvolvimento, trabalho realizado sob a coordenação do Ministério do Planejamento, e que está resultando numa radiografia dos pontos de entrave ao desenvolvimento e dos grandes problemas nacionais, num programa intitulado “Avança Brasil”, o setor receberá um aporte de investimento de R\$ 8,6 bilhões nos próximos anos.

A SANEPAR, incluída nesse esforço receberá recursos direcionados à infra-estrutura e meio ambiente.

Receitas por Categoria

		1996		1997		1998		1999	
		Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Residencial	%	74	70	74	69	74	70	75	71
Comercial	%	14	21	14	21	14	20	13	19
Industrial	%	4	2	4	2	4	2	4	2
Poderes Públicos	%	8	7	8	8	8	8	8	8
Receita Anual (R\$ milhões)		291	81	344	97	382	113	423	135

DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS

Para acompanhar os recentes movimentos do mercado e de aporte industrial, a Companhia iniciou uma série de projetos específicos para a operação de estações de tratamento de efluentes industriais.

Um piloto no município de São José dos Pinhais está subsidiando a definição da estratégia das ações neste segmento. Indústrias em processo de implantação na Região Metropolitana de Curitiba estão sendo monitoradas, procurando-se identificar suas necessidades específicas. Há, ainda, demanda de fornecimento de água bruta, para utilização em processos industriais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Empresa está aproveitando sua competência na operação e manutenção de estações de tratamento de esgotos domésticos, oferecendo estes serviços à iniciativa privada, onde não há sistema público de coleta e tratamento; outra iniciativa é a oferta de serviços de tratamento de água de sistemas privados, principalmente indústrias, onde observa-se a oportunidade de melhoria no uso dos recursos hídricos; e o estudo da atuação no segmento de resíduos sólidos urbanos, abrangendo coleta domiciliar e, de serviços de saúde, com tratamento e destinação final.

GESTÃO

Nos últimos cinco anos, a partir da sanção da Lei n.º 8.987, de 13/02/95 – conhecida como Lei das Concessões - que decretou o fim dos monopólios e liberou os serviços públicos para a iniciativa privada, a SANEPAR vem preparando-se com um modelo de gestão adequado para operar neste cenário de acirramento da competição.

A estratégia de crescimento e desenvolvimento está baseada em resultados efetivos, e no comprometimento com a geração de valores aos acionistas, poder concedente e investidores.

Esse ambiente exigiu uma profunda reflexão sobre áreas de atuação, competências, gestão do conhecimento, mercado, concorrência, tecnologia, produtos meio e fim, regulação, gerenciamento de riscos, valores, senso de responsabilidade e ética.

REESTRUTURAÇÃO E FLEXIBILIDADE

O suporte a este modelo processou-se por meio da reestruturação da empresa a partir do seu topo, em níveis imediatos ao da Diretoria, onde se quebrou a estrutura de poder e permitiu-se maior flexibilidade operacional, baseando-se numa malha de processos por especialização e com operação em rede.

Foram criadas unidades de negócios onde os compromissos para resultados são formalizados por assinatura de contratos de gestão.

Como resultado, desta estratégia, a SANEPAR tomou forma de empresa de padrão mundial, revertendo um quadro de resultados negativos.

O corpo funcional adaptou-se rapidamente ao ambiente de novas oportunidades de negócios e uma nova ótica com relação ao seu desempenho e assim, desde 1997, a empresa vem apresentando resultados positivos e crescentes.

A potencialidade da Companhia foi ampliada ainda mais a partir do momento em que passou a ter um sócio estratégico que adquiriu do Governo do Paraná 39,7% das ações Ordinárias Nominativas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Esta aquisição foi autorizada pela Lei n.º 11.963, de 19 de dezembro de 1997, sendo liquidada pelo consórcio Dominó, formado pelas empresas Andrade Gutierrez S.A., Copel, Opportunity Daleth S.A. e pela multinacional francesa Vivendi, em 08 de junho de 1998, na Bolsa de Valores do Paraná. O Acordo de Acionistas preceitua a participação na gestão de negócios e geração de oportunidades de busca tecnológica nas áreas de gestão, construção e operação de sistemas.

Participações Acionárias

	Capital Total 100%	Capital Votante 100%
Outros	0,3	0,3
Prefeituras Municipais	1,7	-
Particulares	10,8	-
Sócios Estratégicos	34,7	39,7
Governo do Paraná	52,5	60

AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS

No planejamento das inversões de longo prazo, para o período compreendido entre 1995 a 2005, a SANEPAR pretende concluir investimentos de R\$ 2 bilhões na ampliação dos seus sistemas.

A meta corporativa prevê o abastecimento com água tratada da totalidade da população urbana dos municípios atendidos pela empresa.

O serviço de coleta e tratamento do esgoto será ampliado para 80% da população urbana dos municípios com população acima de 100.000 habitantes.

Valores em R\$ milhões

Evolução dos Investimentos	1995	1996	1997	1998	1999
Água	34	42	56	92	84
Esgoto	20	66	91	121	116
Total	54	108	147	213	200

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

UNIVERSALIZAÇÃO

INFRA-ESTRUTURA

Campo Mourão

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 46,4 km de rede; 5,7 km de interceptores; estação de tratamento (lagoa 20.000 m³); 4.722 ligações.

Beneficiários – 20.000 pessoas.

Cascavel

Ampliação do sistema de abastecimento de água – Captação rio Cascavel - 900 l/s; 4 estações elevatórias; 11,6 km de adutoras; tratamento - 500 l/s; 2 reservatórios - 5.500 m³; 19 km de rede.

Beneficiários - 170.000 pessoas.

Esgotamento Sanitário - 60 km de rede; 4,5 km de interceptores; 2 estações elevatórias; estação de tratamento – 100 l/s; 2.689 ligações.

Beneficiários – 15.550 pessoas.

Matelândia

Ampliação do sistema de abastecimento de água – captação; 7 estações elevatórias; 8 km de adutoras; tratamento; 2 reservatórios – 450 m³.

Beneficiários – 19.387 pessoas.

Foz do Iguaçu

Ampliação do sistema de abastecimento de água: captação do rio Tamanduazinho – 420 l/s; 8,4 km de adutora; 8 estações elevatórias; 4 km de rede; tratamento – 720 l/s; 6 reservatórios – 4.325 m³.

Beneficiários – 285.000 pessoas.

Esgotamento sanitário – ampliação do sistema em 183 km de rede; 3 estações elevatórias; tratamento 109 l/s; 7.502 ligações.

Beneficiários – 65.610 pessoas.

Chopinzinho

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 3 km de rede; 4,3 km de interceptores; tratamento - 27 l/s; 55 ligações.

Beneficiários – 7.032 pessoas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dois Vizinhos

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 26 km de rede; 7 km de interceptores; tratamento 50 l/s; 944 ligações.
Beneficiários – 13.039 pessoas.

Quedas do Iguaçu

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 38 km de rede; 1.650 ligações.
Beneficiários – 6.100 pessoas.

Clevelândia

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 21,8 km de rede; 4,5 km de interceptores; 1 estação elevatória; tratamento – 30 l/s; 837 ligações.
Beneficiários – 5.610 pessoas.

Guarapuava

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 102 km de rede; 9,7 km de interceptores; 1 estação elevatória; tratamento – 84 l/s; 3.441 ligações.
Beneficiários – 78.469 pessoas.

Irati

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário - 31 km de rede; 1 estação elevatória; tratamento – 40 l/s; 1.431 ligações.
Beneficiários – 24.842 pessoas.

Rio Negro

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 32,8 km de rede; 1,8 km de interceptores; 4 estações elevatórias; tratamento – 42 l/s; 1.172 ligações.
Beneficiários – 8.702 pessoas.

Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário - 655 km de rede, 24,5 km de interceptores; 3 estações elevatórias; 5 estações de tratamento - 827 l/s; 40.450 ligações.
Beneficiários - 202.250 pessoas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Fazenda Rio Grande

Ampliação do sistema de abastecimento de água; captação superficial; 3 estações elevatórias; 8,7 km de adutora; 2 estações de tratamento – 160 l/s; 1 reservatório – 1.000 m³; 38 km de rede.

Beneficiários – 76.136 pessoas.

São José dos Pinhais

Ampliação do sistema de abastecimento de água (distrito industrial) - captação rio Pequeno - 250 l/s; 5,6 km de adutora, 2 estações elevatórias; 88,4 km de rede; tratamento - 100 l/s; 3 reservatórios - 6.140 m³.

Beneficiários - 37.726 pessoas.

Sistema de esgotamento sanitário - 144,5 km de rede; 26,6 km de interceptores e linhas de recalque; 6.982 ligações.

Beneficiários - 35.000 pessoas.

Litoral

Em Matinhos e Faixa Litorânea a ampliação do sistema de abastecimento de água - 2 captações; 16 estações elevatórias; 8,2 km de adutoras; tratamento 400 l/s; 12 reservatórios – 9.000 m³; 63,2 km de rede; 2.417 ligações.

Beneficiários – 150.000 pessoas.

Região Metropolitana de Curitiba

Barragem do Rio Iraí - volume 52 milhões de m³; Implantação de 54,9 km de adutoras; 195,7 km de redes; 17 estações elevatórias; 28.440 m³ de reservação de água tratada e tratamento de 897,59 l/s.

Beneficiários – 700.000 pessoas.

Esgotamento sanitário – implantação de 799,5 km de rede; 451,10 km de interceptores; 3 estações elevatórias e 827 l/s de tratamento de esgoto.

Beneficiários – 200.000 pessoas.

Almirante Tamandaré

Ampliação do sistema de abastecimento de água; 56,5 km de rede; 19 km de adutoras e sub-adutoras; 6 reservatórios - 5.300 m³; 10 estações elevatórias; tratamento 197,59 l/s; 2.279 ligações.

Beneficiários - 85.000 pessoas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Campina Grande do Sul, Quatro Barras e Colombo

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 91,2 km de rede; 16,6 km de interceptores; tratamento 78 l/s; 3.970 ligações.
Beneficiários – 39.000 pessoas.

Curitiba e Região Norte (Karst)

Ampliação do sistema de abastecimento de água - captação em poços; 30,3 km de adutoras; 1 estação elevatória; tratamento 600 l/s; 3 reservatórios - 17.000 m³; 50,8 km de rede.
Beneficiários - 250.000 pessoas.

Ponta Grossa

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 77,6 km de rede; 2 estações de tratamento – 500 l/s; 3.262 ligações.
Beneficiários – 75.000 pessoas.

Campo Magro

Ampliação do sistema de abastecimento de água – captação em poço – 72 m³/h; tratamento; 3 reservatórios – 300 m³; 2 estações elevatórias; 19,6 km de rede.
Beneficiários – 10.530 pessoas.

Castro

Ampliação do sistema de abastecimento de água – captação – 234 m³/h; 2 estações elevatórias; 2,5 km de adutoras; tratamento – 150 l/s; 11 km de rede.
Beneficiários – 49.120 pessoas.
Esgotamento Sanitário – 36,1 km de rede; 1.750 ligações.
Beneficiários – 7.634 pessoas.

Londrina

Ampliação do sistema de abastecimento de água; 1 estação elevatória; 6 reservatórios – 15.900m³; 17,4 km de rede.
Beneficiários – 204.043 pessoas.
Esgotamento Sanitário – ampliação do sistema com 213,5 km de rede; 1 estação elevatória; 2 estações de tratamento – 1.700 l/s; 15.606 ligações.
Beneficiários – 268.000 pessoas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cornélio Procópio

Ampliação do sistema de esgotamento sanitário – 23 km de rede; 2,4 km de interceptores; 6 estações elevatórias; 1.964 ligações.

Beneficiários – 8.670 pessoas.

Maringá

Ampliação do sistema de abastecimento de água – 2 estações elevatórias; 5,7 km de sub-adutora; tratamento – 1.440 l/s; reservatório – 2.000 m³; 17,5 km de rede.

Beneficiários – 200.000 pessoas.

Esgotamento sanitário – 227 km de rede; 2 estações elevatórias; 10.519 ligações.

Beneficiários – 51.345 pessoas.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO DE BIODSÓLIDOS

O Prêmio FINEP de inovação tecnológica reconheceu a competência técnica da SANEPAR na área de pesquisa e desenvolvimento.

Estes trabalhos introduziram inovação tecnológica na pesquisa do aproveitamento agrícola do lodo de esgotos, o que num estado com características agrícolas como o Paraná é de extrema importância.

A SANEPAR vem realizando pesquisas com o lodo de esgoto desde 1988. A operacionalização da reciclagem agrícola do lodo de esgoto já chegou a alguns municípios paranaenses em 1999 e deverá expandir-se no Estado.

A SANEPAR coordena uma rede nacional dentro do Programa de Pesquisa em Saneamento Básico, na área de lodo de esgoto. A geração de conhecimento técnico-científico local se fez, até o momento, com a realização de 8 projetos de pesquisa que envolveram 15 instituições, 150 pesquisadores e investimentos de US\$ 1,3 milhão em 33 subprojetos que definiram os critérios ambientais, agrônômicos e sanitários para garantir a segurança do produto para uso nas condições sócioeconômicas ambientais do Estado.

Com base nesse trabalho foi elaborada a normatização e a sistemática de planejamento denominada Planos de Gerenciamento de Lodo de Esgoto. Seguindo os parâmetros desenvolvidos pela pesquisa foram elaborados os planos para as concessões dos municípios de Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu que implantaram o projeto.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMPROMISSO COM A INOVAÇÃO

Em Curitiba ele está em fase de preparação para implantação. Prevê-se para o ano 2000 a reciclagem de 12.000 toneladas de lodo para utilização por produtores rurais e recuperação de áreas degradadas.

A empresa está voltada para a seleção de novas tecnologias, tanto para a atualização das áreas de operação e gestão, tanto quanto estimula e articula a formação de grupos de pesquisa em nível nacional e internacional.

Tecnologias apropriadas, à gestão da demanda de água começam a ser instrumentalizadas por meio de software de análise matemática, de maneira a se otimizar as decisões de operação.

Intercâmbios com institutos de pesquisa, publicações de trabalhos técnicos como a “revista Sanare”, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias expõem uma interface que facilita e acelera a aquisição de conhecimento, consolidando sua imagem nos meios científicos do saneamento brasileiro e internacional.

CAPITAL HUMANO

Na gestão de qualquer companhia, para obter-se um competente desempenho das pessoas é necessário o estímulo do corpo funcional com total engajamento laborial e com melhoria no nível da qualificação voltada para o negócio.

Na SANEPAR, o ser humano representa diferencial competitivo pois seus colaboradores rapidamente aderiram ao pensamento estratégico voltado para o mercado e oportunidades de negócios, consubstanciando assim o fator decisivo para obtenção dos resultados.

Na melhoria da qualificação de seus profissionais, a Companhia investiu na formação básica com cursos de 1º e 2º graus, estendendo o investimento para o terceiro grau em áreas de interesse estratégico, perseguindo a meta de um quadro funcional formado no mínimo em nível secundário até o ano de 2003. Este programa beneficiou 708 empregados.

Em 1999, a SANEPAR investiu R\$ 2 milhões em treinamento, com a participação de 2.523 empregados, obtendo uma média de 38 horas por empregado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

A SANEPAR possui hoje um dos melhores índices de produtividade no setor (medida pelas ligações de água e esgoto, por empregado e terceiros).

Em 1998, este índice era de 366 ligações por empregado, em 1999 subiu para 474 ligações, desempenho fundamental no conjunto de resultados da empresa.

Se forem considerados somente os empregados efetivos, a relação sobe para 569 ligações em 1998 e 632 ligações em 1999, aproximando-se do Benchmark mundial que é de 700 ligações/empregado.

Também o custo de pessoal em relação à receita operacional apresentou sensível melhoria de resultados: decresceu de 29,7% em 1998 para 24,9% em 1999.

Aproximadamente 85 equipes de melhoria de processo produziram 120 sugestões que foram implementadas, elevando a qualidade e produtividade dos processos analisados.

Ligações de água e esgoto por empregado				
1995	1996	1997	1998	1999
391	441	510	569	632

Quadro de Empregados (Efetivos)				
1995	1996	1997	1998	1999
4.968	4.640	4.216	4.001	3.869

MEIO AMBIENTE

O ano de 1999 foi marcante na história do desenvolvimento de estratégias para a conservação do meio ambiente.

A SANEPAR foi a primeira empresa de saneamento das Américas a conquistar a certificação internacional ISO 14001, num reconhecimento da qualidade técnica e preocupação com o meio ambiente.

A certificação coube ao sistema de gestão ambiental implantado no município de Foz do Iguaçu, avaliado pela empresa de auditoria ambiental ABS - Quality Evaluations, Inc. dos Estados Unidos, que recomendou a certificação para todo o sistema de saneamento daquele município.

O resultado deste trabalho servirá de referência e deverá ser universalizado nas demais unidades da SANEPAR.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia estreou também uma audaciosa estratégia de incentivo à recuperação da qualidade de mananciais, instituindo um Fundo Rotativo de Meio Ambiente – Fundo Azul – com o objetivo de financiar projetos das Unidades de Negócios.

Esses projetos contam com a participação do Poder Concedente, organizações governamentais, entidades científicas de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais e a sociedade organizada.

Neste primeiro ano de existência, quatro projetos geraram ao fundo R\$ 80 mil obtidos por meio das parcerias com outras entidades nas concessões de Campo Mourão, Guarapuava, Toledo e Umuarama.

LEGISLAÇÃO

Consciente de sua responsabilidade pública na conservação ambiental, a SANEPAR firmou Termos de Compromisso para adequação à legislação ambiental com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP para que, num prazo de três anos, se garanta a qualidade dos efluentes das estações de tratamento nos níveis estabelecidos pela legislação do meio ambiente.

Os investimentos para a execução desses projetos são de R\$ 120 milhões e abrangem as estações de tratamento de esgoto de médio e grande porte e todas as estações de tratamento de água existentes.

Por meio de programas educacionais voltados à comunidade, a SANEPAR tem proporcionado o desenvolvimento da consciência da conservação ambiental.

Institucionalmente a empresa está melhorando seus processos operacionais e eliminando impactos ambientais.

CERTIFICAÇÕES E PRÊMIOS

Além do primeiro certificado ISO 14001, a SANEPAR recebeu outras premiações que reconhecem e avalizam a excelência do seu trabalho na área ambiental.

Dentre elas, o prêmio ABES – Qualidade, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, obtido para os sistemas dos municípios de Guarapuava e Paranavaí; o Top de Ecologia – Fernando Pradini; a Revista Expressão concedeu à empresa o Prêmio Expressão de Ecologia, na categoria Educação Ambiental.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PRESENÇA NA COMUNIDADE

Riqueza Econômica Gerada e Distribuída	
Remuneração a Terceiros	R\$ 135 milhões em 1998 e R\$ 157 milhões em 1999 (fornecedores de insumos, bens e serviços)
Remuneração do Trabalho	R\$ 133 milhões em 1998 e R\$ 125 milhões em 1999
Remuneração a Governos	R\$ 42 milhões em 1998 e R\$ 49 milhões em 1999 (impostos, taxas e contribuições)
Remuneração de Capital	R\$ 21 milhões em 1998 e R\$ 30 milhões em 1999 (acionistas)

Dentro da interatividade de relacionamento com a comunidade, a SANEPAR vem institucionalizando Conselhos de Clientes.

Atualmente há dois Conselhos em funcionamento: nos municípios de Cornélio Procópio e Guarapuava.

Como empresa consciente do seu relevante papel social e institucional junto na comunidade onde atua, a SANEPAR tem promovido diversas ações de interação com seu público.

Projetos de Incentivo à Cultura	
Luzes e Cores da Provença	R\$ 150.000,00
Museu da Imagem e do Som em CD ROM	R\$ 27.000,00
Acervo Cinematográfico Sylvio Back	R\$ 13.200,00
Rio Iguaçu – Um Caminho de História	R\$ 5.000,00
Reforma do Auditório Salvador de Ferrante	R\$ 85.000,00
Total	R\$ 280.200,00

IDENTIDADE SANITARISTA

A Companhia tem estratégia institucional permanente de contribuição à educação das pessoas.

Por meio de diversos programas, projetos e atividades, um número superior a 280.000 pessoas, entre estudantes, professores, lideranças comunitárias, empregados e população em geral, receberam informações sobre meio ambiente, sanitarismo e sobre a importância dos recursos hídricos e como utilizá-los.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 1999 foram promovidas 41 exposições em 35 municípios da área de concessão, com participação de mais de 130.000 pessoas.

O Centro de Educação Ambiental nos Mananciais da Serra, atendeu a mais de 6.000 pessoas, em atividades educacionais, trilhas interpretativas e ações comunitárias.

O exercício da identidade sanitaria fez com que a Companhia desse sustentação a um complexo sistema de controle bacteriológico, físico-químico, espectrofotométrico, cromatográfico e hidrobiológico, compreendendo cerca de 330.000 ensaios realizados no ano, garantindo condição ótima para a água fornecida à população.

VALORIZAÇÃO DOS EMPREGADOS

Balanco Social Anual – 1998 / 1999						
1) Base de Cálculo	1998 (valor em R\$ mil)			1999 (valor em R\$ mil)		
1.1 Receita Líquida	516.327			573.774		
1.2 Lucro Operacional	23.007			31.990		
1.3 Folha de Pagamento Bruta	157.759			148.347		
2) Indicadores Laboriais	Valor (R\$ mil)	% sobre 1.2	% sobre 1.1	Valor (R\$ mil)	% sobre 1.2	% sobre 1.1
2.1 Alimentação	13.022	56,6	2,5	12.059	37,7	2,1
2.2 Encargos Sociais Compulsórios	30.767	133,7	6	31.714	99,1	5,5
2.3 Previdência Privada	6.536	28,4	1,3	6.234	19,5	1,1
2.4 Saúde	6.089	26,5	1,2	7.886	24,7	1,4
2.5 Vales-Transporte	960	4,1	0,1	1.022	3,1	0,5
2.6 Participação nos resultados	7.340	31,9	1,4	3.054	9,5	0,1
2.7 Outros Benefícios	664	2,9	0,1	737	2,3	0,1

A SANEPAR também valoriza e reconhece os seus colaboradores, na medida em que garante uma melhor condição social por meio dos planos na área de saúde e previdência.

Estes planos abrangem um contingente de 20.155 beneficiários, em todo o Estado, considerando empregados, aposentados, pensionistas e agregados. O plano principal – Sanesaúde - compartilha interesses, direitos e obrigações entre a Companhia e Empregados, assegurando tranquilidade e promovendo a melhoria de produtividade e harmonia no ambiente de trabalho.

O Sanesaúde fechou o exercício de 1999 com uma adesão de 93% dos titulares, ou seja, 16.901 beneficiários (empregados e dependentes) com 9.840 atendimentos média mensal, tendo 95% de índice de satisfação dos associados. Este plano, no final de 1999, credenciava 6.612 profissionais em todo o Estado e dois convênios especiais de reciprocidade, nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, em parceria com as companhias estaduais de saneamento CASAN e SABESP, assegurando atendimento dos empregados da SANEPAR naqueles Estados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PLANO DE PREVIDÊNCIA

O plano de Previdência - Benefício Definido - multipatrocinado, que a Companhia mantém há 17 anos, atende a 18.637 pessoas, entre as quais 3.811 são participantes ativos, 1.069 são aposentados, 255 pensionistas e 13.502 dependentes.

Ainda em fase de estudos está o Plano de Contribuição Definida para cuja elaboração foram utilizados quatro princípios básicos: o primeiro passo foi exclusão das regras rígidas que o atual plano possuía para lhe dar mais flexibilidade, tais como:

- Desvincular a concessão de aposentadorias da Fusan com o INSS;
- Permitir a adesão ao plano sem a cobrança da jóia;
- Permitir a presença no plano mesmo afastado da SANEPAR, sem pagar a contribuição relativa à patrocinadora;
- Facultar contribuições adicionais ao plano, enfim o participante poderá planejar quanto vai querer receber ao se aposentar.

No exercício de 1999, a Fundação de Previdência apresentou um superávit de R\$ 5.606.125,00 e patrimônio de R\$ 197.882.367,00, resultados que a classificam no 82º lugar no ranking nacional dos Fundos de Pensão, 4º lugar no ranking dos Fundos Paranaenses e o 3º lugar no ranking dos Fundos de Pensão de Companhias Estaduais de Saneamento.

Entre outras ações, a Companhia fez doações a fundos de desenvolvimento da criança e do adolescente, que totalizaram R\$ 88.000,00.

Nesse campo, o trabalho da empresa na contribuição à educação de menores aprendizes recebeu como reconhecimento o Prêmio ABRINQ.

A SANEPAR mantém atualmente 178 estagiários, 36 portadores de restrições físicas e 163 menores no seu quadro de empregados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AGRADECIMENTOS

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR manifesta agradecimento especial ao Governo do Estado do Paraná pela confiança e apoio demonstrados.

Aos colaboradores, extensivo a fornecedores, prestadores de serviço e parceiros o reconhecimento pelo empenho e dedicação oferecidos.

Curitiba, 31 de dezembro de 1999

Conselho de Administração

Giovani Gionédís
Presidente

Ricardo Coutinho de Sena
Vice-Presidente

Miguel Salomão

Hitoshi Nakamura

Armando Martinho Bardou Raggio

Carlos Afonso Teixeira de Freitas

Rodrigo Bhering Andrade

Hamilton Aparecido Gimenes

Diretoria Executiva

Carlos Afonso Teixeira de Freitas
Diretor-Presidente

Fredy Moreinos
Diretor Superintendente

Ricardo Del Guerra Perpétuo
Diretor Financeiro

Jean Marie d'Aspe
Diretor de Operações

Lauro Klas Junior
Diretor de Novos Negócios

Alberto Zocco Junior
Diretor de Relações com o Mercado

Luiz Carlos dos Santos Bueno Filho
Diretor Administrativo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Governo do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, distribuição de água e coleta de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e coleta de esgoto sanitário, presta serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei 6.404/76, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, destacadas na nota seguinte.

A Companhia está divulgando de forma complementar a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, as quais não são requeridas pela legislação vigente. Estas demonstrações objetivam permitir análises adicionais sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

A Companhia efetuou o registro de correção monetária de balanço até 31 de dezembro de 1995, descontinuando este procedimento, em função de não mais ser requerido pela legislação societária.

Adicionalmente, a Companhia não está apresentando demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, por não ser requerido pela atual legislação e pela própria Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Aplicações Financeiras

São demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* apropriados mensalmente;

b) Contas a Receber de Usuários

A composição destes valores incluem as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, não faturadas até 31 de dezembro de 1999, que foram contabilizadas por estimativas, em regime de competência;

c) Provisão para Perdas na Realização dos Créditos

Foram constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de usuários;

d) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao custo de reposição;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 05.

Baseado na NPC-24 do IBRACON – Instituto Brasileiro dos Contadores, a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 305.665 mil, resultante de reavaliações parciais de seu Ativo Imobilizado, registradas em 1990 e 1991, líquido de depreciação acumulada;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Diferido

É registrado pelos gastos incorridos, deduzidos da amortização, calculada à taxa de 10% ao ano;

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes (IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido; Contribuição Social 8% até abril e 12% a partir de maio de 1999, compensada com 1% da COFINS).

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva destes impostos e registrados no ativo realizável e passivo exigível a longo prazo, em função das diferenças temporárias consideradas quando da apuração destes impostos, conforme nota 09;

i) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data das demonstrações, com base nos indicadores e encargos pactuados;

j) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência;

k) Juros sobre o Capital Próprio

Foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, limitados a 50% do resultado do exercício, após a Contribuição Social e antes do Imposto de Renda e da dedução dos referidos juros;

l) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando os Governos Estaduais e Municipais, em condições usuais de mercado;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

m) Demais Práticas Contábeis

São uniformes às adotadas nos exercícios anteriores.

04. CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

A composição em 31 de dezembro era a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	1999	1998
Contas a Receber Vincendas	36.548	34.080
Contas a Receber de Parcelamentos	11.884	10.409
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	27.017	22.931
Contas a Receber Vencidas	71.362	55.450
Total de Contas a Receber	146.811	122.870
Contas a Receber de Usuários - Longo Prazo	(1.683)	(1.406)
Contas a Receber de Usuários - Curto Prazo	145.128	121.464

O saldo vencido em 31 de dezembro de 1999 é assim composto:

Descrição	R\$ mil				
	1999				
	De 1 a 60 dias	De 61 a 180	De 181 a 360	mais de 360	Total
Setor Público					
Municipal	2.722	2.011	6.648	15.428	26.809
Estadual	2.775	2.611	682	8	6.076
Federal	297	174	104	1.395	1.970
	5.794	4.796	7.434	16.831	34.855
Setor Privado	18.351	2.502	5.052	10.602	36.507
Totais	24.145	7.298	12.486	27.433	71.362

O maior nível de inadimplência de consumidores está relacionado ao setor público municipal, o qual não gera créditos suficientes com a Companhia, para viabilizar a prática de encontro de contas que, embora periodicamente realizados, tem sido insuficientes para a compensação total dos valores devidos. Mesmo assim, estão sendo estudadas alternativas de viabilizar esta prática, com a utilização em maior intensidade de serviços executados em obras de expansão de sistemas de água e esgoto com o emprego de mão-de-obra fornecida pelas prefeituras. Assim os valores devidos pela Companhia seriam abatidos das dívidas das prefeituras. Entretanto, como as prefeituras também representam o poder concedente do direito a exploração dos serviços e, em função de aspectos políticos presentes na maioria das negociações, é provável que a realização destes créditos ocorra em prazos superiores aos normalmente praticados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os montantes devidos pelos setores públicos Estadual e Federal são plenamente realizáveis, por meio de negociações e, principalmente, encontro de contas, inclusive com a utilização dos Juros sobre o Capital Próprio imputados aos dividendos creditados ao Estado.

Apesar do crescimento da inadimplência do setor privado, acreditamos que as perdas na realização destes créditos possam ser reduzidas com a implementação de novas políticas de negociação, adotadas pelas gerências das Unidades de Receita.

Considerando os fatos mencionados, a administração da Companhia acredita que os montantes de provisão de R\$ 13.663 mil (R\$ 12.461 mil em 1998) sejam suficientes para cobrir eventuais perdas nas realizações dos créditos.

05. IMOBILIZADO

A composição em 31 de dezembro era a seguinte:

		R\$ mil		
Por Contas			1999	1998
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	
Sistemas de Água	1.218.876	(274.728)	944.148	899.765
Sistemas de Esgoto	628.768	(92.726)	536.042	448.380
Administração	161.631	(92.118)	69.513	62.616
Outras Imobilizações	28.087	(5.428)	22.659	14.609
Obras em Andamento	416.208	-	416.208	423.034
Estoques de Obras	12.834	-	12.834	12.620
Totais	2.466.404	(465.000)	2.001.404	1.861.024

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

						R\$ mil	
Por Natureza				1999		1998	
Descrição	% de Depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação Acumulada		Líquido	
				Do Custo	Reavaliação		
Terrenos	-	20.982	-	-	-	20.982	18.016
Poços	5%	27.239	-	(10.371)	-	16.868	11.838
Barragens	3%	19.474	9.318	(7.541)	(3.350)	17.901	18.544
Construções Cíveis	2%	457.571	47.092	(66.447)	(11.620)	426.596	400.789
Benfeitorias	2%	1.409	-	(307)	-	1.102	973
Tubulações	2 a 5%	754.129	344.527	(97.634)	(80.302)	920.720	829.442
Ligações Prediais	5%	130.067	-	(56.690)	-	73.377	66.819
Instalações	10%	5.683	-	(3.220)	-	2.463	2.456
Hidrômetros	10%	55.651	-	(30.493)	-	25.158	19.238
Macromedidores	10%	938	-	(469)	-	469	550
Equipamentos	10%	84.002	-	(47.549)	-	36.453	33.663
Móveis e Utensílios	10%	12.400	-	(7.183)	-	5.217	5.696
Equipamentos de Informática	20%	18.021	-	(8.847)	-	9.174	7.488
Programas de Informática	20%	2.969	-	(707)	-	2.262	860
Ferramentas	20%	277	-	(237)	-	40	42
Veículos	20%	25.979	-	(21.027)	-	4.952	3.229
Máquinas, Tratores e Simil.	25%	11.206	-	(11.000)	-	206	213
Direito Uso de Transmissão	-	117	-	(6)	-	111	91
Obras em Andamento	-	416.208	-	-	-	416.208	423.034
Estoques de Obras	-	12.834	-	-	-	12.834	12.620
Depósitos Judiciais	-	8.311	-	-	-	8.311	5.423
Totais		2.065.467	400.937	(369.728)	(95.272)	2.001.404	1.861.024

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991, conforme indicado acima, e decidiu manter registrados os montantes remanescentes da reavaliação, visto que os bens reavaliados estão registrados a valores razoáveis de mercado e são plenamente recuperáveis pelas operações da Companhia. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de reavaliação.

A depreciação contabilizada no exercício foi de R\$ 55.666 mil (R\$ 53.750 mil em 1998) e a amortização sobre itens do imobilizado totalizou R\$ 344 mil (R\$ 208 mil em 1998).

Na execução de parte de obras prioritárias houve necessidade de desapropriações e instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos processos encontram-se em andamento e os valores correspondentes, no montante de R\$ 8.311 mil depositados judicialmente. Estes depósitos estão incluídos no grupo de outras imobilizações, aguardando decisão judicial que, se desfavorável à Companhia, serão incorporados ao custo de aquisição dos terrenos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

06. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos a Curto e a Longo Prazo em 31 de dezembro era a seguinte:

R\$ mil					
Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Vencimento Final	1999	1998
Repasse do Banestado (BID e BIRD):					
Paraná Urbano – BID	8 a 10,14%	TR	2006	42.883	26.731
BIRD/FDU/PEDU	9,20%	TR	2009	87.636	91.927
BIRD/PROSAM	6,03%	US\$	2007	86.680	55.222
Caixa Econômica Federal – CEF	5 a 12,00%	TR	2019	237.456	193.447
Banco do Brasil S.A.	7,504%	TR	2014	312.015	306.271
Pref. Do Município de Maringá – CEF/CURA	6,00%	TR	2014	487	481
Empreiteiros – Parcerias	5,84 a 7,72%	TJLP	2004	28.966	16.391
Subtotais				796.123	690.470
Parcelas Vencíveis a Curto Prazo				(67.698)	(48.507)
Parcelas Vencíveis a Longo Prazo				728.425	641.963

Os financiamentos para o Imobilizado Técnico estão garantidos por avais do Governo do Estado do Paraná e direitos sobre tarifas de abastecimento de água e esgoto sanitário. Parte do sistema de abastecimento de água de Curitiba está em garantia por empréstimos na Caixa Econômica Federal na forma de penhor industrial, no montante de R\$ 145.185 mil.

As variações cambiais decorrentes da desvalorização do real em relação ao dólar, no montante de R\$ 28.824 mil, foram reconhecidas integralmente no resultado do exercício de 1999.

O montante de longo prazo apresenta a seguinte composição de vencimento:

R\$ mil		
Anos de Vencimento	1999	1998
2000	-	45.796
2001	58.268	44.023
2002	58.168	45.105
2003	59.070	47.063
2004	59.005	47.799
2005	58.472	51.732
2006	62.225	54.839
2007 a 2019	373.217	305.606
Totais	728.425	641.963

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

07. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	1999		R\$ mil 1998	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
COFINS – Parcelamento	16.005	33.909	13.809	43.058
COFINS – Depósito Judicial	4.472	-	3.743	-
COFINS Normal a Pagar	1.799	-	1.027	-
PASEP a Pagar	390	-	334	-
ICMS – Parcelamento	800	534	787	1.312
Imposto de Renda a Pagar	2.766	-	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	740	-	1.709	-
Contribuição Social – Parcelamento	2.537	9.935	2.145	10.616
Outros Tributos a Pagar	355	12	2	12
Totais	29.864	44.390	23.556	54.998

08. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível. Em função da expectativa da decisão e julgamento pelos tribunais competentes, e baseados na opinião dos consultores jurídicos, foram constituídas provisões para contingências, conforme demonstradas a seguir:

Descrição	R\$ mil	
	1999	1998
Cíveis	12.301	3.816
Trabalhistas	9.857	3.634
Subtotais (Curto Prazo)	22.158	7.450
Tributária – Contribuição Social (Longo Prazo)	43.851	39.071
Totais	66.009	46.521

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

09. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	R\$ mil	
	1999	1998
Imposto de Renda	(16.111)	(11.332)
Contribuição Social	-	(2.500)
Realização de Imposto de Renda Diferido	14.178	9.171
Realização de Contribuição Social Diferida	994	3.230
Totais	(939)	(1.431)

(a) A realização de imposto de renda e contribuição social inclui o montante dos créditos tributários registrados no ativo e complementos de provisões passivas para os mesmos tributos, assim como suas respectivas realizações até 31 de dezembro de 1999.

Demonstração da apuração das despesas com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	R\$ mil			
	1999		1998	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	30.078	30.078	21.621	21.621
Adições Permanentes	8.483	6.468	5.440	3.733
Adições Temporárias	70.824	34.316	61.106	26.675
Exclusões Permanentes	(106)	(106)	(9.273)	(1.083)
Exclusões Temporárias	(14.750)	(9.188)	(11.860)	(6.299)
Lucro Real Ajustado	94.529	61.568	67.034	44.647
Compensação Prej. Fiscais (30% do Lucro Real)	(28.359)	(12.436)	(20.110)	(13.394)
Lucro Real Base para IR e CS	66.170	49.132	46.924	31.253
Alíquota de IR 15 + 10% e CS 8 e 12%	16.519	5.570	11.707	2.500
Imposto de Renda – Alíquota Reduzida (6%)	160	-	149	-
Compensação de 1% da COFINS	-	(5.570)	-	-
Outros Ajustes (incentivos fiscais)	(568)	-	(524)	-
Total da Despesa com IR e CS	16.111	-	11.332	2.500

A Companhia possui prejuízos fiscais no montante de R\$ 108.575 mil, acumulados até 31 de dezembro de 1999, não reconhecidos como ativo fiscal diferido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	1999			1998	
	Base de Cálculo	Imposto De Renda	Contrib. Social	Imposto de Renda	Contrib. Social
PROVISÕES ATIVAS					
Base de Cálculo Negativa Contr. Social	17.371	-	1.390	-	2.406
Juros e Acréscimos Moratórios de Tributos	45.015	11.254	3.601	10.229	3.273
COFINS – Parcelamentos	23.326	5.832	558	7.656	698
COFINS – Depósitos Judiciais	4.472	1.118	358	944	302
Contingências Cíveis e Trabalhistas	18.425	4.606	1.474	1.863	596
Totais das Provisões Ativas	108.609	22.810	7.381	20.692	7.275
PROVISÕES PASSIVAS					
Lucro Inflacionário – Aliq. Reduzida (6%)	14.667	880	-	1.039	-
Lucro Inflacionário e IRPJ de Anos Ant.	299.145	74.786	-	79.029	-
Saldo Credor Correção Monet. – IPC/BTNf	107.795	26.949	-	31.833	-
Reserva de Reavaliação	305.665	76.416	24.453	79.190	25.341
Totais das Provisões Passivas	727.272	179.031	24.453	191.091	25.341

c) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	1999		1998	
	Imposto de Renda	Contrib. Social	Imposto de Renda	Contrib. Social
Lucro Antes dos Impostos	30.078	30.078	21.621	21.621
Adições Permanentes	8.483	6.468	5.440	3.733
Exclusões Permanentes	(106)	(106)	(9.273)	(1.083)
Base de Cálculo antes da Compensação	38.455	36.440	17.788	24.271
Compensação de Prejuízos Fiscais sem Provisão Ativa	(28.359)	-	(20.110)	-
Base Ajustada	10.096	36.440	(2.322)	24.271
Alíquota de I. Renda 15 + 10% e Cont. Social 8 e 12%	(2.501)	(4.252)	-	(1.942)
Créditos Tributários Constituídos e Ajustes de Alíquotas	-	(324)	(2.685)	2.672
Compensação de 1% da COFINS	-	5.570	-	-
Outros Ajustes (incentivos fiscais)	568	-	524	-
Total da Despesa com IR e CS	(1.933)	994	(2.161)	730

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é composto de 289.836.870 ações ordinárias e 41.428.876 ações preferenciais (289.836.870 ações ordinárias e 37.510.231 ações preferenciais em 31 de dezembro de 1998) sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são asseguradas: direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao Capital Social; e, prioridade no reembolso do Capital Social, na eventual liquidação da Sociedade.

A Companhia aumentou o Capital Social, utilizando recursos destinados para futuro aumento de capital, em 08 de outubro de 1999, no montante de R\$ 6.583 mil, com a emissão de 3.918.645 novas ações preferenciais.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 1999 é de R\$ 2,80 (R\$ 2,67 em 31 de dezembro de 1998);

b) Reservas de Reavaliação

Foi realizada no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$ 11.094 mil (R\$ 11.199 mil em 1998). A realização desta reserva foi efetuada com base nas baixas e depreciações dos bens objetos das reavaliações;

c) Reserva de Lucros a Realizar

A constituição desta reserva, derivada do saldo credor da correção monetária de balanço, foi efetuada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades Anônimas. O montante realizado no exercício de R\$ 2.829 mil (R\$ 2.997 mil em 31/12/98), foi transferido para Lucros Acumulados. A realização desta reserva está baseada na realização do ativo imobilizado;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Reserva para Plano de Investimentos

A Companhia destinou o montante de R\$ 36.441 mil (R\$ 32.295 mil em 31.12.98) dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto;

e) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado.

A administração está propondo a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio neste exercício, em função do resultado apurado. O valor dos referidos juros que foram imputados aos dividendos, resultam num crédito líquido para os acionistas superior aos dividendos mínimos obrigatórios, calculados na forma do Estatuto Social e Legislação Societária, como segue:

Descrição	R\$ mil	
	1999	1998
Lucro antes dos Impostos e dos Juros sobre o Capital Próprio	60.156	43.242
Juros sobre Capital Próprio – Bruto (50% do Lucro)	30.078	21.621
Imposto de Renda na Fonte	(2.068)	(1.457)
Juros sobre o Capital Próprio – Líquidos	28.010	20.164
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(12.416)	(9.532)
Juros sobre o Capital Próprio Excedentes aos Dividendos	15.594	10.632

Os juros sobre o Capital Próprio, por ação, correspondem a R\$ 0,091631 para as ações antigas (R\$ 0,066049 em 31 de dezembro de 1998) e R\$ 0,021144 para as ações integralizadas em outubro de 1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – LEI N.º 9249/95

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei n.º 9249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros foram revertidos na Demonstração do Resultado do Exercício para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

12. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	1999	1998
a) Sistemas de Água		
Pessoal	43.488	48.938
Materiais	18.000	15.844
Serviços de Terceiros	63.042	56.091
Depreciações, Provisões e Amortizações	32.662	31.982
Outros Custos	13.578	12.281
Totais dos Custos de Água	170.770	165.136
b) Sistemas de Esgoto		
Pessoal	5.800	5.504
Materiais	1.172	761
Serviços de Terceiros	7.134	4.730
Depreciações, Provisões e Amortizações	13.228	11.871
Outros Custos	1.634	1.143
Totais dos Custos de Esgoto	28.968	24.009
Totais dos Custos	199.738	189.145

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

	R\$ mil	
Descrição	1999	1998
Comerciais		
Pessoal	18.120	14.563
Materiais	956	639
Serviços de Terceiros	17.257	13.882
Depreciações, Provisões e Amortizações	4.815	4.238
Perdas na Realização de Créditos	1.202	7.960
Outras Despesas	629	3.654
Totais das Despesas Comerciais	42.979	44.936
Administrativas		
Pessoal	80.939	88.754
Materiais	9.926	7.521
Serviços de Terceiros	44.019	44.358
Depreciações, Provisões e Amortizações	17.422	7.020
Perdas na Realização de Créditos	892	2.467
Outras Despesas Administrativas	8.577	11.048
Transferências para Custos e Despesas Comerciais	(13.987)	(15.495)
Despesas Capitalizadas	(22.532)	(25.748)
Totais das Despesas Administrativas	125.256	119.925

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui qualquer contrato de troca de índices (SWAP) e não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como derivativos.

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por investimentos de renda fixa em bancos de primeira linha, com vencimentos inferiores a 90 dias. As taxas praticadas são as usuais de mercado e não representam perdas futuras para a Companhia.

No passivo, os itens financeiros estão representados por financiamentos, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 06, as quais também não representam riscos adicionais para a Companhia, neste momento, exceto pela parcela dos financiamentos vinculada ao US\$ (Dólar).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. FUNDAÇÃO SANEPAR – FUSAN

A SANEPAR é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

A contribuição da patrocinadora foi de 8,51% (8,676% em 1998), sobre a folha de remuneração bruta de todos os empregados e dirigentes, destacando que 3,15% é relativo a contribuições extraordinárias, destinada a cobertura das reservas de tempo passado de serviço dos participantes existentes na data de fundação do plano. A contribuição média dos participantes ativos foi de 5,45% (4,686% em 1998) em relação ao total dos salários de participação, decorrente da aplicação da taxa de 1,5% a 10,4% sobre os salários dos participantes. As receitas da Fundação em 1999 podem ser demonstradas como segue:

Descrição	SANEPAR	Participantes SANEPAR	Outros (a)	R\$ mil	
				1999	1998
Contribuição Normal	3.778	4.269	426	8.473	10.189
Contribuição Especial	2.017	-	-	2.017	1.719
Totais de Receitas da FUSAN	5.795	4.269	426	10.490	11.908

(a) Neste grupo estão incluídas a FUSAN e a Fundação de Assistência Social, e seus empregados.

Conforme indicado no parecer atuarial, os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 13,96% (13,36% em 1998), sobre o total de salários de participação dos participantes inscritos no plano básico de benefícios. A destinação dos valores das contribuições recebidas pode ser demonstrada como segue:

Descrição	% sobre o Salário de Participação	
	1999	1998
Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço	4,80	4,40
Suplem. de Aposentadoria Especial, por Idade e Invalidez	1,17	1,06
Suplementação de Pensão	2,66	2,30
Pecúlio, Auxílios e Devolução de Contribuição	1,20	1,64
Despesas Administrativas	0,98	0,94
Total do Custo Normal	10,81	10,34
Compromissos Especiais Passados	3,15	3,02
Custo Total	13,96	13,36

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As reservas técnicas são determinadas por atuário externo (Atual – Asses. e Consultoria Atuarial S.C. Ltda.), o qual emitiu parecer em janeiro de 2000 (janeiro de 1999 no ano anterior), apresentando a seguinte composição das reservas técnicas:

Descrição	R\$ mil	
	1999	1998
Reservas Matemáticas		
Benefícios Concedidos	104.175	91.049
Benefícios a Conceder		
Benefícios do Plano com Geração Atual	152.022	149.894
Outras Contribuições da Geração Atual	(52.089)	(47.970)
Reserva a Amortizar - Pelas Contribuições Especiais	(24.407)	(25.120)
Total das Reservas Matemáticas - Passivo Atuarial	179.701	167.853
Resultado Acumulado		
Superávit (Déficit) Técnico do Ano	25.889	(20.681)
Superávit (Déficit) Acumulado até o ano anterior	(20.283)	398
Resultado Acumulado	5.606	(20.283)
RESERVAS TÉCNICAS	185.307	147.570

A Fundação Sanepar adota o “Regime de Capitalização” para cálculo e acumulação dos recursos necessários aos seus planos previdenciários. Neste regime, as contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à cobertura, a valor presente, dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a admissão no plano.

As reservas técnicas são determinadas por métodos atuariais, sob responsabilidade de atuário externo, com base no plano de benefício, incluindo os resultados acumulados obtidos pela Fundação.

De acordo com a legislação, eventual insuficiência do plano é de responsabilidade da patrocinadora.

16. SEGUROS

A Companhia, face a natureza de suas atividades operacionais, não possui seguro de seus ativos, exceto para alguns tipos de bens que apresentam riscos:

a) Imóveis com área total de 36.640 m², com cobertura para incêndio, raio, explosão e danos elétricos e com importância segurada de R\$ 13.652 mil;

b) Máquinas, equipamentos e mercadorias, importância segurada de R\$ 735 mil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Demonstração do Fluxo de Caixa

	R\$ mil	
	1999	1998
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	59.217	41.811
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades		
Depreciação e Amortização	57.150	55.111
Custo das Baixas do Ativo Permanente	3.326	2.211
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	1.202	8.632
Juros sobre Financiamentos	65.620	52.204
Variações Monetárias sobre Financiamentos	67.878	46.212
Variações nos Ativos e Passivos		
Aumento de Contas a Receber de Usuários	(23.941)	(23.374)
Aumento (Redução) de Impostos e Contribuições a Recuperar	203	(29.226)
Aumento de Depósitos Judiciais	(7.457)	(4.643)
Aumento (Redução) de Estoques	(2.086)	854
Aumento de Despesas Pagas Antecipadamente	(238)	(56)
Aumento (Redução) de Outros Créditos	2.101	(747)
Redução de Fornecedores	(13.080)	(24.038)
Aumento (Redução) de Impostos e Contribuições a Pagar	(8.708)	21.866
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	327	(218)
Aumento (Redução) de Parcelamentos de Tributos	(10.608)	6.200
Aumento de Contingências Tributárias	4.780	-
Aumento de Contingências Passivas	14.708	2.890
Aumento (Redução) de Outras Contas a Pagar	359	(4.866)
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	210.753	150.823
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação no Imobilizado	(199.716)	(212.932)
Doações e Subvenções (Aplicadas no Imobilizado)	15.420	15.992
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Investimentos	(184.296)	(196.940)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	88.816	127.303
Pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio	(20.267)	(12.446)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(62.854)	(51.665)
Amortizações de Financiamentos	(53.807)	(38.541)
Contribuições para Futuro Aumento de Capital	27.424	24.740
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Financiamentos	(20.688)	49.391
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	5.769	3.274
No Início do Exercício	11.047	7.773
No Final do Exercício	16.816	11.047

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração do Valor Adicionado

	R\$ mil	
	1999	1998
RECEITAS		
Receitas Operacionais	595.374	530.382
Outras Receitas Operacionais	1.872	1.094
Resultado não Operacional	(1.912)	(1.386)
	595.334	530.090
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Produtos Químicos Consumidos	(11.405)	(9.671)
Materiais	(18.649)	(15.094)
Energia Elétrica	(42.818)	(38.810)
Outros Gastos	(81.788)	(57.557)
Perdas de Ativos	(2.094)	(14.215)
	(156.754)	(135.347)
VALOR ADICIONADO BRUTO	438.580	394.743
Depreciação e Amortização	(57.150)	(55.111)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	381.430	339.632
Receitas Financeiras	7.709	6.774
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	389.139	346.406
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	124.956	133.515
Governo	48.615	42.367
Aluguéis	3.037	3.152
Juros e Variações Monetárias	153.314	125.561
Juros sobre Capital	30.078	21.621
Lucros Retidos	29.139	20.190
TOTAL	389.139	346.406

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA

CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS
Diretor-Presidente

RICARDO DEL GUERRA PERPETUO
Diretor Financeiro

FREDY MOREINOS
Diretor Superintendente

ALBERTO ZOCCO JUNIOR
Diretor de Relações com o Mercado

JEAN MARIE d'ASPE
Diretor de Operações

LAURO KLAS JUNIOR
Diretor de Novos Negócios

LUIZ CARLOS DOS SANTOS BUENO FILHO
Diretor Administrativo

CONTADOR

ANTONIO MOACIR POZZOBON
Gerente de Negócios
Unidade de Serviço Contábil
Contador CRC-PR 20.423/O-0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/1999

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

12.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

- 1- Foi suprimido no RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO o quadro **As maiores empresas de saneamento básico do Brasil**, que se encontrava no item GESTÃO;
- 2- Foi suprimido no RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO o quadro **A SANEPAR e algumas das maiores empresas de saneamento básico do Mundo**, que se encontrava no item REESTRUTURAÇÃO E FLEXIBILIDADE;
- 3- Foram corrigidos erros de acentuação, pontuação e ortografia no Relatório da Administração.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	7
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999	8
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998	9
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1997 A 31/12/1997	10
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	11
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	12
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	30
12	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	49

- Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000 Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376				REBOUÇAS	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
80215-900		CURITIBA			PR
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
041	330-3636	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
041	333-8834	-	-		
15 - E-MAIL					
administ@sanepar.pr.gov.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
ALBERTO ZOCCO JUNIOR				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376			REBOUÇAS	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
80215-900	CURITIBA			PR
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
041	330-3636	330-3014	330-3024	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
041	333-8834	-	-	
16 - E-MAIL				
zoccojr@sanepar.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/01/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S. C.		00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
MARCOS ANTÔNIO QUINTANILHA		006.840.298-80

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1-CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3-CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2000	2 31/12/1999	3 31/12/1998
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	289.836.870	289.836.870	289.836.870
2 - Preferenciais	41.428.876	41.428.876	37.510.231
3 - Total	331.265.746	331.265.746	327.347.101
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1-TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2-TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3-NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Estatual
4-CÓDIGO ATIVIDADE
1990300 - Serv.de Água, Saneamento e Gás
5-ATIVIDADE PRINCIPAL
CAPTACAO,TRAT.E DISTR.DE AGUA E COLETA E TRAT.DE ESGOTO
6-TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1-ÍTEM	2-CNPJ	3-DENOMINAÇÃO SOCIAL
--------	--------	----------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1-ÍTEM	2-EVENTO	3-APROVAÇÃO	4-PROVENTO	5-INÍCIO PGTO.	6-TIPO AÇÃO	7-VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	PROPOSTA		Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,2282643818
02	PROPOSTA		Juros Sobre Capital Próprio		PN	0,2282643818
03	PROPOSTA		Dividendo		PN	0,0228264375

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1-DATA	2 - ASSINATURA
23/03/2001	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2000	4 - 31/12/1999	5 - 31/12/1998
1	Ativo Total	2.415.348	2.227.305	2.050.889
1.01	Ativo Circulante	211.501	186.243	151.743
1.01.01	Disponibilidades	24.624	16.816	11.047
1.01.01.01	Caixa e Bancos	11.958	5.429	4.302
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	12.666	11.387	6.745
1.01.02	Créditos	176.583	159.850	133.443
1.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	169.532	145.128	121.464
1.01.02.02	Prov p/Perdas na Realização dos Créditos	(23.087)	(13.663)	(12.461)
1.01.02.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.420	8.570	10.997
1.01.02.04	Depósitos Judiciais	18.619	14.921	7.464
1.01.02.05	Adiantamentos a Empregados	1.695	1.625	1.049
1.01.02.06	Outros	3.404	3.269	4.930
1.01.03	Estoques	9.829	9.131	7.045
1.01.04	Outros	465	446	208
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	45.125	33.799	31.123
1.02.01	Créditos Diversos	45.125	33.799	31.123
1.02.01.01	Contas a Receber de Clientes	1.145	1.683	1.406
1.02.01.02	Imposto de Renda Diferido	36.334	22.810	20.692
1.02.01.03	Contribuição Social Diferida	5.156	7.381	7.275
1.02.01.04	Outros	2.490	1.925	1.750
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	2.158.722	2.007.263	1.868.023
1.03.01	Investimentos	605	605	605
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	605	605	605
1.03.02	Imobilizado	2.153.987	2.001.404	1.861.024
1.03.03	Diferido	4.130	5.254	6.394

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2000	4 - 31/12/1999	5 - 31/12/1998
2	Passivo Total	2.415.348	2.227.305	2.050.889
2.01	Passivo Circulante	284.377	196.325	150.670
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	79.859	67.698	48.507
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	43.264	30.867	13.714
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	30.636	29.864	23.556
2.01.05	Dividendos a Pagar	946	0	100
2.01.06	Provisões	37.280	30.778	16.327
2.01.06.01	Trabalhistas	9.327	8.620	8.877
2.01.06.02	Contingências	27.953	22.158	7.450
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	92.392	37.118	48.466
2.01.08.01	Prestadores de Serviços	0	0	20.966
2.01.08.02	Títulos a Pagar	1.425	1.328	1.250
2.01.08.03	Remuneração sobre o Capital Próprio	71.240	28.017	20.174
2.01.08.04	Salários e Encargos Sociais a Pagar	17.528	5.725	5.141
2.01.08.05	Depósitos e Retenções Contratuais	383	710	76
2.01.08.06	Convênios com Prefeituras	1.344	985	508
2.01.08.07	Outras Contas a Pagar	472	353	351
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.022.207	1.030.270	972.683
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	736.425	728.425	641.963
2.02.01.01	Financiamentos Internos	666.800	654.705	595.244
2.02.01.02	Financiamento Externos	69.625	73.720	46.719
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	253.575	247.335	255.503
2.02.03.01	Imposto de Renda Diferido	167.556	179.031	191.091
2.02.03.02	Contribuição Social Diferida	26.520	24.453	25.341
2.02.03.03	Contingência para Contribuição Social	46.708	43.851	39.071
2.02.03.04	Contingência para Cofins	12.791	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	32.207	54.510	75.217
2.02.05.01	Fornecedores	0	4.806	426
2.02.05.02	Prestadores de Serviços	0	0	13.647
2.02.05.03	Títulos a Pagar	4.156	5.314	6.146
2.02.05.04	Impostos, Taxas e Contribuições	28.051	44.390	54.998
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.108.764	1.000.710	927.536
2.05.01	Capital Social Realizado	444.995	444.995	438.412
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	444.995	444.995	438.412
2.05.02	Reservas de Capital	185.668	134.482	97.030
2.05.02.01	Doações e Subvenções para Investimentos	67.500	60.783	44.172

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000 Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2000	4 -31/12/1999	5 -31/12/1998
2.05.02.02	Créditos para Aumento de Capital	118.168	73.699	52.858
2.05.03	Reservas de Reavaliação	194.480	204.796	212.229
2.05.03.01	Ativos Próprios	194.480	204.796	212.229
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	283.621	216.437	179.865
2.05.04.01	Legal	21.304	14.479	11.519
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	106.217	109.008	111.837
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	156.100	92.950	56.509
2.05.04.07.01	Para Investimentos	156.100	92.950	56.509
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-01/01/2000 a 31/12/2000	4-01/01/1999 a 31/12/1999	5-01/01/1998 a 31/12/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	679.754	595.374	530.382
3.02	Deduções da Receita Bruta	(25.186)	(21.600)	(14.055)
3.02.01	COFINS	(20.701)	(17.668)	(10.608)
3.02.02	PASEP	(4.485)	(3.932)	(3.447)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	654.568	573.774	516.327
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(217.666)	(199.738)	(189.145)
3.05	Resultado Bruto	436.902	374.036	327.182
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(364.600)	(342.046)	(304.175)
3.06.01	Com Vendas	(54.227)	(42.979)	(44.936)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(123.950)	(125.256)	(119.925)
3.06.03	Financeiras	(168.451)	(175.683)	(140.408)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	7.383	7.709	6.774
3.06.03.01.01	Ganhos Financeiros	6.568	5.894	4.852
3.06.03.01.02	Variações Monetárias Ativas	815	1.815	1.922
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(175.834)	(183.392)	(147.182)
3.06.03.02.01	Juros e Encargos financeiros	(76.612)	(82.214)	(78.420)
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	(23.606)	(71.100)	(47.141)
3.06.03.02.03	Juros sobre o Capital Próprio	(75.616)	(30.078)	(21.621)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2.507	1.872	1.094
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(20.479)	0	0
3.06.05.01	Com Provisão p/Contingência Tributária	(20.479)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	72.302	31.990	23.007
3.08	Resultado Não Operacional	(1.291)	(1.912)	(1.386)
3.08.01	Receitas	652	1.414	615
3.08.02	Despesas	(1.943)	(3.326)	(2.001)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	71.011	30.078	21.621
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	1.169	(939)	(1.431)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(11.318)	0	0
3.12.01	Participações	(11.318)	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	75.616	30.078	21.621
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	136.478	59.217	41.811
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	331.265.746	331.265.746	327.347.101
	LUCRO POR AÇÃO	0,41199	0,17876	0,12773
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-01/01/2000 a 31/12/2000	4-01/01/1999 a 31/12/1999	5-01/01/1998 a 31/12/1998
4.01	Origens	362.545	339.840	391.054
4.01.01	Das Operações	237.020	206.989	145.044
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	136.478	59.217	41.811
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	100.542	147.772	103.233
4.01.01.02.01	Depreciações e Amortizações	64.131	57.150	55.111
4.01.01.02.02	Custo das Baixas do Ativo Permanente	1.907	3.326	2.211
4.01.01.02.03	Variações Monetárias de Longo Prazo	34.504	87.296	45.911
4.01.02	Dos Acionistas	44.469	27.424	24.740
4.01.02.01	Adiantamento para Aumento de Capital	44.469	27.424	24.740
4.01.03	De Terceiros	81.056	105.427	221.270
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	61.548	88.816	127.303
4.01.03.02	Incentivos Fiscais	329	1.191	421
4.01.03.03	Doações e Subvenções para Investimentos	6.388	15.420	15.992
4.01.03.04	Parcelamento de Tributos	0	0	6.865
4.01.03.05	Aumento de Prov. p/ Impostos Diferidos	0	0	18.464
4.01.03.06	Transf. do Circulante p/o Exigível L.P.	0	0	39.071
4.01.03.07	Transf. Contas Rec.Clientes p/Circulante	0	0	13.154
4.01.03.08	Contingências Tributárias	12.791	0	0
4.02	Aplicações	425.339	350.995	331.138
4.02.01	No Imobilizado	217.497	199.716	212.932
4.02.02	Imposto de Renda e C.Social Diferidos	11.300	2.224	27.967
4.02.03	Aumento do Realiz.Longo Prazo e Invest.	26	452	365
4.02.04	Realização de Tributos Diferidos	12.456	12.948	0
4.02.05	Em Dividendos e Juros sobre o Capital	76.562	30.078	21.621
4.02.06	Transf. Financiam.de L.P. p/o Circulante	78.977	71.816	56.111
4.02.07	Transf. Obrigações de L.P. p/ Circulante	28.521	33.761	12.142
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(62.794)	(11.155)	59.916
4.04	Variação do Ativo Circulante	25.258	34.500	37.078
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	186.243	151.743	114.665
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	211.501	186.243	151.743
4.05	Variação do Passivo Circulante	88.052	45.655	(22.838)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	196.325	150.670	173.508
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	284.377	196.325	150.670

Divulgação Externa

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000

Serviço Público Federal

VII - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

P - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2000 A 31/12/2000 (Reais Mil.)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	444.995	134.482	204.796	216.437	0	1.000.710
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(10.998)	(2.791)	13.789	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	136.478	136.478
5.07	Destinações	0	0	0	69.975	(146.537)	(76.562)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	6.824	(6.824)	0
5.07.02	Retenção de Lucros	0	0	0	63.151	(63.151)	0
5.07.03	Juros s/o Capital Próprio Propostos	0	0	0	0	(75.616)	(75.616)
5.07.04	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(946)	(946)
5.08	Outros	0	51.186	682	0	(3.730)	48.138
5.08.01	Subvenções para Investimentos	0	6.388	0	0	0	6.388
5.08.02	Adiantament. p/Futuro Aumento de Capital	0	44.469	0	0	0	44.469
5.08.03	Incentivos Fiscais	0	329	0	0	0	329
5.08.04	Realiz. de Tributos s/Res.de Reavaliação	0	0	3.730	0	(3.730)	0
5.08.05	Complemento de Impostos s/ Reavaliação	0	0	(3.048)	0	0	(3.048)
5.09	Saldo Final	444.995	185.668	194.480	283.621	0	1.108.764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	438.412	97.030	212.229	179.865	0	927.536
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	6.583	(6.583)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(11.094)	(2.829)	13.923	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	59.217	59.217
5.07	Destinações	0	0	0	39.401	(69.479)	(30.078)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	2.960	(2.960)	0
5.07.02	Retenção de Lucros	0	0	0	36.441	(36.441)	0
5.07.03	Dividendos Propostos (Juros s/o Capital)	0	0	0	0	(30.078)	(30.078)
5.08	Outros	0	44.035	3.661	0	(3.661)	44.035
5.08.01	Subvenções para Investimentos	0	15.420	0	0	0	15.420
5.08.02	Adiantament. p/Futuro Aumento de Capital	0	27.424	0	0	0	27.424
5.08.03	Incentivos Fiscais - FINOR/FINAM	0	1.191	0	0	0	1.191
5.08.04	Realiz.de Tributos s/ Res.de Reavaliação	0	0	3.661	0	(3.661)	0
5.09	Saldo Final	444.995	134.482	204.796	216.437	0	1.000.710

Divulgação Externa

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

TVI - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

P - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	438.412	55.877	327.959	148.476	0	970.724
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(11.199)	(2.997)	14.196	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	41.811	41.811
5.07	Destinações	0	0	0	34.386	(56.007)	(21.621)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	2.091	(2.091)	0
5.07.02	Retenção de Lucros	0	0	0	32.295	(32.295)	0
5.07.03	Dividendos Propostos (Juros s/o Capital)	0	0	0	0	(21.621)	(21.621)
5.08	Outros	0	41.153	(104.531)	0	0	(63.378)
5.08.01	Subvenções para Investimentos	0	15.992	0	0	0	15.992
5.08.02	Adiantament. p/Futuro Aumento de Capital	0	24.740	0	0	0	24.740
5.08.03	Incentivos Fiscais - FINOR	0	421	0	0	0	421
5.08.04	Impostos Diferidos s/ Res.de Reavaliação	0	0	(104.531)	0	0	(104.531)
5.09	Saldo Final	438.412	97.030	212.229	179.865	0	927.536

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**, levantados em 31 de dezembro de 2000 e 1999, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**, em 31 de dezembro de 2000 e 1999, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.
4. A Companhia está divulgando, de forma complementar, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, com o propósito de permitir análises adicionais às demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações, apesar de não requeridas pela legislação societária brasileira, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2, e em nossa opinião, estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Curitiba, 02 de fevereiro de 2001.



Auditores Independentes S.C.
CRC-2-SP-015199/O-6 "S" PR

Marcos Antônio Quintanilha
Contador CRC SP-132776/O-3 S-PR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas:

Encaminhamos à sua apreciação o Relatório de Administração da companhia, acompanhado das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2000, elaboradas de acordo com a legislação societária, e do parecer dos auditores independentes.

CONTEXTO OPERACIONAL

No cenário nacional, o ano de 2000 foi marcado pela ampliação dos debates – envolvendo governo, sociedade e agentes econômicos – com o objetivo de instituir diretrizes e regras claras para o setor de saneamento básico no país. As novas regras permitirão o aumento dos investimentos nos serviços de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto sanitário, favorecendo a redução das despesas públicas com saúde, a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e a preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, no exercício de 2000, a Sanepar reforçou a estratégia de conduzir os negócios com flexibilidade organizacional para responder de maneira ágil e eficiente às novas exigências do mercado e às mudanças conjunturais. Em outras palavras, a companhia buscou maior competitividade por meio da excelência em produtos e serviços, conquistada com a gestão do conhecimento, a eficiência operacional, o desenvolvimento humano e a permanente atualização tecnológica, tendo como alvo central a plena satisfação dos consumidores. Sem esquecer a responsabilidade ambiental e social, a clareza institucional e o indispensável retorno financeiro aos acionistas e investidores, aspecto fundamental para a perpetuação do negócio.

Alguns indicadores comprovam o acerto dessa estratégia. O lucro líquido do exercício cresceu 130% em relação ao registrado em 1999 com um aumento de 14,2% na receita operacional bruta. O número de ligações de água e esgoto aumentou 3,65% e 12,6%, respectivamente. Os investimentos realizados no ano somaram R\$ 217 milhões.

Em relação à gestão de pessoas, a produtividade chegou a 684 ligações por colaborador efetivo. O valor a ser distribuído aos colaboradores – por meio do Programa de Participação nos Resultados (PPR) –, implantado neste exercício, atingiu R\$ 11,3 milhões.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A recertificação da Unidade de Produção Itaquí-Campo Largo pelas normas ISO 9002 e a manutenção do certificado ISO 14001 para o sistema de Foz do Iguaçu atestam o domínio da empresa para atingir a excelência em qualidade. Do mesmo modo, a conquista do Prêmio Nacional da Qualidade Ambiental – ABES para as unidades de Apucarana e Paranavaí e o Prêmio Empresa Destaque 2000, outorgado pela Sociedade Operadora de Mercados Ativos S.A. (Soma), mostram o compromisso com a evolução da qualidade dos produtos e serviços e com a transparência institucional.

MERCADO

Atuando no setor de saneamento básico há 38 anos, a Sanepar é uma das responsáveis pelo fato do Paraná figurar entre os Estados com os melhores indicadores sociais. A companhia detém a concessão para explorar os serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto em 342 municípios, de um total de 399 existentes no Paraná. Além das sedes municipais, também são atendidos outros 281 distritos, suprimindo um contingente de 7,5 milhões de pessoas com distribuição de água tratada. Com a coleta de esgoto, a empresa atende mais de 3 milhões de pessoas em 142 centros urbanos.

Durante o ano de 2000, a Sanepar aumentou em 1.458 quilômetros (+4,6%) a rede de distribuição de água e em 1.078 quilômetros (+10,92%) a de coleta de esgoto sanitário. Essas ampliações permitiram o incremento de 67.364 novas ligações de água (+3,65%) e 75.639 de esgoto (+12,6%). No total, o volume de água tratada faturada cresceu 2,1%, enquanto o volume de esgoto faturado aumentou 11,6%, em relação ao ano anterior.

Evolução dos Serviços

ÁGUA	1999	2000	CRESCIMENTO	VAR. %
Ligações de Água	1.846.609	1.913.973	67.364	3,6
Rede de Água (km)	31.826	33.284	1.458	4,6
Volume de Água (fat. m ³)	398.123.610	406.575.311	8.451.701	2,1
ESGOTO				
Ligações de Esgoto	600.226	675.865	75.639	12,6
Rede de Esgoto (km)	9.871	10.949	1.078	10,9
Volume de Esgoto (fat. m ³)	156.832.373	175.077.729	18.245.356	11,6

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Esses números revelam o esforço da companhia para reduzir rapidamente o déficit, acumulado ao longo das últimas décadas, na coleta e tratamento de esgoto. Esforço que aparece também quando consideradas em separado as receitas líquidas oriundas dos dois serviços. Enquanto a receita de água, que responde por 71% da receita líquida total, aumentou 13,32%, a receita dos serviços de esgoto (25% da receita total) apresentou um incremento de 23,27%, em comparação com 1999.

Receitas por Categoria

		1997		1998		1999		2000	
		Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Residencial	%	74	69	74	70	75	71	75	71
Comercial	%	14	21	14	20	13	19	13	19
Industrial	%	4	2	4	2	4	2	4	2
Poderes Públicos	%	8	8	8	8	8	8	8	8
Receita Tarifária (R\$ milhões)		344	97	382	113	423	135	480	167
Receita de Serviços		37	5	26	9	27	10	26	7
Total de Receitas Anual		381	102	408	122	450	145	506	174

O índice de atendimento com água tratada subiu de 98% para 99% do total da população urbana na área de abrangência da Sanepar, ao mesmo tempo em que a cobertura com coleta de esgoto subiu de 37% para 40% da população urbana. Nesta direção, a companhia segue firme na meta de capacitar, até 2005, os sistemas de saneamento do Paraná para que a coleta e tratamento de esgoto atinja 60% do total da população urbana do Estado. Na Região Metropolitana de Curitiba e na cidade de Curitiba esses índices devem atingir, respectivamente, 80% e 90%. A meta prevê, também, o tratamento da totalidade do esgoto – hoje o tratamento atinge 90% do que é coletado. Para o atendimento com água tratada, a empresa pretende chegar a 100% da população urbana, até 2005.

INVESTIMENTOS

A ampliação do atendimento com água tratada e coleta de esgoto verificada nos últimos anos é fruto de um ousado programa de investimentos da companhia que aplicou R\$ 939 milhões de reais entre 1995 e 2000. Só no exercício de 2000, os investimentos globais em infra-estrutura atingiram a cifra de R\$ 217 milhões, representando o maior volume de recursos aplicados em um único ano na história da companhia. Do total de recursos aplicados no exercício, R\$ 123 milhões foram destinados aos sistemas de água e R\$ 94 milhões para a coleta e tratamento de esgoto.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores em R\$ milhões

Evolução dos Investimentos	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Água	34	42	56	92	84	123
Esgoto	20	66	91	121	116	94
Total	54	108	147	213	200	217

Entre as principais realizações do ano está a conclusão do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (Prosam). Trata-se de um amplo programa direcionado para a melhoria da qualidade ambiental na Bacia do Alto Iguaçu e que consumiu, em sete anos, R\$ 156 milhões em infra-estrutura. Ao todo foram 1.400 quilômetros de redes de coleta de esgoto e oito estações de tratamento com capacidade para atender um contingente de 650 mil habitantes nos municípios de Curitiba, Araucária, Campo Largo e São José dos Pinhais. Com os recursos do Prosam foi construída a Barragem do Iraí, um reservatório com capacidade de armazenamento de 58 bilhões de litros de água. Além do armazenamento de água para garantir a normalidade do abastecimento nos períodos de estiagem, a barragem tem a finalidade ambiental de controlar as cheias da Bacia, evitando as enchentes em toda a região a jusante do reservatório. Os recursos do Prosam foram utilizados, também, para estudos e monitoramento do Aquífero Karst que, desde o ano passado, fornece água para o sistema integrado de abastecimento de Curitiba, numa vazão média de 200 litros por segundo.

Outras importantes obras de infra-estrutura foram realizadas em diversos municípios paranaenses:

- Londrina – Ampliação das Estações de Tratamento de Esgoto Sul para 956 litros por segundo (l/s) e Norte para 744 l/s, totalizando 1.130 l/s de incremento no conjunto do sistema da cidade. As obras beneficiaram 300 mil habitantes;
- Cascavel – As obras no sistema de água beneficiaram 120 mil pessoas. Foram construídos uma estação de captação para 900 l/s e um módulo da estação de tratamento com capacidade para 250 l/s, além de 9 Km de adutoras e 29 Km de rede de distribuição;
- Foz do Iguaçu – O sistema de esgoto recebeu mais uma estação de tratamento com capacidade para 68 l/s e 190 Km de rede coletora. O sistema de água foi ampliado com 6 Km de adutoras e uma estação de tratamento de 300 l/s. Foram beneficiadas 104 mil pessoas;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Maringá – O sistema de esgoto recebeu 52 Km de rede coletora, enquanto o sistema de água foi ampliado com 18 Km de redes de distribuição, 6 Km de adutoras, e um aumento de 590 l/s na capacidade da Estação de Tratamento de Água. Foram beneficiados 50 mil habitantes;
- Também receberam investimentos os sistemas de água ou esgoto de Umuarama, Guarapuava, Paranavaí, Campo Mourão, Cianorte, Toledo, Balsa Nova, Capanema, Teixeira Soares, Palotina, Cambé, Pitanga, Góioerê, Laranjeiras do Sul, Jandaia do Sul, Cornélio Procópio e Entre Rios.

Nas áreas rurais, investimentos de R\$ 12 milhões permitiram a implantação de 290 sistemas de abastecimento de água, beneficiando diretamente uma população de 81 mil pessoas. A assinatura de 104 convênios com prefeituras municipais atendeu 82 localidades, com a implantação de 153 Km de redes coletoras e 7 mil ligações de esgoto, num investimento de R\$ 5 milhões.

Ainda em relação à ampliação da infra-estrutura, durante o exercício de 2000 teve início um dos mais ambiciosos programas de investimentos da Sanepar. Trata-se do Paranásan, que vai aplicar recursos da ordem de US\$ 390 milhões, em cinco anos. O objetivo do programa é resolver, definitivamente, as deficiências que ainda persistem nos sistemas de água e esgoto da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Estado. As primeiras obras, já iniciadas, compreendem redes de distribuição, reservatórios e a construção da Estação de Tratamento de Água de Iraí. Esta será a maior estação do Estado, com capacidade para tratar até 4.200 litros de água por segundo, o suficiente para atender uma população de 2 milhões de pessoas. Com isso, o abastecimento da região com água potável estará universalizado e garantido nos próximos 10 anos. Para o sistema de esgoto já foram licitadas obras no valor de R\$ 126 milhões, destinadas a atender as regiões de Curitiba e de Almirante Tamandaré. Serão 52 mil novas ligações, mil quilômetros de redes coletoras e interceptores e três estações de tratamento. O Paranásan prevê ainda um projeto de coleta e destinação final das embalagens de agrotóxicos, problema particularmente grave no Paraná, um dos maiores produtores de grãos do país.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Sociedade de economia mista, a Sanepar é controlada pelo Governo do Estado do Paraná e tem importante participação do Consórcio Dominó – formado pelas empresas Andrade Gutierrez S.A., Copel, Opportunity Daleth S.A. e pelo grupo francês Vivendi – como sócio estratégico, que detém 39,7% do capital votante da companhia. O registro como companhia aberta, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi feito em 10 de março de 2000 e, desde o dia 16 daquele mês, os papéis da Sanepar passaram a ser negociados no mercado eletrônico de ativos, pela Sociedade Operadora de Mercados Ativos S.A. (Soma).

Participações Acionárias

	Capital Total 100%	Capital Votante 100%
Outros	0,3	0,3
Prefeituras Municipais	1,0	-
Particulares	11,5	-
Sócios Estratégicos	34,7	39,7
Governo do Paraná	52,5	60,0

Preparada para os desafios do futuro, em plena sintonia com as exigências do mercado, a Sanepar tem pautado sua gestão pela busca de eficiência no uso de insumos e da lucratividade do negócio, garantindo o retorno financeiro aos acionistas e a continuidade dos investimentos. Esta estratégia vem se refletindo, desde 1997, no progressivo aumento do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido.

Em 2000 não foi diferente. Os bons indicadores operacionais são confirmados pelos indicadores financeiros. A companhia encerrou o exercício com um resultado líquido de R\$ 136,5 milhões, o que representa um aumento de 130% em relação aos R\$ 59,2 milhões registrados no exercício de 1999. Trata-se do melhor resultado já obtido em toda a história da Sanepar.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Lucro Líquido – R\$ mil (LL)	(48.142)	(25.816)	22.429	41.811	59.217	136.478
Rentabilidade (LL/PL)	(5,5)	(2,7)	2,3	4,2	6,1	12,9
Patrimônio Líquido Médio – R\$ mil (PL)	870.902	932.377	964.803	986.188	964.123	1.054.737

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita operacional bruta, por sua vez, atingiu R\$ 680 milhões, 14,2% mais do que os R\$ 595 milhões de 1999. No período, os custos e despesas permaneceram estabilizados no patamar de R\$ 357 milhões. Com isso, o EBITDA apresentou um acréscimo de 22,78% em relação a 1999, atingindo o montante de R\$ 323 milhões.

Resultados em R\$ milhões	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receita Operacional Bruta	318	405	483	530	595	680
Custos e Despesas	230	252	288	313	332	357
EBITDA	88	153	195	217	263	323
Deprec. Amortiz. e outras Despesas e Receitas	47	51	54	49	50	56
Despesas Financeiras	103	126	116	125	153	121
Programa de Participação nos Resultados	-	-	-	-	-	11
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	6	8	14	16	22
Realização/Reversão de Impostos	(14)	(5)	(5)	(13)	(15)	(23)
Resultado Líquido	(48)	(25)	22	42	59	136

A evolução das receitas, do EBITDA e do resultado líquido no período refletem o esforço corporativo contínuo para aumentar a eficiência operacional, com a melhoria dos índices de produtividade e a redução dos custos. Em 2000, a produtividade atingiu 557 ligações de água e esgoto por colaborador, considerando o quadro de efetivos e terceirizados, o que representa um aumento de 17,51% em relação ao final do exercício anterior. Considerando-se somente o quadro de colaboradores próprios, esse índice sobe para 684 ligações, aproximando-se do índice de 700 ligações, considerado de excelência mundial. Com o aumento nas receitas e diminuição de 8,22% no quadro geral de colaboradores, os custos com pessoal em relação à receita operacional caíram de 24,9%, em 1999, para 22,7% em 2000.

Ligações de água e esgoto por empregado					
1995	1996	1997	1998	1999	2000
391	441	510	569	632	684

A Sanepar encerrou o exercício de 2000 com um patrimônio líquido de R\$ 1,11 bilhões, 10,79% superior ao registrado em dezembro de 1999. A rentabilidade sobre o patrimônio mais do que duplicou no período, saltando de 6,1% para 12,9%.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A análise desses indicadores econômico-financeiros merece algumas considerações:

- O aumento da receita bruta foi influenciado diretamente pelos reajustes tarifários médios de 10%, obtido em novembro de 1999 e de 3%, em março de 2000;
- O aumento dos custos de vários insumos ao longo do ano tenderia a corroer os ganhos de receita com o reajuste não fosse a preocupação com o uso racional dos insumos e com a eficiência da operação. No exercício, houve um acréscimo de 8,98% no custo dos serviços (aí incluído o fornecimento de energia elétrica, que teve aumento de 15,43% na tarifa), de 26,17% nas despesas comerciais e uma redução de 1,04% nas despesas administrativas. Tiveram índices de aumento elevados os combustíveis (35,32%), os produtos químicos (16,65%), tubos de ferro galvanizado (11,98%), tubos e conexões de PVC (11,84%), entre outros, todos importantes insumos consumidos ao longo da cadeia produtiva da Sanepar;
- A empresa teve a seu favor um cenário de menor variação cambial e menores taxas da TR do que aquelas inicialmente previstas, favorecendo uma melhoria no resultado financeiro líquido de 3,7% em relação ao projetado;
- O reajuste tarifário médio de 10,9%, obtido em dezembro de 2000, só começou a ser praticado a partir de janeiro de 2001, não tendo reflexos sobre as receitas da empresa no exercício de 2000;
- Ao final do exercício, os ativos totais da companhia somavam R\$ 2.415 milhões enquanto que as dívidas chegavam a R\$ 1.307 milhões (dos quais R\$ 816 milhões em financiamentos), representando um endividamento total de 54% sobre os ativos;
- A remuneração aos acionistas de R\$ 77 milhões no exercício de 2000 foi 155 % superior aos R\$ 30 milhões distribuídos no exercício anterior.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TECNOLOGIA

A gestão correta dos recursos hídricos é um dos principais desafios da sociedade atual. Desafio ainda maior para as companhias de saneamento, que dependem desses recursos para a continuidade do seu negócio. Por isso, a Sanepar acompanha os avanços tecnológicos do setor em todo o mundo, além de desenvolver suas próprias soluções para racionalizar ao máximo o uso da água e não comprometer o meio ambiente. Visando otimizar decisões de operações cotidianas, a gestão da demanda de água começou a ser instrumentalizada com melhores equipamentos hidráulicos, com a aplicação de sensoriamento remoto e softwares de análise matemática.

Para reduzir os desperdícios, a companhia iniciou a implantação de um Programa de Telemetria nos grandes consumidores industriais. Trata-se de um sistema que permite, por meio de medidores de alta tecnologia, o acompanhamento do consumo em tempo real, favorecendo a imediata identificação de alterações na quantidade de água utilizada em determinada área. O sistema já foi instalado em mais de 60 empresas na Região Metropolitana de Curitiba, onde está o principal parque industrial do Estado.

A adoção de sistemas de geoprocessamento, por sua vez, está trazendo avanços qualitativos no controle e gerenciamento dos dados operacionais e técnicos da empresa. O sistema permite o inter-relacionamento entre uma base cartográfica digital e um banco de dados cadastrais, o que evita erros de informação e agiliza o atendimento aos consumidores, além de reduzir despesas com visitas e vistorias. O sistema também controla e distribui reclamações, mapeando onde há incidência de cortes, novas ligações e violações na rede.

O desenvolvimento de soluções inovadoras e a aquisição de novos conhecimentos são facilitados pelo intercâmbio com institutos de pesquisa e a publicação de trabalhos técnicos. As causas de vazamentos, por exemplo, vêm sendo cientificamente estudadas e corrigidas num trabalho inédito que envolve toda a cadeia tecnológica, do fornecedor de equipamentos ao consumidor final.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

QUALIDADE

A utilização de políticas de qualidade que conduzam à excelência em produtos e serviços já é uma realidade consolidada na Sanepar. A companhia iniciou a implantação do Processo de Avaliação e Reconhecimento da Excelência da Sanepar (Pares), que avalia as unidades de negócios de acordo com os critérios do Prêmio Nacional da Qualidade, permitindo a identificação das lacunas e pontos fracos em cada unidade, e de eventuais lacunas corporativas. A cada dois anos, as unidades são reavaliadas para verificar se houve avanços. Em 2000, o Pares foi aplicado em 26 unidades da companhia.

Entre os destaques do ano na área da qualidade está o reconhecimento obtido com o Prêmio Nacional da Qualidade no Saneamento (PNQS), concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). Na edição de 2000 do PNQS, a Sanepar recebeu dois troféus, concedidos às unidades de Apucarana, no nível 1, e de Paranavaí, no nível 2. Com a premiação da unidade de Paranavaí, a Sanepar se tornou a primeira empresa pública do país a receber o prêmio nesta categoria, cujos critérios são bem mais rígidos do que no nível 1. Foco no cliente, boas práticas gerenciais e forte envolvimento de toda a equipe foram as receitas utilizadas por essas unidades para conquistar o reconhecimento nacional.

Outro fato relevante diz respeito à recertificação do sistema produtor Itaquí-Campo Largo pelas normas ISO 9002, sem nenhuma não-conformidade junto à entidade certificadora. A unidade já está se adequando à versão 2000 das normas. É importante destacar também a manutenção da certificação pelas normas ISO 14001 no sistema de Foz do Iguaçu, obtida em 1999, sendo o primeiro caso em toda a América Latina de certificação de um sistema completo de água e esgoto.

A companhia deu continuidade ao Programa Escola da Qualidade Sanepar, criado em 1999, em parceria com a PUC-PR, com o objetivo de formar facilitadores da qualidade por meio de um curso com disciplinas específicas da área e visitas técnicas a empresas-referência em gestão da qualidade. Os 58 alunos que já concluíram o curso desenvolveram 39 projetos técnicos. A empresa irá implantar o Programa de Gestão da Qualidade em 52 unidades. Foram feitas ainda ações destinadas ao aprimoramento de instrumentos da qualidade, como o Relatório de Ações Corretivas, Equipes de Melhoria da Qualidade e o Banco de Idéias Sanepar, que atingiram elevados índices de participação demonstrando a disposição e criatividade dos colaboradores em relação à qualidade e produtividade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Uma prova de que a companhia está no caminho da excelência em produtos e serviços veio dos próprios consumidores. A pesquisa de opinião feita pelo Instituto Bonilha, entre os dias 15 de novembro e 22 de dezembro de 2000, apontou o índice de satisfação geral de 66,05%. Um índice considerado bom, especialmente quando comparado com os obtidos por outras organizações que utilizaram a mesma metodologia como a Agência Nacional de Energia Elétrica (62,51%) e os serviços do governo dos Estados Unidos (68,8%). A pesquisa abrangeu 90 municípios e teve 11.066 entrevistas validadas. Foram avaliados itens como qualidade da água, continuidade no fornecimento, qualidade no atendimento (pessoal, telefônico, etc.) e na execução de serviços, entre outros. Pioneira no setor de saneamento brasileiro, pela abrangência e estratificação, a pesquisa servirá para direcionar o planejamento operacional da companhia, além de identificar claramente a percepção dos consumidores sobre a empresa e os serviços prestados.

RECURSOS HUMANOS

A Gestão pelo Comprometimento - modelo de gestão de pessoas adotado pela Sanepar - procura construir um adequado clima organizacional, através da conscientização e do fortalecimento de valores. Esta prática está transformando os colaboradores – comprometidos individual e coletivamente com a busca de resultados – num diferencial competitivo da companhia. A empresa mantém investimentos permanentes em recursos humanos, com diversos programas voltados para a capacitação, o treinamento e a formação educacional de seus 3.784 colaboradores. O nível de satisfação interna, medido por meio de pesquisa feita em setembro de 2000, apontou o índice de 82,17% dos colaboradores satisfeitos.

Quadro de Empregados (Efetivos)					
1995	1996	1997	1998	1999	2000
4.968	4.640	4.216	4.001	3.869	3.784

No primeiro semestre de 2000, teve início o Programa de Desenvolvimento Gerencial, direcionado a diretores, gerentes, demais gestores, multiplicadores e outros formadores de opinião na companhia. Ao longo do ano passaram pelo programa 2.084 colaboradores. Na capacitação e treinamento técnico, administrativo e operacional a empresa investiu R\$ 1,4 milhão. Foram 223.586 horas de treinamento, com uma média de 60 horas por colaborador efetivo. Outras 37.570 horas foram destinadas ao treinamento dos colaboradores terceirizados, numa média de 42 horas por pessoa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A educação formal recebe especial atenção com o Programa de Incentivo à Educação que aplica recursos anuais de R\$ 1 milhão. O programa é destinado a custear a formação escolar dos colaboradores nos níveis elementar e médio (1º e 2º graus), pós-médio, superior, pós-graduação e cursos de idiomas. Em 2000, um total de 1.389 colaboradores freqüentaram as salas de aula, dos quais 1.249 receberam incentivos financeiros da empresa – os outros 140 estudaram em escolas públicas. Com o Programa de Incentivo à Educação, a Sanepar fixou a meta institucional de ter, até o final de 2003, todo quadro funcional com o ensino médio concluído.

Empregados estudando através do Programa de Incentivo a Educação		
CURSO	DEZ/1999	DEZ/2000
1º Grau	15	159
2º Grau	13	148
Pós-médio	34	55
Superior	98	205
Pós-graduação	140	163
Idiomas	410	519

Em 2000, foi lançado o Programa de Participação nos Resultados (PPR), fundamentado no comprometimento de todos com os resultados gerais da companhia através do cumprimento de metas individuais, setoriais e corporativas. Com isso, a Sanepar busca obter o engajamento dos colaboradores na superação das metas estabelecidas, sinalizando uma nova forma de relacionamento com o quadro funcional. Em sua primeira edição foram distribuídos R\$ 11,3 milhões.

Depois de ter realizado benchmarking com diversas empresas e firmado acordo com vários sindicatos, foi instituído o Banco de Horas, implantado em oito unidades durante o ano de 2000.

Na área de segurança do trabalho foram elaborados programas e planos de ações para as situações de risco ou de emergência e realizados treinamentos específicos em prevenção de incêndios, transporte de produtos químicos perigosos e operação dos sistemas de água e esgoto. Em saúde ocupacional, as ações envolveram avaliações de higiene, segurança e ergonomia em diversas unidades, exames periódicos, campanhas de vacinação, e semana de saúde e nutrição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A política de valorização dos colaboradores é reforçada pela Fundação Sanepar de Previdência, que mantém um plano de previdência multipatrocinado, beneficiando 18.423 pessoas entre colaboradores ativos, inativos e dependentes. Com a adesão de 100% dos participantes, em dezembro foi concluído o processo de migração para o FusanPrev, o novo plano de previdência do tipo Contribuição Definida, que substituiu integralmente o plano anterior – de Benefício Definido –, instituído há 18 anos. A Fundação de Previdência tem patrimônio de R\$ 223,1 milhões, ocupando a quarta colocação no ranking dos maiores fundos de pensão do Estado. O plano de saúde Sanesaúde e Programas de Benefícios Especiais da Fundação abrangem um contingente de 19.743 beneficiários e em 2000 realizaram uma média mensal de 14.240 atendimentos. Pesquisa com os beneficiários do Sanesaúde apontou índice de satisfação de 95%.

Em parceria com a Associação dos Empregados da Sanepar (Assesa), a empresa realizou vários eventos de integração e motivação pessoal com atividades esportivas e culturais envolvendo os colaboradores de todas as unidades.

MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

Mais do que simplesmente cumprir a legislação ambiental, a Sanepar busca perpetuar o seu negócio em perfeita sintonia com o conceito de desenvolvimento sustentável. Ou seja, racionalizar ao máximo o uso dos insumos naturais e reduzir ao mínimo os impactos ambientais. Seguindo essa filosofia, em 2000 a companhia iniciou o seu Planejamento Ambiental Estratégico, que vai identificar os principais impactos decorrentes de sua atividade, permitindo estabelecer compromissos e ações que serão transformados em programas e projetos. Esse conjunto de valores e regras irá compor a Agenda Ambiental Corporativa dos próximos dez anos.

O sistema de Foz do Iguaçu – certificado pela ISO 14001 – foi escolhido como modelo para a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em toda a companhia. Assim, os procedimentos, normatizações e aperfeiçoamentos no processo produtivo, utilizados com sucesso em Foz do Iguaçu, estão sendo gradativamente transferidos e adequados para as outras unidades. Por outro lado, o compromisso firmado, em 1999, com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - no qual a Sanepar se comprometeu a adequar a qualidade dos efluentes de suas estações de tratamento à legislação – está sendo rigorosamente cumprido, com várias obras realizadas ao longo do ano.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2000, a Sanepar deu continuidade ao Programa de Educação Ambiental iniciado em 1995 e que hoje é o principal instrumento de disseminação de informações e ações educativas sobre meio ambiente, saúde pública e saneamento, nos âmbitos interno e externo da companhia. A principal ênfase do programa está na mudança de atitude quanto à preservação do meio ambiente e o uso racional da água. Por meio da Rede de Gestores Ambientais, do Centro de Educação Ambiental e de exposições temáticas, o programa atingiu mais de 650 mil pessoas entre colaboradores, familiares, professores, estudantes, lideranças comunitárias e população em geral. Em 2000, sete exposições itinerantes sobre educação ambiental e patrimônio histórico percorreram 58 municípios, sendo visitadas por aproximadamente 386 mil pessoas.

Uma parte importante do Programa de Educação Ambiental é o projeto de resgate e preservação do patrimônio histórico e tecnológico do saneamento no Paraná. Por isso, a Sanepar criou um espaço para abrigar o acervo que já vinha sendo resgatado há 12 anos. São fotos, documentos, objetos e equipamentos do início do século XX que mostram a evolução do saneamento no Estado. Com o espaço, além da preservação da memória do setor, é valorizada a identidade institucional da companhia.

Ainda no aspecto ambiental teve continuidade o programa de recuperação e conservação de mananciais, viabilizado pelo Fundo Rotativo de Meio Ambiente, o Fundo Azul, criado em 1999. O Fundo Azul financia projetos das unidades de negócios em parceria com outros órgãos governamentais, entidades de pesquisa e ensino e organizações não-governamentais. Também foi ampliado para novos municípios o programa de reciclagem e aproveitamento agrícola do lodo de esgoto. A Sanepar também coordena uma rede nacional de pesquisa na área de lodo de esgoto, dentro do Programa de Pesquisa em Saneamento Básico.

A responsabilidade social, especialmente com relação à saúde pública, é exercida por intermédio de inúmeros programas ou ações voltadas para o bem-estar das comunidades onde a Sanepar está presente. A companhia mantém um complexo sistema laboratorial de controle bacteriológico, químico-físico, espectrofotométrico, cromatográfico e hidrobiológico que garante as condições ideais de qualidade da água consumida pelos paranaenses. Só no ano 2000 foram realizados cerca de 690 mil ensaios. Através de um sistema de monitoramento informatizado é possível verificar a qualidade da água – com todos os parâmetros químico-físicos e biológicos – que está sendo distribuída em cerca de 8 mil pontos de coleta no Estado. O sistema está disponível na intranet corporativa e os dados podem ser obtidos pelos usuários, via telefone, por meio do serviço de atendimento. Como contribuição para minimizar as consequências do acidente ocorrido na refinaria da Petrobras, em Araucária, a companhia efetuou mais de 500 análises da qualidade das águas ao longo do Rio Iguaçu.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reforçando o compromisso com a saúde dos paranaenses, a Sanepar participa, desde novembro de 2000, da implantação do projeto-piloto do Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua). Trata-se de um sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde com o objetivo de coletar, transmitir e disseminar informações que permitam o controle – por parte das secretarias municipais e estaduais de saúde –, da qualidade da água consumida e, conseqüentemente, a prevenção de doenças hídricas. Nesse trabalho, a Sanepar informa ao Sisagua os dados cadastrais e de controle de qualidade dos sistemas administrados por ela. No Paraná, a companhia também mantém parcerias nas áreas técnicas com a Secretaria Estadual de Saúde, facilitando, por exemplo, a identificação de possíveis focos de agentes contaminantes da água e as ações corretivas necessárias.

No processo de interação com a comunidade, a companhia está institucionalizando os Conselhos de Clientes. Ao permitirem uma discussão pró-ativa em torno de temas e ações que interessam à Sanepar e aos consumidores, esses conselhos estão se transformando num dos mais efetivos canais de comunicação com a empresa. Até o final de 2000, já haviam sido instalados cinco conselhos nos municípios de Cornélio Procopio, Guarapuava, Maringá, Paranavaí e União da Vitória.

Riqueza Econômica Gerada e Distribuída	
Remuneração a Terceiros	R\$ 157 milhões em 1999 e R\$ 170 milhões em 2000 (fornecedores de insumos, bens e serviços)
Remuneração do Trabalho	R\$ 125 milhões em 1999 e R\$ 130 milhões em 2000
Remuneração a Governos	R\$ 49 milhões em 1999 e R\$ 73 milhões em 2000 (impostos, taxas e contribuições)
Remuneração de Capital	R\$ 30 milhões em 1999 e R\$ 77 milhões em 2000 (acionistas)

Balanço Social Anual – 1999 / 2000						
1) Base de Cálculo	1999 (valor em R\$ mil)			2000 (valor em R\$ mil)		
1.1 Receita Líquida	573.774			654.568		
1.2 Lucro Operacional	31.990			72.302		
1.3 Folha de Pagamento Bruta	148.347			154.387		
2) Indicadores Laboriais	Valor (R\$ mil)	% sobre 1.2	% sobre 1.1	Valor (R\$ mil)	% sobre 1.2	% sobre 1.1
2.1 Alimentação	12.059	37,7	2,1	9.720	13,4	1,5
2.2 Encargos Sociais Compulsórios	31.714	99,1	5,5	30.781	42,6	4,7
2.3 Previdência Privada	6.234	19,5	1,1	6.256	8,7	1,0
2.4 Saúde	7.886	24,7	1,4	8.617	11,9	1,3
2.5 Vales-Transporte	1.022	3,1	0,5	924	1,3	0,1
2.6 Participação nos resultados	3.054	9,5	0,1	11.318	15,7	1,7
2.7 Outros Benefícios	737	2,3	0,1	6.621	9,2	1,0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No âmbito cultural e educacional a companhia também patrocina diversos projetos, aproveitando os benefícios da Lei de Incentivo à Cultura, do governo Federal. No exercício de 2000, a Sanepar destinou R\$ 100 mil ao Fundo da Criança e do Adolescente e R\$ 376 mil para o financiamento de audiovisuais, apresentações teatrais e musicais, entre outros.

Projetos de Incentivo à Cultura e Fundo da Criança 2000		
Fundo da Criança e do Adolescente	R\$	100.000,00
Bordeline (Audiovisual)	R\$	20.000,00
Conexão Brasil (Audiovisual)	R\$	50.000,00
Aldeia	R\$	10.000,00
Paisagem de Meninos	R\$	30.000,00
O Vampiro e a Polaquinha	R\$	11.884,00
Perdoa-me por me traíres	R\$	8.000,00
Comboio Cultural	R\$	20.000,00
Latina 2000	R\$	107.000,00
9º Festival Espetacular de Teatro de Bonecos	R\$	50.000,00
3ª Bienal Internacional de Fotografia de Curitiba	R\$	50.000,00
9º Concurso Internacional de Presépios Natalinos	R\$	20.000,00
Total	R\$	476.884,00

Em relação à assistência social foram promovidas campanhas como Abrace Este Inverno e Ação Solidária que arrecadaram entre os colaboradores da Sanepar doativos como roupas, alimentos e brinquedos, entregues a entidades de assistência. A companhia também participa ativamente em eventos comunitários locais ou regionais.

PERSPECTIVAS

A Sanepar segue firme com o propósito de aumentar os níveis de atendimento com coleta e tratamento de esgoto, cumprindo as metas previstas para os próximos anos, mantendo os patamares de pleno atendimento com água tratada. Continuará implementando novas tecnologias em gestão e processos, promovendo ações para minimizar as perdas operacionais e investindo nos programas de formação e capacitação de seus quadros. A companhia buscará, também, manter níveis tarifários que dêem sustentação a uma geração de caixa compatível com os investimentos e o retorno aos acionistas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Giovani Gionédis
Presidente

Ricardo Coutinho de Sena
Vice Presidente

Miguel Salomão

Hitoshi Nakamura

Armando Martinho Bardou Raggio

Carlos Afonso Teixeira de Freitas

Rodrigo Bhering Andrade

Hamilton Aparecido Gimenes

José Carlos Irago Garcia

Diretoria Executiva

Carlos Afonso Teixeira de Freitas
Diretor-Presidente

Jean-Marie d'Aspe
Diretor de Operações

Luiz Carlos dos Santos Bueno Filho
Diretor Administrativo

Ricardo Del Guerra Perpetuo
Diretor Financeiro

Alberto Zocco Junior
Diretor de Relações com Investidores

Lauro Klas Junior
Diretor de Novos Negócios

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Governo do Estado do Paraná e de seus Municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário, presta serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999, estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei 6.404/76, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária brasileira, e ainda com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, destacadas na nota seguinte.

A Companhia está divulgando de forma complementar a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, as quais não são requeridas pela legislação vigente. Estas demonstrações objetivam permitir análises adicionais sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

A Companhia efetuou o registro de correção monetária de balanço até 31 de dezembro de 1995, descontinuando este procedimento, em função de não mais ser requerido pela legislação societária.

Adicionalmente, a Companhia não está apresentando demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, por não ser requerido pela atual legislação e pela própria Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todos os valores, apresentados nas demonstrações financeiras padronizadas – DFP, incluindo as notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Aplicações Financeiras

São demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriados mensalmente;

b) Contas a Receber de Clientes

A composição destes valores também incluem as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto de parte do mês de dezembro de 2000, ainda não faturadas, que foram contabilizadas por estimativas, de acordo com o regime de competência, conforme demonstrado na nota 04;

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foram constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao custo de reposição;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 05.

Baseado na NPC-24 do IBRACON – Instituto Brasileiro dos Contadores, aprovada pela Deliberação 183 da CVM, de 19 de junho de 1995, a Companhia mantém registrado o montante de R\$294.667 (R\$305.665 em 31 de dezembro de 1999), resultante de reavaliações parciais de seu Ativo Imobilizado, registradas em 1990 e 1991, líquido de depreciação acumulada;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Diferido

É registrado pelos gastos incorridos, deduzidos da amortização, calculada à taxa de 10% ao ano;

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes (IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido; Contribuição Social 12% em janeiro e 9% a partir de fevereiro de 2000).

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva destes impostos e registrados no ativo realizável e passivo exigível a longo prazo, em função das diferenças temporárias consideradas quando da apuração destes impostos e saldos de prejuízos fiscais compensáveis na apuração de imposto de renda, conforme nota 09;

i) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados;

j) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência;

k) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, sendo que para os juros sobre o capital próprio, foi respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado;

l) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando os Governos Estaduais e Municipais, em condições usuais de mercado;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

m) Demais Práticas Contábeis

São uniformes às adotadas nos exercícios anteriores.

04. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A composição em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2000	1999
Contas a Receber Vincendas	38.962	36.548
Contas a Receber de Parcelamentos	10.250	11.884
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	29.117	27.017
Contas a Receber Vencidas	92.348	71.362
Total de Contas a Receber	170.677	146.811
Contas a Receber de Clientes - Longo Prazo	(1.145)	(1.683)
Contas a Receber de Clientes - Curto Prazo	169.532	145.128

O saldo vencido em 31 de dezembro de 2000 é assim composto:

Descrição	2000				1999	
	De 1 a 60 dias	De 61 a 180	De 181 a 360	mais de 360	Total	
Setor Público						
Municipal	2.599	2.148	8.258	23.199	36.204	26.809
Estadual	3.170	2.916	1.377	6	7.469	6.076
Federal	335	212	24	1.376	1.947	1.970
	6.104	5.276	9.659	24.581	45.620	34.855
Setor Privado	21.388	3.869	7.701	13.770	46.728	36.507
Totais	27.492	9.145	17.360	38.351	92.348	71.362

O maior nível de inadimplência de consumidores está relacionado ao Setor Público Municipal, o qual não vem gerando créditos suficientes com a Companhia, para viabilizar a prática de encontro de contas que, embora periodicamente realizados, tem sido insuficientes para a compensação total dos valores devidos. Mesmo assim, estão sendo estudadas alternativas de viabilizar esta prática, com a utilização em maior intensidade de serviços executados em obras de expansão de sistemas de água e esgoto com o emprego de mão-de-obra fornecida pelas prefeituras. Assim os valores devidos pela Companhia seriam abatidos das dívidas das prefeituras. Entretanto, como as prefeituras também representam o poder concedente do direito a exploração dos serviços e, em função de aspectos políticos presentes na maioria das negociações, é provável que a realização destes créditos ocorra em prazos superiores aos normalmente praticados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os montantes devidos pelos setores públicos Estadual e Federal são plenamente realizáveis, por meio de negociações e, principalmente, encontro de contas, inclusive com a utilização dos Juros sobre o Capital Próprio imputados aos dividendos creditados ao Estado.

Apesar do crescimento da inadimplência do setor privado, acreditamos que as perdas na realização destes créditos possam ser reduzidas com a implementação de novas políticas de negociação, adotadas pelas gerências das Unidades de Receita, as quais já vêm gerando resultados positivos e continuam sendo aperfeiçoadas.

Considerando os fatos mencionados, essa administração acredita que os montantes provisionados de R\$23.087 (R\$13.663 em 1999) sejam suficientes para cobrir eventuais perdas nas realizações dos créditos.

05. IMOBILIZADO

A composição em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Por Contas			2000	1999
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	
Sistemas de Água	1.300.791	(308.416)	992.375	944.148
Sistemas de Esgoto	723.872	(108.697)	615.175	536.042
Administração	170.728	(94.426)	76.302	69.513
Outras Imobilizações	31.112	(6.956)	24.156	22.659
Obras em Andamento	434.793	-	434.793	416.208
Estoques de Obras	11.186	-	11.186	12.834
Totais	2.672.482	(518.495)	2.153.987	2.001.404

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Por Natureza						2000	1999
Descrição	% de Depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação Acumulada		Líquido	
				Custo	Reavaliação		
Terrenos	-	22.549	-	-	-	22.549	20.982
Poços	5%	28.825	-	(11.574)	-	17.251	16.868
Barragens	3%	43.865	9.318	(8.448)	(3.769)	40.966	17.901
Construções Cíveis	2%	500.974	47.092	(76.055)	(13.073)	458.938	426.596
Benfeitorias	2%	1.451	-	(336)	-	1.115	1.102
Tubulações	2 a 5%	833.557	344.518	(114.132)	(89.419)	974.524	920.720
Ligações Prediais	5%	142.865	-	(62.802)	-	80.063	73.377
Instalações	10%	7.515	-	(3.760)	-	3.755	2.463
Hidrômetros	10%	61.732	-	(30.006)	-	31.726	25.158
Macromedidores	10%	989	-	(553)	-	436	469
Equipamentos	10%	90.928	-	(51.632)	-	39.296	36.453
Móveis e Utensílios	10%	12.538	-	(7.516)	-	5.022	5.217
Equipamentos de Informática	20%	20.733	-	(11.362)	-	9.371	9.174
Programas de Informática	20%	3.595	-	(1.255)	-	2.340	2.262
Ferramentas	20%	277	-	(237)	-	40	40
Veículos	20%	27.329	-	(21.564)	-	5.765	4.952
Máquinas, Tratores e Simil	25%	11.127	-	(10.981)	-	146	206
Direito de Uso de Transmissão	10%	162	-	(21)	-	141	111
Obras em Andamento	-	434.793	-	-	-	434.793	416.208
Estoques de Obras	-	11.186	-	-	-	11.186	12.834
Outras Imobilizações	-	14.564	-	-	-	14.564	8.311
Totais		2.271.554	400.928	(412.234)	(106.261)	2.153.987	2.001.404

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991, e decidiu manter registrados os montantes remanescentes da reavaliação, visto que os bens reavaliados estão registrados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis pelas operações da Companhia. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de reavaliação.

Na execução de parte de obras prioritárias houve necessidade de desapropriações e instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos processos encontram-se em andamento e os valores correspondentes, no montante de R\$13.529 (R\$8.311 em 31 de dezembro de 1999), depositados judicialmente. Estes depósitos estão incluídos na linha de outras imobilizações, aguardando decisão judicial que, se desfavorável à Companhia, serão incorporados ao custo de aquisição dos terrenos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

06. FINANCIAMENTOS

A composição total do saldo de financiamentos em 31 de dezembro é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Vencimento Final	2000	1999
Repasse do Banestado (BID e BIRD):					
Paraná Urbano – BID	8 a 10,14%	TR	2006	62.590	42.883
BIRD/FDU/PEDU	10,18%	TR	2009	78.971	87.636
BIRD/PROSAM	5,21%	US\$	2007	83.623	86.680
Caixa Econômica Federal – CEF	5 a 12,00%	TR	2019	254.693	237.456
Banco do Brasil S.A.	7,504%	TR	2014	305.560	312.015
Pref. Do Munic. de Maringá – CEF/CURA	6,00%	TR	2014	475	487
Empreiteiros – Parcerias	5,84 a 7,72%	TJLP	2005	30.372	28.966
Subtotais				816.284	796.123
Parcelas Vencíveis a Curto Prazo				(79.859)	(67.698)
Parcelas Vencíveis a Longo Prazo				736.425	728.425

Os financiamentos para o Imobilizado Técnico estão garantidos por avais do Governo do Estado do Paraná e direitos sobre tarifas de abastecimento de água e esgoto sanitário. Parte do sistema de abastecimento de água de Curitiba está em garantia por empréstimos na Caixa Econômica Federal na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185.

O montante de longo prazo apresenta a seguinte composição de vencimento:

Anos de Vencimento	2000	1999
2001	-	58.268
2002	69.109	58.168
2003	68.465	59.070
2004	67.458	59.005
2005	64.993	58.472
2006	65.176	62.225
2007 a 2019	401.224	373.217
Totais	736.425	728.425

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

07. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2000		1999	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
COFINS – Parcelamento	17.550	19.638	16.005	33.909
COFINS – Depósito Judicial	4.472	-	4.472	-
COFINS Normal a Pagar	1.937	-	1.799	-
PASEP a Pagar	420	-	390	-
ICMS – Parcelamento	581	-	800	534
Imposto de Renda a Pagar	-	-	2.766	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.437	-	740	-
Contribuição Social – Parcelamento	2.880	8.401	2.537	9.935
Outros Tributos a Pagar	359	12	355	12
Totais	30.636	28.051	29.864	44.390

08. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível. Em função da expectativa da decisão e julgamento pelos tribunais competentes, e baseados na opinião dos consultores jurídicos, foram constituídas provisões para contingências, consideradas suficientes pela administração, conforme demonstradas a seguir:

Descrição	2000	1999
Cíveis	9.857	9.857
Trabalhistas	18.096	12.301
Subtotais (Curto Prazo)	27.953	22.158
Tributária – Contribuição Social	46.708	43.851
Tributária – COFINS	12.791	-
Subtotais (Longo Prazo)	59.499	43.851
Totais	87.452	66.009

A Companhia possui registrado no ativo circulante o montante de R\$18.619 (R\$14.921 em 31 de dezembro de 1999) relativos a depósitos judiciais, efetuados para garantir o andamento processual das ações. Esses valores referem-se, basicamente, a depósitos recursais e de garantias, vinculados a ações trabalhistas, representando 69% do total dos depósitos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

09. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2000	1999
Imposto de Renda	(17.503)	(16.111)
Contribuição Social	(5.083)	-
Constituição de Imposto de Renda Diferido	19.316	-
Realização de Imposto de Renda Diferido	5.683	14.178
Constituição de Contribuição Social Diferida	914	-
Realização de Contribuição Social Diferida	(2.158)	994
Totais	1.169	(939)

Demonstração da apuração das despesas com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	2000		1999	
	Imposto De Renda	Contribuição Social	Imposto De Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	71.011	71.011	30.078	30.078
Adições Permanentes	22.605	20.829	8.483	6.468
Adições Temporárias	74.837	38.076	70.824	34.316
Exclusões Permanentes	(11.388)	(11.388)	(106)	(106)
Exclusões Temporárias	(50.244)	(44.683)	(14.750)	(9.188)
Lucro Real Ajustado	106.821	73.845	94.529	61.568
Compensações Prej. Fiscais e Bases Negativas	(31.312)	(17.370)	(28.359)	(12.436)
Lucro Real Base para IR e CS	75.509	56.475	66.170	49.132
Alíquota de IR 15 % + 10% e CS 8%, 9% e 12%	18.242	5.083	16.519	5.570
Imposto de Renda – Alíquota Reduzida (6%)	147	-	160	-
Compensação de 1% da COFINS	-	-	-	(5.570)
Outros Ajustes (incentivos fiscais)	(886)	-	(568)	-
Total da Despesa com IR e CS	17.503	5.083	16.111	-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	2000		1999	
	Imposto De Renda	Contribuição Social	Imposto De Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	71.011	71.011	30.078	30.078
Adições Permanentes	22.605	20.829	8.483	6.468
Exclusões Permanentes	(11.388)	(11.388)	(106)	(106)
Base de Cálculo Antes da Compensação	82.228	80.452	38.455	36.440
Compensação de Prejuízos Fiscais	(31.312)	-	(28.359)	-
Base Ajustada	50.916	80.452	10.096	36.440
Alíquota de IR 15 % + 10% e CS 8%, 9% e 12%	(12.706)	(7.241)	(2.501)	(4.252)
Créditos Tributários Constituídos	19.316	914	-	(324)
Compensação de 1% da COFINS	-	-	-	5.570
Outros Ajustes (incentivos fiscais)	886	-	568	-
Total da Despesa com IR e CS	7.496	(6.327)	(1.933)	994
TOTAL LÍQUIDO	1.169		(939)	

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Médio de Realização	2000			1999	
		Base de Cálculo	Imposto De Renda	Contrib. Social	Imposto de Renda	Contrib. Social
PROVISÕES ATIVAS						
Prejuízo Fiscal (i)	2 anos	77.263	19.316	-	-	-
Base de Cálculo Negativa Contr. Social	-	-	-	-	-	1.390
Juros e Acrésc. Moratórios s/ Parcelamentos	3 anos	3.254	814	292	6.130	1.961
Juros e Acrésc. Moratórios s/ Contingências	3 anos	23.353	5.838	2.102	5.124	1.640
COFINS – Parcelamentos	3 anos	12.772	3.193	179	5.832	558
COFINS – Depósitos Judiciais	3 anos	4.472	1.118	403	1.118	358
Contingências Cíveis e Trabalhistas	5 anos	24.220	6.055	2.180	4.606	1.474
Totais das Provisões Ativas		145.334	36.334	5.156	22.810	7.381
PROVISÕES PASSIVAS						
Lucro Inflacionário – Aliq. Reduzida (6%)	5 anos	12.222	733	-	880	-
Lucro Inflacionário – Aliq. Normal (25%)	5 anos	30.732	7.684	-	9.219	-
Saldo Credor Correção Monet. – IPC/BTNf	5 anos	89.830	22.457	-	26.949	-
IRPJ Diferido de Anos Anteriores	31 anos	252.061	63.015	-	65.567	-
Reserva de Reavaliação	27 anos	294.667	73.667	26.520	76.416	24.453
Totais das Provisões Passivas		679.512	167.556	26.520	179.031	24.453

- (i) Refere-se ao reconhecimento de crédito tributário sobre o saldo de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores, líquido dos montantes já compensados até 31 de dezembro de 2000. Esse registro ocorreu somente no exercício 2000, uma vez que, a partir desta data, passaram a existir as condições que possibilitaram à Administração concluir sobre a sua expectativa de realização.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é composto de 331.265.746 ações, sendo 289.836.870 ações ordinárias e 41.428.876 ações preferenciais (sendo a mesma posição em 31 de dezembro de 1999) sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são asseguradas: (i) direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao Capital Social; e (ii) prioridade no reembolso do Capital Social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2000 é de R\$2,99 (R\$2,80 em 31 de dezembro de 1999);

b) Reservas de Reavaliação

Foi realizada no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$10.998 (R\$11.094 em 31 de dezembro de 1999). A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens objetos das reavaliações;

c) Reserva de Lucros a Realizar

A constituição desta reserva, derivada do saldo credor da correção monetária de balanço, foi efetuada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades Anônimas. O montante realizado no exercício de R\$2.791 (R\$2.829 em 31 de dezembro de 1999), foi transferido para Lucros Acumulados. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção da realização do ativo imobilizado;

d) Reserva para Plano de Investimentos

A Companhia destinou o montante de R\$63.151 (R\$36.441 em 31 de dezembro de 1999) dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado.

A administração está propondo a distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio neste exercício, em função do resultado apurado. O valor dos juros que foram imputados aos dividendos, resultam num crédito líquido para os acionistas superior aos dividendos mínimos obrigatórios, calculados na forma do Estatuto Social e Legislação Societária, como segue:

Descrição	2000	1999
Lucro antes dos Impostos e dos Juros sobre o Capital Próprio	146.627	60.156
Juros sobre Capital Próprio – Bruto	75.616	30.078
Imposto de Renda na Fonte	(5.187)	(2.068)
Juros sobre o Capital Próprio – Líquidos	70.429	28.010
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(26.383)	(12.416)
Juros sobre o Capital Próprio Excedentes aos Dividendos	44.046	15.594

Objetivando atender a legislação vigente, a Companhia está destinando o montante de R\$946, a título de dividendos complementares, a serem pagos aos acionistas preferenciais.

Os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio por ação, correspondem a R\$0,228 para as ações ordinárias e R\$0,251 para as ações preferenciais (No exercício de 1999 foram distribuídos R\$0,091 para as ações antigas existentes em 31 de dezembro de 1999 e R\$0,021 para as ações integralizadas em outubro de 1999 existentes em 31 de dezembro de 1999).

11. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – LEI N.º 9249/95

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei n.º 9249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros foram revertidos na Demonstração do Resultado do Exercício para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 26 de setembro de 2000, com base na legislação em vigor, a implantação do PPR – Programa de Participação nos Resultados, a partir do exercício social de 2000.

Os critérios para distribuição de resultados aos empregados da Companhia partem da premissa que, até a obtenção de um lucro líquido de 12% sobre as receitas líquidas, ajustado por alguns componentes do resultado não compartilhado, nenhum valor adicional será distribuído a título de PPR. A partir deste limite, foi aprovado como base para distribuição, 40% do lucro líquido excedente, limitado à 2,5 remunerações. Objetivando a aferição do desempenho e conseqüente divisão do montante a ser distribuído, foram estabelecidas também, regras de performance globais, setoriais e individuais, determinadas e medidas em função do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, resumidas a seguir:

a) Esforço Global

É o critério que reflete o desempenho global da empresa, representando 10% do total a ser distribuído, que será dividido igualmente entre todos os empregados;

b) Esforço Setorial

É o resultado do cumprimento de metas estabelecidas para cada uma das Unidades de Negócio da Companhia, representando 80% do total a distribuir. A Companhia somente pagará integralmente o valor máximo estabelecido, caso todas as Unidades atinjam a totalidade das metas estabelecidas;

c) Esforço Individual

Este critério está atrelado a uma avaliação anual a que foram submetidos todos os colaboradores, com exceção daqueles que exercem funções de chefia ou correlatas, como gerentes, assistentes e assessores, correspondendo a 10% do total a distribuir.

A Companhia, com base no resultado alcançado e nas regras estabelecidas, contabilizou neste exercício como PPR – Programa de Participação nos Resultados, o montante de R\$11.318, que serão pagos aos empregados em 2001.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2000	1999
a) Sistemas de Água		
Pessoal	41.037	43.488
Materiais	20.390	18.000
Energia Elétrica	44.656	39.332
Serviços de Terceiros	25.099	23.710
Depreciações, Provisões e Amortizações	35.058	32.662
Outros Custos	14.993	13.578
Totais dos Custos de Água	181.233	170.770
b) Sistemas de Esgoto		
Pessoal	7.160	5.800
Materiais	1.591	1.172
Energia Elétrica	2.461	1.826
Serviços de Terceiros	6.841	5.308
Depreciações, Provisões e Amortizações	15.843	13.228
Outros Custos	2.537	1.634
Totais dos Custos de Esgoto	36.433	28.968
Totais dos Custos	217.666	199.738

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME ⇒ **RICARDO DEL GUERRA PERPETUO**

CARGO ⇒ **DIRETOR FINANCEIRO**

DATA DE NASCIMENTO ⇒ 09/12/1962

FORMAÇÃO ⇒

- Engenharia Civil – Universidade Mackenzie de São Paulo em 1985.
- Pós-graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas em 1988.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ⇒

- Gerente da mesa de aplicações do Banco Cidade (1985/1988).
- Gerente da mesa de aplicações do Banco de Boston (1989/1990).
- Diretor Financeiro da Civilcorp Eng. Constr. e Inc. Ltda (1990/1996).
- Diretor Financeiro da Método Eng. S.A. (1996/1999).
- Diretor Financeiro da SANEPAR desde 09/06/1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME ⇒ **LAURO KLAS JÚNIOR****CARGO** ⇒ **DIRETOR DE NOVOS NEGÓCIOS****DATA DE NASCIMENTO** ⇒ 04/10/1948

FORMAÇÃO ⇒

- Engenharia Civil - Universidade Federal do Paraná em 1972.
- Curso de Extensão Universitária sobre Águas Residuárias e Lagoas de Estabilização - UFPR.
- Técnicas de Previsão de Decisões Gerenciais - Fundação João Pinheiro - Belo Horizonte/MG.
- Curso de Aperfeiçoamento Gerencial APG - AMANA-KEY (MBA Executivo), em São Paulo.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ⇒ Na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR:

- Engenheiro Chefe da Divisão Oeste do Departamento do Interior (1973/1974).
- Chefe do Sistema Curitiba, da Gerência Regional Sul (1976/1979).
- Superintendente Metropolitano (1979/1981).
- Superintendente Regional Sul (1981/1983).
- Gerente de Projetos Norte (1983/1987).
- Gerente de Obras Sul (1987/1988).
- Superintendente Metropolitano (1988/1991).
- Gerente de Projetos da Região Metropolitana (1991/1992).
- Superintendente de Estudos e Projetos (1992/1995).
- Superintendente de Planejamento Técnico (1995/1996).
- Diretor Técnico (1996 - 1997).
- Diretor (1997 - 1998).
- Diretor de Tecnologia (1998).
- Diretor de Novos Negócios desde 27/10/1998.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME ⇒ **JEAN-MARIE d'ASPE**

CARGO ⇒ **DIRETOR DE OPERAÇÕES**

DATA DE NASCIMENTO ⇒ 10/03/1949

FORMAÇÃO ⇒

- Engenheiro Civil – Ecole Nationale Supérieure des Mines

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ⇒

- Engenheiro de Obras: Empresas de Fundações Especiais; Soletanche Entreprise na França; Solperse – Irã (1974/1980).
- Engenheiro Gerente de Saneamento na Compagnie Generale des Eaux na França (1980-1998).
- Responsável do Setor Caen na França (1980/1981).
- Diretor Técnico da Sté Martiniquaise des Eaux nas Antilhas Francesas (1981/1983).
- Chefe do Setor Nice na França (1983/1989).
- Diretor de Saneamento na Cidade de Toulouse na França (1990/1993).
- Diretor Regional Região Sul da França (1993/1998).

Na Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:

- Diretor de Operações desde 09/06/1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME	⇒	LUIZ CARLOS DOS SANTOS BUENO FILHO
CARGO	⇒	DIRETOR ADMINISTRATIVO
DATA DE NASCIMENTO	⇒	11/03/1955
FORMAÇÃO	⇒	• Engenharia Mecânica - Universidade de Mogi das Cruzes - São Paulo/SP em 1979. • Pós-graduação em Engenharia Mecânica pela Lato Sensu: Ecole Nationale Superior D'Arts et Metiers - ENSAM - Paris du Ministere de L'Education Nationale (1982/1983).
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	⇒	• Estágio no Setor de Engenharia de Produtos na Sperry New Holland – Curitiba/PR (1978). • Estágio no Setor de Conservação - Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes – COSIM - São Paulo/SP (1979). • Estágio no Laboratoire Central D'Hydraulique de France, em Merignac, para capacitação em tecnologia em modelos reduzidos com ampliação no Canteiro de Obras - Bordeaux - França (1981). • Estágio na Empresa Spie Batignolles, para formação sobre técnicas hidráulicas. – Paris/França (1982). • Estágio na Degremont Traitement Des Eaux para capacitação em: - todos os campos de tratamento de água; - ação sobre águas residuais, água potável e construção mecânica; - oficinas de caldeiraria e autômatos; - atividades nas estações de tratamento de água e esgotos; - assistência em eletro-mecânica nas obras - Paris/França. • Estágio na Planta de Água - Aruba-Antilhas Holandesas (1984). • Responsável pelos setores de conservação mecânica, conservação elétrica, setor de Caldeira e Supervisão do Setor de Produção da Sadia Joaçaba S/A – Joaçaba/SC (1980/1981). • Engenheiro do Tribunal de Contas do Estado do PR (1983/1985). • Consultor técnico do Tribunal de Contas do PR - (1985/1994). <u>Na Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:</u> • Engenheiro Mecânico (1981/1983). • Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento (1995 – 1997). • Diretor (1997 - 1998). • Diretor Institucional (1998). • Diretor Administrativo desde 27/10/1998.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME ⇒ **ALBERTO ZOCCO JÚNIOR**

CARGO ⇒ **DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

DATA DE NASCIMENTO ⇒ 29/03/1948

FORMAÇÃO ⇒

- Engenharia Civil - Universidade Federal do Paraná em 1972.
- Especialização em Construções Hidráulicas - Universidade Federal do Paraná.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ⇒

- Secretário Geral da ABES/PARANÁ (1989/1993).
- Coordenador de Desenvolvimento Operacional da AESBE – Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (em exercício).
- Diretor do I.E.P. - Instituto de Engenharia do Estado do Paraná (1995/1998).
- Diretor da ABES/Nacional (em exercício).
- Membro do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (em exercício).
- Membro da Coordenadoria de Defesa Civil do Paraná (em exercício).

Na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR:

- Engenheiro de Operações (1972/1973).
- Chefe da Divisão Nordeste (1974/1975).
- Superintendente da Regional Norte (1975/1983).
- Chefe da Divisão de Expansão/SRS (1983/1987).
- Superintendente de Suprimentos (1987/1988).
- Gerente de Desenvolvimento Operacional (1988/1991).
- Engenheiro de Desenvolvimento Operacional (1992/1994).
- Diretor de Operações (1995 - 1997).
- Diretor (1997 – 1998).
- Diretor de Negócios (1998).
- Diretor de Relações com o Mercado (1998-2000).
- Diretor de Relações com Investidores desde 21/02/2000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME ⇒ **INGO HENRIQUE HÜBERT**

CARGO ⇒ **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DATA DE NASCIMENTO ⇒ 17/04/1948

FORMAÇÃO ⇒

- Engenharia Elétrica – Universidade Federal do Paraná.
- Pós-graduação em Engenharia Elétrica – Universidade de Stuttgart – Alemanha.
- Pós-graduação em Administração de Empresas – Fontainebleau, França.
- Curso de Extensão em Desenvolvimento Econômico, Político e Social – Universidade da Califórnia, E.U.A.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ⇒

- Vice-Presidente da Telecomunicações do Paraná S.A. – TELEPAR (1976/1979).
- Diretor de Recursos Humanos da Telecomunicações do Paraná S.A. – TELEPAR (1984/1985).
- Diretor do Grupo Empresarial Tupi, Joinville, SC (1985/1988)
- Diretor da INCEPA – Indústria Cerâmica Paraná S.A. (1988/1991).
- .Diretor Geral da ABS – Indústria de Bombas Centrífugas Ltda. (1991/1995).
- Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, desde 1995.
- Secretário Executivo do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, desde 1999.

Na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR:

- Diretor Presidente (1979/1983)
- Presidente do Conselho de Administração desde 18/09/2001.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME	⇒	MIGUEL SALOMÃO
CARGO	⇒	CONSELHEIRO
DATA DE NASCIMENTO	⇒	02/12/1938
FORMAÇÃO	⇒	• Ciências Sociais -PUC/PR. • Ciências Econômicas - FESP. • Pós-graduação em Economia Internacional – FIPE/USP.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	⇒	• Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1961/1967). • Funcionário do Banco Central do Brasil (1967/1990). • Delegado do Banco Central do Brasil para os Estados do Paraná e Santa Catarina (1981/1990). • Consultor de Política Monetária do Fundo Monetário Internacional (1991/1994). • Secretário de Estado da Fazenda (1995/1997). • Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. • Membro do Conselho de Administração da SANEPAR desde 19/01/1995.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME	⇒	JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO
CARGO	⇒	CONSELHEIRO
DATA DE NASCIMENTO	⇒	06/07/1959
FORMAÇÃO	⇒	• Ciências Econômicas
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	⇒	• Funcionário do ITCF/IAP – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas/Instituto Ambiental do Paraná. • Funcionário da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. • Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP (1995/2000). • Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos a partir de 2000. • Membro do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA. • Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. • Vice-Presidente da ABEMA Sul – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente. • Representante do Paraná na ABEMA – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente. • Presidente do Conselho de Administração do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. • Presidente do Conselho de Administração da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA. • Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA. • Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense – COLIT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME	⇒	ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO
CARGO	⇒	CONSELHEIRO
DATA DE NASCIMENTO	⇒	14/04/1949
FORMAÇÃO	⇒	Medicina - Universidade Federal do Paraná em 1976.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	⇒	- Diretor de Saúde do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Curitiba (1979/1983). - Diretor Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha (atual Instituto de Saúde do Paraná) - Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná (1983/1987). - Assessor da Vice-Reitoria da Universidade Federal do Paraná - Projeto Centro de Articulação Docência-Serviço (1987). - Gerente Geral de Assistência Integral a Saúde - Companhia Siderúrgica Nacional - Volta Redonda/RJ (1988). - Assistente de Direção do Centro de Apoio ao Desenvolvimento das Ações Integradas de Saúde - Secretaria da Saúde de São Paulo (1989). - Assistente de Direção da Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa - Secretaria da Saúde de São Paulo (1990). - Professor Auxiliar de Ensino da Fundação Universidade Regional de Blumenau, disciplinas: Patologia Geral e Saúde Coletiva (1991). - Vice-Presidente da APASEMS - Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde (1992/1993). - Presidente da APASEMS - Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde (1993). - Secretário Municipal de Saúde de Curitiba (1992/1994). - Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba (1992/1994). - Vice-Presidente do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (1993). - Presidente do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (1994). - Secretário de Estado da Saúde do Paraná (1995). - Presidente do CONASS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (1996). - Membro do Conselho de Administração da SANEPAR desde 19/01/1995.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME ⇒ **RICARDO COUTINHO DE SENNA**

CARGO ⇒ **VICE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DATA DE NASCIMENTO ⇒ 04/03/1948

FORMAÇÃO ⇒

- Engenharia Civil - Universidade Federal de Minas Gerais em 1973.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ⇒

- Auxiliar Técnico da Seta Construtora Ltda. - SECON – MG (1971/1972).
- Auxiliar Técnico da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1972/1973).
- Engenheiro de Orçamentos da M. Roscoe S.A. Engenharia Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1973/1974).
- Diretor Administrativo-Financeiro da M. Roscoe do Paraná S.A. – Construções Industriais na sede em Curitiba - PR (1974/1976).
- Diretor Administrativo-Financeiro da M. Roscoe do Paraná S.A. – Construções Industriais na filial em Campinas - SP (1976).
- Gerente Financeiro da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1976/1977).
- Gerente de Orçamentos da M. Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio - B.Hzte. - MG (1977/1981).
- Chefe do Departamento de Orçamento da Construtora Andrade Gutierrez S.A. - B.Hzte. - MG (1981/1992).
- Superintendente de Concessões da Construtora Andrade Gutierrez S.A. - B.Hzte. - MG desde 1993.

Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas, onde a Andrade Gutierrez S.A. tem participação acionária:

- AUTOBAN - Concessionária do Sistema Anhaguera Bandeirantes S.A.
- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
- RODONORTE - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
- Concessionária Via Lagos.
- Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A.
- Barcas S.A.
- Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR desde 18/09/1998.
- Dominó Holdings S.A.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME	⇒	RODRIGO BHERING DE ANDRADE
CARGO	⇒	CONSELHEIRO
DATA DE NASCIMENTO	⇒	08/08/1958
FORMAÇÃO	⇒	• Direito - Universidade de Brasília. • Mestrado em Direito - Yale School.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	⇒	• Advogado Sênior na Empresa Pinheiro Neto Advogados Associados (1985/1990). • Vice-presidente do Grupo de Incorporações e Fusões para América Latina da J P Morgan (1990/1995). • Executivo de investimentos da G P Investimentos (1995/1997). • Membro do Conselho de Administração da Fratelli Vida; J. Macedo Alimentos; Super Mar Supermercados e da Ferrovia Centro Atlântica (1995/1997). • Atualmente é diretor acionista e membro do Conselho de Administração da empresa Santos Brasil S.A. • Membro do Conselho de Administração da SANEPAR desde 18/09/1998.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME ⇒ **JOSÉ CARLOS IRAGO GARCIA**

CARGO ⇒ **CONSELHEIRO**

DATA DE NASCIMENTO ⇒ 23/02/1937

FORMAÇÃO ⇒

- Perito Mercantil pela Escola de Comércio de Vigo, Espanha em 1956.
- Direção de Empresas pelo Instituto de Empresa, Madrid e; The London Business School em 1981

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ⇒

- Diretor na Venezuela de INDUCRET S.A. Indústria de Pré-fabricados de Concreto (1960/1968).
- Diretor de INPLAUCA, Indústria Planificada de la Vivienda na Venezuela (1960/1968).
- Delegado no Brasil e na América do Sul da OTI – Oficina Técnica de Empresas de Ingenieria (1968/1979).
- Diretor Geral de TEDESA, Técnica de Depuración S.A. na Espanha (1980/1993).
- Diretor do Centro Regional do Grupo General de Águas, da CIE. GÉNÉRALE DES EAUX (VIVENDI) na Espanha (1993/1998).
- Diretor Administrativo de TEDESA, Técnica de Depuración S.A. na Espanha (1993/1998).
- Membro do Conselho Diretor de ÁGUAS TORRELA VEGA (1993/1998).
- Diretor Administrativo da CIA. DE ÁGUAS DE PUERTO DE LA CRUZ (1993/1998).
- Delegado no Brasil de PROACTIVA MEDIO AMBIENTE (GRUPO VIVENDI) desde janeiro de 1999.
- Diretor Geral de E.G.S. – Empresa Geral de Serviços (Grupo VIVENDI) desde janeiro de 1999.
- Membro da Diretoria de DOMINÓ HOLDINGS S.A. em representação da VIVENDI, desde janeiro de 1999.
- Membro do Conselho de Administração da SANEPAR desde 21/02/2000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

NOME	⇒	HAMILTON APARECIDO GIMENES
CARGO	⇒	CONSELHEIRO
DATA DE NASCIMENTO	⇒	27/11/1961
FORMAÇÃO	⇒	• Pedagogia - Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense em 1994.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	⇒	• Empregado da SANEPAR desde 03/11/1983.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE AGO	2 - DATA DO EVENTO 27/04/2001	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 18	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 0	5 - ACORDO DE AÇONISTAS SIM	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE AÇONISTAS 04/09/1998					

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS AÇONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1- ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3- CPF/CNPJ			4- NACIONALIDADE		5- UF
6-AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7-%	8-AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10- TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11- %	12- COMP. CAP. SOC. 13- PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14- CONTROLADOR
01 GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ		76.416.940-0001/28		SIM		PR	
173.902.122	60,00	0	0,00	173.902.122	52,49	SIM	
02 DOMINÓ HOLDINGS S/A		02.358.947-0001/02		SIM		PR	
115.106.273	39,71	0	0,00	115.106.273	34,75	NÃO	
97 AÇÕES EM TESOURARIA							
0	0,00	0	0,00	0	0,00		
98 OUTROS							
828.475	0,29	41.428.876	100,00	42.257.351	12,76		
99 TOTAL							
289.836.870	100,00	41.428.876	100,00	331.265.746	100,00		

Divulgação Externa

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais
Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
02	DOMINÓ HOLDINGS S/A	31/12/2000

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7 - %	8-AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9-%	10-AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11-%	12-COMP. CAP. SOC.	
0201	VIVENDI						ESTRANGEIRA
75.578.555	30,00	0	0,00	75.578.555	30,00		
0202	ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.						MG
69.280.342	27,50	0	0,00	69.280.342	27,50	31/12/2000	
0203	OPPORTUNITY DALETH S.A.						SP
69.280.342	27,50	0	0,00	69.280.342	27,50		
0204	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL						PR
37.789.277	15,00	0	0,00	37.789.277	15,00		
0299	TOTAL						
251.928.516	100,00	0	0,00	251.928.516	100,00		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1- ITEM		2- CONTROLADORA / INVESTIDORA				3- DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0202		ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.				31/12/2000	

1- ITEM		2- NOME/RAZÃO SOCIAL			3- CPF/CNPJ		4- NACIONALIDADE		5- UF					
6- AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - % (Unidades)	8-AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - % (Unidades)	10-AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - % (Unidades)	12-COMP.CAP.SOC. (Unidades)						
020201		ANDRADE GUTIERREZ S.A.									17.262.197-0001/30		MG	
43.746.965		99,99	87.493.930	99,99	131.240.895	99,99	31/12/2000							
020202		OUTROS												
38		0,01	66	0,01	104	0,01								
020299		TOTAL												
43.747.003		100,00	87.493.996	100,00	131.240.999	100,00								

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
020201	ANDRADE GUTIERREZ S.A.	31/12/2000

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL						3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7-% (Unidades)	8-AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9-%	10-AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11-%	12-COMP.CAP.SOC.			
02020101	ADMINISTRADORA SANT'ANA						16.741.134-0001/01		MG
163.852.715	33,33	327.705.435	33,34	491.558.150	33,33	31/12/2000			
02020102	ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA						19.135.623-0001/08		MG
163.852.715	33,33	327.705.435	33,33	491.558.150	33,33	31/12/2000			
02020103	ADMINISTRADORA SANTO ESTEVÃO LTDA						27.157.783-0001/78		MG
163.852.715	33,33	327.705.435	33,33	491.558.150	33,33	31/12/2000			
02020104	OUTROS								
7	0,01	0	0,00	7	0,01				
02020199	TOTAL								
491.558.152	100,00	983.116.305	100,00	1.474.674.457	100,00				

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
02020101		ADMINISTRADORA SANT'ANA				31/12/2000					
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8-AÇÕES PREFERENCIAIS9 - % (Unidades)		10-AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11-%		12 - COMP.CAP.SOC.	
0202010101		ANGELA GUTIERREZ				222.329.906-72		BRASILEIRA		MG	
99.570		33,19		0 0,00		99.570		33,19			
0202010102		CRISTINA GUTIERREZ				436.097.836-72		BRASILEIRA		MG	
99.570		33,19		0 0,00		99.570		33,19			
0202010103		ROBERTO GUTIERREZ				150.973.406-63		BRASILEIRA		MG	
99.570		33,19		0 0,00		99.570		33,19			
0202010104		OUROS									
1.290		0,43		0 0,00		1.290		0,43			
0202010199		TOTAL									
300.000		100,00		0 0,00		300.000		100,00			

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3-DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
02020102	ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA	31/12/2000

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5-UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7 - %	8-AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10-AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12-COMP.CAP.SOC.			
0202010201	GABRIEL DONATO DE ANDRADE						000.411.816-20	BRASILEIRA	MG
	4.063	25,67	0	0,00	4.063	25,67			
0202010202	VERA FURTADO DE ANDRADE						538.598.206-72	BRASILEIRA	MG
	4.062	25,67	0	0,00	4.062	25,67			
0202010203	LUCIANA FURTADO DE ANDRADE						510.568.016-20	BRASILEIRA	MG
	1.140	7,20	0	0,00	1.140	7,20			
0202010204	MARILIA FURTADO DE ANDRADE						264.910.446-53	BRASILEIRA	MG
	1.051	6,64	0	0,00	1.051	6,64			
0202010205	LAURA ANDRADE DA CUNHA PEREIRA						420.750.176-20	BRASILEIRA	MG
	1.100	6,95	0	0,00	1.100	6,95			
0202010206	HELOISA FURTADO DE ANDRADE						325.305.956-15	BRASILEIRA	SP
	1.100	6,95	0	0,00	1.100	6,95			
0202010207	FLÁVIO FURTADO DE ANDRADE						124.947.986-04	BRASILEIRA	SP
	1.003	6,34	0	0,00	1.003	6,34			
0202010208	ALVARO FURTADO DE ANDRADE						449.005.116-68	BRASILEIRA	MG
	1.147	7,25	0	0,00	1.147	7,25			
0202010209	PAULO FURTADO DE ANDRADE						327.316.986-91	BRASILEIRA	MG
	1.159	7,33	0	0,00	1.159	7,33			

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA.. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3-DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
02020102	ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA				31/12/2000	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE		5-UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8-AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9-%	10-AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12- COMP.CAP.SOC.
0202010299						
TOTAL						
15.825	100,00	0	0,00	15.825	100,00	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 02020103	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA ADMINISTRADORA SANTO ESTEVÃO LTDA					3-DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2000
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	
0202010301	SERGIO LINS ANDRADE	235.755.577-72	BRASILEIRA	RJ		
361	99,45	0 0,00	361	99,45		
0202010302	OUTROS					
2	0,55	0 0,00	2	0,55		
0202010399	TOTAL					
363	100,00	0 0,00	363	100,00		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 08/10/1999

2 - ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Unidades)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		289.836.870	389.343	389.343
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		41.428.876	55.652	55.652
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			331.265.746	444.995	444.995

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	08/10/1999	444.995	444.995	6.583 Subscrição em Bens ou Créditos	3.915.645	1,6800000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Unidades)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Unidades)

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1-ITEM	2 - PROVENTO	3-APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4-DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5-TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6-LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7-VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8-ESPÉCIE DAS AÇÕES	9-CLASSE DAS AÇÕES	10-MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11-DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	28/04/1999	31/12/1998	41.811	0,0660490496	ORDINÁRIA		19.143	16/06/1999
02	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	28/04/1999	31/12/1998	41.811	0,0660490496	PREFERENCIAL		2.478	16/06/1999
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	25/04/2000	31/12/1999	59.217	0,0916307349	ORDINÁRIA		26.558	21/06/2000
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	25/04/2000	31/12/1999	59.217	0,0916307349	PREFERENCIAL		3.437	21/06/2000
05	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	25/04/2000	31/12/1999	59.217	0,0211444909	PREFERENCIAL		83	21/06/2000
06	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	27/04/2001	31/12/2000	136.478	0,2282643818	ORDINÁRIA		66.159	
07	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	27/04/2001	31/12/2000	136.478	0,2282643818	PREFERENCIAL		9.457	
08	DIVIDENDO	AGO	27/04/2001	31/12/2000	136.478	0,0228264375	PREFERENCIAL		946	

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1-ITEM	2-ESPÉCIE DA AÇÃO	3-CLASSE DA AÇÃO	4-% DO CAPITAL SOCIAL	5-% TIPO DIVIDENDO FIXO	6-% TIPO DIVIDENDO MÍNIMO	7-% TIPO DIVID. CUMULATIVO	8-BASE DE CÁLCULO	9-PREV. REEMBOLSO DE CAPITAL	10-PRÊMIO	11-DIREITO A VOTO
01	ORDINÁRIA		87,49	0,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	SIM	NÃO	SIM
02	PREFERENCIAL		12,51	0,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	SIM	NÃO	NÃO

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
21/02/2001	25,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Divulgação Externa

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	1.383	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2000

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/1999

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/1998

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	11.318	3.054	7.341
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	10.407	9.831	10.471
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	6.256	6.234	6.536
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	136.478	59.217	41.811
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, constituída pela lei estadual nº 4.684, em 23 de janeiro de 1963, como uma sociedade por ações, com a denominação de Companhia de Água e Esgotos do Paraná – Agepar, alterando posteriormente a denominação através da lei estadual n.º 4.878, de 19 de junho de 1964.

Criada inicialmente com o objetivo de realizar estudos e elaborar projetos, orçamentos de obras relativas a novas instalações e ampliação de instalação de água e esgoto sanitário; executar as obras mencionadas; prestar assistência técnica, administrativa e financeira, relativamente a serviços de água e esgoto aos municípios do Estado do Paraná.

A partir de janeiro de 1972, modificou totalmente seu objetivo social, quando incorporou o Departamento de Água e Esgoto do Paraná, e passou a explorar os serviços dos sistemas de água e esgoto de Curitiba e de mais outros 15 municípios. Aderiu no mesmo ano, ao Plano Nacional de Saneamento – PLANASA. Atendia pouco mais de 500 mil habitantes com sistemas de abastecimento de água e não chegavam a 300 mil os habitantes atendidos pelos serviços de esgoto sanitário no Estado do Paraná.

A adoção de um planejamento adequado voltado para a problemática do saneamento básico, modificou esse panorama. Atualmente são atendidas com sistemas de abastecimento de água 623 localidades, sendo 342 sedes municipais e 281 distritos, beneficiando uma população de 7,5 milhões de habitantes, representando 98,8% da população urbana do Estado do Paraná. Os serviços de esgoto sanitário, são prestados em 142 centros urbanos, beneficiando uma população de 3,1 milhões de habitantes, representando 40,5% da população urbana do Estado.

A SANEPAR que em 01/01/2000 contava com 3.869 empregados efetivos, reduziu seu quadro para 3.784 empregados efetivos em 31/12/2000.

A partir do dia 10 de março de 2000, a SANEPAR passou a ser uma empresa de Capital Aberto, com registro para negociação de seus valores mobiliários na SOMA – Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A.

Em novembro de 2000, a SANEPAR recebeu o Prêmio Destaque 2000, concedido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos – SOMA, pelo desempenho de suas ações no mercado e pelo atendimento prestado pela SANEPAR aos associados da SOMA.

A SANEPAR é uma empresa moderna, preocupada com a qualidade de vida das pessoas e com a preservação do meio ambiente. É neste sentido que a empresa detém a certificação ISO 9002 para uma unidade de produção de água e mais recentemente, num reconhecimento da qualidade técnica e preocupação com o meio ambiente, conquistou a certificação ISO 14001, para todo o sistema de Foz do Iguaçu.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A atividade principal da SANEPAR é a atuação em saneamento básico no Estado do Paraná, ou seja, adução, tratamento, reservação e distribuição de água, e coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário. Outros 57 municípios são operados pelos sistemas dos próprios municípios, ou por empresas particulares.

A partir da sanção da Lei n.º 8.987, de 13/02/95 – conhecida como Lei das Concessões – que decretou o fim dos monopólios e liberou os serviços públicos para a iniciativa privada, a SANEPAR vem preparando-se com um modelo de gestão adequado para operar neste cenário de acirramento e competição.

A SANEPAR atua nos sistemas operacionais de água e esgoto dos municípios paranaenses, buscando maior competitividade por meio da excelência em produtos e serviços, conquistadas com a gestão do conhecimento, a eficiência operacional, o desenvolvimento humano e a permanente atualização tecnológica, tendo como alvo central a plena satisfação dos consumidores, sem esquecer a responsabilidade ambiental e social, a clareza institucional e o indispensável retorno financeiro aos acionistas e investidores, aspecto fundamental para a perpetuação do negócio.

O faturamento da SANEPAR é consubstanciado nas suas ligações do tipo residencial, que representam 91,07% do total de ligações de água existentes em 31/12/2000, como demonstrado abaixo:

Tipo de Ligação	n.º de ligações de água	Vol. Faturado de água (m³)
Residencial	1.743.099	338.395.985
Comercial	128.677	36.806.513
Industrial	9.302	10.740.468
Pública	32.895	20.632.345
Total	1.913.973	406.575.311

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

As atividades de abastecimento de água e de coleta de esgoto, concentram dois períodos de sazonalidade em seu ciclo operacional, devido a localização da SANEPAR ser na região sul do Brasil, e o Estado do Paraná possuir características de frio nas estações de outono e inverno. O consumo de água nesta época do ano é reduzido em torno de 5%, quando comparado aos demais meses do ano.

Já nos meses de janeiro e dezembro, devido à época de calor e período de férias, o consumo sofre uma elevação em torno de 5%, sendo o litoral paranaense o maior responsável por esta elevação.

No último exercício social, a SANEPAR aumentou o número de novas ligações de água em 67.364 e o número de novas ligações de esgoto em 75.639. Aumentou também, o volume de m³ de água faturado em 8.451.701 e o volume de m³ de esgoto faturado em 18.245.356. Estes dados demonstram o crescimento da empresa, considerado relevante no processo operacional.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1-ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	70,56
02	COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS	24,54
03	SERVIÇOS RELAC. AO FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO	4,90

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Os processos de produção da SANEPAR, são diferenciados em produção de água e tratamento de esgoto.

O processo de produção de água consiste no desenvolvimento das etapas de captação de água, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, reservação e rede de distribuição de água, conforme descrição a seguir:

- Captação de água, é o início do processo de produção, com a atividade de tomada de água, em rios, barragens ou poços.
- Adução de água bruta, é o transporte da água, por meio de adutora, desde a captação até a estação de tratamento.
- Tratamento de água, é a etapa principal de todo o processo, quando a água bruta recebe os cuidados de decantação (assentamento de partículas sólidas) e tratamento com produtos químicos (carvão ativado, cal, sulfato, cloro, flúor), tornando-a potável de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde – OMS.
- Adução de água tratada, é o transporte da água tratada, por meio de adutora, desde a estação de tratamento de água até os reservatórios.
- Reservação de água, é a acumulação de água em reservatórios para atendimento das necessidades de consumo em horários de pico, proporcionando o fornecimento contínuo de água.
- Rede de distribuição de água, é a canalização interligada que proporciona a distribuição de água entre os reservatórios e o domicílio do usuário.

O processo de tratamento de esgoto consiste no desenvolvimento das seguintes etapas: coleta, tratamento e lançamento final.

- Coleta de esgoto, é o recolhimento do esgoto domiciliar, por meio de rede de esgoto sanitário, instalada a disposição dos usuários.
- Tratamento de esgoto, é a atividade de depuração e tratamento das partes líquida e sólida do esgoto sanitário, em condições de ser devolvida ao meio ambiente.
- Lançamento final, é a última fase do processo de tratamento de esgoto, quando a água já tratada deixa a estação de tratamento de esgoto, e é devolvida a natureza por meio de rios, isenta de poluição e o restante que é a parte sólida (lodo de esgoto), após o devido tratamento pode ser utilizado como fonte de adubação orgânica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A SANEPAR é detentora do certificado de qualidade da série ISO 9002 ABS- Quality Evaluations, Inc., (sistema produtor de Campo Largo), sendo a primeira empresa de saneamento básico da América Latina a obter esta certificação. É também a primeira empresa de saneamento das Américas a conquistar a certificação ISO 14001, (para todo o Sistema de Foz do Iguaçu).

A SANEPAR é a única empresa de saneamento do Brasil a concorrer e ganhar o Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), todos os anos, desde que o Prêmio foi instituído em 1997 pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

O processo de comercialização tem origem no consumo de água praticado pelo usuário em seu domicílio, que é medido mensalmente por meio da leitura do hidrômetro, realizada no domicílio do usuário, e a conseqüente emissão mensal da conta de água e esgoto.

A tarifa de água é cobrada pelo consumo em metros cúbicos, e o esgoto é cobrado em 80% do consumo da água. Para efeito de aplicação da tabela de tarifas, os usuários são classificados nas seguintes categorias: social, residencial, comercial, industrial e pública.

A tabela de tarifas em vigência desde 01 de dezembro de 2000, é a seguinte:

Tarifa Social – é aplicada para usuários de baixa renda que ganhem até dois salários mínimos, possuam residência de até 60 m² e consumam no máximo 10 m³ mensais de água, sendo cobrado o valor fixo de R\$3,80 para o consumo de água. A tarifa de esgoto social é de 50% da tarifa de água.

Tarifa Residencial – é aplicada aos usuários residenciais, na seguinte escala de consumo:

- até 10 m³ mensais de água, é cobrado o valor fixo de R\$10,25;
- de 11 m³ a 30 m³, é cobrado o valor fixo de R\$10,25 mais R\$1,55 por m³ excedente a 10 m³;
- acima de 30 m³, é cobrado o valor fixo de R\$41,25 mais R\$2,65 por m³ excedente a 30 m³.

A tarifa de esgoto residencial é de 80% da tarifa de água.

Tarifa Comercial, Industrial e Pública – é aplicada aos usuários classificados conforme sua categoria, na seguinte escala de consumo:

- até 10 m³ mensais de água, é cobrado o valor fixo de R\$18,50;
- acima de 10 m³, é cobrado o valor fixo de R\$18,50 mais R\$2,10 por m³ excedente a 10 m³.

A tarifa de esgoto é de 80% da tarifa de água.

Para entidades filantrópicas no consumo acima de 10 m³, é cobrado o valor fixo de R\$18,50 mais 50% de R\$2,10 por m³ excedente a 10 m³.

Esta tabela de tarifas por faixa de consumo, está sendo praticada em contas vencíveis a partir de 01 de dezembro de 2000. O reajuste de tarifa normalmente é anual, mediante autorização do Governo Estado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A distribuição de água é efetuada por meio das redes de distribuição de água, e a coleta de esgoto é realizada por meio das redes de esgoto, conforme processo descrito no item 11.01, das IAN - PROCESSO DE PRODUÇÃO.

De acordo com os estatutos sociais, as atividades da SANEPAR não limitam-se ao Estado do Paraná, podendo atuar em outro Estado da nação.

A SANEPAR não promove a exportação de seus produtos, mas surgindo oportunidade poderá fazê-lo. Somente serviços de consultorias são executados fora do país, normalmente na América Latina. Entretanto, as receitas derivadas da prestação destes serviços não são significativas.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A SANEPAR explora os serviços de saneamento básico em 342 municípios dos 399 municípios existente em todo o Estado do Paraná, atende 623 localidades (342 sedes municipais e 281 distritos), possuindo um nível de atendimento da população urbana do Estado de 98,8% em água e de 40,5% em esgoto, correspondendo a uma cobertura de 7,5 milhões de pessoas com abastecimento de água tratada e de 3,1 milhões de pessoas com coleta e tratamento de esgoto.

A SANEPAR é reconhecida internacionalmente por sua tecnologia em matérias relacionadas com água e esgoto, e está se preparando para um ambiente competitivo no mercado nacional. Para tanto promoveu os seguintes ajustes: a) inicialmente adequou o quadro de pessoal à sua necessidade operacional e administrativa, possuindo atualmente o índice de produtividade de 557 ligações de água e esgoto por colaborador, considerando o quadro de efetivos e terceirizados, o melhor índice entre as empresas de saneamento do Brasil; b) implantou nova dimensão estratégica e operacional à estrutura organizacional da empresa, reduzindo os níveis hierárquicos gerenciais de sete para dois, e a quantidade de 240 para os atuais 90 gerentes, criando as Unidades de Negócios; c) os gerentes das Unidades de Negócios firmam “contratos de gestão” com a diretoria da SANEPAR, estabelecendo metas, reduzindo custos e elevando ao máximo a qualidade dos serviços prestados; d) transformou o estatuto social para uma sociedade de capital aberto, com o objetivo de buscar no mercado de capitais recursos necessários para execução de obras de saneamento básico; e) definiu novos ramos de atividades, permitindo atuar em outros segmentos na área de saneamento básico, assim como, ampliou seu território de atuação não limitando-se ao Estado do Paraná.

A SANEPAR vem acompanhando os avanços tecnológicos do setor em todo o mundo, além de desenvolver suas próprias soluções para racionalizar ao máximo o uso da água e não comprometer o meio ambiente. Visando otimizar decisões de operações cotidianas, a gestão da demanda de água começou a ser instrumentalizada com melhores equipamentos hidráulicos, com a aplicação de sensoriamento remoto e softwares de análise matemática.

O desenvolvimento de soluções inovadoras e a aquisição de novos conhecimentos são facilitados pelo intercâmbio com institutos de pesquisa e a publicação de trabalhos técnicos. As causas de vazamentos, por exemplo, vêm sendo cientificamente estudadas e corrigidas num trabalho inédito que envolve toda a cadeia tecnológica, do fornecedor de equipamentos ao consumidor final.

Nos municípios onde a SANEPAR explora os serviços de água e esgoto, são firmados contratos de concessão com as Prefeituras Municipais, e, estes contratos vem sendo renovados a medida que aproximam-se do vencimento. Não houve nenhum caso de suspensão ou de não renovação de contrato de concessão com a SANEPAR.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A SANEPAR poderá participar de licitações em outros Estados com intuito de obter novas concessões para exploração de sistemas de água e esgoto, passando a concorrer com outras Companhias Estaduais e particulares.

A potencialidade da Companhia foi ampliada, a partir do momento que passou a ter um sócio estratégico incumbido de auxiliar na transferência de tecnologia operacional, necessária à antecipação do potencial competitivo e agilização na conquista de novos mercados.

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 C/M - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 AN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1-ITEM 2 - TIPO DE PROPRIEDADE		3 - ENDEREÇO									
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 -ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 -ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8-IDADE (ANOS)	9-SEGURO	10-HIPOTECA	11-ALUGADA DE TERCEIROS	12-DATA DO CONTRATO	13--TÉRMINO LOCAÇÃO		
14 - OBSERVAÇÃO											
01	EDIFÍCIO SEDE				RUA ENGENHEIROS REBOUCAS, 1376						
CURITIBA	PR	33,200	4,330	12	SIM		SIM	NÃO			
02	ALMOXARIFADO				RUA FRANCISCO NUNES, 2075						
CURITIBA	PR	110,735	1,604	12	SIM		SIM	NÃO			
03	RESERVATORIO CAJURU				R.HUBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, S/N						
CURITIBA	PR	10,783	0,000	16	SIM		SIM	NÃO			
04	RESERVATORIO DO PORTAO				AV. DA REPUBLICA S/N						
CURITIBA	PR	9,747	0,000	16	SIM		SIM	NÃO			
05	ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUA DO IGUAÇU				AUTO-ESTRADA CURITIBA-PARANAGUA						
CURITIBA	PR	67,890	0,000	16	SIM		SIM	NÃO			
06	BARRAGEM DE PIRAQUARA				PIRAQUARA						
PIRAQUARA	PR	60,190	0,000	16	NÃO		SIM	NÃO			

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01862-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	3 - CNPJ 76.484.013/0001-45
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1 -	2-TIPIFIPO DE PROPRIEDADE				3 - ENDEREÇO						
4 -	MUNICÍPIO	5 - UF	6 -ÁREA TOTAL (MIL M²)	7-ÁREA CONSTRUIDA (MIL M²)	8-IDADE (ANOS)	9-SEGURO	10-HIPOTECA	11-ALUGADA DE TERCEIROS	12-DATA DO CONTRATO	13-TÉRMINO LOCAÇÃO	
14 - OBSERVAÇÃO											
07	ESTACAO DE TRATAMENTO DE ESGOTO BELEM				CURITIBA						
CURITIBA	PR	214,356	0,000	16	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO			
08	LIGAÇÕES DE ÁGUA				PARANÁ						
PARANÁ	PR	1.913.973,000	0,000	0	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO			
09	LIGAÇÕES DE ESGOTO				PARANÁ						
PARANÁ	PR	675.865,000	0,000	0	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO			
10	TUBULAÇÕES DE ÁGUA				PARANÁ						
PARANÁ	PR	39.113,000	0,000	0	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO			
11	TUBULAÇÕES DE ESGOTO				PARANÁ						
PARANÁ	PR	10.949,000	0,000	0	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO			
12	BARRAGEM DO IRAI				PIRAQUARA						
PIRAQUARA	PR	482,325	0,000	1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO			

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Assembléia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2001, aprovou a distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio, imputados aos dividendos, com base no resultado apurado em 31 de dezembro de 2000. Adicionalmente, objetivando atender a legislação vigente, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares a serem pagos aos acionistas preferenciais.

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia com base no resultado alcançado em 2000 e nas regras estabelecidas, contabilizou como PPR – Programa de Participação nos Resultados em dezembro de 2000, o montante de R\$11.318, sendo que desse total, o valor de R\$5.665 foi pago aos empregados no mês de março de 2001.

Os critérios para distribuição de resultados aos empregados da Companhia no exercício de 2000, partiram da premissa que, até a obtenção de um lucro líquido de 12% sobre as receitas líquidas, ajustado por alguns componentes do resultado não compartilhado, nenhum valor seria distribuído a título de PPR. A partir deste limite, foi aprovado como base para distribuição 40% do lucro líquido excedente, limitado à 2,5 remunerações. Objetivando a aferição do desempenho e conseqüente divisão do montante a ser distribuído, foram estabelecidas também, regras de performance globais, setoriais e individuais, determinadas e medidas em função do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, resumidas a seguir:

a) Esforço Global

É o critério que reflete o desempenho global da empresa, representando 10% do total a ser distribuído, dividido igualmente entre todos os empregados;

b) Esforço Setorial

É o resultado do cumprimento de metas estabelecidas para cada uma das Unidades de Negócio da Companhia, representando 80% do total a distribuir. A Companhia somente distribuiria integralmente o valor máximo estabelecido, caso todas as Unidades atingissem a totalidade das metas estabelecidas;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

c) Esforço Individual

Este critério está atrelado a uma avaliação anual a que foram submetidos todos os colaboradores, com exceção daqueles que exercem funções de chefia ou correlatas, como gerentes, assistentes e assessores, correspondendo a 10% do total a distribuir.

Estas premissas devem ser mantidas para o exercício de 2001, porém os limites de referência, como rentabilidade mínima e limite de distribuição aos empregados, ainda não foram definidos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Por meio do Programa de Saneamento Ambiental do Paraná – Paranásan, o maior programa de investimentos em obras de água e esgoto já concebido em toda a história do Estado, serão executadas obras de abastecimento de água e esgoto sanitário na Região Metropolitana de Curitiba e litoral. Além das obras em sistemas de água e esgoto, o programa também viabilizará o sistema de destinação adequada de resíduos agrotóxicos que terá abrangência Estadual.

Em Londrina, no final de julho de 2000, foram concluídas as estações de tratamento de esgoto Norte e Sul, demonstrando a sensibilidade da SANEPAR em adequar soluções tecnológicas de vanguarda necessárias ao atendimento da demanda e às exigências da legislação ambiental. Desse modo Londrina conta com 100% do esgoto coletado tratado.

Em agosto de 2000, foi inaugurada a Barragem do Iraí, a maior do Paraná, com recursos do PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental. Esta foi a primeira etapa projeto de ampliação do sistema de abastecimento de Curitiba e Região Metropolitana.

Com estes e outros investimentos, os níveis de cobertura vêm crescendo progressivamente, atendendo as metas da Companhia. Na Região Nordeste do Estado, por exemplo, vários municípios alcançaram a meta de tratar 100% do esgoto coletado. Quanto à cobertura em água tratada, os sistemas operados pela Companhia apresentam um dos mais altos índices nacionais: 99% da população urbana recebe regularmente o serviço.

A Companhia vem implantando e ampliando diversos sistemas para fornecer água para consumo humano e também para o processo industrial, com o objetivo de atender as novas indústrias que se instalaram no Paraná. Estes empreendimentos têm exigido esforço especial da Empresa, em função do cronograma com prazos relativamente pequenos. A consecução destas ampliações, representa a contribuição da Companhia ao processo de industrialização do Estado.

A Companhia aplicou R\$ 217 milhões no seu ativo imobilizado em 2000, enquanto que em 1999 foram aplicados R\$ 200 milhões.

Os recursos aplicados no ativo imobilizado em 2000, se originaram de:

- R\$ 62 milhões de financiamentos internos e externos.
- R\$ 44 milhões de recursos de acionistas para futuro aumento de capital.
- R\$ 6 milhões de doações e subvenções de órgãos públicos federais, estaduais e municipais e de particulares.
- R\$ 105 milhões de recursos próprios gerados pelas atividades da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Os recursos aplicados no ativo imobilizado em 1999, se originaram de:

- R\$ 89 milhões de financiamentos internos e externos.
- R\$ 27 milhões de recursos de acionistas para futuro aumento de capital.
- R\$ 15 milhões de doações e subvenções de órgãos públicos federais, estaduais e municipais e de particulares.
- R\$ 69 milhões de recursos próprios gerados pelas atividades da Companhia.

Nos demais empreendimentos em andamento estão sendo utilizados recursos próprios gerados pelas atividades normais da Companhia e de terceiros, obtidos junto à instituições financeiras, por meio de financiamentos internos e externos.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Mais do que simplesmente cumprir a legislação ambiental, a SANEPAR busca perpetuar o seu negócio em perfeita sintonia com o conceito de desenvolvimento sustentável. Ou seja, racionalizar ao máximo o uso dos insumos naturais e reduzir ao mínimo os impactos ambientais. Seguindo essa filosofia, em 2000 a Companhia iniciou o seu Planejamento Ambiental Estratégico, que vai identificar os principais impactos decorrentes de sua atividade, permitindo estabelecer compromissos e ações que serão transformados em programas e projetos. Esse conjunto de valores e regras irá compor a Agenda Ambiental Corporativa dos próximos dez anos.

O sistema de Foz do Iguaçu – certificado pela ISO 14001 – foi escolhido como modelo para a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em toda a Companhia. Assim, os procedimentos, normatizações e aperfeiçoamentos no processo produtivo, utilizados com sucesso em Foz do Iguaçu, estão sendo gradativamente transferidos e adequados para as outras unidades. Por outro lado, o compromisso firmado em 1999, com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP - no qual a SANEPAR se comprometeu a adequar a qualidade dos efluentes de suas estações de tratamento à legislação - está sendo rigorosamente cumprido, com várias obras realizadas ao longo do ano.

Em 2000, a SANEPAR deu continuidade ao Programa de Educação Ambiental iniciado em 1995 e que hoje é o principal instrumento de disseminação de informações e ações educativas sobre meio ambiente, saúde pública e saneamento, nos âmbitos interno e externo da Companhia. A principal ênfase do programa está na mudança de atitude quanto à preservação do meio ambiente e o uso racional da água. Por meio da Rede de Gestores Ambientais, do Centro de Educação Ambiental e de exposições temáticas, o programa atingiu mais de 650 mil pessoas entre colaboradores, familiares, professores, estudantes, lideranças comunitárias e população em geral. Em 2000, sete exposições itinerantes sobre educação ambiental e patrimônio histórico percorreram 58 municípios, sendo visitadas por aproximadamente 386 mil pessoas.

Ainda no aspecto ambiental teve continuidade o programa de recuperação e conservação de mananciais, viabilizado pelo Fundo Rotativo de Meio Ambiente, o Fundo Azul, criado em 1999. O Fundo Azul financia projetos das unidades de negócios em parceria com outros órgãos governamentais, entidades de pesquisa e ensino e organizações não-governamentais. Também foi ampliado para novos municípios o programa de reciclagem e aproveitamento agrícola do lodo de esgoto. A SANEPAR também coordena uma rede nacional de pesquisa na área de lodo de esgoto, dentro do Programa de Pesquisa em Saneamento Básico.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VALOR (Reais Mil)
01	TRABALHISTA	1,63	13,26	SIM	18.096
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	5,37	43,60	SIM	59.499
03	OUTRAS	0,89	7,22	SIM	9.857

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A SANEPAR, em razão da natureza de suas atividades, ou seja, exploração dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, realiza mensalmente operações comerciais de faturamento e cobrança de seus usuários. Consequentemente, incluem-se entre os usuários, os acionistas (Governo do Estado, Prefeituras Municipais e outras pessoas físicas e jurídicas). As operações da empresa são realizadas normalmente sem considerar qualquer benefício ou privilégio às partes consideradas relacionadas.

As operações relacionadas a aspectos tributários e societários são realizadas de acordo com as respectivas legislações vigentes em todos os níveis.

A SANEPAR é isenta do ICMS, de acordo com o art. 3º do Decreto Estadual n.º 2.736/96, que aprovou o regulamento do ICMS no Estado do Paraná.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1º - A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, constituída em 23 de janeiro de 1963, como sociedade por ações, companhia aberta, de economia mista, será regida por este Estatuto e pela legislação aplicável e destina-se a:

- a) realizar estudos e elaborar projetos e orçamentos de obras relativas a novas instalações e ampliação de instalações de água e esgotos sanitários;
- b) executar as obras mencionadas no item anterior;
- c) explorar, diretamente ou por intermédio de subsidiárias regionais ou locais, serviços de água e esgotos sanitários;
- d) colaborar com órgãos ou entidades federais, estaduais, municipais e/ou entidades privadas, em assuntos relacionados com os objetivos da Sociedade, na forma estabelecida em acordos, convênios ou contratos;
- e) prestar assistência técnica e/ou administrativa, relativamente a serviços de água e esgotos a municípios e entidades autárquicas ou a empresas locais das quais a Companhia não participe ou de que participe minoritariamente;
- f) participar em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação;
- g) explorar serviços públicos e sistemas privados de remoção e destinação final de resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos;
- h) explorar serviços públicos e sistemas privados de drenagem urbana;
- i) prestar consultoria, assistência técnica e certificação, nestas áreas de atuação.

Art. 2º - A Companhia terá sua sede e administração na Rua Engenheiros Rebouças nº 1376, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, Brasil, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Art. 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO II
DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 4º - O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$444.994.929,20 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais, vinte centavos), representado por[PC1]:

- a) 289.836.870 (duzentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentas e setenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;
- b) 41.428.876 (quarenta e uma milhões, quatrocentas e vinte e oito mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo único - O direito de voto será reservado exclusivamente às ações ordinárias, e cada ação terá direito a um voto nas deliberações da Assembléia.

Art. 5º - As ações do capital social da Companhia serão escriturais, sem quaisquer alterações nos direitos e restrições que lhes são inerentes, permanecendo em contas de depósito, em instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos arts. 34 e 35, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º, do art. 35, da referida lei.

Art. 6º - As ações ordinárias conferem direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Companhia e as preferenciais não conferem direito a voto, mas dão prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, observado o disposto no inciso I, do art. 17, da Lei nº 6.404/76.

Art. 7º - As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações, respeitado o disposto no inciso I, do art. 17, da Lei nº 6.404/76, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.457/97.

Art. 8º - Os acionistas terão direito de preferência em emissões de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações, bônus de subscrição e quaisquer outros valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável. Fica fixado em 30 (trinta) dias corridos, a contar do anúncio respectivo, o prazo decadencial para exercício do referido direito.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

§ 1º - As Assembleias Gerais dos acionistas deverão ser convocadas com 08 (oito) dias úteis de antecedência de sua realização.

§ 2º - Na hipótese de ser arquivado, na Companhia, acordo celebrado entre seus acionistas relativamente a exercício de direito de voto, a Assembléia Geral observará o que a respeito dispuser o referido acordo.

Art. 10 - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será presidida por um acionista eleito dentre os presentes, que escolherá um ou mais secretários.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 11 - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 12 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu presidente e outro, vice-presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1º - Os conselheiros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos e, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 2º - Integrará obrigatoriamente o Conselho de Administração, um empregado da Companhia, na condição de titular, e outro na condição de suplente, escolhidos e indicados pelos demais, na forma da legislação estadual pertinente.

§ 3º - O montante global dos honorários do Conselho de Administração será determinado pela Assembléia Geral e a fixação da remuneração individual de cada um dos membros caberá ao próprio Conselho.

Art. 13 - No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro efetivo, o mesmo será substituído por seu suplente até a realização da Assembléia Geral seguinte, que deverá eleger o Conselheiro substituto para o período restante do mandato do antigo Conselheiro.

Art. 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará validamente com a presença mínima de 04 (quatro) de seus membros, observado o disposto no § 2º abaixo.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, contendo a pauta de matérias a tratar, podendo, entretanto, ser dispensada a convocação se estiverem presentes todos os seus membros titulares, ou os respectivos suplentes.

§ 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. Dependerão, contudo, de quorum qualificado as deliberações relativas às matérias constantes das alíneas "c", "d", "e", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "o", "p" e "q" do artigo 17 deste Estatuto, para as quais será necessário o voto favorável de 7 (sete) conselheiros.

Art. 15 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Art. 16 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos por seus pares, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a eleição de seus membros, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 17 - Caberá ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, e sobre a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual superior a 0,5% (meio por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre empréstimos e financiamentos a serem celebrados pela Companhia, de valor superior a 2,0% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- f) convocar a Assembléia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- i) escolher e, se for o caso, destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- j) decidir sobre a proposta de destinação dos lucros do exercício, observado o disposto neste Estatuto;
- k) aprovar o plano de cargos e salários, bem como a política salarial da Companhia;
- l) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o exercício de voto em assembleias gerais de coligadas e controladas da Companhia, quando versarem sobre matérias contempladas no Plano de Negócios, definido no artigo 21 abaixo;
- m) deliberar sobre a distribuição de dividendos semestrais, bem como sobre possíveis pagamentos de juros a título de remuneração do capital próprio, conforme dispõe a Lei nº 9.249/95;
- n) encaminhar à Assembléia Geral Extraordinária, proposta de reforma deste Estatuto;
- o) examinar, como autoridade superior, as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- p) aprovar planos tarifários e tabelas relativas a serviços, produtos e operações da Companhia;
- q) decidir sobre os casos omissos neste Estatuto, com base na legislação em vigor, ficando, quaisquer outras atribuições definidas por lei aos colegiados superiores, delegadas à Diretoria Executiva da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

**SEÇÃO II
DA DIRETORIA**

Art. 18 - A Diretoria Executiva será constituída de 7 (sete) Diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, designados Diretor-Presidente, Diretor de Novos Negócios, Diretor Superintendente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Operações e Diretor Administrativo.

§ 1º - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores devidamente eleitos sejam empossados.

§ 2º - O montante global da remuneração dos membros da Diretoria será determinado pela Assembléia Geral e a fixação da remuneração individual de cada diretor caberá ao Conselho de Administração.

Art. 19 - Ocorrendo vaga, renúncia, licença ou impedimento, ainda que temporário, de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deverá reunir-se extraordinariamente em, no máximo, 15 (quinze) dias, para eleger o diretor substituto.

Parágrafo único - Fica facultado ao Conselho de Administração indicar, a qualquer tempo, os respectivos substitutos de cada diretor por outro diretor, em seus impedimentos temporários, desde que, em tais substituições seja respeitado o mesmo critério de indicação previsto no item 4.5.4 do Acordo de Acionistas arquivado na Companhia.

Art. 20 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pelo Diretor Superintendente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. Ressalvado o disposto no artigo 21, § 3º, deste Estatuto, as deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros.

Art. 21 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45
--	--------------------

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§1º - O Plano de Negócios da Companhia conterá os planos e as projeções para o prazo de 2 (dois) exercícios financeiros, podendo ser atualizado a cada semestre, e abordará em detalhe:

- a) as atividades e estratégias da Companhia, incluindo qualquer projeto para construção ou expansão de instalações;
- b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das controladas e coligadas da Companhia;
- c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;
- d) as taxas de rentabilidade a serem obtidas ou geradas pela Companhia.

§2º - O Orçamento Anual da Companhia refletirá o Plano de Negócios, e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, as inversões de recursos com recursos próprios ou de terceiros e outras dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

§3º - O Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual serão elaborados pelo Diretor de Operações, Financeiro e Administrativo. Caso não haja consenso entre estes diretores quanto à elaboração dos referidos documentos, deverão tais diretores deliberar por maioria de votos quanto à versão final dos mesmos, que serão encaminhados para aprovação da Diretoria Executiva, como órgão colegiado, não podendo, em função de sua natureza técnica, tal deliberação ser avocada pelo Conselho de Administração.

§4º - Os movimentos bancários da Companhia, os endossos e aceites cambiais, a outorga de procurações e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia serão efetuados:

- a) conjuntamente, por dois membros da Diretoria, sendo um deles ou o Diretor Presidente ou o Diretor Superintendente, e o outro sendo o Diretor Executivo da respectiva área a que a matéria se submeter; ou
- b) por Diretor Executivo e um mandatário devidamente constituído para a prática desses atos.

§5º - Os mandatos em nome da Companhia deverão ser outorgados por dois Diretores Executivos em conjunto, sendo um deles ou o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo, e o outro sendo ou o Diretor Superintendente ou o Diretor Financeiro.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 22 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria:

I - Do Diretor-Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) propor matérias ao Conselho de Administração;
- c) coordenar as atividades de auditoria interna;
- d) acompanhar a programação executiva e a avaliação final dos resultados;
- e) desenvolver e coordenar as atividades do serviço jurídico da Companhia;
- f) desenvolver e coordenar a política de comunicação social;
- g) representar a Companhia perante o poder concedente e empresas afins;
- h) representar a Companhia perante outras empresas congêneres do setor de saneamento para o estabelecimento de políticas conjuntas;
- i) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- j) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária.

II - Do Diretor Superintendente:

- a) planejar a expansão dos serviços de saneamento da Companhia e coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia, bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua constante atualização, tudo em conjunto com o Diretor de Operações;
- b) desenvolver sistemas de organização e métodos;
- c) propor metas, instrumentos normativos e decisórios que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia;
- d) estudar e promover a introdução de novas tecnologias e serviços na Companhia;
- e) planejar e coordenar a aquisição de equipamentos, materiais e serviços de mão-de-obra para os planos de expansão, em conjunto com a Diretoria de Operações;
- f) desenvolver estudos de mercado;
- g) planejar e coordenar as atividades de comercialização dos serviços;
- h) substituir o Diretor-Presidente em suas ausências;
- i) coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

III - Do Diretor Financeiro:

- a) planejar, coordenar e orientar as atividades econômico-financeiras;
- b) estudar e propor diretrizes e normas para execução da política econômico-financeira;
- c) promover o acompanhamento do orçamento da Companhia, de acordo com os planos e programas estabelecidos;
- d) gerir a captação das receitas operacionais e captar as receitas extra-operacionais;
- e) promover a captação de recursos externos à Companhia, quando necessários;
- f) administrar a aplicação dos recursos financeiros;
- g) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros, quanto às formalidades legais, administrativas, orçamentárias e contratuais, interagindo com os demais órgãos da empresa e com as partes envolvidas;
- h) promover o registro contábil das operações realizadas pela empresa;
- i) em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores, administrar a política acionária da Companhia;
- j) empreender, em conjunto com o Diretor Administrativo, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de pensão patrocinados pela Companhia;
- k) elaborar, em conjunto com o Diretor de Operações e o Diretor Administrativo, o Orçamento Anual e do Plano de Negócios da Companhia.

IV - Do Diretor de Relações com Investidores:

- a) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre os acionistas, Bolsas de Valores e Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- b) estudar e propor diretrizes e normas para as Relações com Mercado;
- c) promover a valorização das ações da Companhia no mercado financeiro, através da permanente divulgação de informações ao mercado financeiro, pertinentes às operações da Companhia.

V - Do Diretor de Operações:

- a) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção, projetos, implantação e modernização do sistema de saneamento;
- b) promover a orientação normativa aos órgãos da Companhia em sua área de atuação;
- c) programar, coordenar e controlar as atividades referentes a execução dos projetos e do orçamento de investimentos;
- d) propor a especificação técnica dos equipamentos, materiais e serviços de mão-de-obra para os planos de expansão;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

e) elaborar e gerenciar os contratos, promover a instalação e/ou aceitação dos projetos referentes a planta necessária à prestação dos serviços de saneamento;

f) orientar e acompanhar a elaboração e implantação de normas, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas;

g) propor à Diretoria a celebração de contratos de parcerias com outras empresas de saneamento;

h) realizar análise do mercado visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes;

i) acompanhar as atividades da área no que se refere à sua participação no programa de expansão;

j) operar e manter o serviço de saneamento, comercializando os serviços e suas facilidades, administrando o faturamento dos serviços prestados, efetuando o planejamento do desenvolvimento dos serviços e operacionalizando sua implementação;

k) planejar e coordenar, em conjunto com o Diretor Superintendente, a aquisição de equipamentos, materiais e serviços de mão-de-obra para os planos de expansão;

l) executar, em conjunto com o Diretor Superintendente, o Plano Diretor de Saneamento da Companhia;

m) efetuar a aquisição de materiais correntes destinados a atender às necessidades da empresa, no que for aplicável;

n) proceder o recebimento, o armazenamento e a distribuição de materiais e efetuar o controle de estoque;

o) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro e com o Diretor Administrativo, o Plano de Organização, o Orçamento Anual e o Plano de Negócios da Companhia.

VI - Do Diretor Administrativo:

a) coordenar o desenvolvimento de estudos de caráter organizacional, prestando assessoramento específico para a solução de problemas administrativos a todas as áreas da empresa;

b) administrar os serviços de transporte da empresa, buscando dar atendimento às necessidades de locomoção de pessoal, equipamentos e cargas em geral;

c) planejar, coordenar e orientar o apoio administrativo referente a administração, manutenção e conservação de prédios;

d) planejar, coordenar e executar as atividades relativas a administração de pessoal;

e) promover e estimular a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos;

f) administrar as atividades relativas à assistência médica, odontológica e social dos empregados e seus dependentes, bem como atender as obrigações inerentes à segurança do trabalho;

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

g) empreender, em conjunto com o Diretor Financeiro, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de pensão patrocinados pela Companhia;

h) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro e com o Diretor de Operações, o Plano de Organização, o Orçamento Anual e o Plano de Negócios da Companhia.

VII – Do Diretor de Novos Negócios:

- a) prospectar e desenvolver novos negócios;
- b) coordenar, dirigir e gerenciar estudos em projetos estratégicos e parcerias em empreendimentos não relacionados diretamente ao objeto principal da Companhia;
- c) gerir os contratos de concessão.

Parágrafo único - Na hipótese de ausência conjunta do Diretor-Presidente e do Diretor Superintendente, cada um deles designará, dentre os demais diretores, quem os substituirá em tais períodos, respeitado o estabelecido no parágrafo único do art. 19.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos.

Art. 24- O Conselho Fiscal funcionará permanentemente e reunir-se-á quando convocado por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidos em lei.

Art. 25 - Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração fixada pela Assembléia Geral que os elegeu, observado o mínimo legal.

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Art. 26 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações contábeis, em acordo com a legislação pertinente.

Art. 27 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo único - Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, esta na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

Art. 28 – Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no art. 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo único - Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme previsto na alínea “m”, do art. 17, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.

Art. 29 - Os dividendos serão pagos dentro do prazo máximo de sessenta dias, a contar da data de realização da Assembléia Geral que autorizar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembléia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.

Parágrafo único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01862-7 CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR 76.484.013/0001-45

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - Nos casos de termo final das concessões em vigor, seja por decurso do prazo contratual, por encampação, rescisão ou qualquer outra espécie extintiva, os respectivos Poderes Concedentes deverão indenizar previamente a Companhia, proporcionalmente aos investimentos realizados, e assumir as parcelas vincendas dos financiamentos realizados, relativos a obras referentes aos sistemas revertidos.

Parágrafo único - Todos os bens que não sejam diretamente vinculados à prestação dos serviços públicos que estiveram sob concessão, permanecerão integrando o patrimônio da Companhia.

Art. 31 - A dissolução e a liquidação da Companhia far-se-ão de acordo com o que dispuser a Assembléia Geral, obedecidas as disposições legais em vigor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01862-7	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	76.484.013/0001-45

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	19
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO	19
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA	20
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	27
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	28
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	29
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	29
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	30
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	31
06	04	MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA	31
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	32
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	32
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	33
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	34
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	35
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	36
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	37
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	39
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	41
13	01	PROPRIEDADES	43
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA	45
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	47
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	49
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	50
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	51
18	01	ESTATUTO SOCIAL	52/064

- Súmula de Classificação de Risco da Emissão fornecida pela Moody's América Latina Ltd



Moody's América Latina Ltda.

A MOODY'S ATRIBUI AS CLASSIFICAÇÕES Prime-2 e BR-1 PARA A EMISSÃO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR E, AS CLASSIFICAÇÕES CORPORATIVAS Baa1 e Aaa.br, NA ESCALA GLOBAL DE MOEDA LOCAL E ESCALA NACIONAL, RESPECTIVAMENTE.

R\$ 74 milhões de títulos de dívida classificados.

Nova Iorque, 15 de junho de 2001 -- A Moody's atribuiu as classificações Prime-2 (Escala Global de Moeda Local) e BR-1 (Escala Nacional para o Brasil) à emissão de "*Commercial Papers*" da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, no valor de R\$ 74 milhões, vencíveis em um ano. A Moody's também atribuiu à empresa as classificações corporativas Baa1 e Aaa.br, na Escala Global de Moeda Local e Escala Nacional para o Brasil, respectivamente. A perspectiva é estável. Os títulos de dívida não oferecem garantia.

A classificação Aaa.br na Escala Nacional para o Brasil da Moody's indica um emissor ou emissão com o mais alto nível de idoneidade creditícia comparativamente a outros emissores locais. A classificação Baa1 na Escala Global de Moeda Local, que compara o emissor a todos emissores no mundo e incorpora a maioria dos riscos relacionados ao Brasil (inclui a potencial volatilidade da economia brasileira, excluindo, entretanto, o risco de conversibilidade da moeda), indica um emissor com características de grau de investimento.

A Sanepar é uma empresa de distribuição de água e saneamento básico que provê serviços à municípios mediante contratos de concessão de longo prazo. A empresa atende uma população superior a 7,5 milhões de habitantes no estado do Paraná. Seu capital votante é 60% detido pelo Governo do Estado do Paraná e 39,71% pela Dominó Holdings, uma empresa de participações formada pela Vivendi Environnement (classificada A3 pela Moody's para emissão sênior sem garantia), Andrade Gutierrez Concessões S.A., Opportunity Dalleth e Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica).

A Sanepar deverá utilizar os recursos oriundos dessa emissão para fortalecer sua base de capital e prover melhorias à sua rede. A empresa pode ainda utilizar-se de linhas de financiamentos bancários aprovadas para fazer frente à necessidades de recursos adicionais, ou, possivelmente, emitir ações preferenciais em futuro próximo.

O programa de reforço de capital tem como principal objetivo trazer melhorias ao processo de saneamento básico, visando atender os requisitos para emissão de efluentes, aumentar a produção de água tratada e sua distribuição e outras melhorias em seu sistema operacional, em conformidade com o plano plurianual de investimentos da Sanepar. Na opinião da Moody's, o tamanho e objetivo do programa apresentam pouco risco à empresa em razão de sua abrangência, sendo também sustentado por processos de longo prazo. Adicionalmente, a empresa objetiva expandir sua cobertura de saneamento básico para atingir cerca de 60% de sua atual base de consumidores de água nos próximos anos.

As classificações da Moody's refletem:

- Serviço de utilidade pública essencial fornecido à grande população, com base de clientes diversificada;
- Participação de 60% do Governo do Estado do Paraná em seu capital votante;
- Histórico de ajuste de tarifas regular e, por vezes, substancial, balanceado pela necessidade da aprovação por parte do Governo Estadual;
- Situação de direitos semi-monopolista com contratos de concessão de longo prazo e limites para competição bem definidos;
- Bom sistema operacional, com perdas totais de 38%;
- Sistema de cobrança adequado, sustentado por processos que permitem difusão;
- Fortes índices de cobertura do serviço da dívida e habilidade projetada para fazer frente à cobertura do serviço da dívida ante cenários adversos;
- As projeções financeiras da empresa mostram EBITDA superior a R\$ 350 milhões anuais ao longo dos próximos quatro anos.

A Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar é sediada em Curitiba, no estado do Paraná, estando presente em mais de 600 localidades no estado. A empresa presta serviços de fornecimento, tratamento e distribuição de água e, serviços de coleta e tratamento de esgoto para consumidores residenciais, comerciais e industriais, mediante contratos municipais de concessão.

New York

Mary T. Francoeur
Senior Vice President
Public Finance

Moody's Investors Service

JOURNALISTS: (212) 553-0376

SUBSCRIBERS: (212) 553-1653

São Paulo

Benedito Oliveira
Analyst
Corporate Finance

Moody's América Latina

JOURNALISTS: (5511) 3443 7444

SUBSCRIBERS: (5511) 3443 7448